

LEGADOS DE
CHARLES WAGLEY
NA AMAZÔNIA

WILMA MARQUES LEITÃO

WILMA MARQUES LEITÃO (Org.)

LEGADOS DE CHARLES WAGLEY NA AMAZÔNIA

1ª edição

Belém



2017

LEGADOS DE CHARLES WAGLEY NA AMAZÔNIA



Reitor

Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor:

Gilmar Pereira da Silva

Assessoria de Educação à Distância**Coordenadora Adjunta UAB**

Cristina Lúcia Dias Vaz

Diretora da Editora da Assessoria de Educação à Distância

Cristina Lúcia Dias Vaz

Membros do Conselho Editorial**Presidente**

Prof. Dr. José Miguel Martins Meloso

Diretora

Professora Dr^a Cristina Lúcia Dias Vaz

Membros do Conselho

Prof^a Dr^a Ana Lygia Almeida Cunha

Professor Dr. Dionne Cavalcante Monteiro

Prof^a Dr^a Maria Ataíde Malcher

LEGADOS DE CHARLES WAGLEY NA AMAZÔNIA

Wilma Marques Leitão

Comitê Científico desta Edição

Wilma Marques Leitão (UFPA)

Samuel Maria de Amorim e Sá (UFPA)

Denize Genuína da Silva Adrião (UFPA)

Jose Jeronimo de Alencar Alves (UFPA)

Richard Pace (MTSU)

Milton Ribeiro (UFPA)

Soraia Melissa Failache Soares (UFPA)

Anna Barbara Cardoso da Silva (UFPA)

Pedro Pereira Cruz Neto (UFPA)

Projeto Gráfico, Diagramação e Revisão

Nayara Amaral & Márvio Bigio Sá

Capa

Meninos Tapirapé. Fotografia de Antonio Carlos Moura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Legados de Charles Wagley na Amazônia [recurso eletrônico] /

Wilma Marques Leitão (Org.). Belém: EditAEDI, 2017

339. p. il.

ISBN: 978-85-65054-51-5

Modo de acesso: www.aedi.ufpa.br/editora

Inclui referências

1. Antropologia 2. Amazônia 3. Antropologia no Pará 4. Etnografia
5. Comunidade Amazônica 6. Estudos de Comunidades I. Leitão, Wilma
Marques (org.) II. Título

Todos os direitos reservados por Editora

EditAedi

Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá.

66075-110 – Belém – PA – Brasil

Fones (91) 3201-7613 / 3201-7834

Email: editora.aedi@gmail.com

Dedicamos este livro a Jean Hébert, com a mais profunda amizade
e saudade.

Todas as nossas homenagens e agradecimentos vão para o professor Samuel Sá que sempre nos guia no mundo de uma educação compartilhada, e por meio dele temos vivenciado em nosso projeto o espírito de amizade que marcava a pessoa de Charles Wagley.

Agradecemos a Universidade Federal do Pará, às pessoas que nos receberam nas diversas instâncias e apoiaram nossas atividades até aqui. Sob o risco de olvidar alguma: Arquivo Central da Universidade Federal do Pará; Biblioteca do Museu da UFPA; Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento-Capacit; Editora Universitária da Assessoria de Educação a Distância-EditAedi; Faculdade de Ciências Sociais; Gráfica da Universidade Federal do Pará; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo; Núcleo de Altos Estudos da Amazônia; Plano Nacional de Formação Docente-Parfor; Proeg; Proext; Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia; Projeto Extracurricular Temático Pet/GT/CS; Propesp.

Iguais agradecimentos ao Museu Paraense Emílio Goeldi e Secretaria Municipal de Educação de Gurupá.

Caminhos da Antropologia no Brasil

A trajetória de um homem nunca é apenas uma trajetória individual. Nela se misturam projetos políticos, interesses pessoais, a ação do acaso e das circunstâncias de sua época. O trabalho de decifrar as conexões entre esses planos muito distintos pode nos levar a encontrar contribuições e legados que por vezes nem os próprios atores sociais se deram conta no momento de sua realização. A ação que se pauta por individual, muitas vezes, só com o tempo se mostra coletiva. E os resultados, muitas vezes mais, não são logo percebidos. Apenas com o avançar dos anos eles vão pouco a pouco se revelando. Assim como o navegante que desbrava um rio, sem lhe conhecer em plenitude, vai descobrindo a cada curva, a cada obstáculo, os meios de alcançar a sua foz que por vezes leva a um outro rio ou pode desaguar num grande mar.

Os trabalhos aqui reunidos por Wilma Marques Leitão são como essas curvas de um grande rio que foi a vida e a trajetória de Charles Wagley. A cada texto nos deparamos com um conjunto muito distinto de realizações. É o etnólogo, o brasilianista, o sanitarista, o indigenista, o professor, o orientador, o amigo que vai se desvelando ao leitor a cada página. A narrativa do conjunto de textos contribui não somente no sentido de recuperar uma importante trajetória para a história da Antropologia, do indigenismo e da Saúde Pública no Brasil, como também permite retratar as vinculações dessas áreas com os Estados Unidos a partir de diferentes projetos e ações.

A articulação de Wagley com a escola boasiana – de quem foi membro direto – foi uma das influências marcantes da passagem de uma Antropologia Física para uma Antropologia Culturalista no Brasil. Esse ponto aparece em vários dos artigos do livro, demonstrando os diferentes caminhos pelos quais essa influência se fez presente, seja por meio dos pesquisadores de lá que vieram para o Brasil, seja por meio dos pesquisadores daqui que se formaram lá. A recuperação dessa rede de interlocutores é um dos pontos

altos do livro, contribuindo de modo inegável para os estudos da História da Ciência, notadamente para a História da Antropologia.

Junto com a trajetória e as contribuições de Wagley muitas outras vão emergindo. A mais presente de todas é a tecida com Eduardo Galvão, amigo e ex-orientando do nosso principal personagem. Poderíamos dizer que de certo modo esse também é um livro sobre Eduardo Galvão tamanha é a força da sua presença na vida de Wagley e nos artigos aqui apresentados. Os trabalhos desenvolvidos em conjunto e a amizade estabelecida até o fim da vida de Galvão emociona e mostra um outro aspecto interessante do livro – a ciência feita por pessoas associadas pela partilha de compromissos políticos e científicos, mas, também afetivos.

Outra inesperada surpresa se desvela na presença de Samuel Sá, também orientando de Wagley, e que em muito contribuiu para o desenvolvimento da Antropologia no Pará. O conjunto de textos por ele escrito e aqui recuperado permite uma reapresentação de Wagley a partir de uma perspectiva de quem com ele compartilhou o tempo, a formação e as causas políticas. Além de Galvão e Samuel Sá, aparecem ainda um conjunto significativo de brasileiros que entrelaçaram suas trajetórias às de Wagley: Heloísa Alberto Torres, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro entre tantos outros. Darcy Ribeiro chegava mesmo a aproximar a contribuição de Wagley para a Antropologia Brasileira da contribuição dada por Hebert Baldus e Curt Nimuendaju. Com muita justiça poderíamos caracterizar o trabalho de Wagley como o de um semeador de ideias, de método, de ciências.

As imagens distribuídas ao longo do livro permitem ainda revisitarmos uma outra Amazônia, com seus barcos de vela, suas populações forte e altivas. A relação de Wagley com os povos indígenas, de quem era feroz defensor, aparece em momentos diversos do livro. Seja na oposição a abertura da Transamazônica, vista como um desastre para o ecossistema da região, seja por meio dos recorrentes projetos realizados com esses povos. O retorno de Wagley ao Brasil por várias vezes até o fim da sua vida demonstra o constante compromisso do antropólogo com o trabalho aqui desenvolvido.

Uma outra marca interessante do livro diz respeito à composição do conjunto da obra. Formada a partir de artigos de pesquisadores em diferentes estágios da trajetória acadêmica, o projeto mais amplo de investigação do legado de Wagley contribuiu para aproximar as novas gerações a pesquisadores já consagrados. Essa dimensão positiva do trabalho aqui empreendido realiza uma inspiração não somente para os que dele tomaram parte diretamente, mas, para todos os que venham a conhecer este livro. A leitura, portanto, dessa obra vem a contribuir com a História da Ciência, com a formação da Antropologia no Brasil e com a formação de novas gerações de pesquisadores que, tomara, venham a ser inspiradas pela trajetória exemplar de compromisso científico e político da trajetória de Charles Wagley.

Rita de Cássia Melo Santos
Antropóloga
Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

Introdução	15
<i>Wilma Marques Leitão</i>	
PARTE I	
CHARLES WAGLEY E O CONHECIMENTO CIENTÍFICO	
Um passeio com Wagley e Galvão pela Amazônia devastada	37
<i>Lúcio Flávio Pinto</i>	
“Uma festa para todos nós” – Lúcio Flávio Pinto e um refrescar das memórias de Charles Wagley sobre a Amazônia	42
<i>Alessandra Cristina Gaia Bastos</i>	
Charles Wagley: Perspectivas do Brasil e dos Estados Unidos	44
<i>Richard Pace</i>	
Eduardo Galvão e Charles Wagley: Breves Memórias em Belém do Pará	53
<i>Antonio Maria de Souza Santos e Ellana Fiama Souza da Silva</i>	
Charles Wagley e a aculturação	66
<i>Orlando Sampaio Silva</i>	
Charles Wagley e a VII Reunião Brasileira de Antropologia: Discussão Teórica sobre Estudos de Comunidade	89
<i>Raymundo Heraldito Maués</i>	
Reciprocidade e Etnografia? Dois artistas do Brasil em textos-chave de Charles Wagley e Charles Wagley em três romancistas brasileiros	101
<i>Samuel Maria de Amorim e Sá, Soraia Melissa Failache Soares e Maria Bárbara Figueira</i>	

O “Encantamento” de Arthur Napoleão Figueiredo: etnografia de uma produção intelectual	112
--	-----

Marilu Márcia Campelo

Influência do ambiente tropical no homem da Amazônia nas reflexões de Bates e Wagley	131
--	-----

Denize Adrião e Jerônimo Alves

Charles Wagley, o Conselho de Fiscalização e os vínculos com o Brasil nos anos 1940	140
---	-----

Priscila Faulhaber

PARTE II

CAMINHOS ABERTOS POR CHARLES WAGLEY E EDUARDO GALVÃO

Horizontes da antropologia haliêutica na Amazônia: informes de um debate	148
--	-----

Sammy Silva Sales, Cleide de Souza, Evanildo Moraes Estumano, Luís Ravagnani, Mariana Neves Cruz, Pâmela Melo Costa, Rafael Diaz, Rosa Ibiapina e Lourdes Gonçalves Furtado.

Repensando as Condições Sociais da População Camponesa	168
--	-----

Danna Rissia Silva da Silva e Edila Arnaud Ferreira Moura

A Ribeirinidade amazônica nas obras de Charles Wagley e Eduardo Galvão	192
--	-----

Francisco José dos Santos Rente Neto

“Gentes das águas”: notas sobre o modo de vida de um segmento amazônico do baixo Tocantins	218
--	-----

Genisson Paes Chaves, Lourdes Gonçalves Furtado e Denise Machado Cardoso

O papel da mulher na coleta e comercialização do açaí	231
---	-----

Luenice Martins Reis

Imagens que retratam histórias: uma etnografia sobre fotografias e recordações de uma comunidade amazônica	238
<i>Euniani Aparecida dos Santos Ramos</i>	
Samuel Sá: um <i>intercultural broker</i> na Amazônia	254
<i>Breno Augusto Garcia Sales</i>	
Os Legados de Charles Wagley na Graduação de Ciências Sociais da UFPA	260
<i>Pedro Pereira Cruz Neto</i>	
Imagens de Itá – uma aproximação à trajetória de Charles Wagley	276
<i>Mílton Ribeiro, Aldair da Silva Freire, Gabriela Galvão Braga Furtado, Lenita Pantoja Silva, Yuri José Castro da Cruz e Wilma Marques Leitão,</i>	
APÊNDICE	293
Eduardo Galvão: his career and his presence as an anthropologist in the Brazilian Amazon Area	294
<i>Samuel Sá e Elisa Viana Sá</i>	
Wagley no espelho triangular	308
<i>Samuel Sá e Elisa Viana Sá</i>	
Charles Wagley e Eduardo Galvão – educadores de antropólogos	318
<i>Samuel Sá</i>	
SOBRE OS AUTORES	325

INTRODUÇÃO

Wilma Marques Leitão
wilmaleitao@gmail.com

Este livro chega ao público com algum atraso, já que a ideia inicial foi reunir os trabalhos apresentados no Seminário “*Os Legados de Charles Wagley na Amazônia*”, realizado em Belém, na Universidade Federal do Pará, em novembro de 2013, homenageando o centenário de nascimento do antropólogo americano. Seu conteúdo, contudo, segue relevante registrando o depoimento de colegas da antropologia, que puderam desfrutar da orientação e amizade deste que é considerado um dos primeiros brasilianistas (MEIHY, 1990), não só por ter feito do Brasil seu campo e objeto de pesquisa, mas por ter deixado aqui fundações para o desenvolvimento e autonomia da antropologia como disciplina.

O empenho e entusiasmo que marcaram o seminário, no entanto, encontraram alguns obstáculos no caminho da editoração, o que infelizmente não foi prerrogativa desse trabalho, se considerarmos as dificuldades já velhas conhecidas quando se trata de divulgação acadêmico-científica. Tentativas foram feitas no sentido de captar os recursos necessários para a impressão do livro, apegados que somos ao suporte de papel. Considerando, porém, os tempos atuais de presença massiva dos meios digitais em nossas vidas, ajustamo-nos com muita alegria aos parâmetros de uma publicação on-line, agradecendo desde já a acolhida recebida da EditAedi/UFPA.

No Brasil, e em particular no estado do Pará, a presença de Charles Wagley foi marcante pelos estudos que realizou sobre populações indígenas, caboclas e urbanas (COSTA, 2009), e também por seu desempenho como formador e orientador não somente de antropólogos, brasileiros e americanos, mas de profissionais de outras áreas de conhecimento, por exemplo, na área da saúde, sendo reconhecido como importante representante na consolidação da antropologia brasileira. Darcy Ribeiro, por ocasião do

falecimento de Eduardo Galvão, escreveu sobre a perda para a família de etnólogos brasileiros e coloca, na geração dos pais fundadores, “*três figuras esplêndidas*”: Herbert Baldus, Curt Nimuendaju e Charles Wagley (RIBEIRO, 1979, p.11). Gilberto Velho destaca “*a influência de autores e pesquisadores como Donald Pierson, Emilio Willems e Charles Wagley*” na formação das ciências sociais em nosso país (VELHO, 2004, p. 37). Com franca participação nas Reuniões Brasileiras de Antropologia (MAUÉS, 1999; CORRÊA, 2003), Wagley contribuiu para o redirecionamento epistemológico na disciplina que passou das preocupações com as especificidades dos diferentes grupos indígenas ou das características raciais da população para uma análise da cultura como o resultado das relações sociais em ação, num determinado tempo e espaço (DOMINGUES, 2008; MELLATTI, 1984).

Nos Estados Unidos criou centros de pesquisa de excelência, concentrando pesquisadores cujos focos de interesse giram em torno da América Latina e do Brasil, especialmente (SCHMINK, 2014). De certa forma sua contribuição à formação e à pesquisa no Brasil permaneceu por meio do “Charles Wagley Research Fellowship Fund”, criado em 1992 com recursos da Universidade da Flórida e com a finalidade de financiar o deslocamento e permanência no Brasil, de estudantes de Ciências Sociais (americanos ou brasileiros) interessados na metodologia antropológica e nos temas de pesquisa relacionados ao Brasil. Esses e outros aspectos da trajetória profissional de Charles Wagley são brilhantemente tratados nos artigos que se seguem. Assim, nesta Introdução, vou procurar contextualizar como chegamos até aqui.

O professor Samuel Sá, na qualidade de orientando e amigo, sempre nos falou de Charles Wagley, em nossas reuniões do Pet/GT/CS, salientando a importância do antropólogo americano no Brasil, em especial na Amazônia como mediador cultural. Quando, em 2009, foi convidado a participar do 108º Annual Meeting da American Anthropological Association, realizado na Filadelfia com o tema “*Brazilianist Charles*

Wagley as an Intercultural Broker”¹, antes de viajar Samuel Sá apresentou seu trabalho no Auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA com o intuito de receber sugestões e comentários. Na ocasião, os presentes assumiram a importância de conhecer melhor o trabalho de Wagley, por meio de grupos de estudos e eventos a serem realizados até 2013 quando, então, celebrariamos o centenário de seu nascimento. A programação ficou sob a responsabilidade do Projeto Extracurricular Temático/Grupo de Trabalho em Ciências Sociais - Pet/GT/CS, da Faculdade de Ciências Sociais. E alguns professores se comprometeram a incluir bibliografia de Charles Wagley nos programas de suas disciplinas, o que foi feito em Teorias Antropológicas, Antropologia Econômica e Organização Social e Parentesco, naquele momento disciplinas obrigatórias da graduação em Ciências Sociais.

Em 12 de Julho de 2010, o antropólogo Prof. Richard Pace, da Middle Tennessee State University proferiu a Conferência “*O trabalho de Charles Wagley no Pará*”, no mesmo auditório mencionado acima. Realizada no meio das férias – quem conhece Belém, sabe o ritmo da cidade em julho – a palestra contou com importante plateia, que não se ausentou mesmo quando ficamos sem energia elétrica e a conversa seguiu, normalmente, sem luz nem ar condicionado.

¹Sessão *Amazon Town: seven decades of research and engagement*. Disponível em http://s3.amazonaws.com/rdcms-aaa/files/production/public/FileDownloads/meetings/2009_Program_American_Anthropological_Association.pdf. p.21. Acesso em 27/03/2017.



A Conferência do Prof Richard Pace, em 2010, marcou o início do ciclo de eventos na UFPA e, posteriormente, foi denominada I Jornada Os Legados de Charles Wagley na Amazônia



A arte criada para o cartaz desta conferência foi nossa marca até aqui. Edinelson Vieira Sena e Pedro Cruz (em pé) operam a projeção.

Na qualidade de organizador das atividades propostas, o Pet/GT/CS inseriu em seus Seminários Internos o tema Charles Wagley, com apresentação de trabalhos de estudantes da graduação e da pós-graduação². E ampliando as parcerias, o grupo organizou a II Jornada “*Os legados de Charles Wagley na Amazônia*”³, que aconteceu em 17 de Novembro de 2011, no Laboratório de Antropologia Artur Napoleão Figueiredo, IFCH–UFPA. Ao longo do dia ouvimos os palestrantes convidados: professores Samuel A. Sá, Richard Pace, Antonio Maria S. dos Santos, Wilma M. Leitão e José Jerônimo de Alencar Alves e conversamos sobre os temas apresentados, assinalando desde então a condição quase imperativa de analisar conjuntamente os trabalhos de Charles Wagley e Eduardo Galvão.



Prof. Jerônimo Alves em palestra na II Jornada Os legados de Charles Wagley e Eduardo Galvão, LAANF/UFPA, 2011

Seguindo o propósito de continuidade das atividades, a II Jornada finalizou com coquetel de inauguração da Exposição de Fotografias “*Wagley e o trabalho de campo*”, que ficou por alguns dias no saguão superior posterior do prédio do IFCH, entre a escada e a

²Em 09 de Dezembro de 2010: “*Uma observação da cidade de Gurupá-PA: no fim da primeira década do século XXI*”. Apresentação do estudante de Pós-Graduação Ricardo da Silva Rodrigues; 30 de Junho de 2011: “*Charles Wagley: Vida e Obra*”. Apresentação do estudante (à época na graduação) Willame Santos.

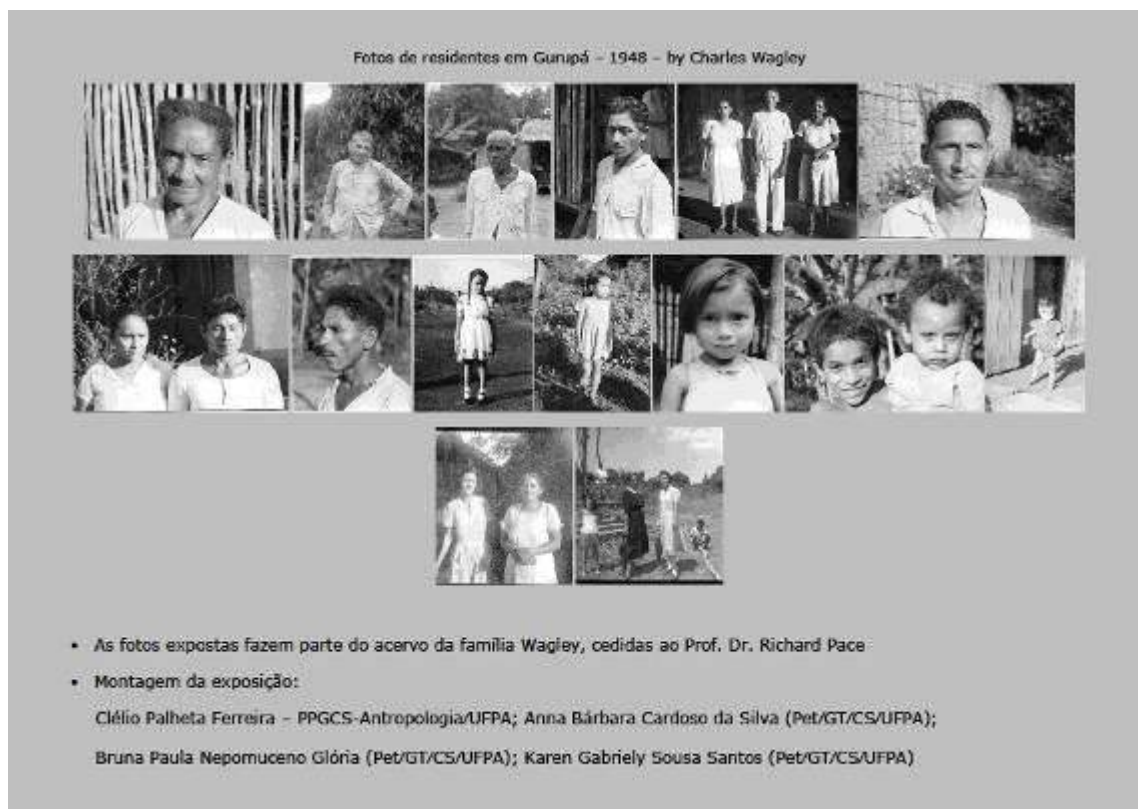
³Foi denominada II Jornada em razão do primeiro evento, realizado em 2010, no Auditório do IFCH.

secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, iniciando assim a utilização desse simpático espaço como galeria de exposição⁴.



Exposição de Fotografias, II Jornada Os legados de Charles Wagley e Eduardo Galvão, IFCH/UFPA, 17/11/2011

⁴Na ocasião, o Pet/GT/CS encaminhou à Direção do IFCH sugestão de formalizar o espaço com o nome “Galeria dos Viajantes”. Em julho de 2015 rerepresentei a proposta, dessa vez sugerindo conceder à galeria o nome de Eneida Correa de Assis, em homenagem à querida colega precocemente desaparecida. Não sei qual foi o andamento das formalizações, o importante é que o lugar tornou-se de fato galeria, já tenho abrigado várias exposições desde então.



Exposição de Fotografias, II Jornada Os legados de Charles Wagley e Eduardo Galvão,
 IFCH/UFPA, 17/11/2011

Como já foi dito, o que se pretendia era criar um caminho para fortalecer a reflexão sobre a obra de Charles Wagley e Eduardo Galvão, no contexto da antropologia brasileira e sobretudo na Amazônia. Como decorrência amadurecida deste objetivo proposto, por meio da parceria do Pet/GT/CS e Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, foi realizado, nos dias 28 e 29 de novembro de 2013, o Seminário *Os legados de Charles Wagley na Amazônia*. Não foi fácil organizar um evento sem recursos, por outro lado, não contar com financiamento revelou-se uma dádiva, já que recebemos ajuda de muitas pessoas, desde a Gráfica, a Coordenação do Capacit, até a Assessoria de Comunicação do IFCH. Gentileza e alegria marcaram o nosso trabalho, especialmente em relação aos palestrantes, que ao serem consultados confirmaram de imediato a presença, manifestando todos imensa satisfação em participar de evento tão importante para a memória da antropologia na Amazônia.

Foram realizadas duas Mesas Redondas, sempre pela manhã, que reuniram, no primeiro dia, os professores Orlando Sampaio, Heraldo Maués e Antonio Maria dos

Santos; e no segundo dia o jornalista Lucio Flávio Pinto⁵ e os professores Richard Pace e Jerônimo Alves. Na parte da tarde, nos dois dias, pudemos conhecer os trabalhos de estudantes de graduação e de pós-graduação, cujas temáticas pesquisadas aproximam-se do campo analisado por Charles Wagley e Eduardo Galvão⁶.



Apresentação de trabalhos dos estudantes (da esquerda para a direita) Genisson Chaves, Luenice Reis, Mayara Lima, Sammy Sales e Milton Ribeiro. Ao microfone: Luís Ravagnani

Uma exibição de fotografias retratando praticamente todas as fases de trabalho de campo de Charles Wagley e Eduardo Galvão, desde os índios Tapirapé e Tenetehara, até as pesquisas realizadas em Gurupá ficou em cartaz no saguão do Capacit/UFPA, onde estava sendo realizado o seminário, e contou com muitos visitantes, além dos participantes do evento. Importante destacar que o professor Richard Pace foi o responsável por viabilizar esta exposição, obtendo a autorização de uso e a impressão do material fotográfico junto a Universidade da Flórida, que detém a guarda do acervo Charles Wagley. As fotografias são lindas e constituem um acervo inestimável, no momento sob a guarda do Pet/GT/CS.

⁵Sua contribuição foi lida no momento, pois não pode comparecer ao evento.

⁶A Programação do evento está disponível em <https://legadosdecharleswagley.wordpress.com/>
Acesso em 28/03/2017.



Em primeiro plano a professora Maria Angélica Motta-Maués, em seguida Patricia Guilhon e Milton Ribeiro. Ao fundo conversam Genisson Chaves e Daniel Hudson.
Saguão do Capacit, Seminário Wagley, UFPA 2013



Professores Orlando Sampaio, em primeiro plano, e Richard Pace. Seminário Os Legados de Charles Wagley na Amazônia, UFPA, 2013

Considerando o sucesso do evento em Belém, e a intensidade dos debates que se seguiram, surgiu a ideia de realizar o seminário em Gurupá, o que de fato ocorreu em junho de 2014. Desta vez, o Pet/GT/CS contou com a parceria do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Secretaria de Educação do Município de Gurupá. Repetindo praticamente o mesmo formato, houve palestras de pesquisadores do Museu Goeldi e da Universidade Federal do Pará e, nesta edição, foram apresentados os trabalhos de estudantes e professores de Gurupá que buscam incentivar os jovens estudantes da rede pública municipal nos estudos de arqueologia, história e antropologia.



Apresentação de trabalhos no Seminário Centenário de Charles Wagley em Gurupá Ao microfone: Professora Cássia Aben-Athar (fotografias Olga PACE, 2014)

Em plena Copa do Mundo, o Seminário contou com excelente audiência; cerca de 200 inscitos que se mantiveram fiéis durante todo o evento. Em Gurupá são raras as oportunidades desse tipo, as apresentações dos trabalhos suscitaram importantes debates, e grande interesse em torno das fotografias, já que muitos dos participantes puderam identificar familiares ou amigos, gerando momentos de muita emoção. Parte dos posteres foi doada à Secretaria de Educação do município que ficou encarregada de propor à

Prefeitura a revitalização do Centro Cultural de Gurupá, onde os mesmos deverão fazer parte do acervo permanente.



Interação dos participantes do seminário com as fotografias da exposição em Gurupá (Fotografia Olga PACE, 2014)

Diante do interesse de todos – pesquisadores e estudantes – pelo que se vivenciou durante o Seminário em Gurupá, com trocas de conhecimentos e experiências, ao final do evento, ficamos com a plena certeza que era o que tinha que ser feito, germinando uma semente que esperamos vivamente que se torne árvore frondosa de estímulo à produção e

difusão de conhecimento, sobre antropologia e sobre as figuras de Wagley e Galvão, lá, onde tudo começou.

 ascom UFPA Universidade Federal do Pará Assessoria de Comunicação Institucional		
Veículo: Diário do Pará		
Data: 06/07/2014	Caderno: Você	Página: 06
Assunto: Antropólogo		
Tipo: Nota – Vera Castro	Ação: Espontânea	Classificação: Positiva

Aplausos ao americano que vislumbrou Gurupá

Pesquisadores da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA e do Museu Emílio Goeldi realizaram, na semana passada, uma iniciativa que merece todos os aplausos. Levaram para Gurupá, na ilha do Marajó, as comemorações sobre o centenário do antropólogo americano Charles Wagley, reconhecido como um dos mais importantes do mundo. Foi justamente em Gurupá que ele fez

observações e coletou material para o seu livro "Uma Comunidade Amazônica", um dos clássicos da antropologia brasileira e internacional, publicado originalmente em inglês, em 1953. No ano passado foi Belém que sediou o seminário "Os Legados de Charles Wagley na Amazônia", já considerado um marco no conhecimento da pessoa e obra do antropólogo.

Em alguns momentos em que apresentamos nossos trabalhos em congressos e reuniões científicas recebemos indagações acerca de um posicionamento que transporecia não apresentar críticas ao trabalho de Wagley, apresentando-o como um produtor unicamente de benefícios para a população amazônica. Temos avançado na contextualização dos momentos históricos em que suas atividades foram realizadas, as relações políticas entre Brasil e EUA e apoio às pesquisas na região amazônica naquele momento. De certa forma a organização desses eventos, incluindo este livro, tem nos tranquilizado, na medida em que todos os que conviveram com ele confirmam sua atitude de respeito aos pesquisadores locais e empenho nas questões brasileiras.

Foi em Gurupá que Wagley fez a pesquisa que deu origem a uma de suas obras mais conhecidas, "*Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*". Este trabalho contou com a colaboração de uma equipe multidisciplinar composta do médico Edward Cattete Pinheiro, do jornalista e escritor Dalcídio Jurandir e do antropólogo Eduardo Galvão, que também fez pesquisa em Gurupá, gerando o seu clássico "*Santos e Visagens -*

um estudo da vida religiosa de Itá”, obra incontornável nos estudos sobre antropologia da religião. *Uma Comunidade Amazônica* pretendia ser o exemplo de monografia com o objetivo de representatividade da região amazônica, de caracterização cultural, e de aplicação prática de um projeto de saúde pública. Este trabalho seguia em acordo com as ideias preconizadas nos estudos de comunidade desenvolvidos desde os anos 1920, por Robert Redfield e outros, com quem Wagley trabalhara como estudante e jovem pesquisador, ainda nos Estados Unidos, em suas pesquisas na Guatemala.

Naquele momento, os estudos de comunidade tinham como objetivo promover o conhecimento da sociedade por meio da pesquisa, e propor a intervenção política. E em seu trabalho, Wagley discutiu a questão do “atraso e subdesenvolvimento” da região amazônica, buscando privilegiar os aspectos sociais e culturais do problema, evidenciando assim, a importância da contribuição de antropólogos em projetos de desenvolvimento. O livro teve grande repercussão, tendo sido publicado originalmente em inglês, em 1953⁷; e quatro anos depois surgiu a primeira edição em português, pela Editora Nacional (São Paulo). Devido sua importância no campo dos estudos socioantropológicos no Brasil, foi posteriormente republicado em duas importantes coleções, a saber: a 2ª edição, de 1977, representando o volume 290 da Coleção Brasileira da mesma editora; e numa terceira edição, em 1988, em consórcio entre as editoras Itatiaia, de Belo Horizonte e Editora da Universidade de São Paulo, na Coleção Reconquista do Brasil, desta vez alçado à posição de volume 136.

A obra de Charles Wagley no Brasil já foi tema de dissertações de mestrado (ROSA, 1993; AGRA, 2004; FIGUEIREDO, 2004) além de inúmeros outros trabalhos que buscam dar o destaque merecido deste antropólogo entre nós, por meio dos avanços nas questões apontadas por ele. Pelo conjunto da obra e postura diante da formação de pesquisadores, por duas vezes Wagley recebeu a homenagem de seus pares, sendo a primeira por ocasião

⁷Nos Estados Unidos *Amazon Town a study of man in the tropics*, 1953, New York, Macmillan; em 1964, 2ª edição, New York, Alfred Knopf; em 1986, 3ª edição com Posfácio de Darrel Miller, New York, Oxford University Press. Em 2014 foi publicada a edição de aniversário com o título *Amazon Town a study of human life in the tropics*, New York, Oxford University Press. Para uma relação das publicações de Charles Wagley, PACE 2014, Apêndice 1.

de sua aposentadoria da Universidade da Flórida (*Brazil: Anthropological Perspectives: Essays in Honor of Charles Wagley*. Maxine L. Margolis and William E. Carter, eds) e, mais recentemente, em homenagem ao centenário de seu nascimento, o Museu Paraense Emílio Goeldi publicou um dossiê da Revista de Ciências Humanas dedicado a Wagley com a contribuição de seus colegas americanos⁸ (MPEG, 2014).

Neste volume trazemos a análise de professores e estudantes brasileiros que se debruçaram sobre a trajetória acadêmica de Charles Wagley e Eduardo Galvão, e o leitor poderá conferir cada uma das interpretações de seu trabalho e o reconhecimento da importância da obra acadêmico-científica desses diletos colegas e, principalmente dos caminhos abertos por eles, que propiciaram o avanço no conhecimento antropológico da região. A maioria dos artigos que compõem esta publicação apresentam como os trajetos e a extensão da participação dos dois pesquisadores, na qualidade de interlocutores entre as diversas esferas da sociedade brasileira, trabalhando com diferentes grupos étnicos e rurais, contribuíram para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de formação na antropologia brasileira.

Na primeira parte reunimos as contribuições dos que não apenas conhecem a obra de Wagley, mas que tiveram o privilégio de desfrutar diretamente do convívio e das atividades realizadas por Charles Wagley e Galvão; ou indiretamente, por meio de análise aprofundada de sua obra.

Iniciando com o artigo de Lucio Flávio Pinto sobre o cinquentenário de publicação de *Uma Comunidade Amazônica*. As homenagens prestadas em 2003 continuam válidas e vívidas no momento do centenário de nascimento do autor e por isso foram atualizadas na nota carinhosa de Alessandra Bastos para não esquecermos o pioneirismo na divulgação para o Brasil e o mundo da importância de se conhecer o modo de vida do caboclo amazônico e o uso adequado que ele faz dos recursos da região.

⁸Roberto da Matta é o único brasileiro que figura entre os autores, assinando também como professor da Universidade Notre Dame, Indiana, nos Estados Unidos.

Richard Pace, o último estudante orientado por Charles Wagley e grande parceiro no empenho de analisar e divulgar seu trabalho entre os estudantes brasileiros contextualiza a obra do mestre americano, e as significativas diferenças na recepção de seus trabalhos nos Estados Unidos e no Brasil.

Em seguida apresentamos os testemunhos de alguns dos decanos da antropologia brasileira, que para nossa honra são paraenses: Antonio Maria Santos, Orlando Sampaio Silva, Raymundo Heraldo Maués e Samuel de Amorim e Sá. Além de profissionais reconhecidos em seus campos específicos de conhecimento antropológico, esses nossos colegas de hoje foram, cada um, também colegas do homenageado, o que torna suas apresentações mais ricas e significativas.

Antonio Maria Santos e sua orientanda Ellana Fiana Souza da Silva trazem o sensível registro de pessoas que trabalharam diretamente com Eduardo Galvão no Museu Paraense Emílio Goeldi e “por tabela”, desfrutaram da ambiência intelectual e metodológica ampliada e igualitária que marcava a docência recebida de Wagley. Orlando Sampaio analisa pormenorizadamente a obra de Wagley, em suas palavras, inseparável da de Eduardo Galvão, chamando a atenção para os aspectos que então se destacavam nos estudos antropológicos, a saber, as questões de *mudança cultural-aculturação* consequentes dos encontros entre uma sociedade indígena e a sociedade inclusiva. Apresenta o conceito e o contexto em que tais estudos surgiram nos Estados Unidos e como Wagley o transportara, em suas pesquisas, para a antropologia que então se fazia no Brasil. Heraldo Maués nos apresenta o depoimento direto de um dos períodos mais tensos para produção científica brasileira, sobretudo para as ciências sociais, que foi durante a tomada do poder central pelos militares. Neste momento muitos arranjos tiveram que ser feitos para que a continuidade da vida acadêmica fosse mantida com o mínimo de integridade ética e seu artigo mostra o papel de Wagley, junto com seus colegas brasileiros, que conseguiram realizar a Reunião Brasileira de Antropologia em Belém, uma vez que os militares proibiram tal evento na Universidade de Brasília, onde estava prevista.

Samuel Sá, Soraia Melissa Failache Soares e Maria Bárbara Figueira discorrem sobre a amplitude no campo das relações desenvolvidas por Wagley e sua inserção no mundo das artes, incorporando a participação de artistas diretamente em suas obras; ou ainda, tornando-se inspiração ou sendo ele mesmo personagem em romances de grandes nomes da literatura brasileira.

O artigo de Marilu Márcia Campelo discorre sobre a trajetória do professor Artur Napoleão Figueiredo, decano da antropologia na Universidade Federal do Pará, e uma das pessoas que tiveram a oportunidade de usufruir do ambiente frutífero de formação acadêmica criado por Wagley e Galvão em Belém, e cuja obra se inscreve nos fundamentos da antropologia da Amazônia. Em reflexão inspiradora, do ponto de vista da análise dos conhecimentos produzidos sobre a “misteriosa” região Amazônica, Denize Adrião e Jerônimo Alves apresentam a comparação entre as visões de Bates e Wagley, autores distantes um século um do outro, mas ambos preocupados com os elementos com os quais se pensavam, então, a vida dos homens dos trópicos.

Encerrando esta primeira parte, contamos com a participação de Priscila Faulhaber, cujo trabalho “*Charles Wagley, o Conselho de Fiscalização e os vínculos com o Brasil nos anos 1940*” analisa os documentos encontrados nos arquivos do Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas, sob a guarda do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Além da importante reflexão sobre aquele momento histórico, o artigo reitera a frutífera parceria da Universidade Federal do Pará com o MAST, cujo acervo concentra parte importante da história da antropologia no Brasil.

A segunda parte do livro apresenta os trabalhos de jovens pesquisadores, estudantes da graduação e da pós-graduação que, direta ou indiretamente, seguem as trilhas abertas por Wagley e Galvão. O primeiro capítulo foi escrito coletivamente por estudantes que se dedicaram a aprofundar a contribuição dos mencionados autores ao que conhecemos em nossa disciplina como “*estudos de comunidade*”. Em uma excelente análise nos mostram

como tais estudos podem, ainda hoje, ser utilizados no entendimento das populações rurais e ribeirinhas da Amazônia, com ênfase nas práticas de produção pesqueira. Também na trilha de uma revisão bibliográfica, Danna Silva e sua orientadora, Edila Moura, discorrem sobre como Charles Wagley tratou o tema do trabalho em sua obra *“Uma comunidade Amazônica”*, em comparação com o que foi analisado no nordeste por Afrânio Garcia.

Francisco Rente Neto, Genisson Chaves e Luenice Reis trazem suas contribuições analisando aspectos importantes do mundo social e do trabalho das populações ribeirinhas na calha do rio Amazonas. Os dois primeiros apresentam rica reflexão sobre o mundo das águas, como palco das lides diárias e, principalmente, em seu contexto simbólico e imaginário. Luenice, por sua vez, mergulha na vida de trabalho de mulheres de uma pequena comunidade da Ilha do Marajó que, diante de uma nova ordem econômica, passam a se dedicar à coleta do açaí, buscando atender a demanda de um mercado cada vez maior.

Euniane Ramos, gurupaense nata e antropóloga por formação, aproveita-se dessa dupla condição para investigar a produção fotográfica de Charles Wagley buscando identificar, em Gurupá, familiares e amigos dos retratados. Sua análise sensível nos leva a percorrer os caminhos do antropólogo-fotógrafo, e a sua própria, como pesquisadora. Fechando o circuito, Breno Sales e Pedro Cruz colocam seu foco de investigação no fruto mais direto de Wagley entre nós e que temos a oportunidade de partilhar, em nossas aulas e convívio diário: a presença dedicada e sensível do professor Samuel Sá. Por fim, os bolsistas do *Projeto Charles Wagley como articulador institucional*, Aldair da Silva Freire, Lenita Pantoja Silva, Gabriela Galvão Braga Furtado e Yuri José Castro da Cruz, capitaneados pelo Prof. Milton Ribeiro, analisam as imagens produzidas pelo brasilianista e outras fotografias que registram momentos de sua trajetória no Brasil.

O fato de termos mobilizado a atenção de jovens estudantes para a história da antropologia no Brasil em geral e na Amazônia em particular, já constituiu, no meu ponto de vista, um imenso feito. Desde o início dos anos 1990 atuo como professora na graduação

de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, e por muitas vezes fui interpelada por um ou outro estudante, empunhando livro ou artigo de algum autor estrangeiro, expoente da teoria antropológica ou sociológica. Todavia, esse mesmo estudante raramente tinha lido ou ouvido falar de autores brasileiros, menos ainda da “*prata da casa*”, muitas vezes mais reconhecida fora dos muros da UFPA.

Outro momento que valeu todo o empenho que dedicamos ao projeto foi a realização do seminário em Gurupá. Cabe lembrar que o município de Gurupá, hoje isolado e de difícil acesso, já foi central nos principais momentos de transformações históricas da Amazônia, desde antes da colonização européia até a época da borracha. Localizada na foz do rio Xingu, a cidade de Gurupá se encontra entre duas importantes áreas culturais da Amazônia e, neste sentido, se mostra como um ponto estratégico, com uma rica história ainda por ser desvelada, cujos testemunhos são os patrimônios existentes no local, que incluem os sítios pré-coloniais e coloniais, resultado de ocupações mais recentes (incluindo-se os sítios de terra preta com intensa presença arqueológica, o forte de Santo Antônio, quilombos, cemitérios judaicos, etc.), bem como as histórias orais relacionadas à cultura local. De fato, Gurupá representa uma rica participação na história da Amazônia que, em grande parte foi revelada pela obra de Charles Wagley.

REFERÊNCIAS

- AGRA, Klondy Lúcia de Oliveira. 2004. *Tradução e Representação da Amazônia: Uma análise da obra de Charles Wagley, Amazon Town, e de sua tradução para o português brasileiro*. Dissertação Mestrado em Linguística. Universidade Federal de Rondônia.
- CORRÊA, Mariza. *As Reuniões Brasileiras de Antropologia – cinquenta anos (1953-2003)*. Brasília: ABA. 2003.
- COSTA, Antonio Maurício Dias da. 2009 “Pesquisas antropológicas urbanas no ‘paraíso dos naturalistas’”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 52, n.2, pp.735-761.
- DOMINGUES, Heloisa Bertol. 2008. “Tradução Cultural na Antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e de Charles Wagley à Amazônia”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, vol. 3, n. 1, p. 31-49.

- FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. 2004. *Cuidando da Saúde do Vizinho: as atividades de antropólogos norte-americanos no Brasil*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de Campinas.
- GALVÃO, Eduardo. [1955] 1976. *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro (Coleção Brasileira, 284).
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. 1999. "Memória da antropologia da Amazônia ou como fazer ciência no "paraíso dos etnólogos". In: MAUÉS, R. H. *Uma outra invenção da Amazônia. Religiões, histórias, identidades*. Belém, CEJUP. pp.27-54.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. 1990. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo, Nova Stella.
- MELLATTI, Júlio Cesar. 1984. "Antropologia no Brasil: um roteiro". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*, v.17. pp.3-52.
- MPEG 2014. *Boletim do Museu Goeldi Ciências Humanas*. Belém, vol. 9, n. 3, Dossiê um tributo a Charles Wagley (1913-1991).
- PACE, Richard. 2014. "O legado de Charles Wagley: uma introdução". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, vol. 9, n. 3, pp. 597-602.
- RIBEIRO, Darcy. 1979. "Prefácio". In GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. pp.11-15.
- ROSA, Francisco Tadeu Ribas Santos. 1993. *A aliança e a diferença: uma leitura do itinerário intelectual de Charles Wagley*. Campinas, Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de Campinas.
- SCHMINK, Marianne. Charles Wagley's legacy of interdisciplinary graduate research and training programs at the University of Florida. In *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 9, n. 3, pp. 661-674.
- VELHO, Gilberto. 2004. "Becker, Goffman e a Antropologia no Brasil". In GASTALDO, Édison (org.) *Erving Goffman desbravador do cotidiano*. Porto Alegre, Tomo Editorial. pp.37-45.
- WAGLEY, Charles. [1953] 1957. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 1ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

WAGLEY, Charles. [1953] 1977. *Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 2ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Coleção Brasileira, 290).

WAGLEY Charles. [1953] 1988. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução Clotilde da Silva Costa. 3ª edição, Belo Horizonte, Itatiaia;São Paulo, EDUSP (Reconquista do Brasil, 2ª série, vol.136).

PARTE I

CHARLES WAGLEY E O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

UM PASSEIO COM WAGLEY E GALVÃO PELA AMAZÔNIA DEVASTADA⁹

Lúcio Flávio Pinto
jornal@amazonet.com.br

Duas datas importantes para a Amazônia estão passando em brancas nuvens: os 90 anos do nascimento do antropólogo estadunidense Charles Wagley e os 50 anos da publicação do principal livro que ele escreveu, *Amazon Town: a Study of Man in the Tropics* (na tradução brasileira, de Clotilde da Silva Costa, “Uma Comunidade Amazônica - Estudo do Homem nos Trópicos”), um dos merecidos clássicos da bibliografia amazônica.

Tanto a vida quanto a obra de Charles Wagley têm importância para nós. Brilhante aluno de Franz Boas nos Estados Unidos, ele trouxe em sua bagagem uma novidade sobre o conhecimento humano, a Antropologia Cultural, formulada por seu mestre, quando veio participar do esforço aliado de guerra, incorporando-se em 1942 ao legendário SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), cujos escombros viriam a se abrigar sob a sigla da Funasa¹⁰.

Na companhia de um discípulo brasileiro tão brilhante quanto ele fora de Boas, o carioca Eduardo Galvão, Wagley transitou entre as comunidades aculturadas de caboclos e os índios, registrando seus modos de vida e suas relações com o mundo exterior no estilo dos melhores intelectuais: texto elegante e observações comprometidas com suas ferramentas teóricas de observação e com a melhoria das condições de vida de seus objetos de estudo.

⁹Versão revista do artigo publicado na *Revista ECO 21*, em 2003, Rio de Janeiro, edição n.80. Disponível em <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=522> Acesso em 24/03/2017.

¹⁰O SESP atuou como agência bilateral até 1969, quando foi transformado em Fundação SESP e, nos anos 1990, FUNASA.

As relações entre Wagley e Galvão, no Brasil e nos Estados Unidos, no meio da selva ou nos gabinetes da academia, constituem um dos momentos mais ricos da história cultural brasileira do século passado. Escreveram livros que resistem à deterioração do tempo como testemunhos de época e referências permanentes para a compreensão do passado, do presente e do futuro desta enorme e maltratada fronteira.

Por meio da leitura de *Amazon Town*, lançada no Brasil três anos depois da edição estadunidense, pode-se penetrar numa comunidade nativa da foz do rio Amazonas (rebatizada como Itá), descobrindo seus segredos e percebendo suas relações sociais, tendo o autor como guia percuciente. Mas não se trata apenas de um excepcional estudo de caso ou um *survey* bem afinado.

Graças ao seu poderoso equipamento intelectual e a sensibilidade para com os dramas humanos, Wagley não apenas produziu um clássico das ciências humanas, de igual valor aos que Bates e Wallace extraíram das brenhas tropicais para as ciências exatas um século antes, mas uma referência indispensável para entender o passado e o presente da Amazônia, um guia de inquietações e sugestões para antever seu futuro, melhor do que ele se encontra delineado.

Entre as décadas de 1940 e 50, quando viveu e pesquisou na Amazônia, e a de 1970, quando a reviu para uma nova apresentação do seu livro, Wagley se defrontou com a maior de todas as novidades surgidas na região, de efeitos literalmente devastadores: as chamadas estradas de integração nacional. Como ele observou no Prefácio à segunda edição brasileira de *Uma Comunidade Amazônica*, lançada mais de duas décadas depois da primeira (o que dá uma medida da nossa fragilidade editorial), as estradas, além de meio de transporte, eram um poderoso agente de cultura e civilização, ou de incultura e incivilidade, conforme a ótica.

Se, por um lado, essas rodovias significavam “a queda da última barreira mundial à circulação de automóveis e caminhões de transporte, e a conexão com as principais artérias de tráfego do Brasil”, Wagley não podia deixar de também salientar que “um dos mais delicados sistemas ecológicos do mundo, a floresta pluvial amazônica, se acha agora em perigo. Ver-se-á toda a intensidade de vida da região amazônica transladar-se do grande sistema fluvial para as proximidades das rodovias; ao invés das várzeas dos rios, ocupar-se-á a terra firme”. Ainda que nas várzeas estejam “as terras férteis, pois, anualmente, recebem o limo dos rios, enquanto a terra firme é geralmente pobre para a agricultura”, o novo eixo de conquista era rasgado nas desconhecidas terras altas, atraindo para elas uma intensa migração.

Depois dessas transformações, a Amazônia nunca mais seria a mesma. O problema estava não na mudança em si, elemento constante na história dos homens, mas na mudança para pior: “Devo admitir que Itá mudou mais do que eu podia imaginar. Essa mudança, porém, não se operou da forma como eu imaginava”, confessa Wagley. Ele não gostaria que de seu prefácio de 1975 emanasse um odor pessimista, mas, aos 62 anos, depois de três décadas de envolvimento com a região, mesmo com seus modos delicados, preocupado em não ferir suscetibilidades entre seus conterrâneos adotivos, via-se obrigado a admitir que se sentia desanimado: “...de fato, até com receio. Parece-me que o Brasil está tentando mudar a Amazônia mais com espírito patriótico do que com o verdadeiro planejamento científico”.

A constatação, válida ontem como hoje, a partir do relacionamento do que os homens fazem na Amazônia e do que a ciência lhes recomenda fazer. Essas são duas paralelas aparentemente condenadas a seguir até o infinito. De um lado, a irracionalidade do processo de ocupação, não só desviado das terras férteis para os solos inconsistentes, com sua cornucópia de efeitos perversos, mas também produto da diretriz da ação: “O objetivo em longo prazo é a cultura de exportação, não a ocupação da terra”, no sentido da fixação do homem à região de forma saudável, positiva.

A nova economia amazônica “*tende para a continuidade do extrativismo, mas sob nova forma*”. Do extrativismo vegetal a região passaria para o extrativismo mineral, do qual não resultaria benefício para o seu povo.

O verdadeiro progresso só poderia surgir a partir de uma lição da história: *Uma nova sociedade não pode nascer do nada; deve ser construída a partir de antecedentes históricos. A nova sociedade que o Brasil pretende criar na Amazônia terá por base o conhecimento que o povo dessa região acumulou durante séculos, dos tempos aborígenes ao presente, diz Charles Wagley, acrescentando que essa é uma herança rica que jamais deverá ser ignorada na moderna conquista da Amazônia.*

Mas como recuperar esse saber e aduzir-lhe as contribuições do conhecimento científico se as instituições científicas da Amazônia “*são débeis, em comparação com as existentes no Sul do Brasil*”? Como elaborar modelos de integração do homem à natureza, no momento mesmo em que a fronteira está sendo aberta, e fazer essas diretrizes chegarem e ser adotadas pelas frentes de expansão, se a ciência local é assim tão pouco expressiva?

Mesmo com os choques que sofreu ao voltar à sua icárica Itá, duas décadas depois do primeiro contato, e das tristes notícias que lhe chegavam do Brasil, Charles Wagley tinha consciência de que seu livro amazônico estava acima das turbulências do mundo transitório e da cultura de ocasião. Por sua consistência (e, mais do que por ela, devido a sua estatura humana), surgira para ficar para sempre. “*Ao refletir sobre o passado, sei agora que sou essencialmente um humanista; e chego à conclusão de que este foi um livro humanista com mensagem humanista*”, foram suas últimas palavras do Prefácio.

Permanecia esse grande humanista quando voltei a vê-lo e jantei com ele e sua encantadora esposa, a brasileira Cecília Roxo Wagley, em sua confortável casa em Gainesville, no estado da Flórida, em 1984.

Àquela altura professor emérito e monumento vivo, cada palavra dele devia ser sorvida e apreciada como os vinhos superiores, produzidos em longos tempos, desde a maturação da uva à temperança do líquido. Wagley se foi (morreu em 1991), mas sua obra merece ser difundida e sua memória cultuada.

Pretendi, no ano passado, passar mais um tempo em Gainesville produzindo um trabalho sobre ele, em associação com sua mais fértil extensão no Brasil, Eduardo Galvão, com quem tive longas conversas no Museu Emílio Goeldi. Marianne Schmink e Charles Wood, duas outras marcantes sementes resultantes da sementeira de Wagley, aderiram de pronto à idéia. Mas as misérias plantadas no caminho de um jornalista crítico na Amazônia me impediram de voltar ao oásis que o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida tem representado na minha vida.

Frustrado o projeto, ao menos por enquanto, aguardei que alguém lembrasse do cinqüentenário de *Amazon Town*. Finalmente, a última edição do caderno “Fim-de-Semana”, da Gazeta Mercantil, quebrou o silêncio desconfortável. Mas o artigo escrito por Rodolfo Guttilla, diretor de assuntos corporativos da Natura Cosméticos, ainda não é o registro que o livro merece. Mesmo que a data não alcance seu eco merecido, o leitor mais inteligente pode fazer sua festa sozinho. Desde que consiga encontrar, em algum sebo, remanescentes das três edições que essa grande obra teve até agora entre nós. Vai descobrir então porque *Amazon Town* é valioso para nós. Tão valioso quanto para qualquer cidadão do mundo interessado em saber o que acontece quando o Homem devassa uma área nova do Planeta.

Charles Wagley falou da Amazônia para o mundo inteiro. Raros conseguiram alcançar semelhante auditório.

“UMA FESTA PARA TODOS NÓS” – LÚCIO FLÁVIO PINTO E UM REFRESCAR DAS MEMÓRIAS DE CHARLES WAGLEY SOBRE A AMAZÔNIA

Alessandra Cristina Gaia Bastos
acgb.ale@gmail.com

Na ocasião dos 90 anos de Charles Wagley e de 50 anos da publicação de sua obra-prima “*Amazon Town*” – Uma Comunidade Amazônica, o jornalista paraense e também sociólogo, Lúcio Flávio Pinto, em texto sucinto, relembrou não apenas a jornada do antropólogo americano no Brasil, mas também a atualidade de suas discussões sobre os rumos da Amazônia no plano de desenvolvimento nacional. Considerado como um dos primeiros brasilianistas e, nos termos cunhados pelo antropólogo Samuel Sá – um dos legados da frutífera parceria entre Charles Wagley e Eduardo Galvão –, um “cultural broker”, Charles Wagley é retratado por Lúcio Flávio Pinto como um grande humanista, que não apenas coletou informações sobre uma região historicamente “exótica”, mas se engajou no entendimento e na proteção dessa região, tanto de seus recursos naturais quanto da cultura de sua população.

Como um estrangeiro, Charles Wagley conseguiu enxergar uma riqueza cultural nas populações tradicionais da Amazônia que continua não sendo visível para uma maioria constrangedora de brasileiros. Seu trato e seus estudos sobre as populações tradicionais, a relação social entre eles, e a relação entre homem e natureza, demonstraram ser muito mais humanistas do que os estudos e os projetos executados pelos sucessivos governos no local, em suas mais variadas esferas. Enquanto Wagley concebia um desenvolvimento levando em conta toda a carga cultural e histórica local, o desenvolvimento imposto pelos próprios

brasileiros, partiu de uma ideia de Amazônia como “terra de ninguém”, “lugar vazio”, lugar de exploração. Na década de 1940, Wagley já discutia elementos de sustentabilidade e do poder das populações tradicionais. Hoje, quase 70 anos depois, essas discussões são consideradas “inovadoras” nos estudos sociológicos de instituições de pesquisa nacionais.

Ao citar partes do Prefácio à segunda edição de *Uma Comunidade Amazônica*, quando Charles Wagley revisitou Itá, Lúcio Flávio Pinto procura demonstrar o quanto as transformações dos grandes projetos da década de 1970, preocupavam o antropólogo quanto ao futuro da região amazônica. Wagley não compreendia como um desenvolvimento proposto pelos Projetos de Integração Nacional, com suas estradas e políticas de assentamento quase sem nenhum estudo prévio sobre os impactos ambientais e sociais, poderia estar sendo levado a cabo em uma região que tinha tanto a oferecer, com tanta experiência acumulada pelas populações tradicionais, sendo sumariamente ignorada pela *expertise* de fora. Novamente, são constatações e questionamentos que assim como Charles Wagley fez no passado, continuamos a nos fazer até hoje. Lúcio Flávio Pinto é certo em afirmar que Charles Wagley (e Eduardo Galvão): “Escreveram livros que resistem à deterioração do tempo como testemunhos de época e referências permanentes para a compreensão do passado, do presente e do futuro desta enorme e maltratada fronteira”.

CHARLES WAGLEY: PERSPECTIVES FROM BRAZIL AND THE USA

Richard Pace
richard.Pace@mtsu.edu

Charles Walter Wagley (1913-1991) was an American anthropologist who specialized in the study of Brazil. He is considered a pioneer in Amazon studies, one of the first social scientist to systematically conduct research on race and ethnicity in Latin America, founder of Brazilian Studies in the USA, and one of the founders of modern Brazilian ethnology (CHERNELA, 2002; DAMATTA, 2014). He is identified as both an Indigenist, studying the Tapirapé and Tenetehara, and a Brazilianist, studying rural populations in the Amazon and in Bahia, as well as writing about Brazilian national culture as a whole. This breadth of study sets him apart from many of his contemporaries. Even today Wagley's range of scholarship is fairly exceptional among researchers of Brazil.

Wagley made important contributions to the community studies approach in anthropology as well as the study of ecology and demography. Through joint research with his various doctoral students (e.g., Eduardo Galvão, Marvin Harris, and Emilio Moran, as well as co-researcher Thales Azevedo) he classified the cultural areas of Brazil, carried out acculturation/cultural change studies among Indigenous groups, did early scholarship on African-Brazilian culture in the Northeast, and coordinated multidisciplinary research on Amazon economic development. He regularly lectured in Brazil and trained many Brazilians and Brazilianists at Columbia University and the University of Florida, many of whom went on to prominent careers.

Although well known in Brazilian anthropology, as indicated by the above accomplishments, curiously, Wagley is not as well recognized in his native United States. This statement might puzzle those who have read his books and articles, or at least read

about him in scholarly journals. Yet with any systematic scanning of anthropological theory texts outside of Brazil, his name is infrequently mentioned. As a personal anecdote to demonstrate the gap between his well-known and appreciated accomplishments in Brazil versus his apparently ancillary status in the USA, I recall an experience when trying to ascertain Wagley's place in anthropological history in preparation for his 100 year commemoration in 2013. Through an e-mail exchange I consulted Richard Warms, who is a credentialed and actively publishing authority on who's who in anthropological theory in the Anglophone and Francophone worlds. I explained that as a former student of Wagley I was eager to honor my mentor posthumously through a collection of publications to be compiled jointly with a cohort of other former students and colleagues. In order to sum up Wagley's career from a disciplinary perspective, I asked if Warms could offer a concise assessment of Wagley's impact on anthropology.

Warms responded quickly to my inquiry with a very cordial, but disappointing summation of Wagley's contribution. Wagley, he wrote, was considered a very good mentor for a number of successful anthropologists, but in terms of theoretical contributions, did not place among the top echelons of anthropology's most influential scholars. Being puzzled by this response, I persisted in my correspondence. Warms and I made points and counter-points via email. Finally, just as I was resigned to the fact that I was mentored by a good, but not great personage in the world of anthropological theory, I received a high alert e-mail from Warms requesting a last-minute 1000 word entry on Wagley to appear in an upcoming encyclopedia of anthropological theory. As I worked diligently to complete the request (PACE, 2013), I pondered whether my email exchanges had unwittingly lobbied for Wagley's place in the Anglophone anthropological history. And if so, how did events unfold to the point that lobbying would have been necessary for an individual with such a distinguished career? In the pages that follow, I will speculate why this is so as I review the highlights of Charles Wagley's long career.

Background and Major Works

Charles Wagley earned his bachelor's degree and PhD in anthropology from Columbia University. During his studies Wagley took classes with Franz Boas, Ruth Benedict, Ruth Bunzel, and Ralph Linton. It was the latter three, however, who had the greatest influence on him. With financial support from Bunzel he conducted dissertation research in the highland Guatemalan community of Santiago Chimaltenango in 1937. The research resulted in his doctorate degree granted in 1941 (in those times, a dissertation had to be published by an academic press before the degree could be conferred, hence the delay, see Kottak, 2014).

Through the influence of Linton, Wagley became interested in acculturation studies and for his second ethnographic research sought to examine a remote group experiencing rapid change. At the time Columbia University had close institutional ties with the Brazilian National Museum in Rio de Janeiro. Through this affiliation, the museum director, Heloísa Alberto Torres, was able to recruit Wagley to conduct research in Brazil. With the support of Heloísa and advice and guidance from anthropologist Alfred Métraux, Wagley selected to study the Tapirapé. In 1939 he journeyed up the Araguaia River to spend over fifteen months among the group.

During his fieldwork Wagley lost contact with the National Museum as he suffered through a nearly fatal case of malaria while also being cut off from the rudimentary mail service by excessive flooding. Concerned about his well-being, Heloísa sent out a team to find him. On the team was a young intern named Eduardo Galvão. Upon meeting, the two quickly became friends and developed a professional relationship that lasted until Galvão's death in 1976. Galvão became Wagley's first graduate student at Columbia University as well as Brazil's first anthropology PhD. Galvão went on to play a crucial role in developing Brazilian anthropology.

In 1940 Wagley married Cecília Roxa who was from a prominent Brazilian family from Rio de Janeiro. Through her family connections Wagley was able to establish and

maintain multiple ties with Brazilian intellectuals and literary figures of the era. For example, he regularly corresponded with Gilberto Freyre, worked alongside Dalcido Jurandir in the Amazon, and hobnobbed with Jorge Amado who even wrote Wagley into his novel *Tenda dos Milagres* (1969) as James D. Levenson.

In 1941 Wagley and Galvão teamed up to conduct another study of acculturation among the Tenetehara, which resulted in the book *The Tenetehara Indians of Brazil* (1949). Their research, however, was interrupted with the US entry into World War II. As Wagley prepared to return home to enlist in the US military, he was recruited instead to participate in a collaborative Brazil-USA program created by the newly formed SESP. The program's goal was to improve the health of rural workers for the purpose of increasing the extraction of key natural resources needed for the war-time effort. Wagley worked from 1942 until 1945 in the Northeast and the Amazon. In Pará he worked primarily with rubber tappers as he helped set up health posts and produce culturally appropriate educational materials on maintaining personal health and malaria prevention. This endeavor was actually one of the earliest examples of applied medical anthropology. Wagley's work was so successful that following the war the Brazilian government presented him with the prestigious Medal of War and named him to the National Order of the Southern Cross, which is an honor given to foreigners in recognition of significant service to the nation.

After the World War II ended, Wagley returned to the US and resumed teaching and researching at Columbia University. But it was not long before he returned to Brazil. In 1948 Wagley again teamed up with Galvão, and with both their wives, to conduct research in one of the communities under SESP's war-time purview: Gurupá. Their collective research resulted in Galvão's doctoral thesis and later book, *Santos e Visagens* (1955) and Wagley's classic 1953 ethnography of rubber tappers, *Amazon Town* (still in print). From 1951-52 Wagley teamed-up with another Brazilian anthropologist, Thales de Azevedo, to lead the Bahia State-Colombia University Community Study Project. Wagley had originally designed the project to parallel the cultural ecology focus of his colleague Julian Steward's project in Puerto Rico, *The People of Puerto Rico* (1956). However,

following a suggestion by Métraux (then a permanent member of Unesco's Department of Social Science), Wagley focused instead on the question of race relations. The research resulted in the first comparative anthropological study of race-relations in Brazil in Wagley's edited *Race and Class in Rural Brazil* (1952).

As Wagley's career continued at Columbia University, he performed exceptionally well and was promoted to become the first Franz Boas Professor of Anthropology, a very prestigious position. During this time he also became a crucial figure in establishing area study programs in the USA, along with his colleague Robert Redfield. As part of this effort he became the first director of the Institute of Latin American Studies at Columbia University. Wagley continued publishing his research. Building upon the Bahian research, he described the cultural area of Plantation America in his 1957 article "Plantation America: A Culture Sphere" (after criticism from Melville Herskovits, Wagley changed the label to Afro-America; see Hay, 2014, p. 700, note 12). In 1958 Wagley collaborated up with his most prominent US student and by then a colleague at Columbia University, Marvin Harris, to co-author the first-ever cross-cultural comparison of minorities—*Minorities in the New World: Six Case Studies*. In 1959 Wagley wrote his influential "Social Race in the Americas". This article was a foundational piece documenting the cultural construction of "race".

In 1962, after two decades of research in Brazil, Wagley decided to focus on Brazilian national identity and published *An Introduction to Brazil*. He patterned the book after Ruth Benedict's post-war study of Japan, *The Chrysanthemum and the Sword* (1946). Wagley was careful, however, to avoid Benedict's mistakes of oversimplifying culture by including descriptions of regional, racial, and class diversity in addition to the unifying themes of Brazilian national culture. In 1970 Wagley was elected the President of the American Anthropological Association and then served from 1971-72. In an unfortunate turn of events, in 1971 Wagley was robbed in his New York City apartment elevator. Exasperated with the declining state of the city and Columbia University, he decided to relocate to the University of Florida where he remained for the rest of his life

While at the University of Florida Wagley published his Tapirapé material, which he collected from 1939 to 1965. The book was entitled *Welcome of Tears: the Tapirapé Indians of Central Brazil* and was published in 1977. With the construction of the Transamazon Highway, Wagley began his last project by training students to investigate the massive socioeconomic and environmental changes underway in the region. He had the foresight to understand the value of cross-disciplinary research, and thereby encouraged his students to complement their anthropological training with studies in natural science, agricultural, and forestry (see MORAN, 2014, p. 632). His 1974 edited volume, *Man in the Amazon*, reflects this focus, which was also demonstrated in his work to create what eventually became the interdisciplinary center for Tropical Development and Conservation at the University of Florida.

Critical Contributions to Anthropology

In his research projects and publications, Wagley was influenced by, and made important contributions to, a number of theoretical and methodological approaches of the time. Among these are the fore-mentioned research on culture change in Amazonia, the extension of the community study method to peasant communities following the lead of anthropologist Robert Redfield (most notably in *Amazon Town*), contributions to Julian Steward's cultural ecology approach such as in the 1951 comparison of demographic collapse and cultural survival in Amazonia described in "Social and Cultural Influences on Population in Two Tupi Tribes", and additions to the cultural area concept for Latin America through the description of Plantation America and Wagley and Harris' 1955 "A Typology of Latin American Subcultures."

Additionally, following in the tradition of Franz Boas, Wagley's description of social race in Latin America was a clear statement on the arbitrary nature of racial classifications. Wagley emphasized that race in the Americas could be based on phenotype, descent, language, dress, wealth, social customs, and/or self-identification; and could change depending on circumstances. His joint work with Harris on race relations and minorities,

each ground-breaking approaches, greatly influenced Harris' later work on racial classification and racism. Wagley's ecological focus and early demographic work also influenced Harris' conceptualization of cultural materialism. Wagley, however, was not a dogmatic materialist. His tendencies toward eclectic interpretations eventually led to a theoretical parting with Harris and their collaborative projects. Still, they remained close friends and Harris even relocated from Columbia University to the University of Florida in 1980 at the behest of Wagley.

In a precursor to the anthropological turn to globalization, Wagley's works contained insightful discussions of colonial and neocolonial domination and resistance. For example, in *Amazon Town* he carefully describes the debt-peonage system which linked the European and American industrial centers, down through a chain of intermediaries to lowly rubber tappers in his *Amazon Town*. Wagley also introduced innovative approaches to the study of kinship, acculturation, cultural ecology, and race/ethnicity to several generations of Brazilian scholars. Earlier in his career he even patiently explained the complexities of kinship terminological systems to a novice Claude Levi-Strauss.

Overshadowed?

Despite this list of accomplishments, why has Wagley been ignored by anthropological historians, at least outside of Brazil? Perhaps the answer lies in his collaborative approach to theory and fieldwork. One could postulate that it was Wagley's willingness to work with others, and fill in the details of the cutting-edge approaches of his day rather than claiming credit for innovations or novelties, that might have resulted in being overshadowed by colleagues and even his own students. For example, for all his work promoting the community study approach in anthropology, it is Robert Redfield who gets the credit for the method. For all his work on ecology, it is Julian Steward who gets recognition for the Cultural Ecology approach. For all his work on race, it is Marvin Harris that often comes to mind. Even his last work on interdisciplinary approaches to Amazonian development is more likely to be associated with the scholarship of Emilio

Moran.

This synopsis, however, does not need to be the final word on Wagley's contribution to anthropology and Brazilian studies in the Anglophone world. In fact, the writing of history for scholarly contributions can be capricious and result in multiple writings and rewritings of individual contributions. Although not widely realized by non-historians of anthropological theory, "lobbying" for a person's place in history is actually an important and effective device to formulate and then reconfigure the discipline's understanding of who (and what ideas) are really important to us (HANDLER, 2000; STOCKING, 2010). Handler makes this point by stating "history-making matters. Historians of anthropology can bring to light the work of anthropological practitioners who may have been marginalized and subsequently erased from disciplinary memory" (HANDLER, 2000, p. 7). With the revisiting of Wagley's contributions to anthropology in his 100th year commemoration and the resulting publications, such as the present volume, perhaps a reassessment will begin in the Anglophone world. If successful, then much of the rest of the world can learn what Brazilians already understand about the contributions made by Charles Wagley.

REFERENCES

- AMADO, Jorge. 1969. *Tenda dos milagres*. São Paulo, Livraria Martins.
- BENEDICT, Ruth. 1946. *The Chrysanthemum and the sword: Patterns of Japanese culture*. Boston, Houghton Mifflin.
- CHERNELA, Janet. 2002. "Antropologia (etnologia amazônica)". In BARBOSA, Rubens Antonio, Marshall EAKIN, e Paulo Roberto de ALMEIDA (orgs.). *O Brasil dos Brazilianistas: Um Guia dos Estudos sobre Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*. São Paulo, Paz e Terra, pp. 233-268.
- DAMATTA, Roberto. 2014. "Um pequeno tributo para um grande antropólogo". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, vol. 9, n. 3, pp. 617-622.
- GALVÃO, Eduardo. 1955. *Santos e visagens: Um estudo da vida religiosa em Itá, Amazonas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

- HANDLER, Richard. 2000. "Boundaries and transitions". In HANDLER, Richard (ed.) *Inventible Traditions: Essays toward a more inclusive history of anthropology*. Madison, University of Wisconsin Press, pp. 3-10.
- HAY, Fred. 2014. "Race, culture, and history: Charles Wagley and the anthropology of the African Diaspora in the Americas", *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, vol. 9, n. 3, pp. 695-705.
- KOTTAK, Conrad Phillip. 2014. "Charles Wagley: his career, his work, his legacy". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, vol. 9, n. 3, pp. 623-630.
- MORAN, Emilio. 2014. "Foreseeing the big scientific questions: a special gift of Wagley's". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, vol. 9, n. 3, pp. 631-636.
- PACE, Richard. 2013. "Wagley, Charles Walter (1913-1991)". In WARMS, Richard and John MCGEE (eds) *Theory in social and cultural anthropology: An encyclopedia*. Los Angeles, Sage Pub, pp. 901-903.
- STEWART, Julian H. 1956. *The people of Puerto Rico*. Urbana, University of Illinois Press.
- STOCKING, George. 2010. *Glimpses into my own black box: An exercise in self-deconstruction*. Madison, University of Wisconsin Press.
- WAGLEY, Charles and HARRIS, Marvin. 1955. "A Typology of Latin American Subcultures", *American Anthropologist*, vol. 57, n. 3, pp. 428-451.
- WAGLEY, Charles and HARRIS, Marvin. 1958. *Minorities in the New World: Six Case Studies*. New York: Columbia University Press.
- WAGLEY, Charles. 1977. *Welcome of tears: the Tapirapé Indians of Central Brazil*. New York, Oxford University Press.

EDUARDO GALVÃO, CHARLES WAGLEY E A AMAZÔNIA: BREVES MEMÓRIAS EM BELÉM DO PARÁ

Antonio Maria de Souza Santos
sanctus@museu-goeldi.br

Ellana Fiama Souza da Silva
ellana_fiama@hotmail.com

Em novembro de 2013 aconteceu em Belém do Pará o Seminário em homenagem a Charles Wagley, promovido pela Universidade Federal do Pará, com a participação do Museu Paraense Emilio Goeldi. Naquela ocasião, apresentamos uma comunicação fazendo referência aos antropólogos Eduardo Galvão e Charles Wagley. Já em agosto de 2014, apresentamos na 29ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em Natal, uma comunicação com o mesmo título aqui em epígrafe, discutindo, preliminarmente, a temática. Agora, temos aqui um relato um pouco mais circunstanciado com referência aos dois intelectuais do campo antropológico, de saudosa e grata memória.

Considerações Iniciais

Entre os vários pais-fundadores da antropologia brasileira, como Curt Nimuendaju, Castro Faria, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Thales de Azevedo, entre outros, merecem uma menção especial Eduardo Galvão e Charles Wagley. Não somente pelo seu pioneirismo no fazer antropológico brasileiro, como pela importante presença na Amazônia, sobretudo por meio das atividades desenvolvidas no Museu Paraense Emilio Goeldi e na Universidade Federal do Pará. O presente trabalho traz uma abordagem sobre memória, baseada na análise da trajetória acadêmica e pessoal desses dois ícones da antropologia no Brasil. Além das pesquisas acadêmicas por eles desenvolvidas, nossa observação se prende à atuação e legado deixados pelos dois pesquisadores, bem como suas

vivências em Belém do Pará. O estudo foi feito com o objetivo de analisar os espaços frequentados, as construções de laços e identidades desses pesquisadores na Amazônia e sua contribuição enquanto formadores de uma geração de antropólogos que atuam na Universidade Federal do Pará e no Museu Paraense Emílio Goeldi.

Compreendemos que a memória é construída em grupo: *A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso* (SCHMIDT e MAHFOUD, 1993, p. 288).

Não por acaso, os dois autores destas páginas pertencem a gerações diferentes: um que vem desde os anos 1970-80 e a outra, jovem bolsista em Ciências Sociais, dos tempos atuais. Modestamente, tivemos grande empenho em trazer não apenas a memória acadêmica de Galvão e Wagley, mas também, e em especial, o caráter humanista e afetivo de suas presenças entre nós. Ainda que sem grandes pretensões teóricas, a atuação dos dois autores resulta num enriquecimento e numa significativa contribuição para as novas gerações.

Eduardo Galvão & Charles Wagley

Nascido no dia 25 de janeiro de 1921, no Rio de Janeiro, Eduardo Enéas Gustavo Galvão bacharelou-se aos 25 anos em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayete, atual Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro. A partir do final de 1930, atuou por vários períodos no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e também junto ao Serviço de Proteção aos Índios. Em 1949 concluiu o curso de pós-graduação em Antropologia, com o trabalho “*Tenetehara Indians of Brazil: A Culture in Transition*”, na Universidade de Columbia N.Y-USA, tendo como orientador Charles Wagley. Em 1952 defendeu sua tese de Doutorado em Antropologia, intitulada “*The Religion of an Amazon Community: A Study in Cultural Change*”, na mesma Universidade de Columbia, com o mesmo orientador.

Veio para o Museu Paraense Emílio Goeldi em 1955, onde desenvolveu estudos sobre vários grupos indígenas e chefiou a então Divisão de Antropologia Social, tornando-a

foco de estudos da Antropologia Social e da Etnologia no Brasil. Entre 1961/62 assumiu a direção deste Museu, indo logo em seguida para a Universidade de Brasília (UnB), onde atuou entre 1963/65 com importantes contribuições. Neste momento, foi atingido pelo golpe de 1964. A truculência como se deu a intervenção militar na UnB deixou marcas e sequelas em Galvão, representadas por certo desencanto no país, percebido de maneira sutil por pessoas amigas. Porém não desistiu. De volta a Belém do Pará, recomeçou suas atividades, sempre descortinando novos horizontes.

Em 1968 criou, no Museu Goeldi, o Centro de Estudos Sociais e Culturais da Amazônia (CESCA), quando juntamente com Oracy Nogueira (professor da USP) organizaram e ministraram o Curso de Pesquisa Social, que resultou na abertura da área de antropologia para outras abordagens. Este curso foi de suma importância na formação acadêmica de vários profissionais em Belém, que em seguida passariam a atuar no campo das ciências humanas e sociais, tanto no Museu Goeldi como na Universidade Federal do Pará.

Galvão foi Professor Visitante da Universidade Federal do Pará e autor de mais de 40 trabalhos publicados, entre os quais alguns clássicos, como *“Santos e Visagens”*, que ao lado de *“Uma Comunidade Amazônica”* (de Charles Wagley), constituem um marco na antropologia brasileira. Faleceu no dia 24 de agosto de 1976, na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1997, com o objetivo de celebrar a importância de Eduardo Galvão, aconteceu em Belém o Encontro *“A Presença de Eduardo Galvão na Antropologia Brasileira”*, promovido pelo Museu Emílio Goeldi e documentado no livro *“Encontro de Antropologia - Homenagem a Eduardo Galvão”*, sobre o qual teceremos comentário mais adiante.

Charles Wagley

Charles Wagley nasceu em Clarksville, Texas, em 9 de novembro de 1913. Fez estudos primários e secundários em escolas públicas de Kansas City, Missouri; e universitário na Universidade de Columbia, em Nova York, da qual recebeu os graus BA em 1936 e PhD em antropologia em 1941, com base em suas pesquisas entre os índios Maya da Guatemala. Em 1939 iniciou carreira de pesquisador, professor e servidor público no Brasil. Estudou os índios Tapirapé do norte do Mato Grosso (1939-40); os índios Tenetehara do Maranhão (1941-42); e a comunidade de Itá (Gurupá) na confluência do Xingu-Amazonas (1948); e fez estudos de comunidade no estado da Bahia (1950-51). Lecionou no Museu Nacional no Rio de Janeiro em 1941, e na Universidade Federal da Bahia, como *Fulbright Professor*, em 1962. Entre 1942 e 1945, trabalhou para a Missão Norte-Americana junto ao Serviço Especial de Saúde Pública do Brasil e por essa colaboração foi condecorado pelo governo brasileiro com a Ordem do Cruzeiro do Sul e Medalha de Guerra. Nos anos subsequentes Wagley viria ao Brasil pelo menos de dois em dois anos, como conferencista, participante de congressos ou supervisor de pesquisas de seus orientandos. Em 1974 viajou pela estrada Transamazônica com um grupo de estudantes pós-graduados da Universidade da Flórida.

Por 25 anos (1946-1971) foi membro do Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia, onde ocupou a cadeira de *Franz Boas Professor of Anthropology*. Foi diretor do Instituto de Estudos Latino Americanos da mesma Universidade, de 1961 a 1969. Em 1971 aceitou a posição de *Graduate Research Professor of Anthropology*, na Universidade da Flórida. Recebeu o título honorífico de Doutor em Leis da Universidade de Notre-Dame (EUA) em 1946. Em 1970-1971 foi presidente da Associação Americana de Antropologia.

Charles Wagley é autor de diversos livros, entre os quais *The Tenetehara Indians of Brazil* (1949), em colaboração com Eduardo Galvão; *An Introduction to Brazil* (1963); *The Latin American Tradition* (1968) e de numerosos artigos publicados em revistas científicas. Charles Wagley casou-se em 1941 com a brasileira Cecília Helena de Oliveira Roxo, sua

companheira e colaboradora. Faleceu em 1991 e sua presença no Brasil e no que nos diz respeito mais de perto, na Amazônia e em especial em Belém do Pará, foi considerável, e até mesmo marcante, sobretudo por sua longa parceria com Eduardo Galvão.

Relatos sobre a memória viva de Eduardo Galvão

Entendendo a riqueza da trajetória de Eduardo Galvão, procuramos algumas pessoas que conviveram com ele em Belém do Pará, a fim de que nos relatassem suas experiências e impressões dessa convivência. Encontramos pessoas bem-dispostas a nos informar e contribuir para o legado da memória desse grande homem.

Ana Monteiro Diniz

No dia 5 de outubro de 2012 às 16h30min, iniciamos uma entrevista com a escritora e jornalista Ana Monteiro Diniz. Solicitamos que falasse de sua experiência e contato com o antropólogo Eduardo Galvão.

Ana Diniz entrou no Museu Emilio Goeldi como estagiária, aos 15 anos, por intermédio do pesquisador Protasio Frikel, que era conhecido de sua família. Ana estudou no Colégio Santa Rosa e nas horas vagas fazia revisão de português e datilografia. Seu contato com Eduardo Galvão se deu quando foi estagiária no Museu Goeldi e o pesquisador resolveu ensinar-lhe antropologia. Galvão dava os livros, Ana lia e depois discutiam. Segundo seu relato:

[Eu] era uma adolescente com verdades absolutas e Galvão, que acreditava em tudo menos na verdade (absoluta), veio demolindo tudo e me ensinando a enxergar as coisas direito. Ele sempre dizia: “desconfie do que você vê, desconfie do que você pensa, desconfie de tudo, verifique sempre” (DINIZ; 2012. Comunicação Pessoal).

Depois disso, Ana conta que foi estudar Direito na Universidade Federal do Pará; entrou na UNE - União Nacional dos Estudantes. No entanto, o que aprendeu com Galvão permitiu que ela ampliasse sua visão sobre o mundo que a cercava. Comenta sobre a crise nas políticas públicas, dada a ausência de visão antropológica; bem como a década de 1960

e o impacto que teve sobre o país; ela diz que *“hoje pagamos caro por isso, não só na questão de truculência, mas também no reflexo da desordem de hoje. E Eduardo Galvão, homem de visão como era, sabia que se levaria muito tempo para as demais gerações recomporem o nível crítico que se tinha em 60”* (DINIZ; 2012. Comunicação Pessoal).

Ao finalizar a entrevista, Ana Diniz deixa claro que deve sua formação a 3 pessoas:

1º Galvão me ensinou a ver; 2º Benedito Nunes, filósofo, crítico literário, ilustre intelectual paraense, me ensinou a pensar; 3º Claudio Leal, jornalista, me ensinou a fazer notícia (DINIZ; 2012. Comunicação Pessoal).

Guilherme Leite

No dia 01 de junho de 2013, visitamos Guilherme Leite para que nos falasse do seu tempo no Museu Goeldi na época de Galvão. Ele entrou no Museu em 1955. Atuava como desenhista e ilustrador científico. Passou 36 anos no Goeldi. Na ocasião da nossa visita ele se encontrava um tanto adoentado e muito se emocionou ao lembrar e falar do Galvão. Em alguns momentos a emoção foi tão forte que palavras não podiam expressar. Contudo, o Sr. Guilherme disse que foram prazerosos os momentos de convivência. *“A turma se espelhava no Galvão”*, pois ele transparecia um tom de leveza e todos no Museu tinham o sentimento de não ter um chefe e sim um amigo; portanto todos eram dedicados. Guilherme Leite também se lembrou dos jogos de baralho no fim de tarde, bem como expressou a alegria de ter trabalhado no Museu ao lado de Galvão e de todos os demais. Finalizou dizendo que via Galvão como *“uma alma acima das outras”*.

E como dizia Rui Barata: *“Quem não se arrisca não tem poesia para contar”*, Eduardo Galvão deixou muitas histórias e boas lembranças na vida de todos com quem entrou em contato.

Elias Melo

Em 07 de março de 2013, entrevistamos o Sr. Elias Melo para que nos contasse sobre seu trabalho no Museu Goeldi e convivência com Eduardo Galvão. Ao perguntarmos sobre isso, logo o Sr. Elias falou: “A gente não tinha ele como chefe, era um cara amável, compreensivo. Ninguém via ele zangado.” (MELO, 2013. Comunicação Pessoal). Também citou alguns nomes de pessoas com quem conviveu durante sua longa estada no Museu: Isidoro Alves, Lourdes Furtado, Isolda Maciel, Roberto Cortêz.

O Sr. Elias começou seu trabalho na piscicultura, criação de tucunaré, pirarucu; também trabalhou na Botânica, enumerando as árvores do Parque Zoo-Botânico do Museu Goeldi. Na década de 1950 foi trabalhar no Rancho, ficando responsável pela alimentação dos animais, e por último, em 1954 foi para a Portaria, atendendo crianças, colégios, *gente da universidade...*

Ele compartilhou conosco o sentimento que tinha quando trabalhava no MPEG:

No Museu antigamente, parecia que a gente trabalhava em uma fazenda e todos nós éramos filhos do dono da fazenda. Trabalhávamos com amor e responsabilidade e o Galvão era um exemplo, esse homem era um espetáculo. Eu ia a casa dele na Três de Maio. Ele sempre me recebia com satisfação (MELO, 2013. Comunicação Pessoal).

O entrevistado também contou-nos que se casou em 1952 e a cerimônia se deu no Museu, pois o mesmo conheceu a noiva em uma das visitas que guiou. Moraram no Goeldi por seis meses. “*Todos se sentiam em casa, todos em harmonia.*”

Por meio dessas entrevistas analisamos algumas nuances da vida de Eduardo Galvão, bem como buscamos perceber como se aplicava a declaração de Darcy Ribeiro, ao dizer que Galvão foi o maior antropólogo humanista que já tivemos.

O que se assemelha nas três entrevistas é que todos admiram o trabalho/legado de Eduardo Galvão, e falam de seu jeito sempre bem-humorado. Eles não o viam apenas como

chefe; sua relação estava pautada na sensibilidade; sempre atento aos pequenos detalhes, pronto para ser amigo. As referências a seguir só fazem ilustrar o que estamos considerando.

Galvão destacava-se pela sua simplicidade, a sua preocupação em não ser pedante, por isso como mostrou Castro Faria (1977, p.347) gostava de ser chamado apenas de Galvão, ele que foi batizado como Eduardo Enéas Gustavo Galvão, herdeiro presumido do título de Barão do Rio Apa – não fosse a República. Título este com o qual o Império agraciou o seu antepassado, o tenente coronel Antonio Enéas Gustavo Galvão, pela sua participação na guerra do Paraguai e principalmente na retirada da Laguna (cf. Visconde de Taunay, 1952). Nem Barão, nem PhD, ele que foi o primeiro antropólogo brasileiro a obter este título no exterior, exatamente na Universidade de Columbia, onde teve como colegas de turma Eric Wolf, Sidney Mintz, Vera Rubin, Marvin Harris, Antony Leeds, Harry Hutchinson, Robert Murphy, Morton Fried, ou seja, uma brilhante geração de antropólogos americanos (SÁ e SÁ, 1979 *apud* GONÇALVES, 1996). Enfim, para aqueles que tiveram o privilégio de conhecê-lo não há como não reconhecer a felicidade da definição elaborada por Castro Faria (1977, p.351) que bem resume a sua personalidade “Eduardo Galvão era dotado dessa qualidade rara que vulgarmente chamam de calor humano” (LARAIA, 2011, p. 67).

O antropólogo Pedro Agostinho, ex-aluno de Galvão nos tempos de Brasília, ao narrar sua trajetória e convivência com Galvão (AGOSTINHO, 2011), mostra de forma consistente a figura de um mestre que conseguiu através da simplicidade evidenciar que a antropologia está para além do conhecimento acumulado; está na capacidade de se despir de seus próprios preconceitos e ouvir o outro, bem como trabalhar suas limitações, potencializando a aplicação do conhecimento em campo e na vida.

Nos anos 1980 aconteceu em Belém, no Museu Emilio Goeldi um Encontro sobre Etnologia Indígena, com a presença de participantes de várias instituições brasileiras. O Prof. Charles Wagley esteve presente, acompanhado de sua esposa Cecília Roxo. Na ocasião houve uma homenagem a ele no Museu Goeldi, com a participação da UFPA.

A saga da publicação de um livro em homenagem a Eduardo Galvão.

Em 1997 aconteceu em Belém – promovido pelo Museu Emílio Goeldi – o encontro “*A Presença de Eduardo Galvão na Antropologia Brasileira*”. Foi um evento significativo e que contou com a presença de notáveis referências da antropologia entre nós, brasileiros.

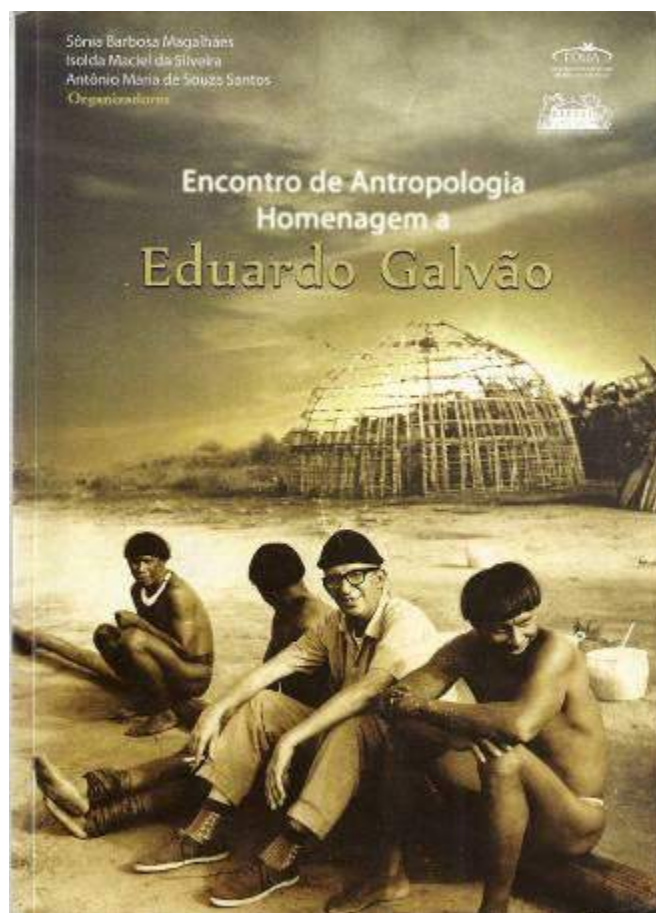
Havia no planejamento do evento a previsão da publicação de um livro com os textos das comunicações apresentadas. Todavia, os recursos previstos para a publicação, por motivos burocráticos, não foram viabilizados, e a publicação caiu no esquecimento, ficando adormecida por 10 anos. A partir de 2008, tomei (Antonio Maria) a iniciativa de retomar o processo editorial para tentar conseguir a publicação. Tentei junto a Universidade do Estado do Pará uma possível publicação, sem êxito em curto prazo. Como trabalho há mais de 30 anos na região indígena do Alto Rio Negro, AM e tenho vários amigos em Manaus, me voltei para esta possibilidade de tentar viabilizar a publicação na Editora da Universidade do Amazonas (EDUA). Eu considerava interessante a parceria entre Belém e Manaus, também porque Eduardo Galvão em décadas passadas havia realizado pesquisa na área indígena do rio Negro, e tinha convivência no Amazonas, inclusive com o conhecido intelectual Arthur Cezar Ferreira Reis e com o atual escritor Márcio Sousa, que o conheceu nos tempos de Brasília, na década de 1960.

As colegas Sônia Magalhães e Isolda Silveira, que desde a época do Encontro em homenagem a Galvão haviam assumido a incumbência de organizar a editoração do livro, se empenharam junto à Editora do MPEG e organizaram uma prévia da publicação que foi enviada a Manaus. Eu não participei diretamente deste momento. Passado um ano, sem uma posição clara da EDUA, retomei o processo junto a Manaus. Começava aí uma verdadeira “*via crucis*” que duraria 3 anos. Viajei a Manaus no dia 27.04.2010 para tratar do assunto. Ao tomar pé da situação me deparei com vários problemas: o arquivo estava incompleto, muitas palavras estavam cortadas por um traço, várias fotos estavam sem identificação adequada, etc. Com a ajuda abnegada do amigo Prof. Renan Freitas Pinto (UFAM) trabalhamos 4 dias fazendo a revisão do texto, recomeçando assim o processo editorial. Voltei a Belém com os originais para sanar os problemas junto aos demais colegas. Depois voltei a Manaus mais 3 vezes, entre 2010 e 2011. Neste espaço de tempo vários percalços ainda ocorreram: tentativa da impressão do livro numa gráfica terceirizada fora do Amazonas, sem êxito; saída de alguns funcionários da EDUA; impressão do livro com arquivo errado (inutilizados)...

Se por um lado, as vicissitudes enfrentadas foram desgastantes, por outro, o tempo de espera deu possibilidade a que algumas melhorias e aperfeiçoamentos fossem feitos: alguns textos foram mais bem revisados, novas fotos de Galvão foram restauradas e acrescentadas ao livro, outras foram identificadas adequadamente. Enfim o processo de editoração ganhou melhor qualidade e acompanhamento adequado. O resultado final foi a edição de um livro de excelente qualidade editorial e um conteúdo precioso: uma verdadeira enciclopédia da antropologia no espaço amazônico.

O que sempre me mobilizava e motivava era a lembrança de Galvão. Suas tiradas de fina ironia, bom humor e, sobretudo, suas qualidades de um grande humanista. Muitas vezes, cruzando a praça de N.S. dos Remédios, em Manaus, ou me adentrando no casarão da antiga Faculdade de Direito, onde funcionava a EDUA, essa imagem positiva de Galvão parecia me acompanhar e proteger. Eram estes mesmos sentimentos que estavam presentes em outros amigos comuns de Galvão em Manaus, e que várias vezes me estimulavam e incentivavam, aos quais sou imensamente grato, como por exemplo, o Prof. Renán F. Pinto, Prof. Roberto Monteiro de Oliveira, Prof. Auxiliomar Ugarte, e o escritor Márcio Souza. Em Belém, contamos com o estimulante apoio do Prof. Samuel Sá, da Universidade Federal do Pará.

A saga a que me reporto aqui, não é inédita nem inusitada, muito menos temos que eleger culpados ou heróis. Aliás, eu costumo dizer que a produção de um livro é sempre uma saga. A situação apenas emprestou a este livro um sabor de superação e conquista, que é de todos que de alguma maneira contribuíram para este êxito.



O livro aqui em apreço foi lançado em Belém (2012) e Manaus (2013) e tem sido enviado para várias instituições onde há ligações com este fato, como em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, etc.

Considerações Finais

Falar de Galvão e Wagley é uma tarefa difícil, dada a densidade de suas contribuições à antropologia brasileira, bem como o peculiar jeito de ser de cada um, fato marcante que cativou seus orientandos, colegas de trabalho e amigos com os quais compartilharam tanto o fazer antropológico, quanto lições preciosas de vida.

De um lado temos Wagley, que deu visibilidade à Amazônia com sua obra: “*Amazon Town: a study of Man in the Tropics*”, bem como seu trabalho de estruturação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). De outro, vemos Galvão, seu discípulo/parceiro

que foi formador da primeira geração de antropólogos da Amazônia; homem de visão como era, instigou os estudos das populações amazônidas, ou seja, fez muito mais do que trazer profissionais qualificados, também qualificou pesquisadores nativos, o que possibilitou um estudo sobre as diversas dimensões dessa nossa Amazônia.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Pedro. 2011. "Eduardo Galvão: tempo de Brasília". In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; SILVEIRA, Isolda Maciel da; SANTOS, Antonio Maria de Souza (org.), *Encontro de Antropologia: Homenagem a Eduardo Galvão*. Manaus, EDUA; Belém, MPEG, pp. 53-64.
- CASTRO FARIA, Luiz de. 1977. "Eduardo Galvão (1921-1976)". *Anuário Antropológico* 76, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 347-354.
- GALVÃO, Eduardo. 1949. *The Tenehara Indians of Brazil. A Culture in Transition*. Co-authored with Charles Wagley. New York, Columbia University Press.
- GALVÃO, Eduardo. 1976. *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas*. 2ª edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GONÇALVES, Marco Antonio. 1996. "Introdução". In GALVÃO, Eduardo. *Diários de Campo entre os Tenetehara, Kaioá e índios do Xingu*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Museu do Índio-FUNAI.
- LARAIA, Roque. 2011. "Eduardo Galvão, 20 anos depois". In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; SILVEIRA, Isolda Maciel da; SANTOS, Antonio Maria de Souza (org.). *Encontro de Antropologia: Homenagem a Eduardo Galvão*. Manaus, EDUA; Belém, MPEG, pp. 65-71.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa; SILVEIRA, Isolda Maciel da; SANTOS, Antonio Maria de Souza. 2011. *Encontro de Antropologia: Homenagem a Eduardo Galvão*. Manaus, EDUA; Belém, MPEG.
- SÁ, Samuel A. e SÁ, Elisa V. 1979. "Eduardo Galvão his career and his presence as an anthropologist in the Brazilian Amazon area". *Florida Journal of Anthropology*. Gainesville, vol. 4, n. 2, pp. 5-15.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD Miguel. 1993. "Halbwachs: memória coletiva e experiência". *Psicologia USP*, São Paulo, vol.4; nº1-2.

WAGLEY, Charles [1953] 1977. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 2ª edição. São Paulo, Editora Nacional (Coleção Brasileira, 290).

WAGLEY, Charles. 1963. *An Introduction to Brazil*. New York, Columbia University Press.

WAGLEY, Charles 1968. *The Latin American tradition: essays on the unity and diversity of Latin American culture*. New York, Columbia University Press

CHARLES WAGLEY E A ACULTURAÇÃO

Orlando Sampaio Silva
osavlis@gmail.com

Charles Wagley, com vinte e cinco anos de idade, veio, em 1939, para o Brasil. Em nosso país, articulado com o Museu Nacional, do Rio de Janeiro, o jovem antropólogo desenvolveu pesquisas, que lhe permitiram escrever algumas obras fundantes na antropologia que aqui se fazia, então. Encontrava-se Wagley desenvolvendo sua pesquisa entre os índios Tapirapé, de Mato Grosso, quando foi ao seu encontro o ainda mais jovem pesquisador Eduardo Galvão (ao tempo com dezenove anos). A partir de então, Wagley e Galvão, em colaboração, realizaram diversas pesquisas e publicaram, em co-autoria, inúmeros trabalhos. Assim, é inevitável referir-me à dupla de pesquisadores em um texto centrado em Charles Wagley. Os dois etnólogos, em colaboração, pesquisaram as sociedades dos índios Tapirapé e Tetetehára (sendo estes do Maranhão) e a pequena cidade paraense de Gurupá ("Itá"), sendo esta um modelo de núcleo rural-urbano. Wagley foi o orientador de Galvão no doutorado e era aluno de Ralph Linton, na Universidade de Columbia. Sendo discípulo de Linton e de Julian Steward, Charles Wagley participava do grupo de antropólogos norte-americanos, que estava voltado aos estudos de *mudança cultural* e de *processos de aculturação*. Foi então que, encontrando-se interessado em abordar uma sociedade indígena ainda em processo inicial de contato com a sociedade nacional brasileira, Wagley optou pelo estudo dos Tapirapé. Já sua pesquisa entre os Tetetehára exibiu um povo indígena em contato duradouro com núcleos societários rurais do interior do Nordeste Brasileiro Ocidental. Em Gurupá, Wagley encontrou comunidades "caboclas", ou seja, uma população que já se encontrava sedimentada em seus processos de miscigenação e de aculturação.

Charles Wagley, em sua vida profissional, inseriu-se de forma paradigmática na antropologia brasileira, por um lado, desenvolvendo projetos de pesquisas e, por outro, contribuindo de forma fundamental para a formação de nossos profissionais da antropologia. Cito alguns casos importantes de brasileiros que foram discípulos de Wagley, todos vinculados às ciências humanas do Pará, tendo alguns deixado marcas de sua passagem pelo Museu Goeldi: Eduardo Galvão, Edson Diniz, Samuel Sá e Elisa Sá.

O reconhecimento de Wagley como um antropólogo "brasileiro" foi atestado por importantes cientistas sociais, como Darcy Ribeiro que, no Prefácio de *Encontro de Sociedades* (1979), livro de Eduardo Galvão, diz: "*Na geração dos pais fundadores, temos três figuras esplêndidas: Herbert Baldus, Curt Nimuendaju e Charles Wagley*". Berta Ribeiro, na "orelha" desse mesmo livro, se reporta a que "*O salto responsável pelo desenvolvimento atual da etnologia se deu a partir de duas vertentes. A paulista, capitaneada por Herbert Baldus, que, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, formou Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, influenciando muito também na formação de Gioconda Mussolini e Egon Schaden. E a carioca encabeçada por Charles Wagley, que formou Eduardo Galvão*".

Octávio Ianni, na Apresentação de meu livro "*Eduardo Galvão - Índios e Caboclos*" (2007), faz a seguinte anotação:

Orlando Sampaio Silva demonstra muito bem como a obra de Eduardo Galvão é contemporânea de outros antropólogos notáveis; ou ressoa temas, inquietações, debates e realizações de outros. Além de Herbert Baldus e Curt Nimuendaju, relembra ou situa antropólogos como Castro Faria, Egon Schaden, Darcy Ribeiro, Thales de Azevedo, Gioconda Mussolini, Florestan Fernandes e Charles Wagley, entre outros (IANNI, 2007, p.11)

Marco Antônio Gonçalves, no Prefácio à mesma obra, lembra que

Galvão se fez antropólogo no campo e aprendeu o sentido da etnografia e da antropologia a partir da experiência nas expedições científicas e dos ensinamentos de Heloísa Alberto Torres e Charles Wagley (GONÇALVES, 2007, p.13).

Em um estudo publicado em 1957, "*Estudos sobre aculturação dos grupos indígenas do Brasil*", Eduardo Galvão se pronuncia sobre a antropologia que estava sendo produzida em nosso país, e detectou que "*o índio deixou de ser o foco exclusivo de interesse*", de vez que, também, haviam sido realizados estudos antropológicos sobre "*aculturação de populações rurais brasileiras*", tais como os trabalhos desenvolvidos por Wagley ("a cultura do caboclo da Amazônia") e Willems ("o habitante rural da região sul do país"). O autor reconhece que "*Nos últimos anos, ... os estudos sobre 'aculturação' de grupos indígenas também foram intensificados em ritmo e amplitude*" com as pesquisas desenvolvidas por: Nimuendaju, Baldus, Wagley, Schaden, Watson, Oberg, Altenfelder Silva, Ribeiro, Galvão, Murphy e Hohenthal, nas mais diferentes regiões do país.

Ainda Eduardo Galvão, no seu livro *Encontro de Sociedades*, quando realça a importância desses estudos de aculturação, refere:

...Repetiríamos na prática a comunicação do professor Baldus, pois nos trabalhos mais recentes, a partir de Nimuendaju e desse etnólogo, seguindo com os de Wagley, Schaden, Watson, Oberg, Altenfelder Silva, Ribeiro, Galvão, Murphy e Hohenthal, mesmo se não trazem, como acontece em sua maioria, definido em título principal ou subtítulo o tema aculturação, constituem, todos eles, análises de culturas indígenas em transição, e em que o principal fator de mudança deriva de uma situação de contato com populações rurais brasileira (GALVÃO, 1979, p.127)

Tratemos, então, dos fatos relacionados com a intensa colaboração entre Charles Wagley e Eduardo Galvão. O período de 1940 a 1949 é marcado pela estreita colaboração científica entre o antropólogo brasileiro e Charles Wagley, tanto nas pesquisas de campo - índios Tapirapé e Tenetehára, e a comunidade cabocla de Itá, no Pará, quanto na produção de textos antropológicos.

O período inicial da vida produtiva de Eduardo Galvão começa com sua primeira incursão no campo, nos meses de fevereiro a maio de 1940, quando, antes de ingressar na Universidade, o jovem pesquisador foi ao encontro de Charles Wagley entre os índios Tapirapé, do rio Araguaia. Resultante deste período, em 1946, foi publicado o primeiro texto antropológico de Galvão, elaborado em co-autoria com C. Wagley: "*O Parentesco Tupi-Guarani*". Esta fase produtiva de Galvão se estende até 1949, ano marcado pela

publicação do livro *The Tenetehara Indians of Brazil. A Culture in transition*, também em co-autoria com C. Wagley.

Nesta fase, Wagley e Galvão assinam quatro textos em co-autoria. Além dos trabalhos acima referidos, mais dois artigos, editados em 1948, no *Handbook of South American Indians*¹¹, sendo um sobre os índios Tenetehára (resultado das viagens ao campo realizadas na região do rio Pindaré, nos períodos de outubro de 1941 e março de 1942, e de fevereiro a maio de 1945); e o outro sobre os Tapirapé, da pesquisa realizada em 1940. Nestes dois artigos, são descritos, sob o subtítulo *Cultura*, itens tais como: atividades de subsistência (agricultura, caça, pesca, coleta); casas e aldeias; vestes e ornamentos; manufaturas; transporte; organização social (casamento, família) e política; ciclo de vida; atividades estéticas e recreacionais; religião; cerâmica, shamanismo e mitologia. Trata-se de estudos sintéticos de aspectos das culturas destas duas sociedades indígenas, mas, mesmo assim, se constituem em ampliações de considerações etnográficas constantes daquele primeiro texto sobre o *parentesco*.

Foram as observações realizadas entre os Tapirapé e Tenetehára, com passagem pelos Caiuá Guarani, em Mato Grosso (no caso destes últimos, procedidas por Galvão entre junho e dezembro de 1943) que permitiram a Wagley e Galvão escrever o já referido artigo sobre "O Parentesco Tupi-Guarani", considerando que todos estes índios são falantes tupi, e o artigo se reporta à identidade que existiria entre os sistemas de parentesco das sociedades indígenas estudadas.

Já o livro *The Tenetehara Indians of Brazil. A culture in transition* que, originalmente publicado em inglês, teve várias reedições em português: *Os Índios Tenetehara (Uma cultura em transição)*, 1955, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro; *Coleção Vida Brasileira*, MEC, Serv. de Documentação, Rio de Janeiro, 1961; e, por último, uma parte desta edição foi editada sob o título "Caboclicização das Comunidades Tenetehara", na obra de Florestan FERNANDES - *Comunidade e Sociedade no Brasil*

¹¹Ambos artigos foram reeditados pelo mesmo *Handbook of South American Indians*, em 1963.

(1972), apresenta um desdobramento aprofundado do artigo publicado em 1948 sobre esses índios. Trata-se de uma obra etnográfica alentada que, a par de ampliar a descrição de traços e padrões culturais desses índios, que aparece no artigo anterior, transcreve textos míticos e desenvolve análises sobre o *processo de aculturação interétnica* no qual estavam envolvidos esses índios e "brasileiros" (sic), sendo estes o *caboclo* (no sentido coletivo) local. Assim, neste texto, Wagley e Galvão transcendem os limites das descrições das especificidades da cultura indígena e ingressam nos estudos de *mudança cultural-aculturação* consequente dos encontros entre uma sociedade indígena e a sociedade inclusiva.

Fora do âmbito dos estudos de sociedades indígenas, a mais importante pesquisa de Wagley e Galvão, na região do Baixo Amazonas, estado do Pará, foi a que realizaram em Gurupá, sobre cujas observações de campo Eduardo Galvão veio a construir sua tese de doutorado. Neste projeto - "The Gurupa research Project - 1948" Galvão foi o responsável pelo item referente à vida religiosa da população, que sob a orientação de Charles Wagley, o levou a conquistar o título de doutorado na Universidade de Columbia, Nova York, Estados Unidos. A tese versou sobre: *The religion of an Amazon Community; a study in culture change* (1952).

Como se verifica, a colaboração científica entre Wagley e Galvão foi além da orientação no doutorado. Tornou-se uma fraterna colaboração em projetos de estudos antropológicos de grande importância na antropologia brasileira, que se fazia, então, na Amazônia.

Linton, mestre de Wagley (sendo este último, mestre de Eduardo Galvão), foi um dos que difundiram a teoria da aculturação nos Estados Unidos. A pesquisa desenvolvida por Wagley entre os Tapirapé, no período de 1939-40, integrava um projeto maior de estudos de aculturação, que era dirigido por R. Linton, projeto subvencionado pelo Council for Research in the Social Sciences of Columbia University. É Wagley quem assinala: "O trabalho de campo... foi financiado pelo Conselho para a Pesquisa em Ciências Sociais da

Universidade de Columbia, mediante uma verba dada pelo falecido Prof Ralph Linton". Este mesmo projeto norte-americano patrocinou, associado ao Museu Nacional, o estudo etnográfico realizado por Wagley e Galvão entre os Tenetehára, no Maranhão (1941-42 e 1945).

Linton, com Redfield e Herskovitz, integrantes de uma comissão daquele Conselho de Pesquisa nas Ciências Sociais, firmaram, em 1936, o *Memorandum on the Study of Acculturation*, que foi "redigido para servir de guia na pesquisa de aculturação" (Herskovitz, 1964). Neste Memorandum pode-se encontrar o seguinte conceito de *aculturação*:

A aculturação compreende aqueles fenômenos surgidos onde grupos de indivíduos que têm culturas diferentes entram em contato contínuo de primeira mão, com subseqüentes mudanças nos padrões da cultura original de um dos grupos ou de ambos. (...) De acordo com essa definição, a aculturação deve distinguir-se de mudança cultural, da qual não passa de um aspecto, e de assimilação, a qual é às vezes, uma fase da aculturação. Deve também distinguir-se da palavra difusão, a qual embora ocorra em todos os casos de aculturação é não só um fenômeno que com freqüência ocorre sem que se produzam os tipos de contacto entre povos especificados na definição anteriormente dada, como constitui apenas um aspecto do processo de aculturação (HERKOVITZ, 1964, p. 341).

Depois, em 1954, ainda veio a ser divulgado o considerado segundo *memorandum* sobre aculturação, que pouco divergiu do primeiro. Este novo documento foi redigido sob a responsabilidade do Social Science Research Council, Summer Seminar on Acculturation. Esta reunião se realizou em 1953 e dela participaram Homer Garner Barnett, Leonard Broom, Bernard Siegel, Evon Z. Vogt e James B. Watson. O novo memorandum foi divulgado sob o título *Acculturation: An Exploratory Formulation* (in *American Anthropologist*, Washington, 1954).

Expondo a ideia teórica da aculturação, Ralph Linton tece as seguintes considerações:

Os contactos variam desde aqueles em que duas sociedades e culturas são postas como unidades, numa relação íntima, até os contactos esporádicos ocasionados pelo comércio, ou aqueles em que um indivíduo isolado, vindo de uma sociedade, se estabelece noutra. Contactos completos são decididamente raros. É difícil exemplificá-los, a não ser no caso de grupos conquistadores que se estabelecem entre os vencidos e os exploram, ou no caso de grupos imigrantes, como os que ainda existem em alguns pontos da América. São contactos um tanto diferentes daqueles que o processo normal

de difusão abrange o processo de modificação cultural por eles originado e usualmente se denomina aculturação. Parece que o emprego deste termo, usado pela primeira vez no estudo de modificações sofridas pelos grupos imigrantes, se baseia na crença bastante ingênua de que uma das sociedades assim postas em contacto abandona sua antiga cultura e aceita completamente a da outra. Esses contactos íntimos e completos na realidade resultam num intercâmbio de elementos culturais. Com o decorrer do tempo, as sociedades originalmente diversas e suas respectivas culturas se fundirão para formar sociedade e cultura novas (LINTON, 1962, p.364).

Wagley, reportando-se às elaborações teóricas, que orientavam pesquisas no grande projeto de Ralph Linton, na Universidade de Columbia, nesta fase (1939-40), refere que *"'Aculturação' era, à época, a palavra usada para indicar o impacto do contato permanente da civilização ocidental com os povos primitivos"* (WAGLEY, 1988, p. 29). Linton estava interessado em conhecer o "início" deste processo de mudança sócio-cultural, e Wagley, na qualidade de seu discípulo, considerou ter encontrado esta situação ideal de abordagem do fenômeno, no caso dos índios Tapirapé. Wagley informa neste mesmo livro - *"Posso agora afirmar que, na verdade, nunca enfrentei a problemática da pesquisa que me propus em 1939: investigar os estágios iniciais de aculturação. Teoricamente, não havia contradição com o plano de pesquisa que Ralph Linton e eu havíamos elaborado"*. (WAGLEY, 1988, p. 46)

Tendo como *leitmotiv* a ideia antropológica do estudo de processos de aculturação, Charles Wagley desenvolveu projetos de pesquisas na sociedade dos índios Tapirapé, entre os Tenetehára e em uma pequena comunidade interiorana do Pará. Os três projetos foram coordenados por Wagley, que contou com a participação de Eduardo Galvão, no campo, na observação direta, e no gabinete, na elaboração de textos em colaboração. É importante destacar que os primeiros trabalhos resultantes dessas pesquisas, foram publicados no *Handbook of South American Indians*, cujo editor era Julian Steward (sendo este, também professor da Universidade de Columbia e colaborador acadêmico de Linton). O *Handbook* se constitui em um boletim da Smithsonian Institution - Bureau of American Ethnology, elaborado em cooperação com o Departamento de Estado do governo norte-americano, como um Project of the Interdepartmental Committee on Scientific and Cultural Cooperation. O *Handbook* é um veículo editorial científico no qual foram publicados os

resultados das pesquisas de antropólogos que atuavam articulados com o grande projeto de estudo de R. Linton sobre *aculturação*.

Também, a propósito das articulações institucionais, Wagley revela:

Em 1941, voltei para estudar os índios Tenetehara, uma tribo que vivia em estreito contacto com brasileiros da zona rural e que estava sendo gradualmente incorporado à nação. E, então, em 1942, os acontecimentos colocaram-me em contacto direto com os problemas do Brasil moderno. Naquele ano, como parte de seu programa comum para o esforço de guerra, os governos do Brasil e dos Estados Unidos estabeleceram um serviço de saúde pública que se tornou conhecido como SESP (Serviço Especial de Saúde Pública). O SESP foi concebido, a princípio, como uma medida de guerra e um de seus principais programas era fornecer assistência médica aos produtores de matérias-primas estratégicas - os seringueiros do Vale Amazônico, os emigrantes das zonas do nordeste devastadas pelas secas, que demandavam a Amazônia para extrair a borracha, os chamados "soldados da borracha", e os mineiros de mica e quartzo das regiões montanhosas do Brasil central. Vivendo, a maioria dessa gente, no interior, um antropólogo social, com grande experiência e conhecimento do sertão brasileiro, seria de grande utilidade para o serviço (WAGLEY, 1957, p. 10)¹².

Wagley também diz das diversas funções que ocupou na direção do SESP ao longo de três anos e meio, período em que foi membro da missão técnica brasileira do Instituto de Assuntos Inter-Americanos, ligado ao SESP, para, depois, revelar:

Visitei, pela primeira vez, a pequena cidade de Itá, em 1942, durante uma viagem de estudos que antecedeu o planejamento do serviço de saúde pública do SESP no Vale Amazônico", e, a seguir, informa que "Depois de 1943, quando o SESP instalou um posto de saúde em Itá, pude acompanhar, de longe, os acontecimentos dessa aldeia pela leitura dos relatórios de seus médicos; reuni também grande quantidade de dados sobre a comunidade (WAGLEY, 1957, p. 11).

Informa ainda que "*o SESP também pôs à sua disposição os resultados de uma pesquisa sobre hábitos domésticos realizada em Itá, relacionada principalmente com a alimentação*" (WAGLEY, 1957, p.13). Nosso autor, também, escreve:

¹²Os serviços de combate ao mosquito transmissor da malária foram desenvolvidos pelo SESP, na Amazônia, não apenas nas zonas rurais, mas, também, intensamente, em Belém e em algumas cidades da Zona Bragantina. Esta ação sanitária preventiva beneficiou a população em geral, inclusive os militares norte-americanos que se encontravam na base aérea militar norte-americana de Val-de-Cães, em Belém, à época infestada por mosquito, os sempre referidos "carapanãs".

Este livro, entretanto, baseia-se, sobretudo, em dados colhidos de junho a setembro de 1948, durante um estudo da Amazônia realizado pela Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas, para o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (WAGLEY, 1957, p. 12).

E, por último, revela:

Desejo consignar o auxílio financeiro da Unesco e do Conselho de Pesquisas de Ciências Sociais da Universidade de Colúmbia ao nosso estudo da Amazônia brasileira. A Unesco deu-me permissão para utilizar as informações colhidas durante o estudo da Hiléia Amazônica (WAGLEY, 1957, p. 13).

Ressalvando, contudo, sua pessoal responsabilidade pelas opiniões que expressa no livro.

Wagley agradece a "*Alfred Métraux, da Unesco, [são palavras suas] que muito contribuiu para possibilitar a constância de meus estudos sobre o Brasil*", e, como não poderia deixar de fazer, exprime a informação que se segue:

Os dados sobre a religião de Itá foram compilados por Eduardo Galvão em sua tese intitulada 'A Vida Religiosa de uma Comunidade Amazônica' (Biblioteca da Universidade de Colúmbia, microfilme, 1952); os capítulos VI e VII deste livro devem muito ao seu estudo desse aspecto da cultura de Itá, (WAGLEY, 1957, p. 15).

E, a propósito, Eduardo Galvão informa, no Prefácio do seu livro "*Santos e Visagens - Um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*" (GALVÃO, 1976):

O documento utilizado nesta monografia foi obtido durante uma pesquisa de campo, realizada entre os meses de junho a setembro de 1948, em uma pequena comunidade do Baixo Amazonas. Dado o caráter pessoal de muitas das informações registradas, denominamos essa comunidade por um nome fictício - Itá, assim como substituímos os nomes dos informantes. A pesquisa foi dirigida pelo professor Charles Wagley, da Universidade de Columbia (N.Y.), financiada e patrocinada pela Unesco. "Esta monografia foi originalmente escrita em inglês e apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia, como tese para doutorado, sob o título 'The Religion of an Amazon Community: A Study in Culture Change' (GALVÃO, 1976, p. XI).

Houve um período de tempo, em torno dos meados do Século XX, em que *estudos de comunidades* estiveram na moda (mesmo segundo o conceito estatístico do termo). Oscar Lewis (1914 – 1970), nas décadas de 1950 e 1960, desenvolveu estudos de comunidades *pobres*, estudos sobre a *cultura da pobreza* e estudos de famílias no México (Iucatán) e em Porto Rico. Estes estudos repercutiram no Brasil. Oracy Nogueira, que vinha da realização de estudos acadêmicos nos Estados Unidos, então, concretizou seu grande projeto de pesquisa de comunidade em Itapetininga, estado de São Paulo. Por sua vez, Emilio Willems, havia procedido a um percuciente estudo de comunidade, em 1947, na cidade paulista de Cunha. Na segunda metade dos anos 1950, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), sob a direção de Anísio Teixeira, levou à prática um grande projeto de estudos de comunidades, sendo órgão executor do projeto o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE. Darcy Ribeiro, que havia se afastado do SPI (Museu do Índio), então era o Coordenador do setor de pesquisas sociais do CBPE e coordenou o projeto ao lado de Oracy Nogueira. Estas pesquisas, inicialmente, tinham por fulcro temático o estudo de comunidades e famílias em Leopoldina e Cataguases, cidades da Zona da Mata mineira. Participaram do desenvolvimento destes estudos o antropólogo Klaas Woortmann e o pesquisador Roberto Décio de Las Casas. De Minas Gerais, estes dois pesquisadores se deslocaram para a Amazônia, vindo a sediar-se no Museu Paraense Emílio Goeldi, para concretizar dois projetos de pesquisas no Pará: Woortmann estudou a comunidade-famílias de Santarém e Las Casas estudou um grupo de índios Kayapó em seus relacionamentos de subordinação-dominação nos seringais do Tapajós.

Nesta altura da explanação, destacarei algumas citações de registros constantes de alguns parágrafos acima:

- Charles Wagley refere: "*Em 1941, voltei para estudar os índios Tenetehara, uma tribo que vivia em estreito contacto com brasileiros da zona rural e que estava sendo gradualmente incorporado à nação.*" E, também, ele, reportando-se às elaborações teóricas, que orientavam pesquisas no grande projeto de Ralph Linton, na Universidade de Columbia,

nesta fase (1939-40), refere que "'Aculturação' era, à época, a palavra usada para indicar o impacto do contato permanente da civilização ocidental com os povos primitivos".

- Por sua vez, Galvão explicita, no título de sua tese de doutorado (publicada no livro "Santos e Visagens"), qual foi o objetivo central de seu trabalho: *Estudo de mudança cultural*

Portanto, os dois antropólogos associados no âmbito do amplo projeto para o estudo de *aculturação* de seu mestre Ralph Linton, da Universidade de Columbia, se lançaram ao campo, no Brasil, na realização de pesquisas sobre sociedades humanas que, por hipótese, se encontravam vivenciando mudanças sócio-culturais que se caracterizariam por serem *processos aculturativos*.

Aculturação, conceitualmente, é um processo sócio-cultural no qual se registram mudanças ou transformações em sociedades e culturas diferentes, que se encontram e passam a conviver, interagindo entre si. Um bom exemplo desse tipo de fato sociológico é o processo sócio-cultural desencadeado, ao longo do tempo histórico, na região do alto Rio Xingu, onde grupos indígenas detentores de diferentes culturas e originários de lugares diversos, se encontraram e se tornaram participantes de um longo processo interativo. Este processo tem sido a gênese do complexo sócio-cultural abrangente ao qual Galvão denominou *cultura xinguana*, na *área do ulúri*.

Na região dos formadores do Rio Negro, os fatos observados e descritos por Galvão expressam mudanças culturais registradas no índio, nos encontros intertribais e nos contatos dos grupos indígenas com a sociedade dos *brancos*. Acrescento que também a sociedade dos *brancos* é afetada neste processo de mudança cultural, no qual índios e brancos se *caboclizam*, ocorrendo perdas e aquisições culturais em ambas as partes em contato, em um processo de intercâmbio, de *troca* e de recriação na constituição de novos arquétipos culturais. É verdade que, no Rio Negro, também é operativa uma outra face do *contato* índio-branco, aquela na qual apenas o indígena é o perdedor, o subordinado, quer

nas relações de trabalho, quer nas missões religiosas de diferentes confissões, onde a subjetividade do *ser* indígena, constituída no seu sistema mítico-ideológico e na sua organização social igualitária e marcada pela reciprocidade, é alienada, em face, por um lado, de uma organização do trabalho espoliadora, e, por outro, pela ação catequética, que interfere no âmbito mítico indígena. Estes processos de mudanças culturais, frequentemente, ocorrem de forma simultânea com outros processos, tais como a miscigenação e a assimilação.

Em Itá, Wagley e Galvão encontraram o que chamam de uma sociedade *cabocla* já constituída. Ali não se registrava a presença indígena física. O *caboclo* foi forjado ao longo do tempo histórico, em uma constituição que contém traços culturais de diferentes origens, do branco e do índio, e contornos sociais, econômicos e biológicos que se reportam aos grupos humanos que, nesse *locus*, se encontraram no passado e, ao longo do tempo, arquitetaram os padrões populacionais presentes a quando da pesquisa dos dois antropólogos.

No decurso da história do país, até os nossos dias, têm ocorrido mudanças nas culturas e nas organizações de sociedades indígenas, em decorrência de ações impositivas do conquistador, o colonizador, o detentor do capital, que utiliza compulsoriamente o trabalho do índio submetido, dominado. Essas ações se corporificaram, no passado histórico, nos "descimentos", nas "reduções", nos "aldeamentos", nas "guerras justas", na assimilação forçada, na escravidão, ou mediante formas de ação mais *brandas e persuasivas*, tais como no labor protetor de alguns missionários de diferentes ordens religiosas. Este conjunto de procedimentos se caracteriza com atos de dominação-subordinação nos quais apenas os dominados são perdedores. São gestos impositivos do mais forte sobre o mais fraco. Nestas situações, não ocorre o fenômeno aculturativo em sua expressão conceitual acima explicitada. Nem o engendramento e o uso da "língua geral" pelos missionários foram fatos que se possa inscrever no contexto aculturativo entre as partes em confronto (índios e colonizadores, administradores, militares; índios e missionários); a "língua geral" foi mais um dos instrumentos empregados no processo subjugador, porque ela, por um

lado, facilitava a ação dos colonizadores-conquistadores e exploradores e, por outro, aos poucos, promovia, paulatinamente, a exclusão das línguas indígenas (em sua pluralidade), patrimônios culturais das sociedades pré-colombianas.

Veja-se: em um espaço em que se estabelecia um aparelho específico de dominação - um "aldeamento", por exemplo, podia instalar-se um processo aculturativo entre diferentes grupos indígenas "aldeados". Este fato teve lugar em missões católicas, ao longo da história. Para esses ajuntamentos eram "descidos" ou "atraídos" diferentes grupos tribais que, aí, passavam a interagir, a se influenciar reciprocamente, germinando e se desenvolvendo um processo aculturativo intertribal. São exemplos, em casos tais, as ocorrências que se registraram nas missões do Brejo dos Padres (aldeia dos índios Pankararú, em Pernambuco) e de Rodelas (aldeia dos índios Tuxá, na Bahia) (SILVA, 1997).

Porém, a par desta convicção teórica aqui expressa, que se funda em dados da realidade empírica, pode-se encontrar na teoria antropológica, instituída no interior e além de nossas fronteiras, algumas conceituações, que, registradas neste espaço, têm a função, por um lado, de indicar pensamentos divergentes e até mesmo contrapontos teóricos, como a seguir.

George M. Foster diz:

Durante a primeira parte da década de 1930 entrou em uso geral entre os antropólogos dos Estados Unidos o termo 'aculturação' para descrever o processo que ocorre quando duas ou mais culturas antes separadas entram em contato uma com a outra até um grau suficiente para produzir mudanças significativas em uma ou em ambas. Desde essa época surgiu um corpo de teorias, desconexas, mas útil, para análise das situações de contato, e esta teoria da aculturação fornece um conveniente telão de fundo contra o qual se pode observar os processos de mudança de cultura dirigida (FOSTER 1964, p. 33).

Para Darcy Ribeiro, em conferência proferida em 17.5.1995, em São Paulo (a qual eu assisti), a teoria da aculturação foi levada à exaustão pelos americanos e peca pela ingenuidade de não considerar que a cultura colonizadora sempre predomina, até por ser esta a sua função civilizatória. Ribeiro, em sua obra, valorizou, prioritariamente, as abordagens teóricas e empíricas que propiciam grandes esquemas classificatórios

evolutivos, em detrimento dos estudos de grupos humanos específicos, apesar de considerar que estes estudos também podem (e devem) ser realizados.

Em Carmen Junqueira se encontra uma conceituação exemplar de "aculturação".

Aculturação compreende os fenômenos resultantes do contato direto e contínuo de sociedades de culturas diferentes com as mudanças conseqüentes nas culturas originais dessas sociedades. O termo aplica-se com maior propriedade quando do encontro de sociedades tribais, sociedades de dimensões assemelhadas. Fala-se, então, da aculturação intertribal, ou seja, de um processo de influências mútuas. Por outro lado, o encontro de sociedades indígenas com a sociedade brasileira, por exemplo, não abre espaço para tal intercâmbio cultural, mas sim para a crescente dominação dos povos indígenas e mesmo sua destruição (JUNQUEIRA, 1991, p. 95).

Charles Wagley e Eduardo Galvão erigiram seus estudos antropológicos sobre processos aculturativos à luz do *telão de fundo* da teoria da aculturação. Desde o lançamento da idéia pioneira de Wissler, em 1922, nos Estados Unidos, que o tema dos estudos de aculturação em áreas geograficamente delineáveis, passou a permear as preocupações de especialistas. O *Memorandum* de 1936, acima referido, foi um marco teórico, ao seu tempo. Ainda na segunda metade da década de 1930, Linton passou a orientar projetos de pesquisas dirigidos para as abordagens de questões antropológicas como tais, tendo sido Charles Wagley, como se viu, um dos seus orientandos e operadores no campo.

Informa Wagley:

Ralph Linton, um dos meus principais orientadores na pós-graduação da Universidade de Columbia, estava envolvido, então, com os problemas teóricos da aculturação. Acabara de completar três excelentes capítulos sobre o assunto para o livro *Acculturation in Seven American Tribes*, que publicaria em Nova Iorque, em 1940 (WAGLEY, 1988, p. 29).

O conceito de aculturação, como vimos, não tem uniformidade na literatura antropológica. Tendo em vista o enfoque conceitual adotado por Eduardo Galvão, verifica-se que esse autor emprega essa concepção antropológica em relação a diferentes contextos

sociais e culturais, tais como na "aculturação intertribal" e/ou na "aculturação extratribal" (conforme suas expressões). Na primeira contextualização dá-se, presumivelmente, uma interação mais igualitária em um convívio *simétrico* entre sociedades indígenas (pode ocorrer, eventualmente, que essas relações não sejam tão simétricas assim!); no segundo caso, verifica-se a relação assimétrica, que se efetiva no encontro dessas sociedades com a sociedade inclusiva em suas múltiplas configurações econômico-sociais e culturais, situações nas quais esta última sociedade é sempre dominadora, podendo estes relacionamentos manifestar-se com diferentes formas e nuances aculturativas. Em situações desta última categoria, o impacto que sofre a sociedade dominada pode assumir diversas configurações no tempo e no espaço, podendo provocar, no violentado, a resistência ou a morte, a fuga ou a submissão, a assimilação com a incorporação e diluição cultural, social e genética na sociedade mestiça das áreas rurais, e, também, nos centros urbanos, a *caboclicização*.

Wagley e Galvão empregam, nos textos em co-autoria, a idéia de *aculturação* como expressão de processos de mudanças culturais. No Prefácio da edição em português do livro sobre os Tenetehára, os autores informam que, no estudo que procederam sobre esses índios, uma constatação foi crucial, a mudança cultural. E, dizem os autores: "*Índios e brasileiros estão em contato permanente, a cultura de um e outro grupo sofreu modificações, que se mostram mais acentuadas na sociedade indígena.*" (WAGLEY e GALVÃO, 1955, p. 9). Essas "*modificações... mais acentuadas na sociedade indígena*" foram registradas pelos autores em todos os processos de mudança cultural decorrentes do contato de índios com não-índios, conseqüente do *processo de dominação colonial* da sociedade destes últimos sobre aqueles. É neste contexto sociológico que se desenha todo o estudo de *aculturação* interétnica desenvolvido pelos autores. Lê-se, na obra em referência:

Causas e fatores dessas mudanças se encontram dentro do próprio contexto regional, duas tradições que reagem, que absorvem elementos que não lhes eram próprios e os readaptam em harmonia com seu todo cultural. É a ordem de fenômenos geralmente chamados de aculturação e que dependem do contato permanente ou continuado entre duas sociedades (WAGLEY e GALVÃO, 1955, p. 9)

De minha parte, assinalo que esta *readaptação* não ocorre de forma linearmente *harmoniosa*. O processo de mudança ocorre não apenas com *absorção e readaptação de elementos* que eram estranhos às sociedades indígenas, mas, também, com a perda de grande parte de seus próprios padrões culturais, *readaptação e perda* que, como a própria obra dos autores vem a demonstrar, não se faz de forma "harmoniosa", mas, sim, no interior de um sofrido processo de dominação, no qual ocorre a desfiguração cultural e a assimilação e incorporação na sociedade mais ampla, com frequência, com a eliminação da sociedade tribal. Esta obra de Wagley e Galvão busca demonstrar esta possibilidade histórica (cruel) com toda objetividade. Porém, também, em muitos casos, deste processo subjuguador advém a própria extinção da sociedade tribal pela morte biológica.

Porém, concretamente, constata-se que, em nosso país, se por um lado, muitas sociedades indígenas foram vitimadas pelo genocídio histórico de populações pré-colombianas desde o início da colonização, por outro lado, muitos povos tribais sobreviveram e - verifica-se com regozijo - nos últimos trinta anos, inúmeras sociedades indígenas vivem um processo dinâmico de reavivamento e/ou de reafirmação sócio-cultural.

A questão da "harmonia" pode inscrever-se no contexto teórico da visada da *aculturação* encarada de uma perspectiva neo-evolucionista, da ideia de "progresso" e "desenvolvimento" contida nesta "transição" cultural, da aceitação da inevitabilidade da transformação das sociedades indígenas em sociedade não-indígena, como um determinismo social. É como se as sociedades indígenas, em seus padrões gerais de organização (como as economias tribais) contivessem formas tardias de desenvolvimento e que, em seu "destino" (*destin*), estivesse, inevitavelmente, determinada a adoção de padrões estruturais segundo modelos ocidentais. Como estas sociedades (indígenas), enquanto tais, não tinham, segundo esta ideologia, o "desígnio" (*dessein*) - para empregar expressões morinianas adequadas (MORIN, 1994, p.49) - de atingir esse *desenvolvimento*, este processo transformador a elas seria levado pelas forças irrefreáveis e inexoráveis da história linearmente entendida, no processo evolutivo; esta transformação ocorreria não em decorrência do *expansionismo natural* ou de *empréstimos culturais*, mas, pela imposição irrecorrível do colonizador. Isto vale dizer: *mudança, historicamente determinada*, de

sociedades estruturadas em padrões predominantemente igualitários, para a condição de segmentos sociais, grupal ou singularmente, inseridos nas camadas mais exploradas da sociedade inclusiva, que é hierarquizada em classes sociais, sendo que estas se *articulam*, na estrutura social, em um cenário de contradições, antagonismos, assimetrias, na antinomia dicotômica - capital versus trabalho, nas sociedades capitalistas, liberais ou neo-liberais.

Veja-se o pensamento paradigmático de Arnold Toynbee, simbolicamente, em epígrafe ao livro de Charles Wagley (1957):

Na minha opinião, a nossa era será principalmente lembrada, não por seus crimes horripilantes ou suas espantosas invenções, mas por ter sido a primeira, desde o alvorecer da civilização, há cinco ou seis mil anos atrás, em que os homens ousaram pensar em estender a toda a raça humana os benefícios da civilização (TOYNBEE apud WAGLEY, 1957).

Wagley considera que um fator crucial que tem garantido a sobrevivência de sociedades indígenas, tais como a do Tapirapé, é o fato de serem do *tipo* "floresta tropical", o que implica em que elas vivenciaram um processo de *adaptação ecológica* ao ecossistema amazônico em que vivem. Porém, o autor, também, registra que, se por um lado, doenças letais vindas do "Velho Mundo contra as quais os indígenas apresentavam pouca ou nenhuma imunidade, por outro lado, eles foram vitimados no "*processo histórico da expansão das sociedades metropolitanas sobre as sociedades periféricas*" (WAGLEY, 1988, p. 54 e 69). Wagley observou que "os Tapirapé, sem o saberem, estavam sendo levados à extinção como povo e como sociedade autônoma. A meu ver parece um milagre que tenham escapado a tal destino". (WAGLEY, 1988, p. 61).

A par deste "milagre", veja-se esta constatação percuciente do autor de um fato antropológico vital que observou ocorrido na sociedade dos índios Tapirapé, conforme suas palavras:

A reconstrução da sociedade Tapirapé na Aldeia Nova (Tawaiho) é um exemplo extraordinário da separação e interdependência entre cultura e sociedade. Indivíduos e famílias tinham retido a cultura ancestral como um sistema de regras, ideologia e conceitos abstratos, durante o curto período em que sua sociedade esteve desfeita. Tão

logo as condições o permitiram, a sociedade Tapirapé foi recriada segundo as regras abstratas de sua própria cultura (WAGLEY, 1988, p. 65).

Este é um fato exemplar e uma síntese, que permite a compreensão de uma multiplicidade de situações sociais específicas ocorridas em nosso país das quais são partícipes sociedades indígenas. Esse processo vital de ressurgimento ou de auto-preservação societária tem ocorrido em diferentes grupos indígenas no Brasil, com variações locais e das circunstâncias históricas de cada caso.

No caso específico dos índios Tenetehara, a observação direta procedida por Wagley e Galvão levou-os a uma suposição, que o tempo demonstrou estar equivocada. Foi quando os dois autores observaram que, constituindo esses indígenas *"uma tribo que vivia em estreito contacto com brasileiros da zona rural"* eles *"estavam sendo gradualmente incorporados à nação"* (WAGLEY e GALVÃO, 1949, p. 10).

Para ilustrar este fato importante, que pertence à história da antropologia brasileira, e para encerrar esta explanação, a partir deste momento, passo a citar um trecho de meu livro *Eduardo Galvão - Índios e Caboclos*:

Galvão e Wagley, face às características do processo de aculturação em que viam inseridos os Tenetehára, previram a *transformação* desses índios em caboclos em um período de 'uma geração ou pouco mais' (WAGLEY e GALVÃO, 1949, p. 185). Para tal previsão, os autores se fundamentavam no longo período histórico - desde o Brasil Colônia - de contatos desses índios com a sociedade não-indígena e dominadora, e as pressões orientadas para o *desenvolvimento* e o *progresso*, que sofriam os Tenetehára a partir dessa mesma sociedade, na época em que nossos pesquisadores estiveram com esses índios (SILVA, 2007, p. 128).

No entanto, Diniz (1994), cuja pesquisa junto aos Tenetehára-Guajajara foi desenvolvida entre 1977 e 1979, não se deparou com a concretização do vaticínio de Galvão e Wagley, e assim se pronunciou:

É evidente que a intensificação do convívio intersocietário causou transtornos na concepção do grupo tribal, como um todo. Todavia, a coesão interna no sentido

de pressionar a demarcação de suas reservas com maior rapidez, deu-lhes maior vigor na revivescência dos meios tradicionais de seu sustento cotidiano, o que é, certamente, fundamental para a manutenção de seu modo de vida peculiar. É verdade que os Tenetehára-Guajajara, como um todo, não apresentam mudança fundamental de sua organização econômico-social desde 1945' (DINIZ,1994, p. 65).

O próprio Galvão, em pronunciamento que realizou cerca de dez anos após sua pesquisa entre os Tenetehára, ao fazer uma reflexão a propósito dos estudos sobre a aculturação dos grupos indígenas do Brasil, e tendo em vista a não concretização das conseqüências para os Tenetehára do processo aculturativo, as quais ele previra juntamente com Wagley, em 1949, do alto de sua tribuna, declarou:

Devemos esquecer um pouco aculturação e pensar mais em assimilação". (...) "Concluimos que não demoraria talvez mais que uma ou duas gerações para que os Tenetehara se transformassem em caboclos". (...) "É bem possível que os Tenetehara em certo ponto de sua transição tomem por outra alternativa que a de aderir à cultura cabocla, a mesma que escolheram os indígenas do Nordeste e do Sul do país, onde, atingida certa estabilidade de população e de relações com os 'brancos' e a consciência da impossibilidade de integração na sociedade rural, exceto em seu degrau mais inferior, o índio resolva permanecer índio, categoria sócio-cultural que lhe garante condições de sobrevivência e de status social nas comunidades regionais (GALVÃO,1979, p.131).

Como se verifica, Galvão (e, certamente, Wagley) encontrou, no caso dos Tenetehára, razões suficientes, por um lado, para repensar mesmo a *utilidade* do conceito de aculturação (no caso, extra-tribal), para compreender e explicar *todas* as situações em que sociedades indígenas podem estar inseridas, e, por outro lado, para perceber *precocemente* que os povos tribais existentes no território do Brasil vêm conquistando consciência muito clara de sua situação em face da sociedade inclusiva, bem como, de seus direitos às terras em que vivem, que lhes têm sido asseguradas por sucessivas Constituições; esses povos percebem que seu ingresso na estrutura da sociedade dominante se dá, salvo raras exceções de casos individuais, nas camadas mais baixas e marginalizadas da população e que sua salvação do processo histórico de destruição sócio-cultural e de eliminação biológica se dá pela via da garantia de suas terras, onde possam preservar padrões de organização social e de cultura, e prover-se dos gêneros necessários à sua

alimentação, em um ambiente natural razoavelmente conservado. Esta tomada de consciência indígena tem o significado de opção entre manter (ou reconstruir) identidades coletivas, indígenas, e sobreviver pelo menos com o mínimo de dignidade, em seus grupos locais, ou renunciar delas e arriscar-se às agruras da marginalidade, da exclusão social e mesmo da morte, no contexto da sociedade nacional. Trata-se da *identidade* volitiva ou opcional, um direito de livre arbítrio, que é desfrutado pelos que integram o 'mundo dos brancos' e que os índios aprenderam, também, a usá-lo coletivamente. Galvão se refere, com toda razão, neste caso das escolhas optativas, voluntárias, aos índios do Nordeste e do Sul do país. Certamente, os casos mais emblemáticos entre esses são os das sociedades indígenas do Nordeste (não incluídas neste comentário as localizadas no Maranhão, por suas especificidades), que estão em contato com o universo sócio-cultural não-indígena desde o século XVII, tendo inclusive, perdido o domínio de suas línguas originárias (exceto os Fulniô) e que intentam, por um lado, preservar o que lhes resta da cultura tribal do passado, e, por outro lado, participar de um processo de revivescência ou restauração de expressões culturais - mitos, rituais, xamanismo -, em um esforço pedagógico no qual, uns grupos ensinam *o que sabem* a outros *que não sabem*. Trata-se, em um contexto social, cultural e ambiental (natureza) específico, da ocorrência de um *processo aculturativo intertribal* - que, certamente, é espontâneo, mas, também, é consciente, volitivo e incentivado, ao nível de todos que nele estão envolvidos”.

No trabalho de minha autoria intitulado “Trabalho Indígena no Brasil, hoje” (encontrávamo-nos no ano 2000) explico as seguintes considerações:

As sociedades indígenas são livres e igualitárias regidas por normas consuetudinárias, paradigmas culturais, que instalam ontologicamente a dignidade de cada ser índio - e do grupo indígena como um todo social - investido de sua visão de mundo e de sua cosmogonia construídas com representações míticas e arquétipos da simetria complementar natureza/cultura. Sociedades como tal estão diante de um grande desafio: tornarem-se exploradoras dos recursos naturais e, produtoras de bens que se destinam à grande comercialização no mercado extratribal, em um sistema econômico que traz como consequência prática o acúmulo de capital e que não se assenta na tradição tribal. Qual a função do acúmulo de capital em uma sociedade igualitária? É possível manter a estrutura social tradicional em sociedades indígenas que ingressam em um sistema de produção e de comercialização no mercado capitalista? A própria mudança em profundidade na ordem econômica induz o ser índio a adotar modelos

que são característicos da sociedade inclusiva, como, por exemplo, a tendência ao consumismo, que é reforçada por novas necessidades engendradas a partir do contato com o 'mundo dos brancos' e que se expressa pela aquisição de meios modernos de transporte e a construção de casas de alvenaria em suas aldeias, providas de sofisticados equipamentos, instrumentos do conforto nos moldes da sociedade 'civilizada', instaurando-se um processo de modernização. Essas sociedades indígenas são pressionadas pelo capital comercial nacional e internacional a enveredar na grande aventura de viver o progresso. Das conseqüências desse gesto para a maneira de viver dessas sociedades, que pode estar levando a uma ruptura estrutural e simbólica, o futuro não muito remoto dará seu testemunho; elas se encontram face a face com o desafio da ambigüidade histórica e estrutural, de vez que, como diz Jacques Derrida (1995, p. 247): 'a aparição de uma nova estrutura, de um sistema original, faz-se sempre - e é a própria condição da sua especificidade estrutural - através de uma ruptura com o seu passado, a sua origem e a sua causa'. A antropologia brasileira também terá que se lançar à avaliação deste cenário sociológico, desta imediatidade interrompida (SILVA, 2000, p. 158).

Com relação aos Tapirapé, Wagley foi mais comedido ao não estabelecer um prazo para a "*transformação desses índios em caboclos*", comedimento que lhe fez falta quando, juntamente com Galvão, fez o vaticínio em relação aos Tenetehára (*uma geração ou pouco mais*). Veja-se o que escreveu Wagley a propósito dos Tapirapé:

Não possuem meios para conhecer ou competir com a estrutura política, econômica e social de uma nação moderna dentro da qual, desordenadamente, estão inseridos. Têm sobrevivido aos primeiros estágios de contato com as frentes de expansão como povo distinto e com identidade cultural própria, mas somente o tempo dirá se reviverão quando o impacto do Brasil moderno tornar-se mais intenso (WAGLEY, 1988, p. 48).

Neste caso, Wagley foi mais rigoroso e cauteloso em sua virada antropológica, como seria de se esperar de um jovem antropólogo (ao tempo, ele tinha 25 anos de idade) profissionalmente preparado e experiente, arguto e perspicaz nas suas observações de campo.

REFERÊNCIAS

- DERRIDA, Jacques. 1995. *A Escritura e a Diferença – A estrutura, o signo e o jogo no discurso das Ciências Humanas*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- DINIZ, Édson S. 1994. *Os Tenetehara-Guajajara e a sociedade nacional: flexibilidade cultural e persistência étnica*. Belém, EDUFPA.

- FERNANDES, Florestan. 1972. *Comunidade e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GALVÃO, Eduardo. [1957] 1979. "Estudos sobre aculturação dos grupos indígenas do Brasil". In GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. pp.126-134.
- GALVÃO, Eduardo e WAGLEY, Charles. 1946. "O Parentesco Tupi-Guarani". *Boletim do Museu Nacional, N.S. Antropologia*, Rio de Janeiro, vol.6, (reeditado, no mesmo ano, na *Revista Sociologia*, Vol.VIII, n. 4, São Paulo).
- GALVÃO, Eduardo 1949. "The Tenetehara Indians". In STEWARD, Julian (ed.) *Handbook of South American Indians*. Washington, Bureau of American Ethnology. pp.137-148.
- GALVÃO, Eduardo 1948. "The Tapirapé". In STEWARD, Julian (ed.) *Handbook of South American Indians*. Washington, Bureau of American Ethnology. pp.167-178.
- GALVÃO, Eduardo. 1976. *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas*. 2ª edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GONÇALVES, Marco Antonio. 2007. "Prefácio". In SILVA, Orlando Sampaio. *Eduardo Galvão - Índios e Caboclos*. São Paulo, Annablume Editora. pp.13-15.
- FOSTER, George M. [1962] 1964. *As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia*. São Paulo, Ed. Fundo de Cultura.
- HERSKOVITZ, M.J. 1964. *Men and his works. Antropologia Cultural*. São Paulo, Mestre Jou.
- IANNI, Otávio. 2007. "Apresentação". In SILVA, Orlando Sampaio, *Eduardo Galvão - Índios e Caboclos*. São Paulo, Annablume Editora. p.11-12.
- JUNQUEIRA, Carmen. 1991. *Antropologia Indígena: Uma Introdução*. São Paulo, Editora PUC/SP.
- LINTON, Ralph. 1962. *O Homem. Uma Introdução à Antropologia*. São Paulo, Editora Martins.
- MORIN, Edgar. 1994. "A deseuropa". *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA-USP, vol.8, n.21. pp.43-50.
- RIBEIRO, Darcy. 1979. "Prefácio". In GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. pp.11-15.
- SILVA, Orlando Sampaio. 1997. *Tuxá - Índios do Nordeste*. São Paulo, Annablume Editora.

- SILVA, Orlando Sampaio. 2000. "Trabalho Indígena no Brasil de Hoje". In FRANCO FILHO, Georgenor de Souza. *Presente e Futuro das Relações de Trabalho*. São Paulo, Ed. LTr. pp. 137-151.
- SILVA, Orlando Sampaio. 2007. *Eduardo Galvão - Índios e Caboclos*. São Paulo, Annablume Editora.
- WAGLEY, Charles e GALVÃO, Eduardo. 1949. *The Tenehara Indians of Brazil. A Culture in transition*. New York, Columbia University Press.
- WAGLEY, Charles e GALVÃO, Eduardo. 1955. *Os Índios Tenetehara (Uma cultura em transição)*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
- WAGLEY, Charles. [1953] 1957. *Uma Comunidade Amazônica - estudo do homem nos trópicos*. Tradução Clotilde da Silva Costa. 1ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- WAGLEY, Charles. [1977] 1988. *Lágrimas de Boas Vindas - Os índios Tapirapé do Brasil Central*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

CHARLES WAGLEY E A VII REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA: DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE ESTUDOS DE COMUNIDADE

Raymundo Heraldo Maués
hmaués@uol.com.br

Esta breve apresentação se destina a prestar tributo e homenagem a Charles Wagley neste evento, a partir do pouco que conheço sobre ele, mas onde encontro fortemente o papel relevante desse antropólogo americano que atuou na Amazônia. Wagley não foi um antropólogo que apenas se destacou por suas pesquisas aqui, um entre tantos que deixaram contribuições relevantes para o conhecimento de nossas populações e sociedades, mas que não criaram vínculo com a região, a ponto de poderem ser chamados de “antropólogos da Amazônia”. Ao invés de apenas poderem ser vistos como pesquisadores que fizeram estudos entre nós, por mais importantes que tenham sido e, não obstante, foram incapazes de deixar suas marcas e sua identificação, como se fossem também pesquisadores “amazônidas”, isto é, aqueles que assumem nossa identidade, embora não sendo nativos. Wagley sim foi de fato um antropólogo da Amazônia.

Não pretendo aqui falar somente sobre o que é bem conhecido, entre outras atividades aqui desenvolvidas por Wagley, como as pesquisas entre os índios Tapirapé e Tenetehara, assim como em Gurupá, nestes dois últimos casos em companhia de Eduardo Galvão; ou sobre sua obra talvez mais importante para nós nativos desta região (“Uma Comunidade Amazônica”), embora pessoalmente tenha utilizado em meus cursos de Antropologia da Saúde mais particularmente um dos capítulos desse belo livro, que ainda hoje se lê com admiração e encantamento: aquele intitulado “Da magia à ciência”. Mesmo que não me furte de fazer algumas críticas a esse capítulo, especialmente em razão da

esperança (afinal frustrada) de nosso homenageado a respeito da possível vitória da ciência sobre a magia nas populações rurais, visão um tanto triunfalista dos cientistas sociais (como dos médicos, dos naturalistas e de tantos outros cientistas na primeira metade do século XX). Hoje somos mais cautelosos e modestos nas possíveis tentativas de vaticinar o futuro da ciência.

Mas também não podemos esquecer como Charles Wagley trabalhou para o desenvolvimento de uma “antropologia prática”; expressão sugerida por Roberto Cardoso de Oliveira num de seus últimos artigos sobre ética na pesquisa e atuação política do antropólogo em benefício de seus sujeitos de pesquisa. Trata-se aqui de esforços pioneiros de Charles Wagley – juntamente com outros lutadores em prol da saúde pública - na criação da organização que hoje conhecemos pelo nome de Fundação SESP. Sobre isso diz o próprio Wagley, em seu primeiro prefácio de “Uma Comunidade Amazônica” (1953), depois de ter falado sobre seus primeiros estudos entre os Tapirapé e seu desejo de voltar ao Brasil para dedicar-se ao estudo do “Brasil moderno”. Não obstante, ainda voltou ao mundo dos Tenetehara (1941), *“uma tribo que vivia em estreito contato com brasileiros da zona rural e que estava sendo gradualmente incorporada à nação”* brasileira. E assim, no ano seguinte, “os acontecimentos” o colocaram “em contato direto” com esse outro Brasil:

Naquele ano, como parte de seu programa comum para o esforço de guerra, os governos do Brasil e dos Estados Unidos estabeleceram um serviço cooperativo de saúde pública que se tornou conhecido como SESP (Serviço Especial de Saúde Pública). O SESP foi concebido, a princípio, como uma medida de guerra e um de seus principais programas era fornecer assistência médica aos produtores de matérias-primas estratégicas – os seringueiros do Vale Amazônico, os emigrantes das zonas do Nordeste devastadas pelas secas que demandavam o Amazonas para extrair a borracha, e os mineiros de mica e quartzo das regiões montanhosas do Brasil Central (WAGLEY, 1977, p. 13).

Nesta condição, como “antropólogo social”, ele viveu em contato com as populações do interior brasileiro, dedicado a servir, também, a essa população, ocupando várias funções. É a partir desse trabalho que nasceu a oportunidade de estudar Itá/Gurupá, juntamente com seu assistente de pesquisa que já o acompanhara entre os Tenetehara, e do qual resultaram os livros até hoje lidos por nós, sobre a comunidade como um todo (de

Wagley) e sobre a “religião do caboclo amazônico” (de Galvão). Não vou, porém, neste texto aprofundar essas questões.

Meu objetivo aqui é mais o de narrar uma passagem não lembrada da atuação científica de Wagley, que aconteceu em Belém, durante a VII Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em 1966. Essa foi a primeira reunião da Associação Brasileira de Antropologia em Belém e talvez a mais traumática de toda a história de nossa associação de antropólogos. Houve outras reuniões notáveis, como IX RBA, ocorrida em Florianópolis/SC em 1974, onde se pode dizer que aconteceu uma espécie de “renascimento” da associação, a qual se encontrava “ferida”, “moribunda” e, aparentemente, quase extinta, mas que, como Fênix, ressurgiu das cinzas. E a XI, que ocorreu em Recife, no ano de 1978, na qual foi reeleito o primeiro presidente da ABA, o já idoso – mas ainda muito atuante - professor Castro Faria, do Museu Nacional, para que a mesma pudesse renovar-se, com as novas gerações de antropólogos que surgiam.

Os fatos ocorridos nas duas primeiras reuniões mencionadas têm ligação com a situação especial por que passou a ABA no período da última entre as três ditaduras (duas delas nitidamente militares) pelas quais passou o Brasil em seu período dito republicano. Um ano antes do golpe militar de 1964 tinha sido implantada a Universidade de Brasília, em novos padrões de modernidade, idealizada e posta em funcionamento por outro antropólogo notável, que foi Darcy Ribeiro. Para ela foi convidado Eduardo Galvão, antigo antropólogo do Museu Nacional e do Museu do Índio que, nessa época, estava trabalhando no Museu Goeldi. Indo para Brasília, Galvão levou também um de seus auxiliares, o antropólogo Roberto Las Casas, que ele mesmo tinha atraído para o Goeldi alguns anos antes. Em Brasília, Galvão criou um curso de mestrado em antropologia, o primeiro fundado nessa Universidade.

Não vou também entrar em maiores detalhes sobre a crise que se seguiu, mas apenas direi que ela foi em parte provocada pela presença de Las Casas entre os professores da UnB. Ele tinha sido membro do Partido Comunista alguns anos antes e, juntamente com

dois outros professores, tornou-se vítima de perseguições pelos novos (não tão novos) “donos do poder” (militares e civis), o que os obrigou a fugir do Brasil. Essa, aliás, não foi a primeira invasão que ocorreu na UnB depois do golpe, tendo ocorrido a primeira em abril de 1964, com o objetivo de prender alguns professores e afastar os então reitor e vice-reitor Anísio Teixeira e Almir de Castro, a fim de substituí-los pelo novo reitor, Zeferino Vaz, professor de Medicina Veterinária da USP. Mas a segunda invasão foi bem mais traumática. Baseado em documento da página da *web* da própria UnB, posso detalhar um pouco mais o episódio:

Em 8 de setembro de 1965 os professores entraram em greve por 24 horas. A greve foi uma resposta à demissão dos professores Ernani Maria de Fiori, Edna Soter de Oliveira e Roberto Décio de Las Casas, afastados por “conveniência da administração”. O clima de apreensão tomou conta do campus, e outros docentes temiam ser demitidos de forma arbitrária. No sábado, os alunos também aderiram ao movimento. Nesse mesmo dia, o reitor Laerte Ramos de Carvalho solicitou o envio de tropas militares ao campus (...) As tropas chegaram na madrugada do dia 11 de outubro e cercaram as entradas do campus. Alunos e professores eram impedidos de entrar (...). Uma semana depois, o reitor demitiu quinze professores, alegando que eles eram os responsáveis pelo ambiente de perturbação (...). Entre os demitidos estava Sepúlveda Pertence, que mais tarde seria presidente do Supremo Tribunal Federal. Houve reação: 223 dos 305 professores da Universidade demitiram-se em seguida. O professor Roberto Salmeron conta em seu livro *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*, que os professores estavam fartos do clima de instabilidade que havia se instalado na Universidade (UnB, 2008).

Não foi fácil a contratação de novos professores para dar continuidade às atividades da UnB. Eduardo Galvão foi obrigado a retornar a Belém, reassumindo suas atividades de pesquisador no Museu Goeldi. O mestrado por ele criado na UnB desapareceu e apenas dois alunos, orientados por ele e que se encontravam com suas dissertações já avançadas, conseguiram obter seus títulos: Pedro Agostinho, que defendeu seu mestrado num programa de estudos portugueses ainda em funcionamento na própria UnB e Adélia Engrácia de Oliveira, que transformou sua dissertação em tese de doutorado, defendida mais tarde na UNESP de Rio Claro. Na época, Galvão era o presidente da Associação Brasileira de Antropologia, na qual ocupava a função de secretário o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira e a de tesoureiro o antropólogo Roberto DaMatta. Criou-se um impasse quanto à realização da VII Reunião Brasileira de Antropologia, que deveria ter se

realizado em Brasília, no ano da intervenção militar na UnB. Não havia nem mesmo a possibilidade de uma reunião autônoma, a ser realizada em outro local, já que a ABA estava enfraquecida e sofrendo os efeitos da crise que afetou a UnB, alguns antropólogos, e o próprio presidente da Associação. Assim, a sede da VII RBA acabou sendo transferida para Belém e inserida num evento maior, o Simpósio sobre a Biota Amazônica, realizado no Museu Paraense Emílio Goeldi, em comemoração aos 100 anos desse instituto de pesquisa.

Poucos antropólogos compareceram a essa reunião. Não obstante, ela foi muito importante na história da ABA, porque permitiu sua continuidade e, também, pelo fato de que nela se pôde assistir importante mudança epistemológica que estava ocorrendo na antropologia brasileira. Isso foi possível perceber especialmente pelos trabalhos apresentados por etnólogos, entre os quais Roberto DaMatta e Edson Diniz, discípulos de Roberto Cardoso de Oliveira, além do próprio trabalho deste último, que tratava do conceito por ele mesmo proposto, e que norteava seus alunos: o conceito de fricção inter-étnica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1967). Entretanto, essa nova e revolucionária abordagem teórica ficou limitada à apresentação de comunicações, enquanto a abordagem teórica privilegiada ainda ficou por conta dos paradigmas mais tradicionais da aculturação e dos estudos de comunidade. Visando tratar dessa questão, incorporei a seguir parte considerável de trabalho já publicado anteriormente (MAUÉS, 2006). Trata-se da análise que fiz sobre o que chamei de conferências teóricas e programáticas, uma das partes mais valorizadas da VII RBA, protagonizadas por Eduardo Galvão e Charles Wagley. Com isto pretendo apresentar aqui minha homenagem a Charles Wagley, tratando de sua abordagem teórica em defesa desses estudos, tão criticados posteriormente por antropólogos e sociólogos.

Depois de ter apresentado alguns aspectos gerais dos poucos trabalhos publicados nos anais da VII RBA, dediquei-me nessa publicação a fazer uma breve resenha dos trabalhos daqueles que chamei de antropólogos culturais ou sociais. Assim os denominei, pois, claramente, já era possível perceber, em vários deles, influências de caráter sócio antropológico, que os afastam da predominância de interesses por uma antropologia

eminentemente culturalista, de matriz norte-americana. Lembre-se que, acima, já utilizo nesta apresentação a expressão “antropólogo social”, de certo modo assumida por Wagley, no prefácio de 1953 de seu livro *Uma Comunidade Amazônica*. Começo pelo trabalho de Eduardo Galvão que, juntamente com Wagley, seu antigo orientador de doutorado, possuía claramente preocupações teóricas (de caráter culturalista) e também programáticas. Seu trabalho, que foi apresentado como uma das conferências do evento, apresenta-se de forma mais explícita, como uma resenha dos “Estudos de Antropologia na Amazônia” (GALVÃO, 1967).

Nessa conferência, ao invés de fazer uma “análise detalhada da literatura” já produzida, Galvão prefere apresentar “*uma visão impressionista do quadro cultural das populações indígenas, do tempo de sua ocupação da área, à atual, tal como é possível reconstituí-lo, apoiados na pesquisa antropológica*”. Não deixa, porém, de referir os estudos pioneiros de etnologia que tiveram mais relevância para a região, começando com a classificação de tribos indígenas brasileiras desenvolvida por Von Martius, a sua reformulação por Karl von den Steinen (as grandes famílias linguísticas Tupi, Caribe, Aruaque e Jê, assim como um grupo de outras famílias menores) e o pioneirismo deste autor, pela “minúcia etnográfica” e pelo “*levantamento do que chamou de ‘província cultural’ e [também] as possíveis correlações de tribos dessa ‘província’ com as de outras*” (GALVÃO, 1967, p.13 e 15-16).

Entre esses primeiros estudos, sem desconhecer as contribuições de naturalistas como Wallace e Bates e de etnólogos como Paul Ehrenreich, Galvão considera como “obra definitiva” para a etnologia regional o trabalho de Theodor Koch-Grunberg que, como Von den Steinen, também se concentrou em uma área cultural (a norte amazônica, entre os rios Negro e Branco), preocupando-se “*essencialmente com o levantamento, a localização, a descrição etnográfica e linguística das tribos dessa área*”, além de não ter esquecido “*os problemas de aculturação intertribal*” (GALVÃO, 1967, p.16).

E, a partir daí, com destaque especial para o primeiro, passa a listar as contribuições de antropólogos “mais recentes”, como Curt Nimuendajú, Claude Lévi-Strauss (Nambikuara e Tupi-Kawahyb), Buell Quain (Trumai), Charles Wagley (Tenetehara e Tapirapé), Protássio Friel (Tiriyó), Eduardo Galvão (Tenetehara, rio Negro, Xingu), Robert Murphy (Munduruku), Seth Leacock (Maué), William Crocker (Canela), Roberto Cardoso de Oliveira (Tükuna), Simone Dreyfus (Kayapó), David Maybury-Lewis (Kayapó), Becher (Xirianá), assim como “gente mais moça”: Napoleão Figueiredo, Edson Diniz, Roque Laraia, Roberto da Matta e outros. Quanto a Nimuendajú, o importante etnólogo que esteve vinculado ao Museu Paraense Emílio Goeldi, contribuindo decisivamente para a construção de uma antropologia *da* Amazônia (isto é, produzida por antropólogos que se vincularam a instituições de ensino e pesquisa regionais), diz Galvão:

A pesquisa de campo, nos termos que hoje a concebemos, tornou-se com ele (...) uma realidade, em substituição às clássicas e longas viagens de exploração, em que o contato entre [os índios e] o pesquisador era muito abreviado e por isso mesmo orientado para aqueles aspectos mais aparentes do que então se chamava de ‘cultura material’, de comportamentos aparentemente exóticos ou aberrantes, ou de uma embobinada preocupação pela mitologia (GALVÃO, 1967, p.16-17).

Ao final de sua análise histórica sobre a situação das populações indígenas amazônicas, o autor, citando os trabalhos de Julian Steward e L. C. Faron (1959), Roberto Cardoso de Oliveira (1960), Darcy Ribeiro (1962) e o seu próprio (Galvão, 1955) enfatiza a importância dos estudos de aculturação, mudança cultural, contato inter étnico (sempre deletério para os índios) e do processo de formação da cultura cabocla. Isso lhe permite traçar amplo programa de trabalho no campo da antropologia regional, que vai além dos limites desta disciplina, pela sua preocupação interdisciplinar:

A amplitude desses problemas e dos recursos humanos e financeiros disponíveis, e que em nosso país são de modesta escala, impõem ou deveriam impor a necessidade de uma certa disciplina orientada para a investigação de problemas de interesse teórico realmente relevante e a coordenação de esforços e recursos. A iniciativa individual, por mais brilhante e pioneira que venha a ser terá que, por força dessas circunstâncias, particularmente em uma área como a amazônica, de aguda carência de recursos, ceder

lugar ao empreendimento de pesquisas de equipe e de colaboração interdisciplinar. A atuação de órgãos como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e do Museu Paraense Emílio Goeldi, a ele subordinado, marcam um avanço nesse sentido, polarizando recursos, reunindo equipes mistas, e realizando programas em que não está ausente o sentido de sua aplicação ao desenvolvimento da região (GALVÃO, 1967, p.25).

Quanto ao trabalho de Charles Wagley - ao qual dou importância especial -, que também apresenta preocupações teóricas e programáticas, como o de Galvão, o mesmo aborda como disse acima a questão do “estudo de comunidades amazônicas” (WAGLEY, 1967). Sem desconhecer – como também disse antes - as críticas que posteriormente foram feitas por vários antropólogos e sociólogos aos chamados “estudos de comunidade”, desejo, no entanto, aqui, apontar os aspectos mais relevantes da justificativa apresentada por Wagley sobre a importância desses estudos para o conhecimento antropológico da Amazônia. Segundo Wagley *“o estudo de comunidade descreve e analisa as realidades da vida dentro do contexto de uma unidade natural da sociedade humana – a comunidade. É concreto, específico e empírico, mas, também, analítico e teórico”, implicando num “conhecimento íntimo da comunidade estudada”* (WAGLEY, 1967, p. 50). Apesar de afirmar sua importância e validade, o autor não desconhece o que considera como “problemas” nesse tipo de estudos, destacando, dentre eles, o da “unidade de estudo” e o da “relação entre a unidade a ser estudada com a sociedade regional maior”. O primeiro diz respeito à definição da “comunidade humana em determinada região do globo”; o segundo concerne ao reconhecimento de que “as comunidades modernas não são unidades sociais isoladas”, já que “de alguma forma participam da vida regional econômica, política, religiosa e social”, sendo, “acima de tudo o resultado da história da região a que pertencem”. Como resultado dessas preocupações, Charles Wagley formula as questões que deseja então discutir em sua comunicação:

Analisarei, primeiramente, a formação das comunidades amazônicas através da história e, assim fazendo, procurarei relacionar as mesmas ao cenário regional. Em segundo lugar, desejaria apresentar um “modelo” esquematizado de comunidade amazônica para pesquisa futura (WAGLEY, 1967, p. 41-42).

A primeira tarefa, bastante influenciada pelas análises já desenvolvidas por Eduardo Galvão, em seu clássico estudo sobre Gurupá (GALVÃO, 1955), orientado pelo próprio Wagley, segue também, como o de Galvão, as reconstituições do historiador amazonense Arthur Cézar Ferreira Reis (REIS, 1942). Analisa o desenvolvimento histórico das comunidades amazônicas, levando em conta a ocorrência de cinco períodos ou fases históricas, que vão desde a formação das “primeiras comunidades luso-brasileiras” (de 1600 a 1754), passando pelas “comunidades civis amazônicas” (de 1759 a 1850), pela “era da borracha” (de 1850 a 1912), pela “era da decadência” (de 1912 a 1942), chegando ao final ao que considera como “uma era de transformação social” (de 1942 até o momento em que escreveu). E conclui sua periodização e análise de forma bastante otimista:

Organizações tais como SPVEA, Instituto de Pesquisas da Amazônia, SESP, e outras, exerceram nesse período uma influência considerável sobre as comunidades amazônicas. De 1942 até o presente, as transformações na Amazônia não têm sido tão dinâmicas como no sul do Brasil (...). Nas cidades, porém, e nas zonas rurais, o isolamento foi quebrado. A população cresceu, há novos produtos no mercado como madeira laminada, pimenta-do-reino, juta, novidades na agricultura, estrada de rodagem que liga a Amazônia ao sul do Brasil e transporte aéreo frequente. Nas pequenas cidades surgiu um novo segmento - alguma coisa como uma “classe média” (...). Embora conservando muita coisa do passado, a comunidade amazônica começa agora a adquirir algumas das características da sociedade aberta moderna (WAGLEY, 1967, p.43-48).

Quanto ao modelo de comunidade amazônica, que considera como “uma construção abstrata (*sic*, meu grifo, R. H. M.) derivada de dados empíricos, reduzida, porém, ao esqueleto teórico da realidade”, seus elementos fundamentais são os seguintes. Em primeiro lugar, uma comunidade rural-urbana, constituída de um centro urbano, embora o mesmo “*possa se limitar a apenas algumas centenas de habitantes*”. Tal centro constitui “*a sede do município, onde as atividades governamentais, burocráticas, comerciais e religiosas se concentram. Há, porém, outros conjuntos urbanos que podem servir de centro de uma comunidade - uma serraria grande, uma vila em crescimento, ou mesmo um posto de missionários*”. Juntamente com esses centros urbanos e a eles ligados podem existir agrupamentos rurais, com diferentes formas: “*1) uma pequena vila ou povoado; 2) casas espalhadas ao longo de um rio ou igarapé; 3) ou ainda casas espalhadas numa grande*

propriedade ou fazenda” (WAGLEY, 1967, p. 49-52). Além disso, o tipo de uma comunidade amazônica é determinado pelas condições ecológicas específicas da localidade e de sua economia básica, havendo na região uma variedade infinita de zonas ecológicas que se estendem desde a ilha do Marajó e Zona Bragantina até ao baixo Amazonas. Acresce ainda que, em qualquer comunidade como a que é definida aqui, há em geral várias ‘micro áreas ecológicas’ (...). E em cada uma dessas zonas ecológicas e mesmo nas pequenas micro áreas há adaptações econômicas características (WAGLEY, 1967, p.54).

Esse modelo, segundo o autor, resulta, porém, de apenas um pequeno número de estudos até então realizados, do ponto de vista antropológico e sociológico. Ele precisa ser testado e complementado por uma série de outros estudos empíricos em várias outras áreas da Amazônia.

A despeito de todas as críticas a esse modelo de estudos, que vieram posteriormente, os estudos *de* e *em* comunidades não deixaram de ser feitos por cientistas sociais. Continuamos muitos de nós – sobretudo os antropólogos – a fazer estudos em comunidades, mesmo que não mantenhamos mais a atitude de reduzir nosso objeto a elas ou a tomá-las como modelos em tamanho reduzido para regiões ou nações, como na passagem bem conhecida do livro famoso de Clifford Geertz quando critica “o modelo ‘microcósmico’ Jonesville-é-os-Estados Unidos” (1978: 25).

Recentemente aqui, na UFPA, no antigo Mestrado em Sociologia e, depois, em nosso Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (anteriormente, Ciências Sociais), foram defendidas e aprovadas dissertação de mestrado e tese de doutorado com fundamento em estudo de comunidades. A primeira delas, de autoria de Márcio Cristiano Queiroz Chaves, “*analisa a reprodução social de uma comunidade ribeirinha do município de Ponta de Pedras, na região do Marajó, no Estado do Pará*”. Nela a atividade

de maior importância econômica é a produção de açaí (*Euterpe oleracea*). No entanto, como esta atividade é marcada pela sazonalidade, a comunidade encontra-se diante da necessidade de superação das dificuldades que lhe são impostas, principalmente nos períodos de entressafra”. Em razão disso, o autor procura “analisar que estratégias são desenvolvidas para este fim, visando elucidar mais precisamente, a relação entre a

organização social e a satisfação das necessidades de reprodução social (CHAVES, 2005, p. 56).

A tese de doutorado de Jones da Silva Gomes, intitulada “*Cidade da Arte: Uma poética da resistência nas margens de Abaetetuba*” destina-se a estudar as diversas “comunidades” artísticas existentes nessa cidade paraense, nos campos da música, da literatura, das atividades artesanais e da pintura. Num de seus aspectos mais relevantes, o autor dá grande importância a uma atividade artística que hoje faz parte da identidade do lugar, que é a fabricação dos “brinquedos de miriti”, vendidos em grande quantidade durante o Círio de Nazaré em Belém do Pará, bem como também exportados para várias partes do Brasil e do mundo (GOMES, 2013).

Quanto a Itá (Gurupá), uma pequena cidade do Baixo Amazonas, longe das rodovias que foram mais tarde construídas na Amazônia, ficou dependente do transporte fluvial e seu crescimento demográfico, político e econômico foi mais lento, sem poder acompanhar o ritmo de cidades hoje muito prósperas, como Marabá, Altamira, Santarém, Castanhal, Paragominas e outras. Tornou-se, porém, famosa no mundo dos antropólogos que se interessam pelas populações amazônicas, na esteira dos estudos de alunos do próprio Wagley (MILLER, 1977).

REFERÊNCIAS

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1960. *O Processo de Assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1967. *O Processo de Assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro, CNPq. P.175-185.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1967. “Áreas de fricção interétnica na Amazônia”. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Rio de Janeiro, CNPq, vol. 2 (Antropologia). pp.187-193.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2004. “O mal-estar da ética na antropologia prática”. In VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (org.) *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*, pp. 21-32. Niterói, Editora UFF.

- CHAVES, Márcio Cristiano Queiroz. 2005. *Comunidade e reprodução social: estudo sobre uma população ribeirinha do município de Ponta de Pedras - Ilha de Marajó - PA*. Belém, Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Pará.
- GALVÃO, Eduardo. 1955. *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá: Amazônia*. São Paulo, Editora Nacional.
- GALVÃO, Eduardo. 1967. “Estudos de aculturação dos grupos indígenas do Brasil”. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Rio de Janeiro, CNPq, vol. 2 (Antropologia), pp. 13-28.
- GEERTZ, Clifford. 1978. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In GEERTZ, Clifford (org.) *A Interpretação das Culturas*. São Paulo, Zahar, pp. 13-41.
- GOMES, Jones da Silva. 2013. *Cidade da Arte: Uma poética da resistência nas margens de Abaetetuba*. Belém, Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará.
- MAUÉS, R. Heraldo. 2006. “Eduardo Galvão, a crise da UnB e a VII Reunião Brasileira de Antropologia”. In ECKERT, Cornélia & E. P. de GODOI (orgs.), *Homenagens: Associação Brasileira de Antropologia, 50 Anos*. Blumenau, Nova Letra, pp.343-366.
- MILLER, Darrel. 1977. “Itá em 1974: um epílogo”. In WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa, 2ª edição, São Paulo, Editora Nacional. pp. 285-310.
- REIS, Arthur César Ferreira. 1942. *Síntese da História do Pará*. Belém.
- RIBEIRO, Darcy. 1962. *A Política Indigenista Brasileira*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura.
- STEWART, Julian H. e FARON, L. C. 1959. *Native People of South America*. New York, McGraw Hill.
- UNB. “Principais capítulos: Invasões” (2008). *Site da Universidade de Brasília*. Disponível em http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/invasoes. Acesso em 27/03/2017.
- WAGLEY, Charles. [1953] 1977. *Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa, 2ª edição, São Paulo, Editora Nacional (Coleção Brasileira, 290).
- WAGLEY, Charles. 1967. “O estudo das comunidades amazônicas”. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Rio de Janeiro, CNPq, vol. 2 (Antropologia). pp. 41-55.

RECIPROCIDADE E ETNOGRAFIA? DOIS ARTISTAS DO BRASIL EM TEXTOS-CHAVE DE CHARLES WAGLEY E CHARLES WAGLEY EM TRÊS ROMANCISTAS BRASILEIROS¹³

Samuel Maria de Amorim e Sá
bcsamuelsa@gmail.com

Soraia Melissa Failache Soares
soraiafailache@hotmail.com

Maria Bárbara Figueira
mbafigueira@gmail.com

Romancistas brasileiros (Jorge Amado, em 1969, na Bahia; Benedicto Monteiro, em 1981, no Pará; Bernardo Carvalho, em 2002, em São Paulo e Ana Diniz, em 2013, no Pará) se inspiram em Charles Wagley. E antes, nos anos 1950, ele escolhera dois artistas do Brasil (Pierre Verger e João José Rescala) para ilustrar dois de seus textos-chave. No centenário de nascimento de Wagley (1913-2013) houve comemorações em Belém e em Chicago, nos Estados Unidos¹⁴. A leitura do antropólogo que viajou ao Brasil por mais de três décadas permite análises sobre sua presença. Neste caso a reciprocidade não equivale àquela do tipo Kula dos Trobriandeses analisados por Malinowski (1978) ou à outra, que Claude Lévi-Strauss (1982) usa para suas conclusões sobre exogamia. Aqui o termo equivale à relação

¹³Versão revista do artigo apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (2014). Disponível em http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402023381_ARQUIVO_Resumo29ABA.pdf. Acesso em 23/03/2017.

¹⁴Seminário Os Legados de Charles Wagley na Amazônia, realizado na Universidade Federal do Pará, Belém, em 27-28 de novembro de 2013 e 112º Annual Meeting of American Anthropological Association, realizado em Chicago, em 20-24 do mesmo mês e ano.

que provoca reações; assim, o antropólogo valoriza o Brasil, seus nativos, índios, caboclos, e três autores brasileiros se inspiram em Wagley para romancear: Jorge Amado, em *Tenda dos Milagres*, cria James D. Levinson, e Benedicto Monteiro inclui um “antropólogo” entre acadêmicos que discutem projetos para a Amazônia. Em Jorge Amado, a caracterização foi explicitamente levantada pelo historiador José Carlos Sebe Bom Mehy (1990). Na obra do romancista paraense, Charles Wagley interage com os personagens. Com o uso de pseudônimo entre etnógrafos, aventamos a hipótese: romancistas imitam os antropólogos e reciprocam, e o antropólogo valoriza artistas do Brasil. Neste trabalho, reunimos situações esparsas e interpretamos o tema com outras presenças, como Candido Portinari e Hannah Arendt bem como o romance que Bernardo Carvalho (2006) escreveu, “Nove Noites”, sobre Buell Quain, antropólogo também da Universidade de Colúmbia (N.Y.) que desapareceu em Carolina, no Maranhão.

Em “A Colonialidade do Saber – eurocentrismo e ciências sociais” (LANDER, 2005), temos um contexto mais abrangente para nosso estudo e temos outro menos abrangente. Destacamos nessa fonte as possibilidades de interculturalidade como um passo viável para uma crítica da colonialidade e simultaneidade dos lugares na sociedade para que ocorra diálogo entre epistemes. Sem tragédia, o texto acentua que o fim do colonialismo não significa o fim da colonialidade (LANDER, 2005, p.13) sendo essa uma espécie de revanche do etnocentrismo anterior o qual vê essa carga sob outra forma inclusive como colonialismo interno. Mas fica também a brecha para que se manifeste nova afirmação autóctone e inesperada e que escape como alguma correção de rumo.

No foco de nossa análise temos o trabalho de um antropólogo ecoando para dentro da sociedade, mas fora da fronteira da sua disciplina. Isto é: temos um artista e quatro romancistas se apropriando da presença de um antropólogo que passa a ser uma inserção literária interpretável como um sinal de presença mais duradoura do visitante. Na verdade, três romancistas e um artista brasileiro, e um fotógrafo-etnógrafo compõem um conjunto de reconhecimento. Aqui não é reciprocidade de bens materiais, mas uma cadeia de dons autorais, recíprocos e publicados.

Boaventura de Souza Santos (2000) discute a possibilidade de uma epistemologia que não seja da “cegueira” e que seja aquela de um senso comum estético. Assim, ele abre espaço para as artes como sementes de um senso comum novo e solidário, ou seja, inovador e não colonialista. E por desdobramento, não-eurocêntrico. Assim sendo, podemos nos perguntar como um antropólogo pode viajar ao Brasil e semear relações duradouras que persistem com sua presença relativamente inusitada em obras de literatura?

Quatro romances brasileiros que por ordem cronológica são: de Jorge Amado “*Tenda dos Milagres*”, 1969 – Salvador/BA; Benedicto Monteiro “*A Terceira Margem*”, 1983 – Belém/PA; Bernardo Carvalho “*Nove noites*” 2002 – São Paulo (o qual trabalhou sobre memórias de outro antropólogo) e Ana Diniz “*Eia, Avante Povo Brasileiro*”, 2013 – Belém/PA. Cada qual ao seu modo inclui o antropólogo Charles Wagley como inspiração ou personagem em seus romances. Jorge Amado formula o personagem James D. Levenson como parceiro em uma trama centrada em famoso baiano, Pedro Arcanjo, o qual é reconhecido como ilustre quando ocorre o centenário de sua morte. Levenson entra em cena como uma das fontes de reconhecimento e o autor o refere assim: “*Da Chegada ao Brasil do sábio Norte-Americano James D. Levenson*” o qual visita Salvador e seguidamente aparece como genial, fotogênico, prêmio Nobel, etc. Nos anos 1980, inquirido por um pesquisador brasileiro se era de fato o personagem do romance, Wagley comentou que ele não sabia dançar tão bem como aparece na obra, mas se sentiria honrado se fosse verdade; e acrescenta que o pesquisador faria melhor se perguntasse diretamente a Jorge Amado.

O paraense Benedito Monteiro escreveu outros romances, uma parte dos quais é uma tetralogia sobre a Amazônia. Tivemos oportunidade de encontrar com ele duas vezes: por ocasião de visita ao pranteado Prof. Benedito Nunes e nesse momento os dois conversavam sobre o conteúdo poético de romances de Dalcídio Jurandir (outro romancista que acompanhou Charles Wagley em sua viagem de estudo à Gurupá/PA) e posteriormente, no interior do município de Marabá, presenciamos uma conversa entre

Benedito Monteiro e agricultores do Sul do Pará. O autor paraense tece a trama de seu romance intitulado “A Terceira Margem” a partir de uma equipe de acadêmicos – um arquiteto, um economista, um sociólogo, um antropólogo social, um psicólogo, um ecologista e um geógrafo como coordenador. Estes comporiam um grupo de trabalho para uma pesquisa da “*Cidade do Futuro*”, e para tanto, viajavam de barco pelo interior da Amazônia – como um modo de avivar seus conhecimentos sobre a realidade amazônica. Alguém do grupo já havia refletido antes sobre o assunto e se antecipava em imaginar tal ou qual lugar como possível embrião para a sonhada Cidade do Futuro. Aqui e ali o romance expõe as discussões dos profissionais inominados, escolhidos por suas profissões, mas Charles Wagley aparece com seu nome próprio e acompanha sua presença com transcrições de pequenos textos de “*Uma Comunidade Amazônica– estudo do homem nos trópicos*” (WAGLEY, 1957); ocasionalmente aparecem outros nomes como Spix e Martius (dois viajantes bávaros do século XIX), Haroldo Sioli (pesquisador alemão), W. H. Bates (viajante inglês do século XIX) na equipe além das citações explícitas havia mais um antropólogo social.

Ana Diniz escreve “*Eia, avante, brasileiros!*” e na página final a autora anota alguns aspectos urbanos das vilas e cidades do interior do Pará, na década de 40, assinalando:

pincei dos trabalhos de Charles Wagley, este monumento da antropologia Norte Americana que veio ao Brasil por força dos acordos de guerra e ajudou a montar o Serviço Especial de Saúde Pública – o SESP em cujas pegadas caminha a saúde pública brasileira até hoje (DINIZ, 2013, p.187 e 188).

Seu romance é situado no nordeste do Pará no tempo da Segunda Guerra Mundial – por essa ocasião, uma cidade era base para os chamados “Zepelins”, dirigíveis; pessoas do local enfrentavam black-outs e o envio de soldados nativos para a guerra.

Um quarto romance entra nessa lista com uma função de contraste. Ele trata de um antropólogo norte americano, Buell Quain, que veio pesquisar no estado do Maranhão e sumiu misteriosamente; ele trabalhou entre os índios Krahô, do Tocantins em 1939. Seguindo uma pista inicial por meio de notícia de jornal, o autor Bernardo Carvalho

(carioca radicado em São Paulo) passou a pesquisar sobre o assunto, e chega à redação do romance “*Nove Noites*”.

Por meio da história de Buell Quain, Bernardo Carvalho revela as contradições de um homem sozinho, numa terra estranha, confrontado com seus próprios limites e com a alteridade mais absoluta (CARVALHO, 2006, quarta capa).

O romance, que ganhou prêmio da Portugal Telecom de Literatura Brasileira, em 2003, analisa a morte desse antropólogo que ocorreu num dos primeiros anos de viagem de Charles Wagley. O episódio dramático joga um sinal das dificuldades possíveis para um antropólogo estrangeiro na Amazônia. Buell Quain e Charles Wagley eram ambos da University of Columbia e provavelmente se encontraram em suas andanças amazônicas¹⁵, o que não parece ter afetado os mais de 30 anos de presença de Charles Wagley na região. Assim como aconteceu com Buell Quain, uma fonte recente menciona a possibilidade de algum contato de Wagley com Claude Levi-Strauss, que esteve no Brasil até 1939 (PACE, 2013)

Considerações Finais

Feito o percurso dos romances que como os espelhos de que fala Gonçalves (1994) reverberam imagens da passagem de Charles Wagley pelo Brasil, cabe agora a tarefa de perguntar o que aconteceu para esse alongamento imaginário das etnografias de Charles Wagley?

Uma primeira ideia é que nenhum dos autores romancistas combinou com o outro como e qual seria a sua parcela ou a sua “fala” (se tomamos fala como sinônimo de escrita!).

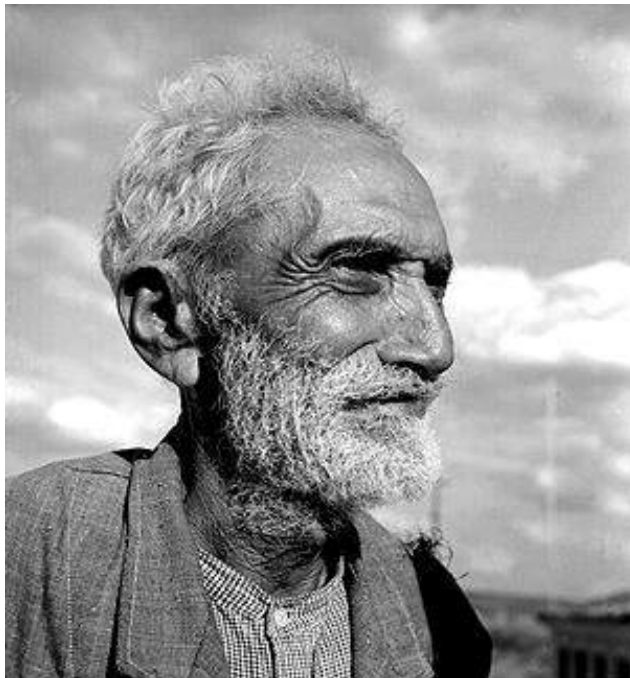
Uma segunda ideia é que Charles Wagley não ficou preso nos seus indígenas ou nas populações caboclas ou negras que ele estudou. Além de uma comenda presidencial do Cruzeiro do Sul, ele recebeu medalha de distinção outorgada pelo INPA (Instituto

¹⁵Para a relação entre Quain e Wagley conferir Rosa (1993).

Nacional de Pesquisa da Amazônia). Seu trabalho de antropologia aplicada com suas funções no Serviço Especial de Saúde Pública o colocaram numa ciranda de notoriedade pela reconhecida inovação do serviço de saúde acoplado com saneamento, seu papel como colaborador da Unesco não o deixou preso na polêmica do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, e até a morte de Buell Quain o deve ter deixado cauteloso.

Assim, a ideia de reciprocidade neste caso está no campo semântico do reconhecimento fora de sua disciplina. Hannah Arendt tem um texto de discurso onde até parece que leu C. Lévi-Strauss em relação a máscaras (“sinal de mistério e de fascinação” (LÉVI-STRAUSS, 1979, p.9). Ela fala do reconhecimento público (receber o prêmio) como uma “máscara” para papéis atribuídos pela sociedade.

Essas máscaras, ou esses papéis no caso do que chamo o percurso dos romances, equivalem a um reconhecimento público e de certo modo livre, autorado por artistas brasileiros que assim também resenham Charles Wagley como próximo deles e, portanto, acessível por causa do papel sociológico atribuído mediante a inspiração de tramas e personagens como resposta à sensibilidade do antropólogo para com pessoas tais como J.J. Rescala e Pierre Verger.



Fotografias de Pierre Verger (WAGLEY, 1952, p.42 e 66)

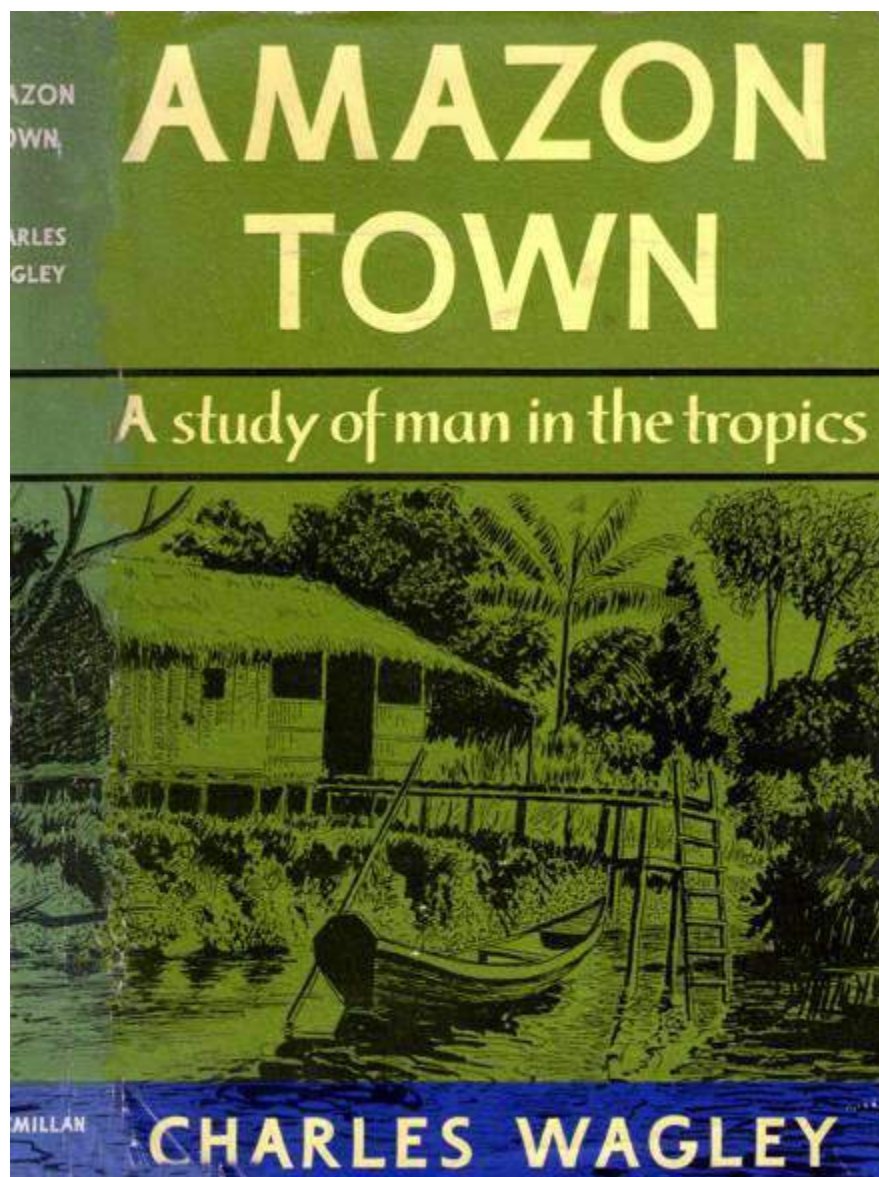
Vale à pena recordar que as contribuições de Verger e Rescala são parecidas em número; Rescala desenhou ilustrações para oito capítulos de “Uma comunidade amazônica” e Verger contribui com sete fotos para o texto “Race Relations in an Amazon Community” (WAGLEY, 1952). A presença de Rescala é assim reconhecida por Wagley:

Os desenhos que o ilustram são de autoria do conhecido pintor brasileiro João José Rescala. Em seu prêmio de viagem pelo Brasil percorreu todo o Vale Amazônico. Observou e visitou pessoas como as que descrevemos neste livro, sendo seus desenhos

feitos de memória e de numerosos esboços realizados durante sua viagem pela Amazônia (WAGLEY, 1957, p.13).



Desenho de J. J. Rescala. Fonte: WAGLEY, 1988, p.25



Desenho de J. J. Rescala ilustra a capa da 1ª edição americana e o 5º capítulo (WAGLEY, 1988, p.157)

Assim, damos voz ao etnógrafo que explicita o seu reconhecimento pelo artista brasileiro. E a presença de Pierre Verger na edição francesa da Unesco para o texto sobre relações raciais é marcada logo no início desse livro junto com o autor.

Destacamos essas expressões de reconhecimento como abertura explícita para um tipo de reciprocidade aberta pelo nosso estudo.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. [1969] 2008. *Tenda dos Milagres*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ARENDT, Hannah. 1993. “O grande Jogo do Mundo”. In ARENDT, Hannah, *A dignidade da política*. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 168-182.
- CARVALHO, Bernardo [2002] 2006. *Nove noites*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DINIZ, Ana. 2013. *Eia, avante, brasileiros!* Belém, Editora PakaTatu.
- GONÇALVES DA SILVA, Vagner. (org). 1994. *Seminário Temático Antropologia e seus Espelhos*. São Paulo, FAPESP.
- LANDER, Edgardo. 2005. “Ciências Sociais e Saberes Coloniais e Euroêntricos”. In LANDER, Edgardo (org). *A Colonialidade do Saber eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO. pp. 08-23.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. [1949] 1982. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis, Vozes.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1979. *La voie des masques*. Paris, Plon.
- MALINOWSKI, Bronislaw. [1922] 1978. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural Editora. (Coleção Os Pensadores)
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. 1990. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo, Nova Stella.
- MONTEIRO, Benedicto. [1983] 1991. *A terceira margem*. 3ª edição. Belém, CEJUP.
- PACE, Richard. 2013. *Charles Wagley* (Verbete). In MCGEE, Jon and WARM, Richard L. (ed). *Theory in Social and Cultural Anthropology: an encyclopedia*. vol 2. Thousand Oaks, SAGE Publications, Inc.
- ROSA, Francisco Tadeu Ribas Santos. 1993. *A aliança e a diferença: uma leitura do itinerário intelectual de Charles Wagley*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de Campinas.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2000. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo, Cortez.
- WAGLEY, Charles. 1952. “Race relations in an Amazon Community”. In WAGLEY, Charles (Ed.) *Races et Classes dans le Brésil Rural*. Paris, Unesco, pp.116-141.

WAGLEY, Charles. [1953] 1957. *Uma Comunidade Amazônica – estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa, 1ª edição, São Paulo, Editora Nacional.

O “ENCANTAMENTO” DE ARTHUR NAPOLEÃO FIGUEIREDO: ETNOGRAFIA DE UMA PRODUÇÃO INTELECTUAL¹⁶

Marilu Márcia Campelo
dodoyaster@gmail.com

O presente artigo é um resumo de trabalho maior intitulado “A Obra e o Legado de Arthur Napoleão Figueiredo”¹⁷. Não conheci o professor Napoleão, mas uma afinidade me trouxe até ele, cujo nome surgiu no meio de uma pesquisa bibliográfica sobre as religiões afro-brasileiras no Pará, e, entre os trabalhos levantados, a menção recorrente de seu nome em meio aos poucos trabalhos realizados na região Norte do país¹⁸.

Cabe ressaltar ainda que a relevância de tal investigação segue a tendência atual de resgatar trajetórias individuais, fatos marcantes da memória de pessoas e instituições que produziram um certo saber sobre a sociedade brasileira, evitando-se, assim, que a falta de memória generalizada no país renegue ao esquecimento vultos relevantes que por aqui

¹⁶Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na VI Reunião Regional de Antropólogos do Norte e Nordeste (VI ABANNE). Mesa Redonda: Arthur Napoleão Figueiredo e a Antropologia da Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/ UFPA, 07 a 10 de novembro de 1999.

¹⁷A pesquisa foi desenvolvida no período de 24 meses e foram utilizados os seguintes instrumentais para a coleta de dados: entrevistas abertas e depoimentos gravados com estudantes, colaboradores, funcionários, e professores do Departamento de Antropologia, oriundos do Grupo de Antropologia formando no antigo Departamento de História e Antropologia, a fim de elaborar registro de impressões sobre o antropólogo Arthur Napoleão Figueiredo. Fichamento bibliográfico das fontes primárias - livros e artigos - com elaboração de pequenas resenhas foram analisadas a luz do desenvolvimento teórico da antropologia; além dos artigos e livros de Napoleão Figueiredo, que foram fontes primárias e principais desta pesquisa. Tal documentação se encontra depositada nas bibliotecas da Universidade Federal do Pará (Coleção Amazônia) e Museu Paraense Emílio Goeldi. E como fontes secundárias, foram utilizados artigos escritos sobre ele, por exemplo, as biografias, reportagens, discursos, etc (CAMPELO, 1999).

¹⁸Nos levantamentos bibliográficos realizados sobre religiões afro-brasileiras no Pará são citados: Arthur Napoleão Figueiredo, Ruht Leacok & Seth Leacok e Anaíza Vergolino Henry.

deixaram um patrimônio. Junta-se a esta justificativa, a vontade do Departamento de Antropologia da UFPA em escrever sua própria história, solidificando sua identidade e sua participação no cenário acadêmico, cujo maior incentivo foi nada mais, nada menos, que o próprio Napoleão Figueiredo, fundador do Grupo de Antropologia.

Neste sentido, considera-se que o conjunto de sua obra e sua personalidade marcante, contribuíram para o desenvolvimento de pesquisas e pesquisadores no norte do país, enquanto parte do pensamento social amazônico, de grupos humanos, costumes, enfim, de um povo peculiar que permite refletir sobre como indivíduos se transformam em modelos para as demais pessoas e instituições na medida em que parte de uma narrativa pessoal para trazer ao leitor de hoje algumas histórias do imaginário do grupo ao qual pertencia Napoleão Figueiredo, revelando o ponto de interseção ou de divisão, de caminhos e trajetórias individuais possíveis.

Em meados da década de 1970, o ensino de disciplinas antropológicas no Curso de História da Universidade Federal do Pará entrava em fase de expansão. Fruto do trabalho pioneiro de Napoleão Figueiredo, o ensino de antropologia na UFPA promovia uma aproximação entre História e Antropologia, fornecendo aos estudantes a possibilidade de trabalhar com os conceitos de cultura, civilização, evolução, etnia, história regional, etc. (CORTEZ, 1991). Atualmente, os alunos que ingressam no curso de Ciências Sociais mal tomam conhecimento do seu trabalho pioneiro e de sua importância na implantação das disciplinas antropológicas na universidade.

Mas, afinal, quem foi Arthur Napoleão Figueiredo? Quem é esse senhor cujo nome foi emprestado para a denominação de um departamento universitário? Não pretendo traçar aqui a sua trajetória enquanto intelectual e mestre, pois isso já foi elaborado nas biografias escritas por Ballé (1989), Maués (1991) e Vergolino Henry (1998).

Muitos se perguntam e se contentam com a simples explicação de que foi um antigo professor do departamento de antropologia que tinha hábitos excêntricos. Somente aqueles

que escolhem as cadeiras ou a ênfase antropológica tomam um breve contato com as histórias e o “mito” criado em torno de sua personalidade, enquanto professor e pesquisador. Mas são raros os que conhecem a sua produção científica, salvo aqueles que desenvolvem alguma pesquisa cuja temática esteja no campo da religião. E, é claro, têm aqueles que não só desdenham da importância de Napoleão Figueiredo como também contribuíram, ao longo destes anos, para o apagamento de sua memória.

Mesmo assim, alguns remanescentes do Grupo de Antropologia tentam construir sua memória a partir do seu ancestral fundador: Arthur Napoleão Figueiredo. Todavia não devemos esquecer que este culto a sua memória não é unânime, havendo quem seja contra esta construção.

Entretanto, no campo da memória, os contornos do sujeito são delimitados fundamentalmente a partir das construções póstumas¹⁹. E Napoleão Figueiredo não foge a essa regra, embora traços de sua forte personalidade e a maneira como concebia a vida acadêmica tenham contribuído para a história da antropologia na UFPA antes mesmo de sua morte.

Homenagens póstumas: o nome do prédio e do departamento que ajudou a criar, biografias e o interesse de manter viva a sua lembrança, o seu estilo de trabalho no Departamento por aqueles que por ele foram formados, são algumas das formas de manter viva a sua memória.

¹⁹ Sobre essa forma de construir uma memória ver Regina Abreu, 1996.

O acervo da coleção etnográfica que ajudou a formar – o seu retrato pintado à óleo que nos observa pelo corredor do prédio²⁰, fotografias, diplomas emoldurados como o que lhe conferiu o título de professor emérito e o seu fantasma (que as histórias de bastidores afirmavam perambular pelo antigo Departamento de Antropologia, atual Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo e pela sala do prédio das Ciências Exatas, primeiro local onde se instalou o Grupo de Antropologia) – são os fragmentos que testemunham seu trabalho.

As homenagens póstumas recriam a pessoa no templo da memória. Criam e legitimam seus ancestrais mostrando o valor que o mundo ocidental confere à imortalidade dos “sujeitos-coletivos” como forma de justificar a sua própria continuidade (ABREU, 1996).

Assim, o conjunto dessas memórias de “sujeitos-coletivos” é incorporada à história de uma instituição, de uma disciplina, de uma ciência na região amazônica, item por item, acumulando várias histórias individuais que criam os lugares da memória como, por exemplo, Manoel Barata, Protásio Friel, Eduardo Galvão – os responsáveis pela formação de Arthur Napoleão Figueiredo e de Anaíza Vergolino e Silva, aquela que por ele foi formada e atualmente é professora aposentada pela UFPA.

Mas além de um professor exigente, dedicado e altamente disciplinado (fato que era atribuído a sua formação militar), o que criava uma série de atritos entre os seus colegas, Napoleão Figueiredo foi um pesquisador versátil e polígrafo, na medida em que não se

²⁰ Este retrato possui uma história peculiar e contribui com o conjunto místico que envolve a figura de Napoleão Figueiredo. O antigo Departamento de Geografia era conhecido por suas desavenças internas a ponto de interferir no andamento da instituição. O professor Napoleão, como diretor do CFCH, assumiu a tarefa de apaziguar os ânimos neste Departamento, conseguindo resolver pendências entre professores novos e antigos e, os alunos que acabavam prejudicados com isso. Assim, em sua homenagem o retrato foi pintado e ficou na sala do chefe do Departamento de Geografia. Há oito anos, o quadro foi para o Departamento de Antropologia, desalojando a figura “protetora” e, por que não dizer, “intimidadora” do professor Napoleão de sua sala, dizendo que esta pessoa não tinha nada a ver com eles. A então chefe do Departamento de Antropologia, Anaíza Vergolino, mandou colocar uma nova placa e instalou o quadro na parede em frente a porta do prédio. Dizem que com essa atitude voltou a reinar a discórdia neste Departamento.

aprofundava em um só ramo de conhecimento. De formação acadêmica diferenciada da carreira que escolheu (era advogado), lidava indistintamente com etnologia indígena, arqueologia, antropologia e áreas afins, abrangendo pesquisas de campo junto a sítios arqueológicos, grupos indígenas, populações caboclas da Amazônia e religiões afro-brasileiras de Belém. Assim sua obra abrange uma produção complexa tanto pela temática quanto pela metodologia muito diversificada.

No total, sua obra consta de 84 artigos contando os títulos não repetidos (somando os títulos publicados em diferentes periódicos o total é 104)²¹, 4 livros e 5 catálogos de coleções de museus e algumas entrevistas de jornais sendo que algumas obras foram publicadas em conjunto com Anaíza Vergolino, ex-aluna e auxiliar dileta na UFPA, com Maria Helena Amorim Folha, que veio de Alagoas para a UFPA, e com Ivelize Rodrigues, sua auxiliar no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).

Mas de onde vinha essa inspiração pela pesquisa antropológica? Quais eram as condições reais para tanta produção, o papel do autor e os recursos teóricos por ele utilizados?

Bordejando pela sua obra, me propus uma tarefa ambiciosa: fazer um balanço de sua produção intelectual. Porém, dado o pouco tempo que dispunha – uma análise criteriosa de toda a sua obra levaria alguns anos – e os compromissos acadêmicos assumidos, limitei-me a obras mais citadas e/ou mais publicadas e aos acervos da Biblioteca da Universidade Federal do Pará (particularmente a Coleção Amazônia) e da Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi. Visitas esporádicas foram realizadas à Biblioteca Nacional e à Biblioteca da Academia Paraense de Letras.

Fiz, então, um inventário de sua produção teórica classificando-a em uma ordem temática toda a sua obra, localização da instituição em que está depositada e um resumo do

²¹Ballé (1989) fornece a seguinte informação: 115 artigos e 4 livros; já Vergolino Henry (1998), diz que são 120 artigos, 4 livros e 22 projetos.

conteúdo²². A apresentação temática e cronológica que aqui apresento da bibliografia tem uma finalidade: situar os escritos mais importantes no conjunto dos que os precederam ou seguiram. Foram incluídos os catálogos, as biografias e trajetórias de personagens ilustres e os prefácios de livros devido à importância dada aos mesmos pelo próprio autor.

Relação de Produção por tema - Arthur Napoleão Figueiredo

Temas	Artigos	Livros	Catálogos
Povos Indígenas	20		
Arqueologia	11		
Estudos sobre História e Cultura da Amazônia; Cultura Portuguesa na Amazônia	12	01	
Estudos Afro-brasileiros: História	08	01	
Estudos Afro-brasileiros: Religião	11	02	
Medicina Popular, Etnomedicina e Etnobotânica	02		
Coleções Etnográficas e Catálogos	12		04
Biografias e trajetórias de figuras “ilustres”	05		
Prefácios em livros	03		

A busca e identificação destas obras foi um “trabalho de garimpeiro”. Boa parte do material se encontra depositado na Biblioteca da UFPA, no acervo denominado Coleção Amazônia, que reúne obras que falam exclusivamente da região amazônica. Outra parte encontra-se no acervo geral da Biblioteca da UFPA onde há algumas obras que estão fora da referida coleção. Outra fonte de pesquisa foi a biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi, que adquiriu uma boa parte da biblioteca particular de Napoleão Figueiredo, vendida pela sua mulher após sua morte. Porém, este acervo está diluído por toda a biblioteca e consta de obras de outros autores. E, além do mais, algumas obras de Napoleão Figueiredo estão perdidas sem possibilidade de serem encontradas. Por isso, muito de seu trabalho é desconhecido. E, daquilo que permanece ao alcance de nosso conhecimento,

²²Neste artigo aparecem apenas os títulos listados segundo a sua classificação. O inventário completo consta de um relatório de pesquisa entregue ao antigo Departamento de Antropologia da UFPA, hoje Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo - LAANF.

muitos artigos são descrições etnográficas, ricas – que às vezes se repetem – a espera de um tratamento teórico mais atualizado, ou mesmo revisitas aos campos onde os dados que apresentam foram coletados.

É possível perceber a progressiva mudança de campo de estudo: a passagem dos trabalhos sobre povos indígenas para estudos acerca das populações afro-brasileiras, e finalmente para a elaboração dos catálogos. Ou seja, a saída do campo tradicional da etnologia indígena – por motivos de saúde - para o campo da antropologia urbana através do estudo da religião e da medicina popular. Essa passagem também marca uma mudança teórica: o autor passa do “culturalismo” americano para o funcionalismo-estrutural.

O conceito chave é o de *cultura*, principalmente a ideia de *cultura regional*: a subcultura da Amazônia. A variação cultural é apontada como produtora de uma singularidade: “alma” ou “gênio” de um povo, que revelaria o modo específico de ser do homem amazônico, seja na cidade, seja no interior. Seguindo a concepção de que o que caracteriza uma determinada sociedade seria uma certa “configuração cultural”, uma lógica que se encontra ao mesmo tempo na especificidade das suas instituições e no comportamento de seus membros. Concepção hoje questionada pela antropologia contemporânea.

Nesta perspectiva, rejeita paulatinamente as explicações generalizantes sobre o Brasil aplicadas à região amazônica. A produção de Napoleão, desde os estudos sobre sociedades indígenas, é voltada para especificidade cultural e histórica da região, apoiada no processo de colonização. Por exemplo, nos estudos sobre aculturação indígena, dialoga ora com Protásio Friel, ora com Eduardo Galvão. Nos estudos sobre cultura da Amazônia e religiões afro-brasileiras preocupa-se em desconstruir as explicações generalizantes aplicadas à região como, por exemplo, os modelos explicativos elaborados por Manoel Diegues Jr, Gilberto Freyre e Roger Bastide. Pode-se dizer que intuitivamente, mas com uma bagagem teórica insipiente, Napoleão Figueiredo buscava compreender a diversidade da região em todos os seus aspectos.

A obra

Nos trabalhos sobre “Estudos das Sociedades Indígenas” uma temática é constante: a aculturação provocada pelo contato entre povos indígenas e a sociedade nacional, as possibilidades de permanência dos valores das culturas indígenas e o futuro desses grupos. Isso pode ser percebido em “*A festa dos ‘coletores’ entre os Aramagóto*” (1961), trabalho considerado como o seu “batismo de campo” como antropólogo. Descrição etnográfica de uma festa relacionada à comemoração da economia ligada a um cerimonial mitológico e ao sistema de divisão de trabalho. A discussão gira em torno do processo de aculturação pelo qual passava esse grupo e outros, moradores da região do Rio Parú. Os dados coletados pelo autor serviram também como base de discussão de outros artigos tais como “*O centro urbano, o barracão e a maloca*” (1966) e os “*Os Aramagóto do Paru de Oeste, seus primeiros contatos com a sociedade nacional*” (1963).

Mantendo o seu interesse pelas relações de contato entre grupos indígenas da Amazônia com as frentes de trabalho e os programas de desenvolvimento para a região, o autor discutirá a mesma temática nos artigos: “*Grupos indígenas e frentes pioneiras de penetração nacional no Estado do Pará*” (1970); “*O destino das sociedades tribais na Amazônia brasileira*” (1975) e o “*A Amazônia, o índio e as fronteiras da civilização*” (1988).

Neles demonstra que as generalizações feitas por pesquisadores nacionais e estrangeiros sobre a formação da sociedade brasileira, que emergiu da colonização do Nordeste brasileiro, não se aplicariam à Amazônia, pois, no primeiro caso, os sistemas econômicos, sociais e políticos giravam em torno da exploração agrícola e, no segundo, os mesmos giravam em torno do extrativismo vegetal e animal. Na sua perspectiva, as fontes de informação sobre a Amazônia não foram suficientemente trabalhadas no que diz respeito ao contato das populações indígenas antes da colonização. Aponta, neste sentido, a importância das fortificações (o papel dos militares em diferentes épocas) e das missões religiosas. O quadro de relacionamento entre as frentes pioneiras de penetração e os grupos indígenas permanece o mesmo, pois é o domínio da terra o fator de choque entre os grupos

indígenas e as frentes pioneiras de penetração. Planos e políticas de colonização da área amazônica não funcionam para as populações indígenas: o índio é um dado estranho e até certo ponto contrário aos propósitos destes planos.

O destino dos povos indígenas é o de sua descaracterização progressiva, marginalização, assimilação ou integração, na medida em que vão sendo integradas às economias regionais. O isolamento relativo mantido por alguns grupos indígenas permitirá aos mesmos manter uma estabilidade igualmente relativa, enquanto não forem atingidas maciçamente pelas frentes pioneiras de penetração nacional e, como tal, integradas à economia regional e nacional.

“*A cerâmica arqueológica do rio Itacaiúnas*” (1965) é o trabalho até hoje reverenciado como pioneiro pela Casa de Cultura de Marabá. Foi o Professor Napoleão Figueiredo quem procedeu a descrição, análise e classificação dos fragmentos de cerâmica e seixos coletados por Protásio Friel, no Rio Itacaiúnas e Caiteté, durante suas excursões à região habitada antigamente pelos grupos Tacayuna e Purucaro; Kayapó, Xikrín e Purucarú, e habitada na época pelos índios Xikrín.

Este trabalho e outros fazem parte de um mapeamento realizado pelo autor em busca da definição da ocupação pré e pós cabralina na região amazônica, traçando a trajetória dos grupos indígenas deslocados de suas regiões originais pela conquista portuguesa. Em “*As culturas arqueológicas pré e pós cabralinas na Amazônia brasileira*” (1972) e “*A ocupação amazônica nas épocas pré e pós cabralinas*” (1977) trabalha com a hipótese de sítio-habitação de um grupo tupi que teria imigrado para a região fugindo da expansão colonizadora dos portugueses na costa atlântica.

Amazônia: tempo e Gente (1972) é a obra mais geral do autor. Trata-se de uma obra leve dedicada ao grande público. É uma reunião de textos já publicados, com outros títulos ou não, em épocas e locais variados. O livro reúne em cinco capítulos diferentes discussões que têm como pano de fundo as teorias sobre a população e a cultura da Amazônia. Para

quem quiser conhecer a obra geral do professor Napoleão é o livro mais indicado, pois apresenta uma breve nota sobre a história da etnologia e os cursos de Ciências Sociais e pesquisadores brasileiros que ajudaram a construir um novo campo de estudo. Discussão sobre as duas alternativas de abordagem metodológicas utilizadas por Manuel Diégues Jr. e Darcy Ribeiro sobre os contingentes étnicos formadores da sociedade brasileira e os processos de mudança sociocultural decorrentes, enfim, é um resumo geral da situação dos estudos antropológicos realizados no Brasil e, em especial, na Amazônia.

Também apresenta uma visão mais específica da pré-história da Amazônia, com ênfase nas quatro tradições ceramistas da região. Histórico sobre o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na bacia amazônica, dividido em três períodos ou estágios: pioneiro, sistemático e integrado. Repete seus estudos sobre a situação do indígena amazônico desde a época da conquista, o quadro de relacionamento entre vários grupos indígenas e as frentes de penetração nacional, e o destino dessas sociedades tribais face à conjuntura atual.

O mesmo ocorre com os estudos sobre o contingente populacional lusitano engajado na conquista e povoamento da Amazônia; o papel de feitores, fazendas, fortificações e missões religiosas na formação sociocultural da região e a consequente emergência de uma sociedade mameluca, que já haviam sido publicados em *“Estudos sobre cultura portuguesa em Portugal e no Brasil”* (1973).

Apresenta a discussão sobre a falta de uma orientação metodológica nos estudos sobre o contingente populacional africano introduzido na Amazônia e a contribuição prestada por vários autores a este tema. Descrição das modalidades de tráfico de escravos, a participação do negro na economia da região, o sincretismo religioso e as “sobrevivências africanas residuais”. Após demonstrar a inadequação da abordagem de Gilberto Freyre ao modelo amazônico, o autor aponta emergência de uma “subcultura amazônica” na cultura brasileira, fruto da participação e inter-relação dos três elementos étnicos e as

peculiaridades ambientais da região. Todos esses dados são amplamente discutidos e analisados nos artigos e livros publicados sobre estudos afro-brasileiros.

No que se refere, em particular, aos estudos afro-brasileiros na obra do autor, sejam os de história ou de religião, percebe-se que estes levam a marca de Anaíza Vergolino Henry. Algumas publicações são feitas em nome do professor Napoleão tais como o artigo “*Presença africana na Amazônia*” (1975), “*Pajelança e catimbó na região bragantina*” (1975) e “*Todas as divindades se encontram nas “encantarias” de Belém*” (1981), porém, o seu conteúdo é o mesmo das obras publicadas em co- autoria.

Em “*Alguns elementos novos para o estudo dos batuques de Belém*” (1967), os autores criticam as análises de Roger Bastide e Edison Carneiro no que diz respeito aos cultos afro-brasileiros em Belém, refutando a classificação de áreas culturais – “batuque” e “babassuê” - que fora dada para os fenômenos religiosos na região amazônica.

Para eles, basta percorrer as casas de culto que será impossível determinar um tipo padrão capaz de fornecer um modelo, pois os mesmos apresentam dessemelhanças de estrutura e de cerimonial. No mesmo trabalho apontam para o fato de que as notícias históricas sobre a presença do negro na Amazônia são precárias e insuficientes.

O fenômeno religioso em Belém é urbano e formado por grupos de diversas tendências cujas denominações variadas são designadas como tendas, terreiros, batuques, macumbas, tambores e searas. É identificado o número de templos religiosos e das federações a que eles se agrupavam. O estudo desses cultos em Belém revela que eles apresentam aspectos distintos quer em sua estrutura, quer em relação ao conjunto, ou ainda ao próprio ritual. Os autores apontam como elementos novos a presença, em alguns terreiros, de cultos *fitolátricos* com suas funções modificadas, fornecendo para isso uma listagem com os nomes populares e científicos e procedimentos rituais das referidas árvores. Encontra-se também, nas casas de cultos, livros – uma literatura religiosa e uma científica – sobre estudos de cultos afro-brasileiros. Verifica-se ainda a presença de um

grupamento distinto chamado de “gente fina” em todas as casas de culto, que parecem ter origem de nomações nos “pontos cantados” de casas de Mina e Nagô.

“Festa de Santo e Encantados” (1972) (I Concurso de Folclore Amazônico – Prêmio Giorgio Falangola) é uma obra que mostra o contexto da religião fora do centro urbano de Belém. É uma descrição de festas para santos católicos outrora realizadas na região do Alto Cairari e do complexo mágico-religioso da população proveniente da fusão de tradições religiosas portuguesas e indígenas existentes na região. O processo de colonização e as mudanças culturais encontradas na região, são apontados como decorrentes das transformações de uma sociedade colonial de índios, portugueses e mestiços na sociedade amazônica.

“A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica” (1990) foi publicada ora em forma de artigo de autoria apenas de Napoleão Figueiredo (1975 e 1976) e posteriormente em forma de livro em colaboração com Anaíza Vergolino. Reúne um ensaio sobre a presença africana na Amazônia; estudos e conclusões parciais sobre as modalidades de tráfico que existiram na região. Trabalha: Belém como porto de entrada de escravos africanos para o vale amazônico e principal distribuidor dos mesmos para toda a região; a organização de quilombos nas adjacências das principais cidades amazônicas e no interior; a integração e diluição do contingente escravo, sobrando apenas alguns elementos de sua religião, principalmente mesclados às crenças indígenas; verifica que o mundo sobrenatural e as instituições religiosas existentes no interior da Amazônia são o resultado – como a própria “subcultura” amazônica – da integração dos elementos culturais, de que eram portadores os que participaram do processo de colonização da região e as mudanças culturais encontradas são decorrentes da transformação de uma sociedade colonial de índios, portugueses, africanos e mestiços na atual sociedade amazônica.

A obra completa publicada em 1990 tem como acréscimo as fontes para a história da escravidão no Pará (1730-1807), abrangendo ainda informações sobre o tráfico externo e interno referente à presença africana na Amazônia colonial; indicando procedência dos

escravos importados, além do mapeamento da distribuição desses escravos pelo vale amazônico. Referências a quilombos e ao modo pelo qual o regime escravista agia na região. O número maior de informações repousa sobre o “período pombalino” no qual se desenvolveu, de forma ativa, a Companhia do Grão Pará. Inclui também um levantamento documental sobre as correspondências dos governadores da região com o reino de Portugal.

“Religiões mediúnicas na Amazônia: o Batuque” (1975) e *“Todas as divindades se encontram nas encantarias de Belém”* (1981) completam esses estudos. O primeiro retoma as críticas aos estudos de Roger Bastide e Edison Carneiro que trataram das religiões africanas na Amazônia enquadradas em um modelo: “batuque” e “babassuê”, como correspondentes às variantes transmitidas à Amazônia por elementos egressos das Casas de Nagô e da Casa das Minas de São Luiz do Maranhão.

Para os autores, quer nos centros urbanos, quer nos centros rurais, tal esquema conceitual não pode ser aplicado. O mundo sobrenatural e as instituições religiosas existentes na Amazônia são resultantes do processo de colonização da região e mudanças culturais decorrentes da transformação de uma sociedade colonial de índios, portugueses, africanos e mestiços na atual sociedade amazônica. Resultado de um longo processo aculturativo, encontram-se reminiscências ou sobrevivências africanas, católicas, xamânicas indígenas, de pajelança cabocla, kardecismo, teosofismo, preceitos de sociedades secretas entre outras modalidades. Tais casas de cultos são agrupadas em torno de duas associações distintas, além das centenas de casas de cultos sem filiação associativa ou registro policial, que vêm sofrendo mudanças progressivas quanto à origem e à caracterização das entidades, os procedimentos rituais e os processos iniciáticos

Já o segundo, repete alguns dados apresentados em outros artigos (1967 e 1975), porém é mais conhecido. É um estudo que inclui um quadro com uma visão comparativa dos santos e entidades existentes no Brasil e em Belém. Trata-se de uma análise dos cultos afro-brasileiros em Belém; apresenta aspectos distintos quer em sua estrutura, quer em

relação ao conjunto ou ainda em relação ao ritual. São cultos urbanos que têm a participação de diferentes classes sociais de acordo com o lugar da cidade onde estão localizados. Terreiros com práticas afro-brasileiras situados em subúrbios mais distantes e pobres da cidade têm maior frequência de classes proletárias, enquanto outros de orientação mais kardecista ou umbandista têm sua localização nos bairros residências de classe média e alta. O mesmo ocorreu com pajés, rezadores e curadores que, ou desapareceram por completo, ou foram incorporados aos Terreiros de Batuque, da Cura e da Umbanda. Nos cultos professados por estes grupos são encontradas ainda encantados e orixás que passaram por um processo de reorganização formando sistemas e estruturas diferentes. Ambos “habitam” as “encantarias”, localizadas acima das nuvens e abaixo do céu, da cidade grande.

Também são interessantes os estudos que tratam da medicina popular. Aqui se incluem ainda os estudos de *“Rezadores, Pajés e Puçangas”* (1972) que trata o problema da medicina popular em Belém tomando como recorte os mercados e feiras da cidade. Nas barracas são oferecidas ao público ervas, raízes e cascas, defumações, banhos provenientes da flora, da fauna e de natureza mineral da região e são recrutados para a cura das doenças do “corpo” e do “espírito”. A obra fornece uma localização das casas especializadas em artigos religiosos, bem como dos “especialistas” e dos principais ervanários. Traz a análise do conceito de doença e seus agentes causadores. Levantamento das “Benzeções”, “fórmulas” e “receitas” vendidas nas feiras, em particular, a do Ver-o-Peso.

Uma ressalva especial deve ser feita a este livro, pois apresenta fotografias de vendedores e da feira do Ver-o-Peso que compõem um importante acervo sobre a memórias deste local.

Doravante, *“Pajelança e Catimbó na região bragantina”* (1975) é um “survey” exploratório visando à análise do ritual de Pajelança Cabocla na Região Bragantina, nordeste do estado do Pará. Este estudo demonstra a influência do Catimbó Nordestino nas manifestações religiosas da região, bem como um breve histórico da formação e

colonização da região e da imigração nordestina. Ao demarcar o nível de influência externa, os autores explicam a trajetória e desenvolvimento de cultos religiosos: a Pajelança expulsa dos centros urbanos para a periferia.

Todo o sistema de crença gira em torno dos espíritos dos “mestres de cura”, que moram nas “Encantarias”, localizadas nas matas, nas águas (doce e salgadas) e no ar, e que estão agrupados em linhas, nações, povos ou tribos que intermediam a relação entre os homens e os santos. Essas forças espirituais são manipuladas pelos pajés e curadores em sessões de denominadas “de mesas”.

Para finalizar, temos dois pequenos artigos que tratam um sobre plantas e ervas e o outro sobre os animais utilizados na farmacopeia regional e vendidos, particularmente na feira do Ver-o-Peso, em Belém. Tais artigos dão continuidade às pesquisas iniciadas em 1972. São eles: “*Banhos de cheiro & rituais amazônicos*” (1987) e “*Os “bichos” que curam: os animais e a medicina de “folk” em Belém do Pará*” (1988).

Os “*banhos de cheiro*” abrangem o uso de plantas para a elaboração de banhos com as mais diversas finalidades: banhos de cheiro e banhos cerimoniais – *ariaxés* e *amacis* pela população urbana de Belém. A crença no poder das plantas é um traço característico do homem amazônico, tanto da cidade como do interior, e seu uso está associado à medicina popular utilizada em todas as classes sociais; nos rituais religiosos cuja tradição indígena se mescla à tradição africana e, por ocasião das festas de junho (São João), outubro (Círio de Nazaré) e dezembro (Natal), período em que o banho de cheiro é “preceito”. O autor acrescenta ainda o desenho de plantas e tabelas com o nome vulgar, nome científico e as partes usadas nos banhos.

Em “*os bichos que curam*”, encontra-se o uso de animais como remédios e amuletos nas mais diversas finalidades pela população rural e urbana da Amazônia: medicina popular e cerimônias religiosas. Nele há um levantamento do uso de animais, inteiros ou em partes, nas religiões mediúnicas (Batuque e Pajelança) onde têm usos de acordo com as

necessidades rituais. O aspecto mais evidente também se situa no uso de animais na medicina popular, o que oferece uma rica classificação dos animais e dos fins a que eles se destinam: doenças naturais (do corpo) e não naturais (do espírito).

A utilização de animais na medicina popular e nas religiões do homem amazônico constitui-se em um sistema altamente organizado, integrado e harmônico que reestabelece as conexões entre o homem e a natureza. Por isso são apresentadas no referido trabalho tabelas contendo a classificação dos animais no sistema popular e no sistema científico, e as partes usadas na elaboração dos remédios. Além de uma proposta metodológica para pesquisas na área de medicina popular (1980).

Conclusão

A conclusão aponta a contribuição de suas pesquisas para a antropologia desenvolvida na Amazônia:

a) Desenvolveu uma tendência eclética em sua produção tendo como pano de fundo um perfil culturalista para o estrutural-funcionalista, o que mostra o seu acompanhamento em relação às mudanças teóricas da antropologia na sua época.

b) Estudos sobre sociedade indígenas refletem bem a preocupação da antropologia desenvolvida na época no que concerne o seu objeto de estudo privilegiado: o desaparecimento ou integração dos povos indígena à sociedade nacional. Do ponto de vista teórico-metodológico, Napoleão Figueiredo enfrenta de maneira reiterada e sob vários aspectos alguns problemas clássicos dos estudos sobre as sociedades indígenas. Faz o que se pode chamar de um diálogo com a obra de pesquisadores como Protásio Friel e Eduardo Galvão, que seguramente ocupam um lugar importante entre os interlocutores presentes nesse debate. As interpretações desses autores afloram em quase todos os seus artigos. São apresentadas, às vezes incorporadas, mas quase nunca discutidas. Fornecendo o suporte teórico para os dados coletados pelo autor no processo de elaboração de suas próprias posições.

c) Preocupação em desenvolver uma metodologia de estudo para a medicina popular. Tal temática, na verdade, não aparece como um assunto isolado em suas pesquisas, pelo contrário, ela surge junto com os estudos sobre religiões afro-brasileiras no Pará.

d) Ressalto ainda o pioneirismo de Napoleão Figueiredo em relação aos estudos afro-brasileiros no Pará. No início de quase todos os seus trabalhos (e mesmo os em colaboração com Anaíza Vergolino), os dados sobre as populações negras e, especificamente acerca das religiões afro-brasileiras na Amazônia, são fragmentados, extremamente dispersos e colhidos sem rigor científico, ou então, sofrem das limitações próprias dos quadros teóricos importados do sul do país (neste caso o africanismo é bom exemplo) e, são aplicados sem nenhuma concordância com a realidade regional.

e) Os estudos afro-brasileiros e os de medicina popular são referências obrigatórias para quem faz pesquisas nesta temática dentro do estado do Pará.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. 1996. *A Fabricação do imortal: memória, história e estratégia de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco.
- BALÉE, W. 1989. "Obituary of Arthur Napoleão Figueiredo", *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* (Série Antropologia), Belém, vol.5, n.1, pp. 77-78.
- CAMPELO, M. 1999. *Construindo memória na UFPA. A obra e o legado de Arthur Napoleão Figueiredo*. Relatório de Pesquisa. Belém, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Pará,
- CORTEZ, R. 1991. "A criação do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Pará e a controvérsia sobre as disciplinas Cultura Brasileira e Museologia", *Cadernos do CFCH*, Belém, n. 25, pp. 1-90.
- DURHAM, E. 1997. "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas, In CARDOSO, R. (org.). *A aventura antropológica*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra. pp. 17-37.
- FIGUEIREDO, A. N. 1961. "A festa dos 'coletores' entre os Aramagóto". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* (Antropologia), Belém, n.15, pp. 1-9.

- FIGUEIREDO, A. N. 1963. "Os Aramagóto do Paru de Oeste, seus primeiros contatos com a sociedade nacional", *America Indígena*, vol. 23, n.4, pp. 310-317.
- FIGUEIREDO, A. N. 1965. "A cerâmica arqueológica do rio Itacaiunas", *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* (Nova Série Antropologia), Belém, n. 27.
- FIGUEIREDO, A. N. 1966. "O centro urbano, o barracão e a maloca". *Separata dos Arquivos do Instituto de Antropologia*, Natal, vol. 2, n.1-2. pp. 325-342,
- FIGUEIREDO, A. N. 1968. "A ocupação amazônica nas épocas pré e pós cabralinas". *Revista de Guimarães*, Guimarães, vol. 77, n. 3-4, pp.299-312.
- FIGUEIREDO, A. N. 1970. "Grupos indígenas e frentes pioneiras de penetração nacional no estado do Pará". *Antologia da Cultura Amazônica*, São Paulo, vol.6, pp. 186-192.
- FIGUEIREDO, A. N. 1972. "Amazônia: tempo e Gente". *Boletim da Secretaria Municipal de Educação e Cultura*. Belém, Prefeitura Municipal de Belém.
- FIGUEIREDO, A. N. 1972. *As Culturas Arqueológicas Pré e Pós Cabralinas na Amazônia Brasileira*. Belém, UFPA/Sub-Reitoria de Pesquisa e Planejamento.
- FIGUEIREDO, A. N. 1973. "Estudos sobre cultura portuguesa em Portugal e no Brasil". *Revista de Cultura do Pará*, Belém, vol. 3, n. 12/13.
- FIGUEIREDO, A. N. 1975. "O destino das sociedades tribais na Amazônia brasileira". *Revista de Cultura do Pará*, Belém, vol.5, n.18/19, pp. 75-110.
- FIGUEIREDO, A. N. 1975. "Presença africana na Amazônia". *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, Instituto de Antropologia Professor Souza Marques, Rio de Janeiro, vol.1, n.1, pp. 433-443.
- FIGUEIREDO, A. N. 1975. "Pajelança e catimbó na região bragantina". *Anais do III Seminário de Estudos Sobre o Nordeste*. Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- FIGUEIREDO, A. N. 1975. "Religiões mediúnicas na Amazônia: o batuque". *Journal of Latin American Lore*, Los Angeles, University of California Press, vol.1, n.2, pp.173-184.
- FIGUEIREDO, A. N. 1979. *Rezadores, Pajés e Puçangas*. Belém,UFPA; São Paulo, Boitempo (Série Pesquisas, 8).
- FIGUEIREDO, A. N. 1980. "Questions of methodology en research into recent use of medical plants in Belem folk medicine", Heidelberg, *Curare Ethnobotanik*, vol.3, n.85, pp. 227-236.

- FIGUEIREDO, A. N. 1981. "Todas as divindades se encontram nas 'encantarias' de Belém", *Ciência e Trópico*, Recife, vol.9, n.1, pp. 51-66.
- FIGUEIREDO, A. N. 1988. *A Amazônia, o índio e as fronteiras da civilização*. Belém, UFPA (Texto inédito).
- FIGUEIREDO, A. N. 1987. "Banhos de cheiro & rituais amazônicos", *Ciência Hoje*. São Paulo, vol.6, n.36, pp.59-61.
- FIGUEIREDO, A. N. 1988. "Los "bichos" que curam; los animales y la medicina popular em Belém do Pará (Brasil)". *Montalban*, Caracas, vol.20, pp.135-150.
- FIGUEIREDO, A. N. e HENRY, A. V. S. 1990. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém, Arquivo Público do Pará.
- FIGUEIREDO, A. N. e HENRY, A. V. S. 1967. "Alguns elementos novos para o estudo dos batuques de Belém". *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Rio de Janeiro, CNPq, vol. 2 (Antropologia). pp. 101-122.
- FIGUEIREDO, A. N. e HENRY, A. V. S. 1972. *Festa de Santo e Encantados*. Belém, Academia Paraense de Letras.
- MAUÉS, R. H. 1991. "Memória da antropologia da Amazônia ou Como fazer ciência no paraíso dos etnólogos". In *Anais do II Encontro de Antropólogos do Norte/Nordeste*. Recife, UFPE, vol. 1, pp.123-134.
- MAUÉS, R. H. 1992. "In Memoriam: Arthur Napoleão Figueiredo (1923-1989)". *Anuário Antropológico/89*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- VERGOLINO, A. 1998. "Arthur Napoleão Figueiredo: da vida militar à antropologia". *Anthropologicas, Série Anais do IV ABANNE*, Recife, ano III, vol. 7, pp.80-99.

INFLUÊNCIA DO AMBIENTE TROPICAL NO HOMEM DA AMAZÔNIA NAS RELEXÕES DE BATES E WAGLEY

Denize Adrião
deadriao@ig.com.br

Jerônimo Alves
jeronimoalves@hotmail.com

Wagley esteve na Amazônia em meados do século XX. Os estudos que realizou sobre os habitantes da região foram publicados, em grande parte, na obra intitulada *Uma Comunidade Amazônica: Estudo do Homem nos Trópicos*, onde ele assinala que “é o estudo de uma região e do modo de vida de seu povo”, sendo que, uma questão que ele analisa nessa obra é se: “O ambiente tropical, quente e úmido, imporá limitações ao desenvolvimento humano a ponto de tornar quase impossível o aumento do padrão de vida nessas regiões?” (WAGLEY, 1957, p.18).

Na introdução dessa obra Wagley faz referências a alguns estudos realizados, anteriormente, sobre o homem da Amazônia, mas considera que, em geral, ainda eram escassos. O naturalista Henry Bates, incluído nessas referências, esteve na região, com um século de antecedência. Os nativos, a fauna, a flora e outros objetos da História Natural, campo em que se especializou, foram analisados por ele, que ficou mais conhecido pelas atividades no campo da Zoologia, sendo a teoria do mimetismo dos insetos a que lhe conferiu maior notoriedade. Entretanto, o que interessa para nós são as reflexões sobre homem da Amazônia, tanto as de Bates como as de Wagley. Ambos, como veremos no decorrer do presente texto, discutiram o efeito do clima tropical sobre os habitantes dessa região. Nosso propósito é saber, como o referido tema foi abordado por cada um desses

estudiosos, que atuaram em contextos históricos tão distanciados. Primeiro, analisaremos como este tema aparece nos escritos de Bates e, a seguir, nos escritos de Wagley.

Henry Bates

Henry Walter Bates foi educado na Inglaterra, em meados do século XIX, portanto em um contexto de acentuado interesse pela História Natural e curiosidade pelos trópicos. Essa curiosidade estimulava a expectativa da população por publicações e exposições sobre animais, plantas, habitantes, enfim, tudo que viesse dos trópicos. A Amazônia estava no foco desse interesse, que não se restringia à população mais ampla, mas também era manifesto nos estudiosos da natureza, que chegavam a considerar a região, como o “paraíso dos naturalistas”. Não por acaso, entre 1840 e 1860, período em que Bates esteve na Amazônia, ela foi visitada por Alfred Russel Wallace, Louiz Agassiz, Richard Spruce, W. H. Edwards, William Herndon e o Príncipe Adalbert (Stepan, 2001, p. 31).

Motivado pelo interesse nesse campo do conhecimento, Bates iniciou a viagem para a Amazônia em 1848. Os recursos econômicos que ele conseguiu, para a viagem, foram apenas os provenientes de um contrato pelo qual receberia pagamento pelo envio à Europa de animais, plantas e outros produtos da região, não era pagamento pela realização de atividades científicas. Em meados do século XIX, a prática de financiamento para a realização de viagens com o intuito de pesquisas científicas, ainda não estava firmemente institucionalizada.

Após desembarcar, às margens da baía de Guajará, no Pará, onde permaneceu por algum tempo, prosseguiu pelo rio Tocantins e por outras vias marítimas mais próximas. No ano seguinte, subiu o rio Amazonas e seguiu pelo rio Solimões.

Os estudos que realizou abrangeram animais, plantas e populações locais, ou melhor, os diversos ramos do conhecimento que faziam parte da História Natural. Mas, embora a Zoologia tenha sido o interesse principal do naturalista, ele não deixou de incluir nos seus estudos, o homem da Amazônia.

Conforme os padrões dominantes de pensamento da época, a população da Amazônia, como a de qualquer outra parte do mundo, deveria seguir os padrões da cultura civilizada. Com essa palavra, diz Norbert Elias, “a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo e muito mais” (ELIAS, 1993, p.23). Em oposição, as demais culturas eram consideradas atrasadas, primitivas ou bárbaras. Por esses pressupostos, uma questão tornava-se relevante: até que ponto o clima tropical permitiria que o homem da Amazônia se tornasse civilizado?

Ao que tudo indica, as informações que Bates tinha a esse respeito não eram condizentes com o que ele diz ter observado. Ao desembarcar na Amazônia, ele se surpreendeu ao verificar que a população não corria nenhum risco por ficar expostas ao ar da noite e nem mesmo por habitar em terrenos pantanosos (BATES, 1979). Baseado em observações como esta, ele rejeitou a ideia da ação negativa do clima tropical sobre o processo civilizatório do homem da Amazônia. Conforme essa ideia, o clima influenciaria inclusive na conduta moral. Embora, o naturalista considerasse alguns comportamentos locais bastantes condenáveis, como a poligamia, acreditava que tais costumes estavam mais relacionados com a cultura local do que com o clima.

Bates se opôs, inclusive, à ideia pela qual as doenças que acometiam a região eram, em grande parte, causadas pelo clima. No momento em que ele visitou a Amazônia, a população foi acometida por várias epidemias, entretanto, esse contratempo, para ele, seria compensado pelo clima saudável e agradável observado na maior parte do tempo (ALVES, 2008).

A concepção pela qual o clima tropical inibia o processo civilizatório, portanto, foi negada pelo naturalista. Ele considerou o clima tropical convidativo para viver e chegou a

se referir a ele, assim como ao solo, de modo até idílico, como se pode ver pelas palavras expressas, ao regressar à Europa:

Para viver neste melancólico ambiente, eu estava deixando um país, onde o verão era perpétuo, onde eu tinha vivido à maneira dos ciganos, como três quartos de seu povo, velejando por seus infindáveis rios ou percorrendo suas florestas sem fim. Estava deixando o equador, onde as forças da Natureza, em perfeito equilíbrio, mantinham um solo e um clima, que pareciam exemplificar a ordem e o equilíbrio do Universo (BATES, 1979, p.298).

Charles Wagley

Charles Walter Wagley, originário dos Estados Unidos, veio para a Amazônia, em 1942, pelo convênio realizado entre o Instituto de Assuntos Inter-Americanos e o Serviço Especial de Saúde Pública. Ele foi contratado para dirigir o Programa de Migração e a Divisão da Educação Sanitária do SESP, como o Serviço ficou conhecido. Esse convênio fazia parte dos acordos estabelecidos entre os Estados Unidos e Brasil, durante a Segunda Grande Guerra, que exigia a exportação da borracha e minério do vale amazônico, assim como, garantir a assistência médica aos seringueiros e mineradores empregados nessas tarefas (FIGUEIREDO, 2004).

Tais programas fizeram parte da intensiva chegada dos Norte Americanos na Amazônia, na época em que foi deflagrada a Segunda Grande Guerra. Antes, essa presença era pequena, se comparada com a europeia, mas não era completamente ausente. Um exemplo significativo desse antecedente, no campo científico, foi a presença de Agassiz. Ele partiu dos Estados Unidos, em agosto de 1865 e permaneceu na Amazônia até março de 1866. Veio chefiando a expedição Thayer, que tinha o propósito de realizar pesquisas no campo da História Natural. Financiada desde os Estados Unidos, pelo milionário Nathaniel Thayer, a expedição contou com o firme apoio, no Brasil, do imperador D. Pedro II (VANZOLINI, 1986).

Entretanto, foi só na década de 1940, quando Wagley esteve na Amazônia, que a presença norte-americana se tornou imperativa na região. Gerson Moura (1984) assinala que no início daquela década foi criado o *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between American Republics*, uma “super-agência”, cujo objetivo era promover ações, na América Latina, sobretudo, relacionadas com o esforço de guerra.

Um dos projetos de maior envergadura do Office foi implantado na Amazônia. O projeto foi realizado em consonância com o Ministério de Educação e Saúde. Atuou na assistência médica dos trabalhadores e na intervenção sanitária, inclusive voltada para a erradicação da malária e outras doenças que acometiam a população local. Essas intervenções visavam, ao mesmo tempo, preparar a região para receber tropas americanas durante a guerra. O Office encerrou as atividades em 1946, mas a presença norte-americana na região permaneceu.

Em 1948, o antropólogo Charles Wagley passou a realizar pesquisas antropológicas, na Amazônia, de modo mais sistemático. As atividades foram realizadas sob a tutela da Unesco e visavam desvendar a “*questão da diversidade geográfica, da singularidade do trópico amazônico e o problema do homem visto como parte do meio físico*” (DOMINGUES e PETITJEAN, 2005, p.276)

A população de Gurupá, cidade da Amazônia, foi o foco dessas pesquisas, cujos resultados foram publicados sob o título, *Uma Comunidade Amazônica. Estudo do Homem nos Trópicos*. Nesta obra, a questão da influência do ambiente tropical sobre o homem da Amazônia estava presente pois, como vimos, uma das principais questões que ele analisou foi se o ambiente tropical, quente e úmido, imporia limitações ao desenvolvimento humano, inibindo o aumento do padrão de vida nessas regiões. O clima e o solo foram dois fatores ambientais analisados. Veremos, em primeiro lugar, o que Wagley respondeu, em relação ao clima, ou mais especificamente sobre a questão expressa por ele: “Que dizer dos efeitos enervantes do calor sobre o homem?”.

Como se pode ver, em relação ao clima tropical, Wagley admitia, em princípio, que este possui efeitos “enervantes”. Portanto, ele não considerava o clima tão apazível como fora antes considerado por Bates. Os climas, quentes e úmidos, diz Wagley (1957, p.26), parecem “ter dado mais trabalho ao homem, do que os [climas] temperados”, mas, ele não admite que fossem obstáculos intransponíveis para que o homem dos trópicos superasse as dificuldades.

Para isso, Wagley apresenta alguns argumentos. O homem teria, mais que qualquer outro animal, capacidade de adaptação às variações de temperatura e para minimizar seus efeitos seria capaz de utilizar vários meios culturais, tais como, a criação de roupas e outros artefatos apropriados. Assim, poderia se adaptar em todos os climas conhecidos. Ele, também, descartou a ideia pela qual o clima das regiões tropicais seria mais propício à proliferação de doenças, do que o das regiões temperadas. Também negou que essas doenças fossem impedimentos insuperáveis para o progresso das regiões tropicais. Neste sentido, Wagley afirmava que “um dos mais fortes argumentos contra as regiões tropicais, baseia-se na prevalência das doenças, principalmente as chamadas ‘doenças tropicais’, que são consideradas o maior empecilho ao progresso daquelas áreas” (WAGLEY, 1957, p.30). Entretanto, essas moléstias, raramente, diz ele, “são de incidência bastante alta para constituir séria ameaça à saúde de toda a população”. Acrescenta que “a prevalência da maioria dessas doenças não pode ser unicamente atribuída ao clima, são mais propriamente uma consequência do atraso da região do que a sua causa” (WAGLEY, 1957).

Como se pode ver, a questão dos possíveis efeitos negativos do clima sobre o homem da Amazônia, que já estava presente nas reflexões de Bates, continuava a fazer parte das interrogações de Wagley, não com o mesmo significado, pois o contexto sócio-histórico era outro. Bates interrogava-se sobre os efeitos climáticos no caráter e na fisiologia dos habitantes da região. Wagley, sobre a capacidade que estes teriam de se ajustar aos padrões das sociedades desenvolvidas, compreendidas como as científicas, tecnológicas e industrializadas.

Sua resposta neste sentido é afirmativa, mas a introdução do homem da Amazônia nesse modelo de desenvolvimento era mais como fornecedor de matéria prima para a indústria, do que como produtor de bens industrializados. As áreas tropicais interessavam, diz Wagley, “não só pela luta dos povos que as habitam, como pelos recursos inexplorados, suas terras ainda virgens e o potencial que encerram para futuras colonizações” (WAGLEY, 1957, p.19).

Nesta perspectiva, a fertilidade do solo amazônico passava a ser interrogada, inclusive por Wagley que, embora com certa ressalva, respondia afirmativamente: “o solo amazônico não é de maneira alguma comparável ao de áreas férteis e produtivas, como as do meio oeste dos Estados Unidos; pode, entretanto, produzir alimentos, não só para a população atual da Amazônia, como para um número de pessoas muitas vezes maior” (WAGLEY, 1957, p.36). A proposta do antropólogo era inserir o homem da Amazônia no processo de desenvolvimento, conforme os padrões estabelecidos pelo mundo moderno, ou seja, industrializado. Sendo que ele atuaria nesse processo, sobretudo, como fornecedor de matéria prima para o mercado internacional.

Conclusões

Um século separa os contextos históricos em que Wagley e Bates realizaram atividades científicas na Amazônia. Muitas mudanças ocorreram nesse intervalo, mas uma ideia continuou em vigor nos escritos dos dois estudiosos: o único caminho para o homem da Amazônia era seguir fielmente os padrões do mundo civilizado.

O que mudou foi o significado e a medida desses padrões. No contexto europeu em que Bates foi educado, o ingresso do homem tropical na civilização era medido, sobretudo, pela recepção da religião, da monogamia e de outros aspectos marcantes da cultura europeia. No contexto histórico em que Wagley viveu, outros parâmetros passaram a ser considerados mais importantes para esse ingresso, tais como, a capacidade de produção e consumo da população.

De qualquer modo, ambos interrogaram sobre a influência do ambiente tropical no homem da Amazônia e concluíram que tal fator não era obstáculo, para alcançar os padrões civilizados. O clima tropical foi analisado, tanto pelo naturalista, como pelo antropólogo. O primeiro, concluiu que ele, em nada ficava a dever em relação ao dos países temperados. O segundo, embora tenha sido menos otimista, concluiu que, apesar das desvantagens do clima tropical, era possível contorná-las pela ação cultural humana.

As análises de Wagley sobre o ambiente e o homem da Amazônia enfatizaram, sobretudo o que este representava como agente produção de alimentos e de matéria-prima, pois considerava essa produção decisiva para o ingresso da região no “mundo desenvolvido”. Embora, para o antropólogo, o solo da região não fosse tão fértil como o de algumas regiões dos Estados Unidos, ele acreditava que, pelo uso de técnicas adequadas, essa dificuldade podia ser superada, de tal modo, que seria capaz de suprir a carência de alimentação do mundo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Jerônimo de Alencar. 2008. “Determinismo climático e salubridade Amazônica na percepção de Bates e Wallace”. *Cadernos de História das Ciências/Instituto Butantã*, São Paulo, vol.4, n.2. pp.37-50.
- BATTES, Henry Walter. [1864] 1979. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- ELIAS, Norbert. 1993. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar.
- FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. 2004. *Cuidando da Saúde do Vizinho: As atividades de antropólogos Norte-Americanos, no Brasil*. Campinas Dissertação (Mestrado de Antropologia), Universidade de Campinas.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol e PETITJEAN, Patrick. 2005. “Ecologia e evolução: A Unesco na Amazônia (1946-1950)”. In ALVES, José Jerônimo de Alencar, *Múltiplas faces da História das ciências na Amazônia*, Belém, Edufpa. pp. 271-285.

- MOURA, Gerson. 1984. *Tio Sam chega ao Brasil: A penetração cultural americana*. São Paulo, Editora Brasiliense (Coleção Tudo é História, 91).
- STEPAN, Nancy L. 2001. *Picturing Tropical Nature*, London, Reaktion Books.
- VANZOLINI, Paulo. 1986. "A Contribuição Zoológica dos Primeiros Naturalistas Viajantes no Brasil". *Revista da Universidade de São Paulo*, n.30. Dossiê Brasil dos Viajantes. pp. 190-238.
- WAGLEY, Charles. [1953] 1957. *Uma Comunidade Amazônica: Estudo do Homem nos Trópicos*, Tradução de Clotilde da Silva Costa, 1ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

CHARLES WAGLEY, O CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO E OS VÍNCULOS COM O BRASIL NOS ANOS 1940

Priscila Faulhaber
pfaulhaber@globo.com

Charles Wagley, após finalizar seu doutorado em etnologia pela Universidade de Colúmbia e já professor daquela universidade, solicitou em 16/02/1939, quando tinha 26 anos de idade, licença para proceder a estudos entre tribos indígenas localizadas no estado de Goiás (Rio Araguaia e Tocantins) (CFE T 2.134²³). O objetivo da expedição, com duração prevista de um ano, era a realização de estudos sobre linguística. Consta no documento que Wagley se dispunha a entregar ao governo brasileiro todas as peças colecionadas que fossem de interesse das instituições nacionais, assim como se comprometia a respeitar os dispositivos da legislação brasileira que regulavam as expedições científicas²⁴.

Wagley veio ao Brasil na esteira da primeira série de interações de antropólogos estadunidenses com o Museu Nacional. Consta que a diretora desta instituição, Heloisa Alberto Torres – que também atuava no Conselho de Fiscalização - manteve correspondência com Franz Boas e Ruth Benedict, articulando um acordo informal de cooperação com a Universidade de Colúmbia. A correspondência de Boas com Heloisa Alberto Torres mostra que o professor americano lhe recomendou uma série de

²³Numeração referente ao documento no Acervo do Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, sob a guarda da Coordenação de Documentação e Arquivo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST, 2012).

²⁴Wagley solicitou a liberação de material científico (cilindros para gravação sonora) que se encontravam retidos na alfândega. Após debate sobre a viabilidade de conceder a autorização, registrado na ata 136 (CFE T1.11, livro 2), a mesma foi expedida no dia 23 de fevereiro de 1939.

pesquisadores no início de carreira, os quais viajavam ao Brasil para realizar pesquisa de campo. Boas comparava o treinamento acadêmico de alguns deles: lamentando que Charles Wagley não estudara linguística, mencionou Nimuendajú, afirmando que, “evidentemente, ele era um excelente estudante de etnologia, ainda que lhe faltasse treinamento linguístico” (Boas professional papers, 20 de Janeiro, 1941).

Boas relatou ainda, na mesma carta a Heloisa, acreditar que, para fornecer aos jovens estudantes brasileiros o melhor aprendizado possível, deveria ser escolhido algum professor que tivesse um largo domínio de métodos na disciplina, e que os estudos linguísticos eram indispensáveis ao conhecimento de etnologia (Boas professional papers, 11 de Abril, 1941). Por meio dessa carta, ele queria convencer sua interlocutora de que seria importante receber como professor no Museu Nacional o etnólogo norte-americano William Lipkind que em 1938 fizera pesquisa antropológica com autorização do CFE (CFE. T2 105).

No entanto, Heloisa não aceitava os argumentos da necessidade de capacitação linguística, mostrando ter convicção de que tal treinamento não seria necessário para resolver os problemas enfrentados em trabalho de campo pelos pesquisadores que ela considerava como de sua confiança, como Nimuendajú. Ela expôs claramente sua preferência por Wagley, levantando como argumento a sensibilidade do antropólogo para lidar com as relações de poder descortinadas em trabalho de campo e no dia a dia da interação entre professores e estudantes no Museu Nacional. Ademais, segundo ela, os estudantes não viam Lipkind com bons olhos, mas nutriam respeito e simpatia por Wagley.

Aliás, diversas fontes destacam a empatia de Chuck, como era chamado pelos mais próximos. Mas não se pode perder de vista seu pragmatismo, aproveitando os contextos da política de vizinhança dos EUA que incentivaram o jovem professor a buscar um campo de trabalho ainda pouco explorado e que contava com forte apoio de agências estadunidenses em tempos de guerra e de luta pela hegemonia no continente americano. E, no caso da antropologia, da etnologia americanista.

Ruth Landes (COLE, 2003) alegara que a razão da antipatia por Lipkind, que era judeu, estava na dificuldade de ele ser aceito devido ao antissemitismo reinante, o qual Dona Heloisa não queria enfrentar (CORRÊA, 2008:33). Landes levantara a suspeita de que, como diretora do Museu, Dona Heloisa não queria entrar em choque com setores das elites brasileiras simpatizantes com o nazismo.

No mesmo dia, Dona Heloisa reiterou a mensagem que dirigira a Boas em carta (de 2/1/1941) ao presidente da Fundação Guggenheim, na qual descartou definitivamente a presença de Lipkind no Museu Nacional. Justificou sua recusa com o fato de que este, inúmeras vezes, demonstrara não estar de fato interessado em cooperar com o Museu Nacional, nunca tendo lhe enviado relatório de sua missão. Heloisa referiu-se, ademais, ao espírito crítico dos alunos, que reagiram ao comportamento arrogante e ares de superioridade de Lipkind (CORRÊA e MELO, 2008, p.212). Finalmente, Heloisa conseguiu que Boas apoiasse a atuação de Wagley com uma bolsa da Guggenheim. Lipkind continuou trabalhando para o Office of War Information, juntamente com outros antropólogos da escola “Personalidade e Cultura”, que atuavam no Oriente (PRICE, 2008, p.172).

Heloisa atuava energeticamente em defesa da sua instituição, manipulando a autorização para acesso às áreas indígenas como uma forma de deter algum tipo de controle, mesmo que simbólico, sobre as expectativas dos ilustres interlocutores de suas missivas.

Ela, além disso, usava sua influência pessoal para ajudar os pesquisadores que considerava de sua confiança, sendo caracterizada como a “madrinha” de jovens etnólogos (CORRÊA, 2000, p.241). Charles Wagley e Buell Quain (este que teve expedição registrada em CFE T2 105) constavam entre os seus preferidos, cujas autorizações defendia ardorosamente nas reuniões do conselho, como registrado na ata 133 (CFE T1.11. livro 2), ao passo que muitos outros, como William Lipkind, Ruth Landes, Alfred Métraux e mesmo Curt Nimuendajú, registraram queixas sobre a sua forma senhorial e personalista de agir.

Versões disparatadas das peripécias de Quain e outros antropólogos foram romanceadas por Bernardo Carvalho (2002) que as transpôs para o enredo literário, misturando narrativa histórica e ficção. Nas primeiras páginas do romance, Wagley conhece Alfred Métraux no navio transatlântico que os levou ao Brasil, confidenciando-lhe que antes de tornar-se professor universitário ganhava a vida como cozinheiro.

Wagley casou-se em 1941 com Cecília Roxo, bibliotecária da Biblioteca Nacional, que fora aos EUA fazer uma especialização com bolsa do DASP (ROSA, 1993). O casamento propiciou a inserção de Wagley na alta sociedade e na intelectualidade do Rio de Janeiro, fazendo com que passasse a ocupar uma posição privilegiada para o acesso a informações no Brasil, situação mais confortável do que a de Nimuendajú, que era casado com uma lavadeira afrodescendente, e bem diferente da de Lévi-Strauss, que não contraía vínculos pessoais que o conectassem seriamente com os brasileiros e com o Brasil.

Nos anos 1940, a ideia de “área cultural” passou a ser definida em termos de áreas estratégicas “etnogeográficas” para os propósitos da guerra (STOCKING, 1976), acompanhada por processo de afastamento entre os antropólogos e os museus. Ao fim da guerra, o sentido dado à expressão “área cultural” passou a ser delimitado, em termos de políticas de desenvolvimento articuladas às problemáticas da antropologia aplicada em tempos de Guerra Fria. Assim, os estudos de área em termos de critérios político-administrativos passaram a circunscrever os povos indígenas da Amazônia e suas culturas, como nos trabalhos de Eduardo Galvão.

Aluno de Heloísa Alberto Torres e estagiário do Museu Nacional, Galvão acompanhou a expedição de Charles Wagley aos Tapirapé. Sua participação nessa viagem foi uma pré-condição para que Wagley obtivesse a autorização, no entanto, o que estava sendo de fato pleiteado nas entrelinhas era que o jovem estudante brasileiro recebesse treinamento do iminente antropólogo de Colúmbia. Com a viagem, eles criaram vínculos pessoais e profissionais que foram uma ponte para que posteriormente Galvão pudesse

concluir seu doutorado, em 1948, tornando-se o primeiro brasileiro PhD em antropologia, com a obtenção desse título na Universidade de Colúmbia em Nova York (1947-1949).

Relatando o segundo pedido de autorização de Wagley ao CFE, em 21 de junho de 1948 (T 2.250), Heloisa Alberto Torres apresentou ao presidente deste Conselho solicitação para o seu protegido da Universidade de Colúmbia, prosseguir, no mês de julho, em Gurupá, estado do Pará, suas pesquisas antropológicas e sociológicas, iniciadas em 1944, em colaboração com o Museu Nacional. Os trabalhos, realizados com a colaboração de Cecília Wagley, Eduardo e Clara Galvão, foram custeados pela Unesco e não teriam, diferentemente da primeira expedição, qualquer objetivo de colecionamento científico. O estudo de Wagley, intitulado “*A Social Survey of an Amazon Community with recommendation for future research*” foi publicado pela Unesco como produto do projeto do International Institute of the Hilean Amazon (IIHA). Esse estudo foi finalizado com a observação de que estava trabalhando em consonância com os estudos de mudança cultural.

No prefácio de seu livro sobre Gurupá, Wagley (1953) retoma a sua atuação, de 1942 a 1947, no Serviço Especial de Saúde Pública, órgão fundado em tempos de política de *Boa Vizinhança*, como serviço de apoio à saúde dos trabalhadores da borracha em contrapartida ao fornecimento de borracha como matéria-prima que se tornara bem escasso como consequência de circunstâncias da Segunda Guerra Mundial (MARINELLO, 2004). Em sua avaliação, relativiza os benefícios do Serviço para os trabalhadores. Sem controle de preços, os “soldados da borracha” sonhavam pagar as dívidas contraídas mesmo antes de sua viagem para a Amazônia, almejavam escapar do sistema de dominação patriarcal atualizado para assegurar ajustes na produção da borracha às condições de guerra. Associações comerciais, no entanto, clamavam contra contratos e inovações que visualizavam ameaçar a manutenção da ordem das coisas.

Distâncias geográficas concorreram para a manipulação de preços pela cadeia de intermediários que controlavam os meios de produção. Tal sistema de exploração

desencorajava os extrativistas endividados a incrementar a produção de borracha. O plano governamental de introduzir inovações foi deixado para trás e, segundo Wagley, não chegou a ter efeitos positivos para o bem-estar dos trabalhadores que viveram situação de abandono na floresta, sem condição de voltar ao Nordeste de onde haviam se deslocado atraídos pelas promessas dos empreendedores da produção gomífera (WAGLEY, 1953).

Por trás do envolvimento entre antropólogos e instituições, em termos do controle da entrada de pesquisadores estrangeiros no país, estava o interesse desta nos materiais e conhecimentos que eles pretendiam coletar, conforme demonstrado na correspondência entre os expedicionários e a conselheira Heloisa Alberto Torres (CORRÊA E MELO, 2008).

Com a especialização do conhecimento em disciplinas específicas, evidenciaram-se as hierarquias implicadas na objetivação de conteúdos culturais, dos quais são exemplos as definições específicas de “estudos de área” como lugares da antropologia subjacentes a uma ideia homogeneizante de “área” ou “região”. Antropólogos elaboravam sínteses teóricas com base em descrições realizadas etnograficamente por aqueles que produziam seus trabalhos em um campo considerado como não completamente estruturado, do ponto de vista dos padrões de ciência da época. Esses lugares, entendidos como desestruturados, periféricos, invertendo termos deslocados porque concebidos alhures, recolocavam tais problemas a partir das zonas de contato, sendo, os pesquisadores viajantes que se dedicavam exclusivamente à pesquisa de campo, no entanto, destituídos do acesso pleno aos meios acadêmicos presentes nos centros norte-americanos.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Bernardo. 2012. *Nove Noites*. São Paulo, Companhia das Letras.
- COLE, Sally. 2003. *Ruth Landes. A life in Anthropology*. Lincoln and London, University of Nevada Press.
- CORRÊA, Mariza 2000. “O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira”, *Etnográfica*, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 223-265.

- CORRÊA, Mariza; MELO, Januária (Org.). 2008 *Querida Heloisa / Dear Heloisa: cartas de campo para Heloisa Alberto Torres*. Campinas, UNICAMP (Série Pesquisa). www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50808 Acesso em 22/04/2017.
- MARTINELLO, Pedro. 2004. *A Batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco, Edufac.
- MAST 2012. *Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: inventário*. 3ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins. http://www.mast.br/inventarios/inventarios_conselho_de_fiscalizacao_das_expedicoes_artisticas_e_cientificas_no_brasil.pdf Acesso em 28/04/2017.
- PRICE, David H. 2008 *Anthropological intelligence: the deployment and neglect of American anthropology in the second world war*. Duke: Duke University
- ROSA, Francisco T. R. S. 1993. *A aliança e a diferença: um leitura do itinerário intelectual de Charles Wagley*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Campinas, UNICAMP.
- WAGLEY, Charles 1953 – *Amazon Town. A Study of Man in the Tropics*. New York, The Macmillan Company.

PARTE II

CAMINHOS ABERTOS POR
CHARLES WAGLEY E EDUARDO
GALVÃO

HORIZONTES DA ANTROPOLOGIA HALIÊUTICA NA AMAZÔNIA: INFORMES DE UM DEBATE²⁵

Sammy Silva Sales
sammy.silva.sales@gmail.com

Cleide de Souza
cleidedesouza@yahoo.com.br

Evanildo Moraes Estumano
evanildo@ufpa.br

Luís Ravagnani
luisravagnani@gmail.com

Mariana Neves Cruz
mnc_1988@hotmail.com

Pâmela Melo Costa
pamelamelo.pesca@gmail.com

Rafael Diaz
diazrafaelkl@gmail.com

Rosa Ibiapina
rosaibiapina@yahoo.com.br

Lourdes Gonçalves Furtado
lourdes-furtado@hotmail.com

Introdução

Esta comunicação reflete acerca de estudos em ciências sociais (em particular, os da antropologia) ligados a grupos que podem ser considerados como Populações ou

²⁵Texto redigido coletivamente durante o curso “Antropologia e comunidades haliêuticas — o fazer etnográfico e abordagens correntes”, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia-UFPA, em 2013.

Comunidades Haliêuticas que trazem em seu bojo possíveis embates de “paradigma” com o intuito de caracterizar este campo a partir de referências teóricas com implicações para as pesquisas em geral, sobretudo, as de contexto Amazônico em especial.

A Amazônia, caracterizada por sua diversidade socioambiental, sendo que o ambiente aquático se sobressai nesse cenário. Dessa forma, os recursos em áreas de comum acesso e as relações sociais se entrelaçam e perfilam contextos particulares (DIEGUES, 2000) entre os quais, a pesca merece destaque. Marcada por uma variedade de técnicas, instrumentos, funcionalidade e destino (FURTADO, 1987), a atividade pesqueira na Amazônia, ocorre tanto em águas interiores, que é o caso da pesca em rios e lagos, por exemplo, assim como em águas oceânicas, realizada na costa Norte do Brasil.

Nosso trabalho é voltado para uma reflexão sobre uma história da ciência nos trópicos, principalmente aquela que, de alguma maneira, se alinha e se aproxima das realidades e das pesquisas desenvolvidas juntamente aos povos das águas. O texto apresenta duas secções, sendo: I - Os Estudos de Comunidades, destacando os estudos de comunidades no Brasil e na Amazônia, bem como a relevância de Charles Wagley para este tipo de metodologia de estudo; II - Formação de um Campo de Pesquisa, que apresenta o encontro de tendências de pesquisas antropológicas na Amazônia contemporânea, com ênfase para uma antropologia das populações haliêuticas ligadas às várias dimensões da vida prática.

Estudos de Comunidade no Brasil e na Amazônia

Os estudos de comunidade no Brasil

É importante destacar que os *estudos de comunidade* podem ser concebidos como um momento de fortalecimento das Ciências Sociais no Brasil. Caracterizados como estudos localizados e aprofundados em um panorama intelectual que busca maior grau de cientificidade devido à empiria de uma investigação.

Donald Pierson (1951) defende a necessidade de *estudos de comunidade* como uma ferramenta teórico-metodológica e considera que somente por meio dessas formas de estudo pode se aferir o conceito de classe. No entanto, a discussão levantada por ele repousa no embate arraigado entre duas escolas: a de Chicago por Donald Pierson e de Columbia por Charles Wagley, ambas avançando em um tipo de análise histórico-social de aprofundamento com estudos empíricos refletidos nas etnografias construídas em um contexto de maior isolamento de comunidades locais em relação à sociedade maior.

Castro (2001) sugere revisitar os *estudos de comunidade* como forma de realizar também uma reflexão sobre o fazer etnográfico. Para tanto, esboça uma arqueologia do tema, localizando no tempo e no espaço o surgimento ou a construção disso, o que considera Guidi (1962 *apud* CASTRO, 2001) como sendo mais um método de pesquisa adotado pelas Ciências Sociais.

Ainda citando Guidi, Castro (2001) aprecia o trabalho de Robert Lynd e Helen Lynd acerca de uma “pequena cidade” estadunidense, publicado em 1929, o primeiro estudo de comunidade, que por vezes se definia pelo tamanho e pelo número de habitantes e, outras vezes, que se aproximava da definição de “rural”. Outro elemento definidor desse tipo de estudo seria a pretensão de ser uma descrição geral do contexto socioeconômico, com vistas à aplicação prática, cuja função era a de resolução de problemas de desenvolvimento. Circunscrevendo um contexto específico, Castro afirma que:

Os estudos de comunidade, que marcaram presença no Brasil nas décadas de 1940 e 1950, se caracterizaram também como projetos de levantamento e análise de longo alcance, visando a futuras intervenções dos governos federal e estaduais. Segundo Lowry Nelson (s/d), havia interesses estratégicos no Brasil, principalmente em função da II Guerra Mundial. Os Estados Unidos buscavam alternativas para a aquisição de produtos, como juta, borracha e quinino. Assim, um maior conhecimento de determinadas áreas, como a Amazônia, tornou-se relevante, e os estudos de comunidade forneciam as informações necessárias para se pensar o desenvolvimento dessas regiões (CASTRO, 2001, p. 197).

A respeito do lugar dos *estudos de comunidade* na antropologia brasileira, Nogueira (1968) colabora para sua inscrição na história teórica da disciplina ao redigir uma

comunicação realizada por ocasião da I Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953. Elucidando que o caráter da comunicação era predominantemente informativo, que não visava a uma discussão conceitual do que seria comunidade, mas afirmando que:

Optou-se pelo termo ‘estudos de comunidade’ pelo fato de que, na literatura sociológica mais recente, tem ele assumido, mais ou menos espontaneamente, o sentido restrito de estudo de um grupo local, de base territorial, integrado numa mais ampla e complexa estrutura social, de que é tomado como amostra, pelo autor, para o conhecimento de determinadas situações ou problemas (NOGUEIRA, 1968, p. 179).

Nogueira (1968) enquanto sociólogo estava preocupado com problemas teóricos e metodológicos de sua disciplina, tanto que ao colocar os estudos de comunidade na esteira dos estudos de microsociologia atribui-lhe, erroneamente, um sentido de inferioridade, de tema e interesse menor aos estudos sociais sérios, interessados nos problemas da nação, daí considerar o caráter desses estudos complementar aos estudos regionais e nacionais voltados para os de “conhecimento da realidade nacional” (NOGUEIRA, 1968, p. 176). Ainda assim, considera importante o empréstimo de métodos empregados por antropólogos, como entrevistas e observação participante, aos estudos sociológicos em sociedades mais complexas.

As suas considerações a respeito dos estudos de comunidade estão ainda para serem encarados como mero levantamento de dados gerais da vida social de um lugar territorialmente delimitado, mas, quando bem aplicado, o seu método é capaz de trazer à tona aspectos específicos das relações sociais como as experiências compartilhadas pelo grupo. E, que a comunidade pode “ser escolhida para estudo porque o seu conhecimento convém ao esclarecimento de determinado problema” (NOGUEIRA, 1968, p. 180), devendo ser ele de ordem teórica ou prática.

Na atualidade, com o avanço do horizonte interpretativo abrangendo as conexões entre outras realidades, no que se assemelham e no que se diferem, tais estudos se tornaram mais abrangentes e diversificados. Nas décadas de 1940 e 1950, a presença desses estudos se fez tão marcante na história da antropologia e das Ciências Sociais no Brasil por meio da

noção de projeto de desenvolvimento por ser “muito mais do que a de instituição, corrente — ‘escola’ — ou corte cronológico, parece particularmente apropriada [...] para marcar certas continuidades e rupturas na trajetória da antropologia que se faz no país”, como é enfatizada por Corrêa (CORRÊA, 1987, p. 19).

Este contexto permitia localizar grupos de referência segundo as influências teóricas, no que tange as instituições pertencentes, agências financiadoras e regiões que realizavam pesquisa de campo. O exemplo disso foram os projetos Unesco pautado nas relações sociais (MAIO, 1999), os das cidades-laboratório, os do Vale do Rio São Francisco. Mas que também se remetiam “aos interesses de uma época [com determinadas] preocupações daquelas agências e ao lugar institucional onde se realizava o trabalho de pesquisa num certo momento” (CORRÊA, 1987, p.19).

Na esteira dos projetos para o desenvolvimento, permaneceram questões que alimentam debates e análises recorrentes nos estudos sobre a Amazônia como, entre outras, modernidade *versus* tradição, progresso *versus* desenvolvimento, rural *versus* urbano. Nessa perspectiva Corrêa (1987) cita justamente o trabalho de Wagley em Itá como representativo das condições de vida da região e que os posteriores resultados da pesquisa poderiam prover dados à adoção de medidas práticas:

O estudo de Charles Wagley, recentemente publicado, sobre a comunidade amazônica, parece combinar, com bastante equilíbrio, a consideração dos dados históricos com a dos relativos à ecologia regional e a dos referentes à vida atual e local, cuja ligação com o exterior (Belém, por exemplo) não é descurada. Talvez seja esta a orientação mais recomendável por ser a que mais condiz com o caráter monográfico dos estudos de comunidade. Esta será mais uma razão para que tais estudos sejam antes trabalhos de equipe, constituídas estas de elementos altamente capacitados e especializados, e não simples tarefas individuais (CORRÊA, 1987, p.182).

A despeito das críticas erigidas de modo geral aos estudos de comunidades, Nogueira elege o trabalho de Wagley, pois o considera “admirável exemplo de como os ‘estudos de comunidade’ podem levar a uma adequada descrição da vida social e a

compreensão de suas tendências espontâneas à estabilidade ou à mudança” (CORRÊA, 1987, p.190).

Entretanto, o próprio Wagley (1967) salienta problemas envolvidos com esse tipo de estudo. Primeiro, o problema da “unidade de estudo” e, segundo o de saber qual a relação da unidade a ser estudada com a sociedade regional maior. Embora considerando que “a estrutura da comunidade amazônica não difere, fundamentalmente da estrutura das comunidades de outras regiões do Brasil, porém, a vastidão da região e a força do meio ambiente concorrem para que apresente características únicas” (WAGLEY, 1967, p.53). Dessa maneira, podemos dizer que a antropologia na Amazônia é tributária dos tradicionais estudos de comunidade datados a partir da década de 1940.

Os estudos de comunidade na Amazônia

O livro *Uma comunidade amazônica — estudo do homem nos trópicos*, de Charles Wagley que, no contexto da antropologia brasileira, se modela para um tipo de pesquisa e análise pautada no que seria chamado de “estudos de comunidades”. A construção da obra em sua estrutura de capítulos temáticos traz no sumário uma ideia de complexidade e completude que procurou apresentar ao longo das páginas (em um conteúdo objetivo por meio de dados demográficos) valores monetários, técnicas de determinadas atividades, sempre com uma preocupação quantitativa que se torna recorrente durante todo o trabalho.

Porém, não se furta em nenhum momento da descrição etnográfica apresentada no estudo de caso específico provida de uma observação direta e da convivência com a comunidade de Itá. Os costumes, o parentesco e a organização social, as festas, as crenças e a magia são temas relatados com riqueza de detalhes com um olhar atento e desejoso de êxito na melhoria de qualidade de vida daquela população para a qual seu trabalho foi designado.

O prefácio data de 1953 e nele Wagley expõe os motivos que o levaram até Itá comentando sobre seus acompanhantes, dentre eles, Dalcídio Jurandir, conhecido romancista brasileiro, natural do Pará que estava produzindo textos literários para os programas do SESP. Os dados foram colhidos entre junho e setembro de 1948 tratando-se “de estudos de casos de 113 famílias da comunidade [...] sobre sua alimentação, despesas, rendimentos, objetos pessoais, além de várias outras informações específicas, de caráter econômico e social” (WAGLEY, 1957, p. 21).

Vinte anos depois do lançamento original de *Uma comunidade amazônica — estudo do homem nos trópicos*, o autor escreve um prefácio para a segunda edição brasileira, no qual apresenta um novo momento da localidade, bem diferente daquele em que desenvolveu sua pesquisa. Neste, disserta que “a Amazônia nunca mais será a mesma, pois esses mineiros, gaúchos, goianos e até mesmo paulistas estão modificando a cultura amazônica e, por sua vez, recebendo a influência desta [...]. Mas Itá permanece atada às incertezas de uma economia extrativa” (WAGLEY, 1977, p. 14). Essa “economia extrativa” citada pelo autor, em alguns momentos aparece como uma grande preocupação, até mesmo em indagações que Charles Wagley travava consigo mesmo sobre o motivo pelo qual aquelas pessoas não avançavam em seus plantios de pequenas roças de subsistência, um tipo de dificuldade em compreender uma realidade tão diversa daquela com a qual ele buscava comparar baseado em seu conhecimento originário de outras comunidades estudadas e conhecidas por ele, muito diferentes desta pequena comunidade amazônica. Todavia, não deixa de citar a obra de Eduardo Galvão, *Santos e visagens*, que se constituía numa espécie de monumento a um povo, “em um lugar e uma era particular da história e do desenvolvimento cultural brasileiro” (GALVÃO, 1955, p. 15).

No ano de 1975, o governo brasileiro investia em um programa arrojado de desenvolvimento para a Região Amazônica que passava principalmente pelo processo de assentamentos e distribuição de grandes áreas para produção agrícola e pecuária, além dos investimentos nos projetos de integração nacional como a Rodovia Transamazônica que compunha o eixo leste-oeste, bem como, o do eixo norte-sul que era composto pela

Rodovia Belém-Brasília. Com base nisso, Wagley faz uma breve análise dessa nova condição ao mesmo tempo em que alerta para

Uma nova sociedade não pode nascer do nada; deve ser construída a partir de antecedentes históricos. A nova sociedade que o Brasil pretende criar na Amazônia terá por base o conhecimento que o povo dessa região acumulou durante séculos, dos ‘tempos aborígenes ao presente’ e que essa ‘cultura tradicional da Amazônia’ e o sistema sócio econômico que a sustentou constituem uma barreira à mudança e à formação da nova sociedade e cultura amazônica que o Brasil espera desenvolver (WAGLEY, 1977, p. 15).

Em alguns momentos o autor faz uma comparação deste segundo momento ao abordado na primeira edição de sua obra e, assim, deixa transparecer certo desconforto ou até mesmo frustração em relação ao sistema produtivo extrativo de Itá e as dificuldades que a população local enfrenta com relação a sua segurança alimentar. Neste segundo prefácio, a despeito de sua afirmação que não “esteja pessimista quanto ao futuro do vale amazônico” (WAGLEY, 1977, p. 16), retoma seu posicionamento sobre a necessidade de uma “ciência tropicalista” e de uma “tecnologia tropicalista”, distinta daquela apresentada até então para as zonas de clima temperado.

O autor menciona ainda, o apoio do governo brasileiro que algumas instituições como o Museu Paraense Emilio Goeldi, o Instituto Evandro Chagas e na época a recente Universidade Federal do Pará, todas localizadas em Belém — que, no entanto, era um apoio insuficiente para as demandas apresentadas pela região. Conclui que os cientistas aqui presentes, apesar de dedicados, ainda eram muito escassos e que contradizia o ensejo do Brasil em desenvolver a Amazônia, pois para isso ocorrer de fato o governo deveria investir “no efetivo humano científico tanto quanto na construção de rodovias” (WAGLEY, 1977, p. 17).

Ressalta-se que, nos dias atuais ainda persistem essas inquietações e indicações prescritas por Wagley, no prefácio da segunda edição de *Uma comunidade amazônica* há descrições das grandes dificuldades em se desenvolver uma “ciência tropicalista” e uma “tecnologia tropicalista” na região. Mesmo diante de um indiscutível avanço e crescimento

tecnológico local, com a expansão de novos campos de pesquisa e inclusive de novas universidades federais que vêm sendo implantadas nas regiões paraenses, ainda não comportam a grandeza geográfica, social e a diversidade amazônica brasileira.

Por outro lado, o governo mantém até os dias atuais políticas desenvolvimentistas para a região, pautadas em grandes projetos, antes nas rodovias e, nas últimas décadas, na construção de hidrelétricas e projetos de monocultura, desconsiderando os povos tradicionais e seus conhecimentos adquiridos na relação constante com a floresta, rios e mares. Contudo, em muitas ocasiões, as melhorias em infraestrutura que se supõem serem as mais adequadas na ideia de urbanidade se tornam completamente nefastas quando inseridas nos modos de produção e nos meios de comunicação que influenciam tanto as ideias das comunidades locais quanto daqueles que vivem na região.

Formação de um campo de pesquisa

a) Tendências de pesquisas antropológicas na Amazônia contemporânea

Com relação ao surgimento do interesse de pesquisa pela pesca e pelos pescadores na costa norte, para Antonio Carlos Diegues “o surgimento da pesca industrial-capitalista no litoral norte do Brasil — e os conflitos daí decorrentes — foi uma das causas de uma crescente produção científica, centrada no Museu Emílio Goeldi (MPEG) e na Universidade Federal do Pará (UFPA)” (DIEGUES, 1999, p. 366), com destaque para os trabalhos de Mello (1985), Furtado (1987), Loureiro (1985), Maués (1980), Penner (1984), Furtado, Leitão e Mello (1993).

Ainda que discorra criticamente o que venha a ser Antropologia Marítima. Antropologia da Pesca, Antropologia das Sociedades de Pescadores ou Haliêuticas, Diegues demarca o seu limite com a “preocupação em analisar as comunidades de pescadores como distintas das demais comunidades rurais que praticam a agricultura” (DIEGUES, 1999, p. 368). Pois, é justamente aqui que findam as convergências sobre a adaptação de tal paradigma no cenário nacional, uma vez que a partir dos trabalhos acima citados, a

antropologia haliêutica na Amazônia e, especificamente, no MPEG e na UFPA, assumiu rumos próprios.

O interesse pelo qual se adota o paradigma haliêutico está mais voltado ao desenvolvimento da economia pelo aperfeiçoamento das técnicas de exploração dos recursos aquáticos do que da compreensão da fundamental influência que a água exerce na dinâmica social. Nesse sentido, o significado das águas se assenta em sua importância material e imaterial e a tradução de sua relação se dá entre as normas de uso e de acesso aos recursos inseridos nas águas. O respeito e as normas de conduta, muitas vezes metamorfoseados em mitos e lendas, podem ser vistos também como uma forma de gerir os recursos advindos da natureza.

As particularidades dos povos das águas requerem uma atenção especial, com estratégias diferenciadas de observação e apreensão da realidade, de maneira a compreender esse mundo diversificado e singular. Estudos nessa direção permitem conjecturas de sistemas de representação específicos das populações haliêuticas, visualizarem diferentes modos de ocupação das águas e terras próximas a elas; bem como, as estratégias de apropriação dos recursos, dos avanços das técnicas de captura, das políticas voltadas para esse universo e das interferências no sistema social, na economia doméstica, na religião e, além disso, entre outras dimensões, decorrentes do sistema econômico dominante.

Desde a década de 1970 é possível identificar uma tendência de pesquisas sociológicas e antropológicas envolvidas na dinâmica das relações haliêuticas na Amazônia expressa em estudos voltados à costa; tendo em vista que de um modo geral os seus referenciais teóricos e achados empíricos podem ser utilizados em investigações no interior da região do estado do Pará, considerando a diversidade ecológica e social desse lugar em especial. Nos seus termos, hoje, essa variação disciplinar pode ser considerada conceitualmente interdisciplinar.

b) Estudos das populações haliêuticas para além do Paradigma Haliêutico

O termo haliêutico não nos é familiar à primeira vista, sendo comum quando o mesmo é pronunciado olhares interrogativos acerca do seu sentido. De maneira direta e geral, dizemos que se trata de um ramo de conhecimento que se preocupa com as questões entrelaçadas aos “povos das águas” e à diversidade sociocultural e ambiental que lhe é inerente, notadamente, quando falamos do contexto amazônico. Para esclarecer o sentido que empregamos aqui e, posteriormente, elucidar a relação que estabelecemos com os estudos de comunidade e as novas tendências de pesquisas antropológicas na Amazônia, vale à pena contextualizar o momento em que se configura o interesse pelos chamados “povos das águas”.

Foi na França, no cenário de pós II Guerra Mundial, que se iniciaram os estudos da atividade pesqueira com ênfase nos aspectos tecnológicos e econômicos, como objeto de estudo científico em diferentes áreas do conhecimento: economia, sociologia e etnologia, por exemplo. Não havendo o mesmo interesse de pesquisas junto aos pescadores marítimos que, em tal contexto, assim como a sociedade rural, também se diferenciava da sociedade urbana francesa. Logo essa lacuna com relação à história dos pescadores marítimos, que permanecera quase inteiramente desconhecida, Geistdoerfer (1984) identifica o momento do despertar do seu interesse agregado em interesses bem específicos.

Parcela dessas pesquisas eram executadas por técnicos do *Institut Scientifique et Technique de Pêche Maritimes* (criado em 1929) e pela FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*)²⁶ para fins técnicos e econômicos, como: melhoria de instrumentos, aumento da produtividade, facilitação de manejo por pescadores e desenvolvimento de instrumentos modernos, ainda que registrassem de maneira geral os aspectos da vida dos pescadores. Há ainda, trabalhos de pesquisa junto às sociedades marítimas empreendidos por geógrafos e biólogos. A sensação de certa ausência de estudos etnológicos acerca das sociedades haliêuticas é atribuída por Geistdoerfer (1984) ao fato de se excluir a atividade pesqueira da tradicional divisão da sociedade francesa em rural e

²⁶Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

urbana, colocando-a como pertencente a um domínio estranho, misterioso, que se desconhecem as reais condições de trabalho: o mar. Sua importância reside em parte ao desconhecimento e ao reconhecimento da organização social de comunidades marítimas e de um modo de vida no mar.

Geistdoerfer (1984) propõe uma Antropologia Marítima e esclarece que particularizar o estudo não significa que esse universo se desenvolve independente de sociedades rurais ou urbanas, mas requer observações e formas de análises particulares. A história teórica do paradigma haliêutico possuiu desdobramentos próprios no contexto francês como em outras situações nacionais que tem em seu panorama social a presença da atividade pesqueira marítima. No contexto amazônico, interessa localizar a maneira pela qual esse despertar de interesses científicos para o mundo das águas influenciou as pesquisas desenvolvidas na região, enfocadas sob a análise do referido paradigma.

O ambiente aquático não é apenas espaço biológico, mas também, social e simbólico que em interação resultam em sociodiversidade. Decorre, então, que o estudo das populações haliêuticas está em torno da compreensão da forma pela qual o homem cria e recria sua vida social em um meio ecológico no qual a presença da água exerce sobre ele fundamental influência. Se considerarmos a demografia e a geomorfologia do território brasileiro, poderíamos fazer uma retrospectiva dos estudos antropológicos no país que assumiram como *loci* as sociedades haliêuticas, na medida em que os estudos de parentesco voltados aos povos indígenas que habitavam ao longo dos principais rios da região e os estudos de comunidade dirigidos às populações ribeirinhas da Amazônia seriam, em grande medida, ilustrações desse contexto analítico.

A crítica que se possa fazer à centralidade da atividade pesqueira como atividade comercial nesse novo cenário das pesquisas antropológicas, não obstante há de reconhecer que a pesca se tornou uma espécie de “janela”, podendo-se mesmo dizer ser uma “ponte” que liga uma atividade econômica em determinado espaço físico a um modo de vida.

No Brasil, tributários dessa contribuição são os estudos sobre a pesca industrial datados entre as décadas de 1970 e 1980, focalizando os conflitos sociais vindos da ameaça de se exaurir os recursos pesqueiros. No estado do Pará, por exemplo, os estudos basearam-se em conhecer o mundo da pesca mais em termos de sua economia e tecnologia, e menos em estudar as relações comunitárias. O conhecimento produzido mostrou que a pesca não é feita em toda e qualquer área e que as áreas específicas nas quais se pratica a atividade são determinadas pelo conhecimento local e domínio técnico, domínio da experiência tácita transmitida de geração a geração, o que leva a conclusões de que as populações haliêuticas alargam relações sociais determinadas, em virtude do meio ecológico e cultural em que vivem, as quais podem ser vistas e interpretadas a partir da atividade da pesca.

A utilização desse dado nos permite ampliar o foco de análise incluindo uma cosmovisão desses grupos populacionais, isto é, seus hábitos e suas maneiras de atuar sobre o meio ambiente. A correlação será buscada assim na perspectiva peculiar de mundo em virtude de influência da significativa presença das águas no meio ecológico.

Proposições desta ordem apontam para a probabilidade de se realizar uma etnohistória das populações haliêuticas, demarcadas pelas ciências sociais, com auxílio da arqueologia e história, a fim de construir novos conhecimentos para a ciência e para a cidadania; o que se expressaria na autoestima dos povos em conhecer a sua própria história. Movimentos nessa direção sucederiam na abertura da antropologia para o meio mais amplo das águas e não somente da pesca e, de algum modo, confrontariam duas formas de encarar o objeto proposto.

A interação das sociedades com os recursos naturais constitui objeto de fascínio para a humanidade; devido não apenas aos recursos em si, mas à importância que estes exercem na dinâmica social dos diversos povos. Essas relações construíram modos de vida em diferenciados graus de uso e de acessos distintos, com regras sociais e fronteiras territoriais estabelecidas, apesar de sua demarcação nem sempre respeitar fronteiras visíveis.

Assim, a água é um recurso imprescindível para a vida, passando a ser um recurso estratégico e geopolítico (BECKER, 1990). O controle das águas e dos recursos nelas disponíveis torna-se imperativo. Todavia, há povos que dependem mais diretamente desse universo, pois os ambientes aquáticos se confundem com suas vidas, a dinâmica das águas atrela-se de maneira visceral às suas relações sociais emaranhando-se ao seu modo de vida.

É neste contexto que as populações haliêuticas são inseridas, em que a presença das águas exerce fundamental influência na dinâmica social. Sua organização social, tecnologias e interações tiveram como principal referência o intercâmbio de ambientes aquáticos e terrestres. O significado das águas não se firma em sua importância geopolítica externa, mas sim em uma relevância material e imaterial interna; a vida social respeita o mundo das águas e a materialização desta relação se dá nas normas de uso e acesso aos recursos inseridos nas águas. O respeito e as normas de condutas metamorfoseadas em mitos e lendas (POSEY, 1992) funcionam como uma forma eficaz de gerir os recursos.

Transitar nessa busca de compreensão perpassa tanto por uma ótica mais centralizada localmente — Amazônia — como numa observação ao cenário do qual se insere — nacional — e ainda em termos de inserção em um sistema econômico que conecta a atividade pesqueira — o capitalismo²⁷. Ao longo do território brasileiro existem diversos trabalhos que consideram áreas marítimas, dulcícolas e estuarinas e suas respectivas populações pesqueiras, ensaios de tipologias, formas ou modos de exploração, de trabalho (atrelados ao capital), estudos de biologia e dinâmica pesqueira, dentre outros pontos que circunscrevem tal atividade.

Em estudos como o de Veríssimo (1895), por exemplo, que resgatam a história da atividade pesqueira na Amazônia, é possível observar que durante o século XVI, já havia exploração de diversos ambientes aquáticos, onde se incluíam os peixes, mamíferos e

²⁷Em *A Pesca sob o Capital* (1985), Mello frisa a inserção de inovações tecnológicas nos processos de captura, armazenamento e beneficiamento do pescado que levou, sobretudo, às modificações de quantidades exploradas e às mudanças de práticas na pesca artesanal.

quelônios, principalmente na calha Solimões-Amazonas. Em meados do século XIX, a exploração de espécies como o peixe-boi (*Trichechus inunguis*), o pirarucu (*Arapaima gigas*) e a tartaruga (*Podocnemis expansa*), que se tornaram “produtos comerciais”, fez acelerar uma exploração em larga escala, a partir também da utilização de métodos e técnicas de pesca com maior capacidade de extração, acarretando numa diminuição drástica da abundância dos recursos pesqueiros ao longo dos anos, com implicações na atualidade e que se exprimem em medidas políticas como a aplicação do defeso parcial ou mesmo total para estes recursos, objetivando “resguardar” o estoque de pescado existente.

O espaço físico e seu uso social assumem, portanto, grande importância em razão de representarem fontes de alimentos indispensáveis à sobrevivência destes agrupamentos humanos: as denominadas comunidades caboclo-ribeirinhas²⁸. Havendo uma construção de uma dada apropriação específica de um dado espaço: a territorialização. Refletindo que este território é de conhecimento e de domínio prático na medida em que viabiliza representações que cada grupo faz da instância natural que explora (CORDELL, 1982; MALDONADO, 1993).

Dessa maneira, se constrói a territorialidade da pesca atrelada ao conhecimento de ambientes aquáticos específicos e dos recursos pesqueiros presentes em uma porção territorial, que também diz respeito a toda extensão territorial que compõe as atividades da pesca, imprescindível para a sua própria manutenção e para a vida coletiva. Logo, o território conforma-se como circuitos da vida dos pescadores por meio dos quais são classificados os grupos aptos ao uso, acesso e apropriação desses ambientes aquáticos e dos recursos neles inseridos, construindo uma identidade coletiva, compartilhada e legitimada pelo grupo social, pautada na relação população — território — recursos naturais.

É possível visualizar as comunidades pesqueiras como grupos organizados para a atividade de pesca. A perspectiva do grupo é apropriação de espaços aquáticos específicos

²⁸Refere-se, com base em Galvão (1951), Wagley (1952; 1988), Sternberg (1998) ao termo caboclo-ribeirinho em denominação àquele que anda pelos rios locais, conferindo a base de sobrevivência, fonte de alimento e via de transporte.

para sua atuação, desvendados pelo conhecimento tradicional. A organização social da comunidade está envolta de relações de cooperação/exclusão, por meio da classificação dos indivíduos aptos e inaptos a adentrar nesses ambientes, resultando numa escala de apropriação e de atuação no espaço constituído como uma “unidade físico-espacial” (*locus*), onde se partilha cotidianamente as atividades centrais das relações sociais da comunidade.

As afinidades com o meio e as percepções ambientais traduzem o conhecimento e a familiaridade que as comunidades pesqueiras desenvolveram ao longo do tempo, ao transcorrer das gerações, atreladas ao usufruto do ambiente em que praticam a pesca. É possível depreender que os pescadores artesanais possibilitam reconhecimentos de suas práticas e isso se perpetua como sinal duradouro o que justifica a permanência, resistência e manutenção do *modus vivendi* que configura a atividade da pesca.

Ao atrelamento de uma identidade sociocultural, infere-se a visualização entre o ambiente aquático e as famílias, grupos domésticos, e/ou comunidades de pescadores e pescadoras, como padrões regulares de interações. Nestas comunidades pesqueiras e/ou grupo de pescadores artesanais é possível verificar que as estratégias de conhecimento e de ação são construídas por um pensamento empírico/lógico/racional relacionado ao universo simbólico/mitológico e mágico (MORIN, 1986).

Os recursos pesqueiros se mostram drasticamente em redução com origens em problemas antrópicos como os de pesca predatória, represamento e assoreamento dos rios, desmatamento das matas ciliares e introdução de espécies exóticas (a exemplos da piscicultura de tilápias *Oreochromis niloticus*, carcinicultura marinha, dentre outras) além das atividades de pescarias industriais, a modelo das espécies de grandes bagres migradores, dentre outros estoques populacionais pesqueiros.

Associar o conhecimento científico ao da legislação voltada especificamente para os recursos pesqueiros significa um poderoso instrumento de gestão destes recursos, quando

em consonância com as práticas locais de pesca. Há que se destacar a importância que o mercado exerce na atividade da pesca e nas respostas sociais frente às relações de mercado, todavia, grupos de pescadores artesanais têm se utilizado de instrumentos jurídicos para protagonizar o processo decisório da gestão dos recursos naturais em que a manutenção do contexto ecológico, geográfico e social se sobressai em relação às demandas de mercado por pescado. O conjunto de informações teórico-práticas necessita ser mais bem explorado para que pesquisas sobre manejo, conservação e uso sustentável dos recursos pesqueiros possam ser efetivadas.

Considerações Finais

Voltar-se a uma perspectiva sobre a história da ciência nos trópicos significa de certa forma, uma aproximação das realidades e das pesquisas desenvolvidas juntamente aos povos das águas, com vistas a uma construção de um conhecimento interdisciplinar, a partir da interação de múltiplas especialidades acadêmicas entre grandes áreas das ciências sociais, humanas, agrárias e biológicas.

A relevância dos estudos concernentes às comunidades rurais na Amazônia pode ser concebida como um momento de fortalecimento das ciências sociais no Brasil, tendo em vista estudos localizados e aprofundados que puderam ser destacados no panorama intelectual evidenciando um grau maior de cientificidade com associação à realidade investigada; ressaltando, portanto, os legados de Charles Wagley e o de seu fazer etnográfico essencial para o aprofundamento dos estudos empíricos das comunidades.

Pois, a peculiaridade da visibilidade dos diferentes modos de ocupação das águas e das terras contíguas, bem como, as estratégias de apropriação e de representação dos recursos e avanços das técnicas e das políticas voltadas para esse universo de transformações sociais, econômicas, culturais, religiosas, dentre outras, sugerem inúmeras possibilidades de investigações disciplinares e interdisciplinares.

Os desdobramentos teóricos do denominado Paradigma Haliêutico surgido no contexto francês permite a compreensão da aproximação com os estudos inicialmente realizados sobre as atividades pesqueiras na Amazônia. Sua trajetória e concepções marcaram momentos em que as comunidades pesqueiras se encontravam na invisibilidade, passando a se configurar no campo de pesquisa; todavia, há uma dialética a considerar, pelo simples fato de que, apesar do crescimento tecnológico e científico local, as abordagens em torno daquele paradigma não satisfazem à grandeza geográfica, social e cultural tão diversa dessa região do Brasil.

Portanto, refletir interdisciplinarmente a respeito da visibilidade de uma população em face da formação de um campo de pesquisa necessita ampla discussão dos métodos empregados e dos objetivos pretendidos. Apresentando-se como desafio para os estudos das populações haliêuticas para uma construção de conhecimentos que ultrapassem a visão de que a vida social se reduz à sua dimensão econômica.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha K. 1990. "Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira: estratégia, trajetória, conflitos e alternativas". In BECKER, Bertha K. et al. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília, UnB; Rio de Janeiro, UFRJ, pp. 89-109.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. 2001. "Estudos de comunidade: Reflexividade e etnografia em Marvin Harris". *Revista Universidade Rural Série Ciências Humanas*, vol. 23, n.2, pp. 195-210.
- CORDELL, J. 1982. *Locally managed sea territories in Brazilian coastal fishing*. Roma, FAO.
- CORRÊA, Mariza. 1987. *História da antropologia no Brasil: 1930-1960, testemunhos*. Campinas, Universidade de Campinas.
- DIEGUES, Antônio C. 1999. "A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil". *Etnográfica Revista Semestral de Antropologia do Centro de Estudos de Antropologia Social*, Lisboa, vol. 3, n. 2. pp.361-376.
- DIEGUES, A. C. 2000. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, Hucitec.

- FURTADO, Lourdes G. 1987. *Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves, LEITÃO, Wilma Marques e MELLO, Alex Fiuzza (Orgs.) *Povos da Águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- GALVÃO, Eduardo. 1951 "Panema: uma crença do caboclo amazônico". *Revista do Museu Paulista*, vol. 5, pp. 221-225.
- GALVÃO, Eduardo. 1955. *Santos e visagens – um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. 1ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GEISTDOERFER, Aliette. 1984. "Ethnologie des activités halieutiques". *Anthropologie Maritime*, Bulletin nº 1, pp. 5-10
- GUIDI, M.L.M. 1962. "Elementos de análise dos Estudos de Comunidade realizados no Brasil". *Educação e Ciências Sociais* vol.19, n.19, pp.88-111.
- LOUREIRO, Violeta R. 1985. *Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. Belém, CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi.
- MAIO, Marcos Chor. 1999. "O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 1940 e 1950". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n. 41, pp.141-158.
- MALDONADO, S. C. 1993. *Mestres e Mares – espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo, Annablume.
- MELLO, A. F. 1985. *A Pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém, EDUFPA.
- MORIN, E. 1986. *O Método III. O conhecimento do Conhecimento*. Lisboa, Europa-América Editora.
- NOGUEIRA, Oracy. 1968. *Pesquisa Social: introdução às suas técnicas*. São Paulo, Nacional/ EDUSP.
- PENNER, Eunice. 1984. *A dialética da atividade pesqueira no nordeste amazônico*. Belém, Editora da Universidade Federal do Pará.
- PIERSON, Donald. 1951. *Cruz das Almas: a brazilian village*. Washington, D.C., Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution, vol. 12.

- POSEY, Darrell Addison. 1992. "Interpreting and Applying the 'Reality' of Indigenous Concepts: what is necessary to learn from the natives?" In REDFORD, K.H. & PADOCH, C. (eds.). *Conservation of Neotropical Forests: working from traditional resource use*. New York, Columbia University Press, pp. 21-34.
- STERNBERG, H. O. R. [1956] 1998. *A água e o homem na Várzea do Carceiro*. 2ª edição, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- VERÍSSIMO, José. 1895. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves & C.
- WAGLEY, Charles. 1952. *Race and class in Rural Brazil*. Paris, Unesco.
- WAGLEY, Charles. 1957. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 1ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- WAGLEY, Charles. 1967. "O estudo das comunidades amazônicas". *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Rio de Janeiro, CNPq, vol. 2 (Antropologia). pp. 41-55.
- WAGLEY, Charles. [1953] 1977. *Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução Clotilde da Silva Costa. 2ª edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional (Coleção Brasileira, 290).
- WAGLEY, Charles. [1953] 1988. *Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução Clotilde da Silva Costa. 3ª edição. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP (Reconquista do Brasil, 2ª série, v.136).

REPENSANDO AS CONDIÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO CAMPONESA

Danna Ríssia Silva da Silva
danna.rissia@gmail.com

Edila Arnaud Ferreira Moura
eafmoura@gmail.com

Introdução

Este trabalho consiste em uma releitura crítica e comparativa dos trabalhos feitos por Charles Wagley ([1953] 1988) e Afrânio Garcia (1983) com o objetivo de identificar nesses estudos as metodologias de análise sobre as relações de idade, gênero e trabalho familiar em pequenos agrupamentos populacionais com características de campesinato de tempos, espaços e contextos sociais diferenciados. A metodologia utilizada nesse estudo baseia-se no uso de técnicas de análise de conteúdo identificando-se as correntes de pensamento que influenciaram essas obras, as metodologias e técnicas usadas na investigação e o uso das principais categorias de análise. Essa abordagem possibilitou identificar elementos de comparação das relações de idade, gênero e trabalho familiar nos contextos estudados com as situações contemporâneas apresentadas em outros estudos como os de Wanderley (2007) e de Carneiro e Castro (2007), focando-se na participação social de jovens em pequenos agrupamentos populacionais.

As recentes mudanças que ocorrem no mundo rural da Amazônia, que dentre várias se expressam pelo aumento da longevidade da população e pela maior intensidade de comunicação entre o rural e o urbano, colocam em evidência a importância de uma compreensão sociológica sobre o comportamento social dos jovens rurais nesses ambientes

ressaltando as condições de vida dessa população em relação ao seu presente e às suas perspectivas futuras. As interferências estruturantes afetam as perspectivas desses jovens em relação a seus projetos de vida adulta, projetando um futuro com características diferenciadas das de seus pais em relação ao modo de vida rural.

Parte de um projeto maior sobre essa temática²⁹, nosso estudo constitui-se a partir da identificação da estrutura analítica dos autores Charles Wagley e Afrânio Garcia, que realizaram estudos sobre formas de campesinato em diferentes regiões do Brasil. Buscamos identificar as influências teóricas, a construção do desenho da pesquisa, técnicas usadas na coleta de dados, e o enfoque sobre as seguintes categorias de análise: campesinato, trabalho familiar, gênero e idade em pequenos agrupamentos populacionais de tempos, espaços e contextos sociais diferenciados, a partir de uma releitura crítica e comparativa dos trabalhos feitos por eles.

Charles Wagley era americano (1913-1991), e segundo o Professor Samuel Sá (2014), era um viajante, brasilianista, educador e sanitarista de princípios humanistas. Professor de Antropologia na Universidade de Columbia pesquisou com seu aluno brasileiro Eduardo Galvão, em 1948, o município de Gurupá, resultando na publicação do livro “Uma comunidade Amazônica”, cuja primeira edição, em inglês data de 1953.

Wagley fez o estudo com 113 famílias rurais, com uso de diário de campo e entrevista e dos estudos sobre hábitos domésticos feitos pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), durante quatro meses, no ano de 1948, em uma comunidade no estado do Pará, dando a esta o nome fictício de Itá. A pesquisa foi realizada por uma equipe da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) pelo Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, com a presença de Eduardo e Clara Galvão, além de sua esposa, Cecília Roxo. O autor objetiva estudar as condições de adaptação do homem ao ambiente tropical, buscando compreender suas habilidades nessa adaptação uma vez que a

²⁹Projeto de Pesquisa: Três gerações de trabalhadores rurais: e o que os jovens herdaram? Coordenado pela Profa.Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura, PPGSA/UFGA.

população apresentava um baixo índice de alfabetização e fazia uso de uma alimentação insuficiente quanto às calorias necessárias para sua sobrevivência, vivendo em um ambiente com péssimas condições sanitárias, baixos padrões de vida e ausência da indústria de produção, ou seja, padrões que contrastavam bastante com os das sociedades conceituadas como desenvolvidas.

Afrânio Garcia é economista com mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Maître de Conférence da École des Hautes Études en Sciences Sociales. Seu livro “Terra de trabalho” é derivado de sua tese de doutorado, defendida em 1975.

Garcia realizou uma pesquisa de campo com pequenos produtores rurais nos municípios de Bonito e Belém de Maria, em Pernambuco, durante quatro meses no ano de 1972. Entrevistou pequenos produtores em seus sítios e nas feiras de Palmares e de Usina, realizando também observação participante. O estudo foi mais detalhado nos sítios uma vez que o estudo nas feiras ficava limitado aos finais de semana. Usou as redes de solidariedade entre os moradores para localizar outros produtores nos sítios e nas feiras. Fez uso de dados sobre produção agrícola do IBGE e sobre as características econômicas das explorações rurais da Fundação Getúlio Vargas, identificando que os dados estatísticos agrupavam as condições sociais e não possibilitavam a análise das relações, reforçando a importância dos estudos etnográficos nos *sítios*. O autor identifica um modo de vida a partir da terra de trabalho, elemento essencial para a identidade social do que identificou como um campesinato ameaçado.

Charles Wagley em “*Uma Comunidade Amazônica, estudo do homem nos trópicos*” (1988) e Afrânio Garcia em “*Terra de trabalho, trabalho familiar de pequenos produtores*” (1983), identificam as implicações da expansão das terras de gado. Garcia (1983), mostra no contexto nordestino, que essa expansão já fazia parte da realidade pesquisada por ele em 1972. Wagley (1988), a partir de dados colhidos no ano de 1948, durante um estudo da Amazônia, mostra o início de uma nova economia extrativista, incentivada pelo governo

brasileiro que concede enormes extensões de terras para grandes corporações brasileiras e internacionais, utilizada para criação de gado, favorecendo o desmatamento e em dissonância com os incentivos governamentais ao crescimento populacional da Amazônia, por requerer pouca mão de obra.

Os dois livros são estudos sobre o campesinato a partir de contexto e suas lógicas nas relações sociais de parentesco, com importantes contribuições para discussões acerca de condições de vida e trabalho de populações camponesas, o modo de vida e as estratégias dessa população frente à luta pela terra e pela condição de vida diante da ausência de políticas sociais que contemplem suas reais necessidades. Ambos retratam o campesinato a partir de grupos específicos e em momentos diferenciados da história brasileira, fazem amplo uso da etnografia e são referências científicas na compreensão das relações sociais características das condições de vida e trabalho de populações camponesas.

O contexto dos campesinatos estudados

A partir dos estudos de Afrânio Garcia e Charles Wagley foi possível observar semelhanças e diferenças, contidas nas análises desses autores sobre contextos sociais diferenciados de localidades do Brasil. Enquanto Wagley se aprofundou numa etnografia do contexto Amazônico, Afrânio Garcia visava o contexto nordestino de Pernambuco. Ambos destacam camponeses que apesar de contextos históricos diferenciados, são identificados como características de um campesinato marginal.

Fazendo do Brasil seu laboratório de pesquisa sobre Antropologia Social, Charles Wagley (1988) demonstra sua dedicação em pesquisar o Brasil moderno. No seu primeiro contato com o Brasil, em 1939, estudou costumes aborígenes dos índios Tapirapé durante quase 18 meses. Voltando em 1941 para estudos com os índios Tenetehara, só em 1942 o autor diz entrar em contato direto com os problemas do Brasil moderno. Wagley dedicou-se, durante três anos e meio, ao projeto do SESP, projeto do governo brasileiro, que tinha como principal programa, o fornecimento de assistência médica aos emigrantes do

nordeste ao Vale Amazônico, aqueles que vieram em busca de oportunidades de terra e trabalho como nas atividades da extração da borracha e minérios (WAGLEY, 1988, p. 19).

Wagley (1988) caracteriza os camponeses da região amazônica brasileira como economicamente marginais, subnutridos, e assinala que a sua luta afeta todo o mundo, por não estarem isolados, e por servirem como laboratório para o mundo. Vivendo com muito pouco e com uma alimentação insuficiente para subsistência, tem uma vida econômica primitiva e estagnada, que não possui as habilidades técnicas e conhecimento suficiente para resolver os problemas encontrados nessa comunidade “atrasada”. Segundo o autor, é um estudo de uma cultura e modo de vida criado pelo homem do Vale Amazônico do Brasil (WAGLEY, 1988, p. 40).

O “novo campesinato marginal” identificado por Afrânio Garcia (1983) decorre do “debilitamento das relações patrão-morador foreiro, da compra de terras parceladas de engenhos decadentes, e da ocupação de terras não exploradas de grandes propriedades” (GARCIA, 1983, p.54). A transformação da terra em mercadoria limita a expansão das terras utilizada pelos pequenos produtores, que perdem a autonomia da produção, afetando uma parte fundamental de sua subsistência.

Para compreender melhor os contextos estudados por cada autor, faz-se necessário uma construção da história das localidades em destaque. O americano Wagley, ao estudar a comunidade com o nome fictício Itá, mostra que o contexto histórico da Amazônia é, assim como o nordestino destacado por Afrânio Garcia (1983), de escassez de terra. Enquanto que no primeiro caso tal aspecto é identificado pelo autor como consequência de um solo pobre e pela ausência de técnicas de exploração na região, chamada por ele, de “deserto verde”, Vale Amazônico, o segundo autor destaca que a escassez de terra no nordeste se dá pelo processo mais intenso de relações de arrendamento.

Outra característica ressaltada por Charles Wagley refere-se à condição de pobreza dos moradores da comunidade estudada, que ele atribui à ausência de indústrias na área e

pelo fato de viverem em uma área inexplorada e de terras virgens. A comunidade, situada em uma sub-região conhecida como Baixo Amazonas, tinha 500 habitantes em uma área de 6.094 km² no meio da floresta. Essa população estava distribuída em três ruas principais, sem calçamento, com três praças, um posto de saúde, uma igreja e uma escola. As casas comerciais, com exceção de uma, localizavam-se em uma única rua. Os prédios eram casas, construídas de taipa ou madeira, ou barracas - construções mais frágeis, cobertas de folhas de palmeiras. A população era servida por uma casa de força de usina elétrica, de um antigo gerador termoeletrico. As casas melhores situavam-se próximas do rio, os prédios mais imponentes eram a igreja, a prefeitura e o posto de saúde. Os barracões comerciais renovavam seus estoques de produtos por meio de navios fluviais de firmas comerciais de Belém que viajavam uma vez ao mês. A festa de São Benedito era uma festa tradicional e anual que atraía pessoas de toda a região do Baixo Amazonas. As vias fluviais eram o principal meio de transporte da região, mas existiam também duas direções para o oeste por via terrestre.

O autor faz importantes considerações que caracterizam as comunidades rurais amazônicas, como: os laços de famílias que determinam a moradia e a reciprocidade entre os habitantes; o parentesco entre vizinhos e compadres como vínculos fortes de solidariedade, a devoção por um santo comum, além de mutirões feitos pelos homens que organizam grupos de trabalhos para agricultura. O bairro é uma subdivisão da comunidade, onde os laços de vizinhança são indispensáveis para populações rurais dessa comunidade. O autor ressaltou que a dispersão e o espalhamento das populações do Baixo Amazonas dificultavam a acessibilidade à educação e assistência médica satisfatórias (WAGLEY, 1988).

Seu estudo é considerado um clássico na medida em que ressaltou que os caboclos amazônicos são fusão de três culturas tradicionais que formam a cultura brasileira: a cultura dos portugueses, dos negros e dos indígenas que habitavam na região antes da chegada dos portugueses. Essas três heranças são vistas de forma mais ou menos acentuadas em distintas partes do Brasil. Na região amazônica, na comunidade rural de Itá,

as influências indígenas são facilmente visíveis no modo de vida dessa população, desde a alimentação, até o tom da pele. Os métodos de subsistência dos índios, que pescavam, caçavam e viviam do roçado (mandioca, milho, feijão), limitavam o tamanho de suas comunidades em números pequenos, por causa da simplicidade do método de produção, dependendo quase que exclusivamente, da disponibilidade dos recursos naturais, necessitando assim de novas áreas de plantação na floresta tropical. Divididos em tribos, falavam várias línguas, o que era uma dificuldade para a conquista dessas terras pelos colonizadores que não encontraram aqui minas de minério, como no México e no Peru, e nem a mão de obra indígena, pois estes resistiam à colonização.

Ao fazer pesquisas sobre a história de ocupação local, Wagley identificou que a região não tinha um solo fértil para a agricultura, destacando-se como uma região de extração de produtos nativos, como madeira de lei, cacau e canela, destinados ao mercado europeu. E os índios serviam os colonos, no serviço doméstico, na colheita dos produtos da floresta, que conheciam bem, e para, por meio de seu trabalho forçado, alimentar a colônia. Os estudos consultados por ele ressaltavam que, com a chegada dos padres Jesuítas no Amazonas, os índios deixavam seus costumes para se tornar “índios jesuítas”, mesmo com o impedimento da escravidão dos índios pela coroa. O Marques de Pombal, que governava Portugal, ordenou que os postos das missões fossem transformados em aldeias e vilas, incentivou a miscigenação dos índios e europeus, determinando o ensino da língua geral e a isenção de impostos e incentivos fundiários para europeus que se casassem com nativas. Com isso, Pombal buscava a assimilação do índio à sociedade colonial. Mas, a colônia dependia da servidão indígena, por isso o trabalho forçado do índio garantia a base alimentar da colônia.

Wagley ressaltou que ocorreu um processo de assimilação e aculturação dos nativos amazônicos e que a comunidade de Itá conservava muitos padrões herdados dos índios nativos. Segundo o autor, essa cultura rural de toda Amazônia brasileira imposta pelos colonizadores e herdada dos padrões aborígenes forma um modo de vida e uma cultura adaptada ao ambiente próprio da Amazônia.

A cidade de Itá, segundo o autor, perdeu sua importância como posto de comércio e somente no final do século XIX, com o advento da borracha silvestre como produto de exportação, recuperou parte dessa relevância econômica. Com inúmeros imigrantes do nordeste brasileiro e uma economia forte com a riqueza produzida pela borracha, a comunidade de Itá cresceu em número de habitantes e em estrutura com construções luxuosas, como o edifício da prefeitura da cidade. Wagley ressalta que “os anúncios no *Correio de Itá* [grifo do autor], como se chamava o jornal, eram sinal de prosperidade, da intensidade de sua vida social e da preocupação dos moradores da cidade com o mundo exterior durante esse período” (WAGLEY, 1988, p.67).

Com o colapso da borracha ocorrido no início do século XX, e consequente isolamento e abandono econômicos, os comerciantes fecharam suas lojas, moradores migraram em busca de trabalho diminuindo a população do Vale Amazônico; a população local abandonou a extração da borracha e voltou para agricultura, entre outras atividades. Segundo o autor, essa é a razão fundamental para o atraso da comunidade de Itá no momento em que fez sua pesquisa, concluindo que este atraso do Vale Amazônico é resultado de uma natureza social e cultural, onde existem limitações impostas pelo meio físico e climático, além dos problemas econômicos e sociais da região, mas que podem ser “solucionados” porque a comunidade não é isolada da nação brasileira e nem do mundo. O autor mostra que todos os casos contados de histórias de sucesso na mobilidade econômica e social são de jovens que migraram para outro lugar. A maioria dos que migraram integraram a classe baixa das cidades e os que conseguiram um êxito maior no ambiente urbano, não desejam voltar nem para visitar a comunidade (WAGLEY, 1988).

O contexto estudado em “Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores”, por Afrânio Garcia, remonta ao ano de 1972, e inclui alguns municípios do nordeste pernambucano. O estudo ressalta que a terra de trabalho é a identidade social do campesinato, e que esse trabalho está ameaçado diante das diferentes formas de dominação a que está sendo submetido. Os camponeses estudados pelo autor ficam à margem da

*plantation*³⁰, sofrem com uma dominação dispersa, desde a apropriação do produto do trabalho, fruto do trabalho assalariado ou do arrendamento de terra, até a regulamentação dos preços e mercado dos seus produtos agrícolas.

A grande plantação estabelece um “campesinato marginal”, com o acesso à terra, mediado pela relação com um grande proprietário. Até mesmo as áreas despovoadas eram subordinadas aos movimentos da grande plantação, impedindo a expansão da pequena agricultura. Com o modelo da *plantation*, implementa-se a “cultura de exportação” em larga escala, que expulsa o trabalhador das suas condições sociais de produção, todas relacionadas ao trabalho na terra, e fecha seu acesso a ela. Ela domina o campesinato marginal e a insuficiência relativa de terras cultiváveis obriga este camponês a trabalhar na área da *plantation*. A produção agrícola de Bonito (PE), desde século XIX esteve associada predominantemente ao cultivo do café, lavoura associada às atividades produtivas destinadas à subsistência (milho, mandioca, fava, feijão) e do cultivo do algodão partilhando também as terras das grandes propriedades com o gado bovino.

Os sítios eram locais onde cultivavam café, engenhos, locais dedicados ao cultivo da cana-de-açúcar, e as fazendas, propriedades dedicadas à criação de gado. O processo de trabalho tinha cunho familiar mesmo quando estava localizado em grandes propriedades. Cada família era responsável por um sítio de café, no qual “o proprietário das terras controlava, nesses casos, a circulação mercantil dos produtos do sítio, mas não a produção” (GARCIA, 1983, p.25). Além disso, nos sítios, diferentemente dos engenhos e das fazendas, as propriedades eram objeto de partilha entre os herdeiros, mesmo que todos os moradores de qualquer situação recebessem lotes de terra para cultivar com a sua família, garantindo assim o seu sustento.

A proletarianização de pequenos produtores que, devido à expulsão dos engenhos onde moravam, torna crescente a dependência desses camponeses e representa também a

³⁰Sistema agrícola extensivo e intensivo de monoculturas de produtos adaptados ao solo fértil e propício da floresta tropical, visando a exportação de produtos, como a cana-de-açúcar e o café, através das colônias de exploração, que utilizava-se da escravidão como mão de obra.

proletarização dos trabalhadores de cana. Com transformações na estrutura fundiária, os trabalhadores da cana perderam o acesso às formas tradicionais de obter sua subsistência, como a casa dentro dos engenhos, os lotes de terra para plantação por conta própria e passaram a depender do salário obtido pelos dias trabalhados na cana-de-açúcar, associado a outras maneiras de obter renda em dinheiro para garantir sua própria subsistência. Isso significou um poderoso estímulo ao crescimento da Zona da Mata, onde os trabalhadores passam a adquirir o necessário ao consumo de suas famílias e mesmo a ter nelas uma fonte de renda alternativa à venda da força de trabalho. O crescimento da pequena produção na área respondeu, ao menos em parte, pela oferta crescente dos bens necessários ao consumo do trabalhador de cana e de sua família.

A partilha da terra dos sítios, frequentemente ocorria antes da morte dos pais, no casamento dos seus descendentes. Os novos limites eram estabelecidos a partir do falecimento dos pais, podendo haver rearranjos entre os irmãos. Logo, a limitação do acesso à terra é evidenciado.

O morador recebia um lote de terra que pudesse cultivar com sua família, para garantir seu sustento, no qual ele cultivava para si, e para o proprietário da terra, que obtinha o monopólio da comercialização dos produtos. Controlava toda a circulação mercantil do café, ou mesmo de outras produções de “lavouras comerciais”. Enquanto a subordinação do trabalhador residente ao proprietário se dá no processo de circulação dos produtos comerciais, na cana se dá, geralmente, no próprio processo de trabalho (GARCIA, 1983).

Os recursos de que dispunham e, sobretudo, a terra, eram insuficientes para que se pudesse obter, durante todo o ano, o produto necessário ao consumo familiar. Parece ser muito antigo o costume dos pequenos produtores de migrar sazonalmente para a área da cana e trabalhar durante a safra, assim obtendo os meios necessários à complementação do consumo familiar durante uma parte do ano (GARCIA, 1983, p.29).

Os camponeses destacados por ambos os autores, têm como característica o modo de vida camponês, baseando nas condições de sua sobrevivência, na organização do trabalho familiar e na relação de parentesco.

No contexto estudado por Wagley em 1948, o homem dos trópicos do Vale Amazônico garantia sua manutenção a partir das técnicas e métodos que já haviam sido superados em outras regiões do Brasil. O autor caracterizava a agricultura amazônica àquela época, como uma agricultura primitiva, onde o homem nunca trabalhava só. Nas tarefas agrícolas, a família costumava trabalhar em conjunto e nas situações dos pesados trabalhos agrícolas recorriam aos grupos cooperativos, sendo que o anfitrião retribuiria aos que o ajudaram em outra oportunidade.

Tais trabalhos cooperativos, como o “puxirão” ou o “convite” destacados por Charles Wagley, ou os “mutirões”, também assinalados por Afrânio Garcia, são constituídos por laços de solidariedade entre pessoas da família e da comunidade. Os dois autores mostram, igualmente, a influência da cultura indígena na constituição da base para existência do campesinato, que é a agricultura de subsistência. As duas regiões pesquisadas pelos autores têm processos históricos semelhantes quanto à extração de produtos florestais. E, em ambos os estudos, destacam as estratégias de reprodução social dos camponeses, que se organizam conforme as condições do ambiente e da sua história social, caracterizando um modo de vida específico de cada região.

O trabalho familiar como estrutura do modo de vida camponês

Com um solo pobre e sem tecnologia para ser usada na exploração da região do Vale Amazônico, Charles Wagley (1988) propôs uma forma de incentivo ao desenvolvimento por meio da introdução de técnicas modernas. Com essa interpretação, ressaltou a importância da ciência para multiplicar a produção de alimentos nessa região, onde a qualidade do solo de terra firme, com baixo nível de nutrientes, precisava ser trabalhado tecnicamente para produzir mais. Afirmou que a terra só é útil a partir da adaptação do equipamento cultural do homem, juntamente com a efetivação de sua

utilização. Mostrou que a ciência e a técnica eram praticamente desconhecidas por essas populações do vale amazônico. E que era preciso criar mercado para os produtos extraídos. O autor acreditava que é

a cultura que determina os fins para os quais os homens de uma determinada área fazem uso de sua técnica e é o sistema social que determina a organização do trabalho e a distribuição dos produtos do trabalho (WAGLEY, 1988, p. 39).

Na comunidade de Itá, os homens trocavam trabalho uns com os outros, organizando grupos de família. A técnica agrícola de queimada e as principais culturas de alimentos (mandioca, milho, feijão) são originárias da cultura indígena. Nos meses em que os índios deveriam plantar suas roças, foram forçados a trabalhar para sustentar a colônia e os colonizadores portugueses. Logo, a servidão indígena era quem sustentava a indústria extrativista e a agricultura que fornecia alimento à colônia. Esse sistema de controle criou uma espécie de peões e de dever de servidão, afirma Wagley (1988).

Wagley e Garcia ao enfatizarem a importância da mandioca como basilar da subsistência do camponês, tanto na Amazônia, quanto no nordeste brasileiro, demonstram a força da tradição indígena na cultura dos contextos estudados por eles, integrando valores culturais e econômicos. Segundo Wagley (1988), a mandioca ainda é a principal alimentação do lavrador da Amazônia. A mandioca cresce muito lentamente; a variação do trabalho agrícola depende da terra selecionada, sendo os solos novos os que apresentam maior produtividade, e, sendo utilizado somente até o segundo plantio (menos produtivo que o primeiro) do ciclo agrícola da mandioca. Poucas pessoas vivem exclusivamente da atividade agrícola, aumentando seu rendimento com outras atividades, plantando muitas vezes só o necessário para o consumo familiar (WAGLEY, 1988).

Devido ao não desenvolvimento da agricultura na comunidade de Itá, grande parte dos alimentos básicos (feijão, arroz, açúcar, café e conservas), tinha que ser importada, além da importação da farinha, principal produto na base da alimentação amazônica. A população de Itá vivia da extração da borracha, e de outros produtos naturais da floresta,

segundo o autor, *“quando sobe o preço da borracha ou de qualquer outro produto de extração, a agricultura frequentemente é abandonada quase por completo”* (WAGLEY, 1988, p.80).

Essa estratégia de importação de alimentos, de modo a garantir a subsistência da família, pode ser observada também no estudo feito no nordeste, por Afranio Garcia. Por meio da atividade manual do artesanato, com a venda da força de trabalho (alugado), entre outras estratégias, no qual o homem se adapta devido à escassez de terra. Em Itá, há um abandono da agricultura com o trabalho estratégico do camponês na retirada do látex (seringueiro), já no nordeste, nos municípios de Belém de Maria e Bonito, estudados por Garcia, a base para a sobrevivência (subsistência) e produção do camponês da atividade agrícola era a agricultura, independente das demais atividades desenvolvidas pelo pequeno produtor. Afrânio Garcia explica:

Mesmo que o negócio forneça a maior parte da renda familiar que permite atender aos padrões de subsistência, o pequeno proprietário continua a se identificar pela atividade agrícola que exerce e não pela função de pequeno comerciante (GARCIA, 1983, p.76).

A “terra de trabalho”, segundo Afrânio Garcia, ou também, a terra usada para o cultivo das “lavouras de subsistência” pelos trabalhadores e sua família, dentro da propriedade do dono da terra, chamado de roçado, que é a designação dos espaços de cultivos de ciclo curto, com o uso de força de trabalho familiar, e dos sítios, que são os cultivos “permanentes”, com árvores plantadas. Quando havia um laço duradouro entre as famílias do morador e do grande proprietário, era possível o morador ter um sítio na área canavieira.

Sistema agrícola nativo, que apenas permite à população do Vale suprir à sua existência com o produto da terra. Em vez de melhorar os métodos e técnicas agrícolas, seus esforços têm sido dirigidos no sentido de aumentar a produção dos produtos de extração (GARCIA, 1983, p.82).

Já na Amazônia, no período da borracha, descrito por Wagley, mostra os desafios e as estratégias dos seringueiros na floresta amazônica e demonstra a necessidade do conhecimento do sistema tradicional de extração da borracha para a compreensão da sociedade amazônica. Com os métodos e técnicas considerados atrasados, não proporciona o mínimo necessário para subsistência do trabalhador, obrigando o agricultor a procurar outras atividades rentáveis e utilizam-se, da mão de obra de toda família, deixando ainda um tempo para ele plantar e pescar.

O autor afirma: “*Sem essas formas complementares de renda e alimento o seringueiro não poderia prover sua subsistência*” (WAGLEY, 1988, p.105). Na interpretação do autor, a instabilidade dos seringalistas amazônicos, por causa das mudanças constantes devido à busca de uma situação melhor, os caracterizava como mão de obra insuficiente e instável, o que, associado às dificuldades com a adaptação da árvore *Hevea brasiliensis* nativa às condições de plantios, não garantiu que as empresas tornassem a borracha do Vale Amazônico um produto lucrativo.

Estratégias para sobreviver e produzir

Ao descrever a agricultura, Charles Wagley afirma que ela e a extração dos produtos nativos da floresta são as principais ocupações das comunidades amazônicas, onde o sistema primitivo, sem ajuda de instrumentos modernos, da agricultura se adapta aos solos pobres da Amazônia, o que requer grandes extensões de terra para os ciclos agrícolas. O pouco crédito e dinheiro que o homem amazônico consegue com a extração dos produtos da floresta e da borracha são insuficientes para a compra dos alimentos básicos para sua subsistência. A economia extrativista e a exportação dos produtos nativos da floresta, segundo o autor, impedem o homem de se adequar ao ambiente da Amazônia. O autor acredita que as condições sociais da Amazônia só vão melhorar com uma economia mais lucrativa e eficaz, com um incentivo às empresas extrativistas e com novas culturas, de modo que proporcionem ao Vale Amazônico uma produção comercial e um mercado sólido e lucrativo (WAGLEY, 1988).

No contexto nordestino analisado por Afrânio Garcia, com a grande concentração de terras pelas instalações industriais (Usinas), o engenho, que deixa de significar um estabelecimento agroindustrial, passa a ser somente um estabelecimento para atividades agrícolas. Isto devido a

dificuldades em conseguir cana-de-açúcar suficiente para usar toda a nova capacidade instalada, porque isto significava que o engenho que lhe venderia a cana deixaria de moê-la em suas próprias instalações, a estratégia empregada pela Usina foi garantir diretamente boa parte da cana que moeria. Deixar de moer a própria cana significava mais do que perder um 'lucro industrial', pois levava a subordinação do proprietário de engenho ao proprietário de Usina (GARCIA, 1983, p.33).

Com isso, houve uma alteração quanto ao acesso à terra por parte da família dos trabalhadores, além de reordenar o próprio sistema político. Os padrões produtivos continuaram o mesmo, mas houve uma modificação na intensificação do trabalho familiar.

Com a oferta de terra gerada pela falência dos engenhos e com sua venda em pequenos lotes para garantir maior rentabilidade, o trabalhador estava disposto a pagar um alto preço para garantir sua independência. O aluguel da terra ou o "foro"³¹ foi uma das estratégias que os camponeses conseguiram para garantir a reprodução social. As ligas camponesas³² aparecem quando, devido à crise fundiária dos engenhos, os camponeses lutavam contra o aumento constante do valor do "foro". Às vezes, o proprietário deixava ficar a família já estabelecida, até mesmo, como forma de não perder a condição básica que permitia a sua manutenção e de sua família, mas, a partir do momento que os filhos dessas famílias se casavam, tinham que deixar a propriedade.

Na região canavieira é de onde o trabalhador tirava o equivalente ao valor de subsistência que garantia sua manutenção, que, com o trabalho na feira, compunha o consumo socialmente necessário. A feira possibilitava o acúmulo de renda monetária por

³¹Foro era uma taxa anual paga em dinheiro ao proprietário da terra, através do sistema de aforamento, ou cultivo livre do lote de terra mediante ao pagamento dessa taxa.

³²Ligas Camponesas - movimento rural que unia trabalhadores rurais em todo Brasil em favor da reforma agrária, surge nos anos de 1946, período do regime de Getúlio Vargas.

meio do comércio, tanto da venda de “produtos de subsistência como de produtos comerciais, e a criação de pequenos animais e mesmo de gado bovino” (GARCIA, 1983, p.42). Os recursos obtidos nessa atividade davam a esse produtor acesso a outros produtos que consumiam, mas não produziam, servindo também para contrabalançar as eventuais dificuldades como a má colheita ou a escassez de terra. Essas estratégias facilitavam o cálculo econômico, pois, previam quanto deveriam receber com a venda sua força de trabalho na produção da cana quando não estavam trabalhando no seu roçado.

Ao caracterizar o pequeno agricultor do nordeste brasileiro, Afrânio Garcia, enfatiza a importância da família quanto à manutenção da casa e do roçado, base estrutural da produção camponesa. Tanto no roçado, quanto na casa, todos os membros de uma mesma unidade doméstica colaboram na tarefa desenvolvida, há diferença de atividades, por sexo e idade, bem como normas de autoridade dentro do grupo doméstico; o pai organiza as tarefas do roçado, que garantem o provimento da família, e a mãe, organiza as tarefas da casa, que possibilita o consumo do grupo. Durante o dia, o homem cuida do roçado enquanto a mulher fica na casa para cuidar das obrigações relacionadas ao sustento do grupo doméstico. Geralmente é o mais velho dos filhos quem cuida da venda, caso não tenha filho nessa condição, é a mulher quem cuida.

O quadro, a seguir, sintetiza a dinâmica da casa e do roçado que constituem o ciclo de vida dos grupos domésticos estudados por Afrânio Garcia.

CICLO DE VIDA DO GRUPO DOMÉSTICO (*)

CASA	ROÇADO	ROÇADINHO	CRIAÇÃO DE ANIMAIS	RELAÇÃO COM O MERCADO: A FEIRA
“O chão da casa” = terreno + relações sociais Unidade de consumo e do não trabalho (preparar os alimentos, arrumar a casa, buscar água, apanhar lenha). Domínio da mulher Uma nova casa = nova unidade doméstica e de produção. Grupo doméstico ≠ de família	Produto do trabalho coletivo da família. Filhos e a mulher ajudam o pai – hierarquia. “Abastece a casa” Produtos do roçado são consumidos e vendidos. Domínio do homem (Pai) Ele é quem decide o destino da produção. Divisão do trabalho familiar com base na idade e sexo.	Plantação sob o controle de cada membro da família que não o pai e cujo produto é vendido para proporcionar ao seu detentor a aquisição de uma determinada mercadoria. Opõe-se ao roçado: é individual e direcionado. “Roçadinho das filhas”. Filhos de 10 anos põem seu “roçadinho”.	Não é considerado trabalho. Os animais conseguem sua reprodução física alimentar na terra. Animais: No mato = objetos do comer (caça e pesca – atividade masculina) Na casa = criação (são alimentados pela unidade doméstica e são fonte de alimento. Controle da criação sob o domínio da mulher.	Relação contínua de troca no mercado Importância das feiras: Venda do “mais que o gasto” Local de obtenção de produtos necessários e não produzidos (mercadorias)

(*) Racionalizam sobre a quantidade de trabalho a ser fornecida por cada membro da família e sua especificação.

Bom pai de família = aquele que tem a capacidade de fornecer o necessário ao consumo da sua família. Para isso ele tem que administrar as diferenças entre o tempo da produção e das demandas domésticas.

Produção familiar:

- 1) “*pro gasto*” – aquela que vai direto do roçado para o consumo doméstico.
- 2) “*a produção mais que o gasto*” – aquela cuja venda propicia a compra de bens que a família consome, mas não produz. Tem assim caráter imprescindível e necessário (não é interpretado como excedente)

Se houver mudanças nas necessidades de consumo da família, na composição do sexo e da idade dos membros da família, bem como, mudança dos instrumentos de trabalho, haverá uma variação no estoque de trabalho, e na duração do ciclo familiar. É o pai que caracteriza o trabalho no roçado, apesar de ele ser coletivo. Os filhos e a mulher, apenas ajudam, segundo a concepção do pai (chefe da família). “*É no roçado que a família se materializa enquanto unidade de produção*” (GARCIA, 1983, p.111).

O roçado abastece a casa, e a casa é uma unidade de consumo. Com o casamento a nova unidade familiar constitui-se com uma casa e um roçado. O homem provê a casa, mas a mulher administra, e as tarefas físicas que as mulheres fazem não são socialmente consideradas trabalho, uma vez que na sua compreensão estão relacionadas às atividades da casa e porque as atividades com o roçado são consideradas masculinas. Quando o filho casa deixa de ter obrigação com o roçado do pai, pois não está mais sob a autoridade paterna.

Em ambos os estudos de caso, seja no nordeste ou na Amazônia brasileira, foi possível observar as interferências estruturantes afetando as perspectivas dos mais novos em relação aos seus projetos de vida adulta, projetando um futuro com características diferenciadas das de seus pais, em relação ao modo de vida rural.

No caso amazônico, as estratégias quanto ao trabalho e sua influência nas perspectivas dos jovens no contexto estudado por Charles Wagley mostram que a exploração da borracha bruta não proporciona o mínimo necessário à subsistência. Para que um homem e sua família consigam o suficiente para sobreviver, precisam suplementar a agricultura com outras atividades econômicas, com quase todos os membros da família tendo que trabalhar na extração da borracha.

Em um desses casos, o chefe da família e seu filho de vinte anos trabalhavam em quatro estradas de borracha, enquanto sua mulher e sua filha de dezoito anos se encarregavam do trabalho de defumação do látex. O auxílio das mulheres permitia aos homens reservarem algumas horas para plantar uma pequena roça e para pescar. E, no entanto, apesar dessas atividades, a família tinha dívidas (WAGLEY, 1988, p.104).

Wagley mostra que as crianças têm que trabalhar desde cedo, as meninas, a partir de seis a sete anos de idade, carregavam água do rio para as necessidades da casa, ajudam também na cozinha e em atividades domésticas. Os meninos começam a trabalhar na roça desde os dez ou doze anos, e também podem pescar para suprir a despesa da casa.

Wagley (1988) descreve o longo preparo da farinha de mandioca, que se inicia no verão, de junho até agosto, quando queimam o sítio; e em setembro ou outubro iniciam a coivara (empilhar os troncos meio queimados e arrancar as raízes mais profundas que não foram queimadas), só após esse preparo da terra, é que podem iniciar a plantação, que será findada em dezembro com o início do inverno (chuvas). O autor quer mostrar que para preparar um alqueire de farinha, depois de colhido o tubérculo, um casal leva todo um dia e também, como o trabalho na roça para um homem sozinho é redobrado se o mesmo não tem mulher e filhos crescidos, daí a importância do “puxirão” ou “convite”, os serviços conjuntos, para executar trabalhos pesados. A família também trabalha em conjunto em determinadas tarefas; a roçagem da terra, a coivara e a queimada por serem trabalhos pesados são realizados por homens. As mulheres ajudam na plantação, na remoção de ervas daninhas, na colheita de mandioca e na fabricação da farinha.

O cálculo de quanto a família precisa para viver da agricultura, produzindo para o seu consumo e para o excedente de venda é baseado nas suas próprias necessidades, na produtividade da terra e no preço pago pelos produtos vendidos. Por isso, ao pensar nas estratégias dos filhos, pensamos em toda a estrutura familiar, uma vez que até mesmo se um filho migrar, será para garantir a reprodução não somente dele, mas de todo o grupo doméstico. Wagley (1988), ao mostrar a realidade da extração do látex como uma estratégia de complemento da renda familiar, destaca a importante relação de gênero, idade e sexo para a divisão social do trabalho:

Charles Wagley conclui que, mesmo com a ajuda da família e dos filhos, o lavrador precisaria de quase todo o seu tempo nas atividades agrícolas e elas deveriam ser contínuas. Por esse motivo, os lavradores têm aumentado a sua renda através de outras atividades, plantando apenas o necessário para o próprio consumo. Eles trabalham como assalariados, nas indústrias extrativistas – colhendo coco timbé e borracha, ou cortando lenha para os vapores fluviais. Com isso, depois dos períodos de festas religiosas, em junho, o autor mostra uma frequente migração para trabalhar nas estradas de borrachas nas regiões de ilhas, voltando apenas no período de outubro para terminar e plantar roça, antes que comecem as chuvas. Isso ocorre não só com os jovens, mas até mesmo com os lavradores que têm sua própria terra e que a elas dedicam tempo integral.

Wagley (1988) identifica como populações com características camponesas, os lavadores e os seringueiros, já Afrânio Garcia (1983), chama essas populações de pequeno produtor. A principal diferença entre esses conceitos, além da questão histórica e de contextos distintos, será a forma como essas populações se relacionam com o meio em que vivem/natureza e, principalmente, em relação ao trabalho na terra. Tanto o lavrador quanto o seringueiro, segundo Wagley, ambos têm “um nível de vida ligeiramente mais baixo do que os grupos da classe baixa das cidades” (WAGLEY, 1988, p.129); a população vive das antigas técnicas indígenas de extração da borracha e de outros produtos naturais da floresta, da derrubada e queimada, provê a sua subsistência com a lavoura, caça e pesca

(agricultura primitiva). Quase todos os habitantes de Itá, “*em uma época ou outra de sua vida foram seringueiros*” (WAGLEY, 1988, p.100).

O seringueiro que não possui uma roça para fornecer a farinha de mandioca necessária à sua família precisa comprar todos os alimentos. Os lavradores que tem pouca renda ou crédito nas casas comerciais dependem quase exclusivamente dos roçados, da caça, e da pesca, para alimentarem os seus (WAGLEY, 1988, p.133).

Garcia (1983), ao caracterizar a população rural do nordeste brasileiro como pequeno produtor, mostra um campesinato que quando precisa, vende sua força de trabalho para conseguir a subsistência. E, segundo José Sergio Leite Lopes (1983), esse campesinato é

constituído historicamente a partir do processo de expropriação das condições de reprodução do morador dos engenhos [...], esse pequeno produtor, considera como sua principal atividade (identidade social), “sua atividade em ‘terras de trabalho’ próprias ou arrendadas” (LOPES, 1983, p.ii).

Ao falar das estratégias familiares dos pequenos produtores, Garcia (1983) mostra que, para complementar a renda referente à subsistência da família, se o casal possui um filho solteiro, este aluga a sua força de trabalho, geralmente em atividades agrícolas em outros lugares. Essa condição de trabalho alugado tem um caráter vergonhoso, pois não tem laços de parentesco, e nessa condição ele participa somente de parte do ciclo agrícola, trabalha por um tempo determinado para quem o contratou, e é remunerado por sua força de trabalho e não pelo que produziu. O trabalho alugado descaracteriza o trabalho autônomo do camponês, marcando a situação de precariedade de quem o fornece. Só quem trabalha na área canavieira é o pai de família, ou os filhos homens, geralmente maiores de 10 anos. Esse trabalho no Sul (canavieira) permite garantir a subsistência da família, possibilitando guardar um montante em dinheiro. O trabalho na cana é visto como complementaridade anual dos ciclos agrícolas do roçado e não como alternativa ao do roçado. Se o roçado deu resultado, o pequeno proprietário pode descer para o Sul apenas para comprar bens considerados menos essenciais.

Feirar, segundo Garcia (1983), é tratar da venda dos seus produtos diretamente; sendo uma atividade complementar ao trabalho no roçado, é uma alternativa à venda da força de trabalho ou do alugado. Mesmo que a renda desse negócio sustente a família do pequeno produtor, ele continuará a se identificar pela atividade agrícola que exerce, e não pela função de pequeno comerciante. O trabalho é toda atividade desenvolvida em relação à terra, permitindo assim os meios materiais para o consumo. O negócio, ou o feirar, garante o produto que, devido à escassez da terra, não conseguiu se materializar com o trabalho.

Nas comunidades analisadas por Garcia (1983), o artesanato produzido pelas mulheres é também uma atividade adicional para as famílias, mas, tem sido limitado devido à restrição na retirada da matéria-prima e pela escassez desse recurso devido a apropriação deles pelas indústrias. As famílias criam estratégias que garantem a atividade artesanal, adaptando-o conforme a disponibilidade de recursos utilizáveis. Devido à escassez de terra, o artesanato tem virado uma atividade basilar na obtenção da subsistência familiar. Diferente do artesanato, há algumas pequenas fábricas de produtos alimentares, ou de ração para animais. E uma grande fábrica de sucos de fruta e outros produtos alimentares.

Alguns pequenos proprietários e seus filhos, ao trabalharem em fábricas, residiram temporariamente na “rua” (como é designada a cidade); o trabalho industrial local não chega a ser permanente na obtenção do sustento da família. A migração é uma estratégia familiar para melhorar a vida. Migra primeiro o pai, ou o filho, que assim julga se tem condições para assegurar trabalho e moradia para os demais membros da família.

Os alugueis de terra (aforamento) e a compra de pequenos lotes de engenhos falidos, por pequenos produtores criaram várias estratégias que garantem sua reprodução social e a condição de vida para manter suas necessidades e produção. O trabalho familiar no roçado é o que garante o produto do roçado e conseqüentemente abastece a casa. São os laços de solidariedade entre os membros do grupo doméstico que garantem a produção

doméstica. É o chefe que provê a subsistência da família, organizando a tarefa desenvolvida no roçado. Os filhos não são pagos, por isso, ajudam o pai. O número de membros da unidade familiar, bem como a idade e os sexos são fundamentais na composição da quantidade produzida.

Conclusão

O importante a ressaltar nesta conclusão é que os trabalhos analisados mostram dois momentos na relação do campesinato e do desenvolvimento capitalista no Brasil. A análise de Charles Wagley (1988) mostra a continuidade de uma economia de extrativismo, alertando para uma possível expropriação de populações camponesas na região amazônica. Passadas três décadas do trabalho realizado por Wagley, Garcia, mostra a efetivação da expropriação dos camponeses no nordeste brasileiro, implicando na proletarianização e no crescimento de pequenos produtores independentes enquanto camponeses.

O discurso de Charles Wagley, embora muito importante do ponto de vista etnográfico, simboliza o uso da ciência social como instrumento para justificar intervenções de natureza política e social para inserir essas populações em modelos de desenvolvimento, nos quais o uso da tecnologia beneficiaria a maior produtividade do solo e da extração dos recursos naturais. Além disso, Charles Wagley acreditava que era necessário implementar novas culturas agrícolas que proporcionassem uma produção comercial e direcionada para um mercado sólido e lucrativo.

A análise de Afrânio Garcia, conduzida sob outros parâmetros de análise sociológica, identifica conflitos de classe impulsionados pelo avanço do capitalismo sobre as terras cultiváveis, mostrando como essas populações rurais foram expulsas e proletarianizadas, ao ponto de precisar vender sua força de trabalho (áreas canavieiras) para garantir sua subsistência. Para garantir sua terra de trabalho, os agricultores faziam reajustamentos, como por exemplo, o aluguel de terras (aforamento).

As duas pesquisas mostram as estratégias familiares na organização do trabalho na terra, de modo a garantir as condições de vida e o futuro das gerações seguintes. Para que isso fosse possível, os autores enfatizam em seus trabalhos, as condições das relações de parentesco, as estratégias quanto à escassez de terra, a reprodução social, a divisão social do trabalho em relação a idade e gênero, a relação do homem com a terra/natureza, entre outras variáveis que constituem as bases para o modo de vida camponês. As estratégias quanto às várias atividades produtivas que ambos os autores analisados estudam, garantem a manutenção da família e a presença de uma pluriatividade que tem garantido sua reprodução social.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa G. de (Org.). 2007. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro, Mauad Editora.
- GARCIA, Afrânio. 1983. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- LOPES, José Sérgio Leite. 1983. “Prefácio”. In GARCIA, Afrânio, *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, pp. i–viii.
- SÁ, Samuel. 2014. “Charles Wagley: antropologia, educação e saúde pública no Brasil”. In BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Renan Freitas (Org.) *Vozes da Amazônia II*. Manaus, EDUA, Valer Editora, pp. 215-225.
- WAGLEY, Charles. [1953] 1988. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3ª edição. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP (Reconquista do Brasil, 2ª série, v.136).
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. 2007. “Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro”. In CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (orgs.) *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro, Mauad Editora, pp. 21-34.

A RIBEIRINIDADE AMAZÔNICA NAS OBRAS DE CHARLES WAGLEY E EDUARDO GALVÃO

Francisco José dos Santos Rente Neto
netorente@hotmail.com

A Ribeirinidade enquanto categoria de análise cultural

O conceito de *Ribeirinidade* emerge de debates e reflexões das antropólogas Lourdes Gonçalves Furtado e Cristina Alves Maneschy, docentes do programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. O conceito surge pela primeira vez em trabalho inédito intitulado *Gens de mer et contraintes sociales: les pêcheurs côtiers de l'état du Pará, nord du Brésil*, de 1999, onde as autoras aplicaram o conceito em suas realidades de análise, cunhando o termo *Ribeirinidade* como expressão de um modo de viver dos grupos sociais localizados a margem de mananciais aquáticos, de onde emanam os elementos materiais e imateriais e simbólicos que configuram o modo de vida desses grupos.

Em entrevista com Lourdes Gonçalves Furtado, a autora descreveu o termo se referindo ao modo de vida dos povos ribeirinhos da Amazônia,

“daqueles cuja vida material e social está relacionada ao mundo das águas, ao universo haliêutico, isto é, ao mundo das várias pescas, coletas, mariscagem”, destacou ainda as “analogias que podem ser construídas em regiões cujas relações entre homem e meio ambiente sejam influenciados pelos elementos que guardam tais particularidades” (Comunicação Pessoal, 2014).

Tomando tais argumentos, podemos estabelecer análises do conceito, referindo-o a um modo de vida muito peculiar, a um espaço físico bem característico da Região Amazônica, qual seja, o rio e seu entorno. Esse modo de vida pode ser observado no perfil

sociocultural e no aspecto geográfico daqueles que moram próximo aos rios, cuja convivência estabelece uma maneira de ser, agir e pensar muito íntima a esse meio natural.

Na descrição de Loureiro (1992), o ribeirinho é aquele que vive à beira dos rios e igarapés, seja nas cidades, vilas ou povoados, todos eles à margem dos cursos d'água, seja em agrupamento de duas ou três casas, seja finalmente, isolado numa “cabeça de ponte”, trapiche de madeira que se projeta rio adentro, onde aportam canoas e as pequenas embarcações de compradores; no final do trapiche, se localiza a casa com o pequeno comércio.

É muito comum viajar pelo rio Amazonas e, numa paisagem distante, encontrar a imagem de uma casa isolada ou um agrupamento de casas a beira do rio e num intervalo de duzentos, trezentos e até quinhentos metros outro agrupamento de casas que vão seguindo assim o curso dos rios. A maioria delas construídas de madeira e palha se eleva sobre estacas (palafitas) para ficar a salvo das inundações periódicas.

Em alguns desses agrupamentos, moram diversos membros de uma mesma família, por exemplo, três casas separadas por apenas uns cem metros, onde abrigam um homem e seus filhos casados. Para alguns dos seus moradores, os únicos meios de transporte são a canoa, ou para distâncias maiores o “motor” ou a lancha comercial. As “estradas” são os rios e igarapés.

O ribeirinho é também um caboclo amazônico, termo usado para caracterizar menos um grupo étnico do que um perfil social do habitante do meio rural da Amazônia. Contudo, dentro do processo de formação cultural da região, derivam de um amálgama composto pelos três personagens que compuseram a sua formação étnica: o indígena, o africano e o europeu, que, historicamente, moldaram o perfil sociocultural da população rural da Amazônia brasileira e diferente das demais regiões (WAGLEY, 1988; GALVÃO, 1976; FURTADO, 1987).

Segundo Wagley, sendo a cultura “um produto da história – da sequência de acontecimentos e influências, determinados pelo homem, que se combinam através do tempo para criar o modo de vida prevalecente em uma determinada região” (WAGLEY, 1988, p.81), a marca dessa configuração étnica pode ser vista nos comportamentos, na maneira de viver desses grupos, em sua alimentação, nas crenças e em sua religiosidade, etc., onde podemos observar a herança de conhecimentos e costumes, em especial, herdados do ancestral indígena.

Segundo Arenz (2000), historicamente as populações ribeirinhas na Amazônia são o resultado do processo de conquista e colonização do Estado português, onde a integração entre os agentes se deu a partir da “modelagem” étnica realizada dentro dos aldeamentos em que eram catequizados os ameríndios e, posteriormente, nas vilas dos colonos, onde eram integrados ao projeto civilizatório-cristão, processos que contribuíram para o “surgimento” do perfil social da população que habita as margens dos rios. Contudo, apesar deste processo de dominação, conseguiram resistir a uma “colonização total”,

resgatando os eixos principais das culturas de seus antepassados indígenas, tanto em termos econômicos (integração à natureza, extrativismo vegetal) e sociais (vivência autônoma em pequenas comunidades) quanto em religiosos (prática da pajelança como expressão de sua cosmovisão própria. A língua portuguesa e a religião católica são ‘pontes’ para o mundo dos ‘brancos’, mas não determinaram e nem expressam, por completo, a autonomia social e cultural dos ribeirinhos. (ARENZ, 2000)

O uso e a confecção de redes, canoa, materiais de caça e coleta que ainda hoje podem ser encontrados, são heranças deixadas pelas culturas indígenas. As técnicas agrícolas de derrubada e queimada da floresta e as principais culturas de alimentos, como a mandioca, feijão, milho, etc, também são de origem indígena, da mesma forma que a maioria dos nomes da flora, da fauna e das localidades deriva dos grupos indígenas que habitavam o local no passado, em especial os de língua tupi, pois foram as primeiras tribos com quem os portugueses tiveram um contato mais prolongado.

Em visita às comunidades ribeirinhas, podemos observar que o seu conjunto de hábitos, comportamentos e práticas está relacionado à sua composição social e à relação

estabelecida com o meio em que vive: as áreas de várzea³³ ou terra-firme, geralmente distantes dos núcleos de povoamento, ou em vilas nas margens dos rios (CANTO, 2007). É nesse espaço, próximo ao rio e seu entorno, que o homem ribeirinho articula sua vida e suas formas de trabalho, de onde extrai a sua subsistência e a renda familiar, mediante os recursos naturais disponíveis próximos ao seu local de moradia e trabalho.

Segundo Emílio Moran, o processo adaptativo dos agrupamentos humanos a determinados ambientes está relacionado a elaboração de *ajustes reguladores*, de caráter morfológico e funcional, criados por esses grupos visando uma relação estável com o meio que o cerca, aumentando “*as possibilidades humanas de sobreviver e viver com relativo bem-estar em ambientes variados.*” (MORAN, 1994, p.27). Para o caso das áreas de várzea na Amazônia, o mesmo autor argumenta que as técnicas e os conhecimentos do meio natural produzidos pelo caboclo são as principais fontes de adaptação às pressões exercidas pelo ambiente, destacando-se em especial as adaptações às condições hidrológicas, representadas pelas flutuações no nível da água e sua ocorrência anual; e as variações sazonais, que afetam os ciclos dinâmicos do rio e, conseqüentemente, a modificação na localização de alguns elementos dessa paisagem, como os cardumes e todo o seu mosaico ambiental. Contudo, destaca o autor, apesar dessas pressões como fatores limitantes, “*técnicas apropriadas que respondam a tais pressões podem sustentar uma população variável, esteja ela isolada ou agrupada em pequenos povoados como é comum entre os caboclos ribeirinhos ou em grandes agregados populacionais [...]*” (MORAN, 1990, p.222)

Vemos então que a exploração desse espaço ocorre graças aos saberes herdados e acumulados sobre o ambiente e às diferentes formas pelas quais a adaptação à natureza é efetivada e é o resultado da experiência empírica nos hábitat naturais, espécies de plantas, de animais de caça, de peixes, técnicas de manejo do solo, culturas agricultáveis, etc, objetivando a apropriação de recursos do meio ambiente com as suas necessidades, o que lhes faculta, ao longo do tempo, elaborar um amplo conhecimento sobre os ecossistemas que garante até hoje a reprodução de um característico padrão sociocultural.

³³ As margens inundáveis dos rios (CANTO, 2007).

Segundo Albagli (2003), os grupos considerados tradicionais, ao terem exercido empiricamente a sua territorialidade por muito tempo, criando raízes e exercitando uma intimidade com toda a natureza ao seu entorno, acumularam uma sabedoria que só a permanência no lugar, ao longo de gerações, poderia propiciar. Uma sabedoria baseada em um ponto de vista muito particular, sob um olhar diferenciado, de uma outra perspectiva cultural.

Nesse mesmo raciocínio, também Castro (1997) argumenta que a adaptação a esse meio ecológico de alta complexidade e grande diversidade biótica ocorre em função do saber acumulado sobre o território vivido, herdado em sua maioria do ancestral indígena nas diferentes formas pelas quais a exploração do meio é realizada. Constituem diferenciadas maneiras de relacionamento com os recursos diversificados no espaço, sendo justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução desses grupos, possibilitando a construção de uma “cultura integrada à natureza em suas formas apropriadas de manejo.” (CASTRO, 1997, p.226).

Desse modo, vemos que o modo de vida na beira do rio traduz uma profunda articulação com a natureza, sendo a água o elemento essencial da cultura dessas populações ribeirinhas. O habitante natural, que embora trabalhe na pesca, na roça e no extrativismo, tem uma morada habitual em um pedaço de terra à beira de um rio qualquer, e é “*do complexo rio-quintal-roça-mata que extrai sua subsistência, fundamentalmente*” (LOUREIRO, 1992, p. 17).

A respeito das formas de trabalho e da produção econômica, as populações ribeirinhas realizam diversas atividades, utilizando tecnologias simples de uso e manejo dos ecossistemas em que vivem, produzidas a partir dos elementos disponíveis na natureza; daí porque estão inseridas no grupo das chamadas populações tradicionais (SIMONIAN, 2003). Contudo, esse não é o único fator de classificação. Além do uso dessas tecnologias, a intimidade estabelecida com o meio, adotando um modo de uso e consumo dos recursos

naturais de maneira não-degradativa e contribuindo para a manutenção da diversidade, também configuram sua classificação como populações tradicionais (COSTA, 2011).

A pesca, a caça, o extrativismo e a agricultura constituem as suas principais atividades e os diversos segmentos sociais, cada um ligado a uma dessas atividades, recebem um adjetivo relacionado a atividade que realizam: seringueiros, castanheiros, roceiros ou lavradores, pescadores, vaqueiros e garimpeiros. São categorias que representam a multiplicidade de organização do trabalho em diferenciados meio ambientes na região, onde os grupos articulam a sua atividade em conformidade com os recursos naturais disponíveis e com a tecnologia e recursos humanos necessários para a sua execução.

Todavia, observa Furtado que em cada um desses agrupamentos, mesmo diferenciados pelas razões acima, está o mesmo caboclo, cujos traços culturais estão dispostos no espaço rural da Amazônia e que guardam uma cultura na qual há uma mescla de traços: culturalmente é o mesmo caboclo que se adaptou aos diversos ambientes da Amazônia, criando em cada micro-mundo condições particulares de existência social e natural “[...] vivendo numa relação íntima com o respectivo meio que ocupa, possui suas formas próprias de subsistência, de organização social e econômica, e de seu mundo mental” (FURTADO, 1987, p.29).

O ribeirinho, como um representante do caboclo amazônico, pode, segundo a autora, ser uma espécie de categoria que executa um pouco de tudo isso em suas atividades de trabalho, sendo a pesca a atividade de destaque, pois articula com o meio imediatamente livre para sua execução e de onde é tirado o principal alimento, tanto para a subsistência, quanto para a aquisição de renda familiar.

A agricultura, bem como as outras atividades, está em um plano secundário, embora não menos importante, e é voltada também à subsistência. A mandioca (*Manihot esculenta*) é o principal elemento agricultável para a produção da farinha, que junto com o pescado,

constitui a base da alimentação dessas comunidades; por isso, destaca Hiraoka (1993), de uma forma geral, o termo ribeirinho também pode ser usado para designar os camponeses da Amazônia que vivem à margem das águas e que vivem da extração e manejo de recursos florestais-aquáticos e da agricultura em pequena escala.

Através desses elementos, busco referenciar como para o homem que vive à beira do rio, o rio e seu entorno constituem um espaço onde a sua vida, bem como o seu conjunto de relações sociais apontam para uma expressão sociocultural diferenciada, refletindo os elementos embutidos em sua configuração enquanto cultura.

Como destaca Loureiro, o seu modo de vida estabelece “a água o elemento definidor da cultura dessas populações ribeirinhas”. A chamada “vida de beira-rio” correspondente, assim, a uma profunda articulação com a natureza, onde o rio e seu entorno assumem uma importância *sine qua non* para a existência dos grupos sociais que nele habitam, pois é dele que extraem seu alimento básico, fazem dele sua estrada e seu caminho, sua fonte de abastecimento d’água e de suas culturas agrícola, além de onde estar inserido “seu mundo de lendas, alegrias e medos” (LOUREIRO, 1992, p.26).

Itá – uma comunidade ribeirinha às margens do Amazonas

Ao estudar o modo de vida das populações caboclas a partir de uma comunidade no Baixo Rio Amazonas, Charles Wagley (1988), no livro *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*, e Eduardo Galvão (1976), no livro *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas*, descrevem o perfil sociocultural dos grupos ribeirinhos, a partir dos elementos teóricos analisados pelos autores supracitados, os quais estão presentes no cotidiano dos seus moradores, em especial na dinâmica que estabeleceram com o rio.

Wagley descreve a localização da comunidade de Itá na confluência dos rios Xingu e Amazonas (Fig. 1). Itá é uma comunidade de nome fictício, refere-se à Gurupá, cujas características físicas destacam uma comunidade, onde na época em que os estudos foram

realizados, moravam 500 pessoas; mas, apesar disto, era “a sede da municipalidade que tinha uma jurisdição sobre uma área de 6.094 km²”. Daí por que o autor destaca-a apenas como a cidade e a zona rural que a circunda, e não a unidade política mais extensa, sendo o termo “comunidade de Itá” usado para descrever a sede municipal em que se situava.

Mas Itá, em si, era usado também para destacar a sede de Itá, na terra-firme, e algumas pequenas ilhas do canal de frente para a cidade, reunindo mais ou menos 2000 pessoas em sua totalidade na época do estudo.



Figura 1: Localização de Itá (Gurupá), margem direita do rio Amazonas
Fonte: Google Maps

Wagley também descreve Itá ressaltando que não era o centro comercial da unidade política que controlava, visto que as exportações e importações eram negociadas diretamente entre os barracões e empresas comerciais instaladas em Belém, em especial nas atividades de extração do látex para fabricação e exportação da borracha (*Hevea brasiliensis*). Além dessa, outras atividades, como a pesca e a agricultura de mandioca e de outros gêneros alimentícios, eram também exercidas fora da sede municipal, nas unidades ou subunidades menores chamadas de “bairro” ou “freguesia”, onde o comércio era

realizado diretamente entre os barracões e essas empresas na capital paraense e outras capitais como Manaus.

Portanto, além da área urbana, existia ainda essa área que incluía as várias comunidades localizadas rio acima até o rio Jocojó e, rio abaixo, até o rio Pucuru. Entre esses dois caminhos, estava a população considerada pelo autor como a população rural da comunidade, espalhada “ao longo das margens dos riachos, distribuídos em pequenas casas disseminadas, próximas às vias fluviais, principais vias de transporte”. São, como descrito, os habitantes dos ‘bairros’, ou partes menores de uma unidade maior que é a comunidade de Itá; também podemos chamá-los de “sítios” ou “freguesias”, os quais podemos caracterizar como os ribeirinhos mais afastados e isolados da comunidade de Itá.

Através dessa descrição, podemos observar o espaço geográfico em que se localizam essas comunidades como um dos principais elementos que estão presentes na caracterização do modo de vida ribeirinho. Segundo Wagley, as comunidades a beira do rio estavam dispersas primeiramente em função das atividades de trabalho extrativistas que exigiam certo espalhamento dos grupos familiares que lá habitavam, pois as árvores de onde era extraído o látex exigiam um espaço considerável entre si. Além desse fator, não eram “terras livres”, visto que cada sítio possuía um dono, o seringalista, que contratava a mão-de-obra para lá trabalhar.

As atividades seguiam muitas vezes ao longo do Rio Amazonas, onde as ilhas em frente à sede municipal, “possuíam ricos seringais cuja produção só era ultrapassada pelos que ficavam a cabeceira dos afluentes” (WAGLEY, 1988, p.67), sendo o rio um importante elemento da natureza para o transporte das mercadorias e do fluxo dos atores envolvidos, onde passavam barcos carregados de equipamentos para os barracões que eram entregues aos seringueiros que ali trabalhavam, e de onde carregavam as mercadorias diretamente para o destino final.

O rio também constituía o caminho por onde existia uma dinâmica constante entre ideias e informações que vinham da sede municipal e dos centros urbanos, como Belém e Manaus, trazendo as notícias do Brasil e do mundo. “Os anúncios no *Correio de Itá*, como se chamava o jornal, eram sinal de prosperidade, da intensidade de sua vida social e da preocupação dos moradores da cidade com o mundo exterior durante esse período” (WAGLEY, 1988, p.67). Dentro da cidade, o rio era importante para caracterizar os segmentos ou classes sociais que lá habitavam, estabelecendo critérios de hierarquia dada a proximidade com o mesmo, visto que “as residências melhores e mais permanentes ficavam à beira do rio, enquanto as barracas pobres estão situadas longe dele, escondidas da vista. O equivalente do bairro pobre em Itá é ‘do outro lado do rio’” (WAGLEY, 1988, p.48)

Ao longo dessas vias, as casas estavam dispersas, onde era possível encontrar grupos de casas nas quais moravam diversos membros de uma mesma família, que se conectavam seguindo o curso do rio, principal via de transporte e contato dessas famílias, pois à época do estudo, o acesso a essas comunidades era de grande dificuldade, pela ausência de um transporte de maior tecnologia e capacidade financeira para adquiri-los, embora existisse já assistência de saúde e sanitarismo para essas famílias, como é o caso do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), do qual Wagley foi assistente do superintendente e, posteriormente, diretor de sua Divisão de Educação Sanitária, de onde viria a ter “consciência da riqueza da cultura amazônica e da necessidade de um estudo da vida do homem da Amazônia” (WAGLEY, 1988, p.20)

Tomando essa dispersão como análise, na descrição de Wagley, Itá não era “uma unidade social, ou mesmo geográfica, facilmente controlada pela sua sede” (WAGLEY, 1988, p.50). A área da comunidade encerrava mais de duas mil pessoas, das quais apenas aproximadamente quinhentas moravam na cidade. Em vista disso, descreve ainda que as relações sociais entre os grupos familiares que habitavam a extensão do Amazonas eram pouco frequentes. Daí porque Itá não era “o centro social do município”, no qual “os

moradores distantes ali comparecem como visitas, tal e qual as pessoas de fora.” (WAGLEY, 1988, p.50)

Ao longo das vias navegáveis, existiam também as comunidades onde as festas religiosas dos padroeiros de cada uma destas eram organizadas. Na estação “seca”, quando os rios voltavam aos seus leitos e as chuvas diminuía (por volta de maio e início de junho) realizavam-se as principais festas na sede municipal: a de São Benedito (em 24 de dezembro) e a de Santo Antonio (13 de junho). Contudo, Wagley (WAGLEY, 1988, p.194) descreve que “ao se encerrarem oficialmente as comemorações da festa de São Benedito, realizam-se, naquela comunidade, mais de quatorze festas religiosas”, sendo que apenas três são comemoradas na sede e as demais se realizavam nos demais distritos rurais, pelas “irmandades religiosas” que as organizavam.

Para citar um exemplo, Wagley descreve a festa de Santa Apolônia que era realizada no distrito de Maria Ribeira, onde os festejos começavam no dia 18 e terminavam no dia 28 de agosto, onde os moradores da proximidade, como da própria Itá, começavam a chegar cedo, pela manhã, para a solenidade de erguimento do mastro³⁴ e, posteriormente, para os festejos em homenagem ao santo padroeiro. Nesse caminho, “viajavam em canoas carregadas até as amuradas, com seus pequenos baús de lata em que guardam as roupas de festa, suas redes e outras bagagens, como alimentos e, às vezes, uma garrafa de aguardente.” (WAGLEY, 1988, p.196). Nesses locais, “formam-se grupos separados de homens e mulheres que procuram os locais ao longo do riacho em que se possam banhar sossegadamente, fazer *toilette* e trocar roupa para os festejos de tardinha e de noite” (p.196), bem como “na medida em que vão trocando de sapatos, vestindo calças limpas, camisas brancas e casacos, riem, conversam e tomam seus tragos” (WAGLEY, 1988, p.196)

Nessa descrição, Wagley nos mostra como o rio é também um importante ambiente de lazer e sociabilidades, uma vez que é um momento em que os convidados para a festa

³⁴ Poste de mais ou menos 18 metros decorado com folhagens locais e erguido em homenagem ao santo padroeiro da comunidade.

utilizam-no previamente como lugar de trocar conversas e, conseqüentemente, o compartilhamento de informações sobre atividades de trabalho e assuntos de família de paragens distantes e diferenciadas, bem como para o lazer através de brincadeiras e histórias de lendas e mitos.

Galvão destaca o universo religioso do caboclo da região, descrevendo a crença no “reino encantado”, onde estão os “companheiros do fundo”, como o boto, ser encantado que habita o fundo dos rios, mas que emerge e acompanha as canoas de seus viajantes. Segundo o autor, distinguem-se dois botos: o avermelhado, mais perigoso, e o preto, chamado também de tucuxi, destacando este último como o “que ajuda os afogados empurrando-os para as praias” e afugenta os avermelhados “quando atacam as canoas ou nadadores” (GALVÃO, 1976, p.67). Contudo, destaca ainda o autor, que na crença generalizada na região, ambos são igualmente evitados, pois quando um boto acompanha a canoa é melhor ignorá-lo, evitando assim a sua “malignidade” que consiste em adquirir enfermidades lançadas àqueles que infringem a regra.

Galvão cita dois casos em que um jovem embriagado teria xingado o boto ao avistá-lo, caindo em febre no outro dia; e o outro onde um pescador atirou pau em um boto por ter afugentado os peixes, sentindo imediatamente calafrios no corpo, e seu companheiro *“inexplicavelmente atirado ao chão e depois à água como se tivesse sido empurrado por alguém”* (GALVÃO, 1976, p.68), ambos por terem provocado o boto.

A respeito da vida econômica dos habitantes da região, na descrição de Galvão, toda a vida econômica de Itá oscilava entre as atividades coletoras de produtos naturais, como a castanha (*Bertholletia excelsa*), a piaçaba (*Leopoldinia piassaba Mart.*), o timbó (*Ateleia glazioviana*), e, principalmente, a coleta da borracha. Essas atividades econômicas eram por sua vez complementadas pela pesca. Já a agricultura, dependia amplamente do calendário pluviométrico na região e era de “condição inferior”, conforme assinala Galvão, devido principalmente ao terreno e as técnicas rudimentares, o que não permite uma grande variação de culturas, tornando-se basicamente para a plantação da mandioca. Com exceção

dos terrenos de várzea, situados às margens dos rios, os solos de terra-firme eram arenosos e pobres em substratos.

Contudo, embora secundárias e com um papel menos expressivo enquanto atividade geradora de riqueza, as atividades da pesca e da agricultura tinham uma importância imprescindível, pois eram as atividades que proviam os seringueiros e os habitantes mais afastados da cidade dos principais alimentos que garantiam a subsistência do habitante rural na região: o pescado e a farinha que, segundo Galvão, constituíam a base da dieta do caboclo da região amazônica, dado que à época do estudo a relação com os centros de poder era ainda distante, sendo do sudeste e do sul que vinham as importações de enlatados e produtos manufaturados, atendendo apenas alguns segmentos economicamente mais capazes de adquiri-los.

Entretanto, de uma forma geral, esse é o momento em que a economia da região está ainda ligada à produção da borracha para a exportação para os centros urbanos e posteriormente mercados nacionais e estrangeiros; quando ainda podemos encontrar o *sistema de aviamento* nas relações de trabalho entre seringueiros e seringalistas, no qual “o caboclo não paga fôro ou arrendamento, mas é obrigado a entregar toda sua safra de borracha ou de castanha ao patrão que lhe adiantou os meios de trabalho” (GALVÃO, 1976, p.2)

Não apenas nas atividades econômicas, mas também em toda a vida social dos grupos situados às margens dos rios, podemos perceber que as estações do ano influenciavam os movimentos sazonais de enchente e vazante do rio Amazonas, que, por sua vez, afetavam decisivamente a vida do habitante dos bairros da comunidade de Itá, isto é, as atividades associadas a cada tempo.

Segundo o autor, o ritmo de atividades na região oscila entre os dois períodos de movimentação das águas do Amazonas, isto é, entre as enchentes da estação chuvosa e a vazante do verão, por meio das quais estes grupos associam suas atividades: durante o

inverno, os seis meses de enchente, que correspondem de dezembro a julho, as chuvas impedem as pessoas de saírem dos seus lares; a pesca não é tão rendosa, nem a borracha pode ser extraída. É um período de recolhimento, onde o pescador não tem tanto sucesso na pesca nem na caça devido aos regimes de cheias na região. Os peixes subiam os rios e a caça desertava para dentro das matas.

De acordo com o mesmo, o tempo das chuvas é o momento em que

O povo se recolhe aos sítios, aos povoados ou às cidades. Só trabalham os castanheiros, pois essa é a estação das safras, ou os canoeiros e tripulantes de barcos, visto a 'água' ser melhor de viajar e as cachoeiras darem passagem. É um tempo de fome, de esperar pela roça amadurecer (GALVÃO, 1976, p.1).

O verão, ao contrário, é um período de maior atividade, de mais fartura:

É o tempo de limpar as estradas para o corte da borracha, do milho e dos legumes, de armar os cacuris para o peixe e de levantar barragem na boca dos igarapés. O caboclo deixa as 'aldeias' para entrar no mato. Os barracões e os tapiris voltam a ser povoados (GALVÃO, 1976, p.1).

O movimento das estações do ano assume, assim, uma importância de enorme serventia na vida dos moradores ribeirinhos, pois é de acordo com este que o habitante articula o seu calendário de atividades. É possível identificar na descrição do autor que existe uma forte expressão de “sazonalidade” nesses espaços, para parafrasear a ideia de Mauss (2003), de acordo com as estações do ano e com o movimento do rio, expressando um contraste marcado na organização coletiva em momentos diferentes.

Em *Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós*, Mauss descreve como os grupos esquimós sofrem alterações em sua morfologia social em função das mudanças periódicas a que o meio ambiente está sujeito de acordo com as diferentes estações do ano. A sua forte ligação com o meio natural influencia de diferentes modos a sua vida coletiva, como a sua morfologia geral, as habitações, a distribuição dos habitantes no solo conforme as estações e até mesmo efeitos na vida religiosa e jurídica.

[...] conforme as estações, a maneira como os homens se agrupam, a extensão, a forma de suas casas, a natureza de suas instituições mudam completamente [...] Há, não uma, mas várias sociedades esquimós cuja civilização é bastante homogênea para aquelas que possam ser utilmente comparadas, e bastante diversificadas para que essas comparações sejam fecundas (MAUSS, 2003, p.426).

Em outro exemplo, também Evans-Pritchard (1978) destaca essa importância, ao estudar *Os Nuer*, povo próximo ao Rio Nilo da África Oriental, dando exemplos de como a vida social não é a mesma nos diferentes momentos do ano, ao descrever como a organização das atividades produtivas também passa por fases sucessivas e regulares de acordo com as estações do ano. No inverno, suas atividades agrícolas e de pastoreio sofrem algumas alterações, visto que as chuvas intensas de inverno e as inundações causadas pelo rio os levam e aos seus rebanhos a procurar a proteção de terras mais altas, inversamente ao verão, pois

quando as chuvas passam, os suprimentos de água perto das aldeias esgotam-se logo porque, naturalmente, os lugares mais altos e mais secos foram os escolhidos para construir, e torna-se necessário mudar para perto das poças, lagos, lagoas, pântanos e rios (EVANS-PRITCHARD, 1978, p.68).

Considero os exemplos desses dois autores, somados aos de Galvão, por mostrarem como os elementos que constituem a natureza, como o rio, revelam-se como importantes fatores que mediam as relações sociais entre os homens, estabelecendo características diversas em seu modo de vida. É possível observar que para os moradores da área em que se desenvolveram os estudos de Wagley e Galvão, o rio Amazonas assume importância decisiva em seu conjunto de relações materiais e imateriais, estabelecendo uma importante conexão com a natureza, como um elemento cultural presente na sua maneira de viver.

É possível auferir nessa descrição que, dadas as condições de mobilidade geográfica e demográfica, os grupos distantes da sede estabeleceram no espaço uma noção de território, que deve ser considerada de suma importância, sendo de onde também encontramos a relação existente com o universo místico dessas populações, amplamente influenciado pela *Hiléia* amazônica, através do processo de adaptação e das técnicas utilizadas para explorar esse ambiente, conforme destaca o estudo de Galvão.

As lendas da cobra-grande, do boto, da matinta-pereira, curupira, ou mesmo a crença em seres imateriais que interferem na vida cotidiana do caboclo, como a panema, encerram exatamente uma relação muito ligada às técnicas e formas de adaptação ao meio geográfico da região, seja ele florestal ou aquático, e, por isso mesmo “não podem ser postas de lado sob alegação que se trata de superstições ou de sobrevivências pagãs, porque são igualmente ativas e capazes de despertar atitudes emocionais e místicas [...]” (GALVÃO, 1976, p.66). Aí se inserem elementos materiais e imateriais, carregados de valor subjetivo para esses grupos, onde o simbólico acompanha a concepção material da existência.

Construída de modo singular, a religiosidade desses grupos incorpora também significados que a diferenciam da construção da territorialidade tomada do ponto de vista da apropriação utilitarista da terra, pois “as marcas da configuração espacial, do espaço apropriado tem significados cognitivos que ultrapassam o plano puramente material” (FURTADO, 1993a, p.248). Os comportamentos subsequentes dessa concepção são incorporados à vida prática das comunidades e seu significado vai além de sua própria configuração física e utilitarista: aqui o imaginário tem lugar não com características de superstição, isto é, não como um sentimento religioso ou baseado na ignorância e no temor que induzem o ser humano ao conhecimento de falsos deveres com um apego exagerado ou infundado a qualquer ser inanimado e animado, conforme destaca BEZERRA (1995), mas de valores que interferem na relação do homem com seu habitat, contribuindo para sua conservação. Os mitos assumem então essa função integradora, pois estabelecem “nexos entre a estrutura mental e prática das comunidades que conhecem e vivenciam o mito, tornando-o uma razão prática de atitudes do cotidiano da vida desses ribeirinhos [...]” (FURTADO, 2009, p.68).

De acordo com Furtado (1993b), o rio Amazonas se coloca, dentro dessas particularidades, como o grande mediador desse sistema integrado de trabalho e relações socioculturais, a partir das condições adversas do ambiente que regulam as atividades na

região, de maneira a influenciar na forma como os grupos interagem, adotando formas e maneiras de manejar o meio ambiente natural. Essas asserções apontam que, enquanto elemento da natureza, o rio provoca alterações no modo de vida dos grupos que estamos analisando, estabelecendo uma relação dialética, onde observamos uma naturalização e uma humanização entre a natureza e os grupos humanos.

Dentro desse olhar, é possível também compreender que essa relação deva ser bastante heterogênea. Dado que a região amazônica possui uma diversidade de ecossistemas onde habitam diferentes tipos de grupos sociais, onde a correspondência que existe entre os grupos humanos com a diversidade do meio natural é também diferenciada segundo as condições naturais do meio onde os grupos se situam, alterando diferenciadamente o conjunto de relações socioculturais imanentes a cada um desses espaços, conforme destaco um exemplo a seguir.

Notas Reflexivas

Retomando a proposta desse artigo, tentei sublinhar até aqui alguns aspectos do que pode ser chamando de *Ribeiridade*, destacando os elementos presentes no modo de vida dos povos ribeirinhos da Amazônia. Tomando como análise os elementos presentes nas obras dos autores referendados na bibliografia, tentei demonstrar as relações e particularidades que permeiam de maneira peculiar os espaços fluviais da Amazônia, na busca de explicitar o rio como o elemento presente e essencial nessa expressão cultural.

Por meio da observação e dentro de um exercício de interpretação antropológica, procurei demonstrar as formas simbólicas, a paisagem, algumas instituições e comportamentos, em cujos termos as pessoas se representam para si mesmas e para os outros dentro dessa expressão cultural. Para Geertz, significa analisar “uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas umas as outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas [...]” (GEERTZ, 1989, p.20), estabelecendo em seguida a interpretação pessoal do observador. Busquei, dentro dessa

premissa, observar e interpretar como se expressa a conexão dos moradores dessa comunidade com rio.

Esse perfil social é condicionado pelo comportamento que estabeleceram com a natureza, numa relação dialética, configurando o que alguns antropólogos contemporâneos chamam de *Etnicidades ecológicas*, ao sinalizar qualquer “grupo de pessoas que deriva seu sustento e sobrevivência (material e cultural) da negociação cotidiana com o meio ambiente imediato.” (COSTA, 2011, p.101). Nessa classificação, a natureza desponta como um agente portador de cultura, isto é, como elemento que é parte da cultura desses grupos, ativa ou passivamente, naturalizando-os e/ou humanizando-se pela sua presença, e sem o qual a essência particular das relações materiais e imateriais estabelecidas não existiria:

[...] as características peculiares que cada grupamento humano (país, comunidade, tribo ou cidade) desenvolve são formadas a partir das relações estabelecidas, seja com os outros homens da sua sociedade, seja com a terra, rio, mar, o alimento, as plantas e os animais, ou seja, com seu ambiente imediato e concreto (COSTA, 2011, p.103).

Para Sahlins (1966), essa relação dialética é também considerada uma relação de *reciprocidade*, pois configura uma relação em que há um permanente intercâmbio, um permanente dar e trocar entre a cultura e o meio ambiente, pois, ao mesmo tempo em que há uma humanização do meio ambiente, este impõe um limite ecológico; ao mesmo tempo em que os homens estabelecem tecnologias de adaptação ao meio, este governa o desenvolvimento das tecnologias e das populações. Em outras palavras:

a cultura determina o seu meio ambiente: pela natureza dos instrumentos que emprega, por sua orientação para determinado modo de sobrevivência, e por outros meios ainda, a cultura determina a importância das condições externas específicas; mas é também, por sua vez, determinada pelo seu meio ambiente: ela se adapta às condições externas importantes a fim de elevar ao máximo as possibilidades de vida (SAHLINS, 1966, p.101).

De acordo com Waldman (2006), os estudos antropológicos diagnosticaram a inviabilidade de compreender os povos tradicionais nas pesquisas correntes sem o entendimento dessa relação dialética e recíproca, excluindo a partir de então a perspectiva

que dissociava a relação mantida por estes grupos com o meio natural como espaço de vida. O aproveitamento dos recursos naturais estabelece diferentes modelos de entrosamento entre as culturas e o meio ambiente, constituído como espaço de referência e carregado de elementos simbólicos, onde

as populações do mundo tradicional, direcionando seu cotidiano de vida em função de determinados valores ante o meio natural, necessariamente induziram uma seleção cultural e/ou social dos elementos presentes no seu meio natural, neste imprimindo sua marca (WALDMAN, 2006, p.113).

A diversidade cultural não pode estar dissociada da diversidade biológica, visto que a configuração do conjunto de relações disponíveis no modo de vida dos grupos ribeirinhos que estudamos também depende dessa associação. Os moradores que habitam as margens dos rios também condicionam o seu comportamento seguindo essa relação dialética, na medida em que preenchem a natureza de sua cultura, ao mesmo tempo em que são naturalizados pelas influências que a natureza imprime nas suas relações sociais e de trabalho, no lazer, nas suas simbologias e no seu imaginário marcados pelo rio, na sua morfologia, nos ambientes habitáveis seguindo o movimento das inundações periódicas dos rios, etc. em todos esses elementos encontramos o diálogo presente nas marcas dessa configuração.

Essas considerações potencializam a perspectiva de futuros estudos sobre os tipos particulares de relação com o meio natural que guardam o modo de vida de grupos ribeirinhos situados em outras áreas da região amazônica, isto é, considerando que a Amazônia é uma região complexa e heterogênea, geológica, hídrica, climática, social, econômica e politicamente (BRACK EGG, 1996), onde se inserem as diferenças físicas, químicas, de solos, ecossistemas e a biodiversidade imanente. Estudar outros grupos implica considerar as características gerais e específicas do modo de vida em questão levando em consideração as influências naturais de diferentes espaços na organização do trabalho em geral e em seu conjunto de relações sociais, onde se revelam diferentes capacidades de adaptação e organização social ao ambiente amazônico. Desse modo,

analisar diferenças e semelhanças de maneira comparativa se constitui num estudo com amplas perspectivas antropológicas.

Como exemplo, cito minha experiência de pesquisa realizada em uma comunidade localizada às margens de um rio de água salgada, no litoral do estado do Pará, observei essas variações através da influência que a natureza exerce sobre o trabalho e sobre as relações sociais presentes no modo de vida dos seus moradores (RENTE NETO, 2011).

Os habitantes da comunidade de Pinheiro, localizada as margens do Rio Pinheiro, rio de água salgada localizado no Município de Curuçá, Microrregião do Salgado no Estado do Pará, possuem uma alimentação básica proveniente da agricultura da mandioca e da pesca e da *mariscagem*, termo usado pelos moradores locais para se referir à pesca dos produtos do mar, como do camarão, do caranguejo, da ostra e do mexilhão. A pesca na comunidade é realizada seguindo um ritmo diferente do observado na região do Baixo Amazonas: o trabalho é constante e há a regularidade dessa atividade durante todo o ano, o que permite observar diferenças e semelhanças entre as duas regiões.

Através da descrição de Wagley e Galvão, observamos que o que ocorre no Baixo Amazonas é que o ritmo de atividades oscila entre os dois períodos de movimentação das águas do rio Amazonas, isto é, entre as enchentes da estação chuvosa e a vazante do verão; assim sendo, as atividades econômicas são divididas por período. No litoral paraense, os pescadores não articulam tão estritamente a sua atividade em períodos, como no Baixo Amazonas. De acordo com Furtado (1987), o que ocorre no litoral é que nas “águas” de inverno do rio, de maior pressão de descarga do Amazonas, há uma tendência para afastar a água salgada do oceano Atlântico da costa do Pará, e, nessas imediações, as águas costeiras se tornam menos salgadas ou salobras. Os cardumes, que habitam a faixa costeira migram à procura das correntes características do seu habitat. No verão, o comportamento é inverso: a força da vazão sendo menor em relação à do inverno permite às águas oceânicas penetrarem mais facilmente na faixa litorânea do Pará e os cardumes voltam a povoar esse território. O comportamento dos pescadores é então condicionado por esse

regime de vazão do rio Amazonas, com a diferença que a sua atividade econômica é permanente; o que altera é que há apenas uma alternância de intensidade da atividade por local.

Em Pinheiro, os pescadores seguem um fluxo de maré diário. Na descrição dos pescadores, o movimento de enchente e vazante das águas do rio ocorre em um intervalo de seis em seis horas diários, existindo dois momentos intermediários entre eles: o primeiro começando quando completadas três horas de enchente, chamado *meia-maré*, quando o rio tem uma *parada* de alguns minutos, na qual as águas da enchente *tentam voltar*, encontrando-se com as que ainda estão enchendo; passados esses minutos, o rio continua enchendo por mais três horas, completando as seis horas de enchente, chamada de *preamar*. Na descida, o movimento é o mesmo: o rio vaza por três horas, tem a segunda *parada* e depois vaza por mais três horas, completando as seis horas de vazante.

De dez em dez dias, aproximadamente, o comportamento do rio muda: a correnteza do rio está mais calma, *sem carreira*, é a maré *morta*, e é melhor para a pescaria de linha, visto a água estar mais limpa, isto é, os sedimentos que acompanham a enchente do rio são trazidos pela pouca força exercida pela água; além disso, os peixes podem ser mais bem visualizados. Passados mais ou menos sete dias, a correnteza vai ficando mais forte e aumenta o volume de água do rio, chegando mais próxima das casas que estão na beira do rio: é a maré de *lanço*. Durante o *lanço*, a melhor pescaria é a de rede, visto a água estar mais *suja*, com mais sedimentos trazidos pela força da água e o peixe se torna mais difícil de ser visto na água.

Esses comportamentos de enchente e vazante, seja na maré *morta*, seja na maré de *lanço*, não impossibilitam os pescadores de realizar a sua atividade regularmente durante o ano. Como se pode perceber, não existem períodos de pesca como no rio Amazonas. A pesca é uma atividade que dura o ano todo e os pescadores exercem-na em Pinheiro conforme a necessidade do peixe na alimentação: durante a enchente do rio, durante a sua

vazão, tanto na maré *morta*, quanto na de *lanço*. A diferença é que no mês de julho há uma maior presença de algumas espécies de peixe, permitindo uma maior fartura na pesca.

Aqui é, portanto, possível observar que as duas comunidades, tanto Itá como Pinheiro, são distintas em termos de suas formas de relacionamento como o ambiente físico, “o que corresponde a diferentes modos de vida, que traduzem, por seu turno, diferentes adaptações dos agrupamentos humanos ao ambiente amazônico.” (FURTADO, 1987, p.27). Seguindo esse pensamento, podemos notar que a Amazônia é uma região heterogênea no que diz respeito às suas condições naturais e à distribuição desse potencial, auferindo que os diversos segmentos sociais existentes são resultantes da adaptação a esses respectivos ambientes e nele estabeleceram de modo particular a sua cultura, o seu modo de vida.

Todos esses fatores contribuem para determinar o ritmo e a natureza da atividade humana nas diversas áreas que compõem a região, como o Baixo Amazonas e a Microrregião do Salgado, estabelecendo atividades diversas e segundo as condições naturais, como o extrativismo, a coleta de produtos naturais, a pesca fluvial, a pesca marítima, a agricultura de várzea, de terra-firme, a mineração, o criatório de gado, etc., marcando “com maior ênfase a vida econômica dos segmentos rurais amazônicos, fazendo delas a base de sua subsistência.” (FURTADO, 1987, p.28)

Nesse sentido, podemos afirmar que, em Pinheiro, os moradores também articulam a sua vida material e social em conexão com o rio, isto é, mantém semelhantemente uma *ribeiridade* enquanto expressão do modo de vida dos habitantes das margens dos rios, todavia, seguindo um ritmo diferente do da comunidade Itá, o que poderíamos chamar, a partir das descrições acima, de uma *ribeiridade marítima*.

A semelhança que pode ser percebida entre as comunidades é no fato de que as duas comunidades possuem períodos equivalentes de maior e menor fartura na pesca e na agricultura, no inverno e no verão Amazônico. O inverno em Pinheiro é também um

período em que dá menos pescado, pois é o período de maior *descida* dos peixes, isto é, é o período em que os peixes migram para o oceano, sendo encontradas no rio poucas espécies de tainha (*Mugil cephalus*), bagre (*Liposarcus multiradiatus*) e pratinzeira (*Mugil curema*), espécies que são mais pescadas na comunidade. Também não é o período de fartura no roçado, cuja queimada só começa em novembro, para em seguida se plantar a mandioca no mês de dezembro. Só resta aos moradores pescar o que tem no rio e plantar outras culturas na comunidade que somente complementam a alimentação básica, composta essencialmente por peixe e farinha.

O verão, que vai aproximadamente de agosto a novembro, é um período de mais fartura. É quando a sardinha começa a aparecer no rio indicando que é o período de maior *subida* dos peixes, isto é, quando as espécies fazem o movimento inverso do inverno, migrando do oceano em direção aos igarapés e rios, por volta do mês de julho, período da pesca do bagre e da tainha.

Acredito que estas discussões fortalecem o estímulo a futuras pesquisas em outros ambientes que poderiam ainda ser pouco explorados e estudados na região Amazônica. Esses dados permitem futuramente o aprofundamento no tema, ao colocar em evidência um grupo especial que pode estar oculto nos estudos desenvolvidos nas várias partes que compõem essa região.

As referências sobre grupos de pescadores nas áreas litorâneas e, acredito, possivelmente, sobre os que estão localizados em outras áreas, aguçou minha curiosidade e cria a necessidade de realizar mais estudos etnográficos que estabeleçam observações mais aprofundadas e concisas sobre essa relação homem x natureza dentro da constituição identitária destacada, tanto para revisão da literatura pertinente, quanto para a ampliação dos dados empíricos existentes.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. 2005. "Interesse Global no Saber Local: A Geopolítica da Biodiversidade". In BELAS, Carla Arouca (Org.). *Saber Local/ Interesse Global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia Anais...* Belém, CESUPA; MPEG. pp. 17-27.
- ARENZ, Karl. 2000. *Filhos e filhas do beiradão: a formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia*. Santarém, Faculdade Integrada do Tapajós.
- BEZERRA, Ararê Marrocos. 1995. *Amazônia – lendas e mitos: Curuçá sua terra, sua gente*. Belém, BASA; CECAFAM.
- BRACK EGG, Antonio. 1996. "La Amazonia posible: recursos, problemas y posibilidades de una de las más intrigantes regiones del planeta". In PAVAN, Clodoaldo (Org.) *Uma estratégia latino – americana para a Amazônia*. São Paulo, Memorial, pp. 21-33.
- CANTO, Otávio do. 2007. *Várzea e varzeiros da Amazônia*. Belém, MPEG.
- CASTRO, Edna. 1997. "Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In CASTRO, Edna (Org.) *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém, CEJUP, NAEA, pp. 212-242.
- COSTA, Laura M. 2011. *Cultura é natureza: tribos urbanas e povos tradicionais*. Rio de Janeiro, Garamond.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. 1978. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo, Perspectiva.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. 1987. *Currallistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém, Museu Paraneze Emílio Goeldi.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. 1993a. "Reservas pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do médio amazonas". In FURTADO, Lourdes Gonçalves, LEITÃO, Wilma Marques e MELLO, Alex Fiuzza (Orgs.). *Povos da Águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém, Museu Paraneze Emílio Goeldi, pp. 243-276.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. 1993b. *Pescadores do rio amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. 2009. "Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental". In D'INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da

- (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. 2ª Edição. Belém, ICSA/UFPA; MPEG. pp.67-74.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves; MANESCHY, Cristina. 1999. *Gens de mer et contraintes sociales: les pêcheurs côtiers de l'état du Pará, nord du Brésil*. Trabalho inédito.
- GALVÃO, Eduardo. 1976. *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas*. São Paulo, Editora Nacional; Brasília, INL. (Coleção Brasileira, 284).
- GEERTZ, Clifford. 1989. "Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura". In GEERTZ, Clifford *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, pp. 13- 41.
- HIRAOKA, Mário. 1993. "Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha no estuário do Amazonas". In FURTADO, Lourdes Gonçalves, LEITÃO, Wilma Marques e MELLO, Alex Fiuzza (Orgs.). *Povos da Águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém, MPEG, pp.133-157.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. 1992. *Amazônia: estado, homem, natureza*. Belém, CEJUP (Coleção Amazoniana, 1).
- MAUSS, Marcel. [1904] 2003. "Ensaio sobre as Variações Sazonais da Sociedade Esquimó". In: Mauss, Marcel *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, pp. 425-505.
- MORAN, Emílio. 1990. *A Ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis, Vozes.
- MORAN, Emílio. 1994. *Adaptabilidade humana: uma introdução à Antropologia Ecológica*. São Paulo, EDUSP.
- RENTE NETO, F. J. S. 2011. "Ribeirinhos do Litoral: Um Estudo sobre a Ribeirinidade em Pinheiro, no Município de Curuçá – PA". In Anais do Seminário Internacional Múltiplos Olhares sobre a Zona Costeira de Países de Língua Portuguesa, Belém.
- SAHLINS, Marshall, 1966. "A cultura e o meio ambiente: o estudo de ecologia cultural". In TAX, Sol. *Panorama da antropologia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, pp. 100-110.
- SIMONIAN, Ligia T. L. 2005. "Saber local, biodiversidade e populações tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial". In BELAS, Carla Arouca (Org.). *Saber Local/ Interesse Global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia, Anais...* Belém, CESUPA; MPEG, pp. 59-93.
- WAGLEY, Charles. [1953] 1988. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3ª edição. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP (Reconquista do Brasil, 2ª série, v.136).

WALDMAN, Maurício. 2006. *Meio ambiente e antropologia*. São Paulo, SENAC.

GENTES DAS ÁGUAS: NOTAS SOBRE O MODO DE VIDA DE UM SEGMENTO AMAZÔNICO DO BAIXO TOCANTINS³⁵

Genisson Paes Chaves
paes.paesg@gmail.com

Lourdes Gonçalves Furtado
lourdes-furtado@hotmail.com

Denise Machado Cardoso
denise@ufpa.br

Introdução

Diversos são os aspectos atribuídos ao universo aquático. De morada de deuses e princesas encantadas, a lugares de perdição e habitados por monstros, ou mesmo espaços sagrados e de adoração e respeito, nota-se que o ambiente aquático historicamente foi sendo retratado pelas diferentes culturas de diversas sociedades desde tempos imemoriais, o que possibilita afirmar que a relação humana com o mundo das águas é milenar (LUCENA, 2007).

No que tange às diversas sociedades amazônicas que vivem às margens das águas escuras e barrentas de rios como o Amazonas, o Tocantins e o Tapajós, além de seus afluentes, dentre outros, é perceptível a existência de importantes exemplos que ilustram essa “relação milenar”, tecida por esses homens e mulheres, com seres deste e de outros mundos. Para tais sociedades o mundo das águas é o cenário construtor de sociabilidades e

³⁵Trabalho desenvolvido no marco do Grupo de Pesquisa Estudos de Populações Tradicionais Haliêuticas (EPHal), do Museu Paraense Emílio Goeldi.

de identidades, a via de comunicação entre o “continente”, ou seja, as cidades amazônicas, com outras ilhas e vilas e é a fonte inspiradora de histórias e mitos que ilustram o campo simbólico do rico imaginário social dos diferentes *Povos das águas*, das *gentes* que se reproduzem na Amazônia.

Algumas dessas sociedades, por exemplo, utilizam os perigos provocados pelas correntezas das águas como uma espécie de teste em que o(a) jovem amazônida, ao enfrentar a agitação das águas, com coragem e destemor, pode obter o *status* de pescador(a). É também por meio das águas que há séculos as populações nativas das *Amazônias* retiram grande parte da alimentação diária de que precisam para sua reprodução social, além de utilizá-la como referência geradora de histórias e mitos muitos importantes no dia a dia de tais modos de viver, pensar e agir.

Para muitas sociedades amazônicas o ambiente aquático, assim como a terra, representa vida e, por isso, exerce importante papel na reprodutibilidade social de grupos indígenas como rurais que vivem desde as mais remotas cercanias dos rios, lagos e igarapés às praias do litoral amazônico. Delas fluem os diversificados recursos, sobretudo os da pesca, de que os *povos das águas* lançam mão para a sobrevivência, ascensão social e para o abastecimento de centros populacionais com os quais mantêm contato intercultural direto. Nesse sentido, as águas guardam valores que extrapolam o plano material e que são responsáveis pela explicação de comportamentos culturais entre grupos indígenas e não indígenas cujo universo cosmológico é permeado pelas relações do grupo com o meio ambiente circunvizinho (FURTADO, 1990).

O presente estudo tem como objeto de análise o uso social e simbólico do ambiente aquático na sociedade ribeirinha de Igarapé Grande, na Ilha Saracá, situado na área insular do município de Limoeiro do Ajuru, no Nordeste Paraense. A partir de um estudo de caso, buscou-se compreender quais os exemplos que ilustram o uso social e simbólico do ambiente aquático no cotidiano local. Ressalta-se que este trabalho foi iniciado por uma longa experiência de vivência e de relações de parentesco de um dos autores com a citada

comunidade e por trabalhos posteriores sobre questões envolvendo a pesca e o extrativismo do açaí. Na pesquisa de campo utilizou-se de registros fotográficos, observação direta participante e de entrevistas semiestruturadas.

O contexto da pesquisa: o rio Igarapé Grande

Igarapé Grande (ver mapa 1) localiza-se na região do Saracá da Costa, na Ilha Saracá, no município de Limoeiro do Ajuru, no Nordeste Paraense. De acordo com a população local, a ilha Sacará se divide em três áreas principais comumente conhecidas por: *Saracá de Cima*, *Saracá de Baixo* e *Saracá da Costa*. A região denominada de Saracá da Costa compreende os rios Três Barracas, Igarapé-Grande, Caverna e Armândio; o Saracá de Baixo constitui-se pelos rios Paxiba, Cobra e Mata Fome e o Saracá de Cima pelo rio Gregório. Atualmente, nesta sociedade há aproximadamente 80 indivíduos que vivem em cerca de quinze moradias, construídas de madeira e geralmente cobertas por telhas de barro. O Rio Igarapé Grande possui características de várzea e é composto por estreitos furos e igarapés, sendo o principal, o rio que nomeia o local. Este tem aproximadamente trinta metros de largura e em tempos remotos chamava-se de Igarapé Carvalho.

A paisagem é marcada pela presença de açaizeiros (*Euterpe oleracea* Mart.), aningueiras (*Montrichardia linifera*), buritizeiros (*Mauritia flexuosa*), seringueiras (*Hevea brasiliensis*) dentre outras espécies vegetais. Em relação à economia, as principais atividades desenvolvidas são a pesca e a extração de açaí. E em menor proporção, mas não menos importante, a coleta do cacau. Há também destaque para a criação de galinhas, patos e porcos. No que se refere a serviços públicos, Igarapé Grande não dispõe de escolas, postos de saúde, água encanada e energia elétrica regular. Para estudar, a população que ali habita se dirige à escola localizada no rio Paxiba. Também utiliza a unidade de saúde localizada neste mesmo rio. A energia elétrica é obtida através de motor/gerador que geralmente funciona durante o período das dezoito horas às vinte e uma horas. Normalmente, o motor/gerador é também acionado um pouco antes do almoço para o beneficiamento do açaí (CHAVES, 2013; CHAVES *et. al.*, 2015). Atualmente, está em andamento uma ação

Igarapé Grande dispõe de pequenos comércios, alguns bares e no que se refere ao lazer, há um campo futebol. Há também o jogo de baralho, principalmente durante a tarde, em que a população fofoca e conversa sobre assuntos relacionados às telenovelas e aos acontecimentos das cidades e ilhas locais. Também é bastante comum o deslocamento da população para outras partes da ilha e de ilhas circunvizinhas a esta, em busca de festas e de torneios de futebol.



As múltiplas faces do ambiente aquático em Igarapé Grande

Povos das águas é o termo ideal para definir uma sociedade que tem como base de sua reprodutibilidade material e imaterial o ambiente aquático. Pois esta sociedade, assim como muitas outras da Amazônia, possui uma relação direta e cotidiana com os rios, furos e igarapés, elementos marcantes no modo de viver em questão. Abaixo são descritas algumas das múltiplas faces que o ambiente aquático possui para o grupo acima referido:

Para o transporte

Como outras sociedades que vivem *beiradiando*, ou seja, vivendo às margens das águas amazônicas, Igarapé Grande utiliza as vias aquáticas como os furos, igarapés e rios para a circulação diária de pessoas, mercadorias bens e serviços. Por meio dessas vias, esta sociedade se comunica com as demais comunidades da Ilha Saracá, com outras ilhas, vilas e com as cidades de Cametá, Limoeiro do Ajuru, Abaetetuba, a capital Belém. Nesse sentido, diariamente circulam embarcações de tamanhos variados para estes lugares onde a população comercializa o pescado, o açaí e o cacau coletados, e na busca de órgãos públicos e privados e de outros serviços disponibilizados pelas cidades.

Por tais vias, as pessoas também se dirigem aos pontos de pescaria e de extração e coleta de frutos e sementes, como o açaí, o cacau dentre outros; ou apenas vão à casa de um compadre para tomar café e saber das *coisas da cidade* e do mundo. Nesse sentido, a água é compreendida como território de comunicação que permite os contatos e as interações interculturais dessa sociedade com outras da Amazônia.

Para o lazer

Em Igarapé Grande, os corredores de água são também utilizados para o lazer, mediante brincadeiras, a saber: pega-pega; quem passa mais tempo no fundo d'água; quem chega primeiro na outra extremidade do igarapé; quem se submerge no rio e emerge mais longe; quem pega mais rápido terra no fundo do rio; quem acha o sabão que escorregou

das mãos e caiu na água e; onde as crianças ensaiam a vida adulta, “brincando” de capturar peixe com uma vara amarrada com uma linha em um pedaço de pau. Mesmo um simples passeio a “casco” (termo local para identificar canoa) dentro do igarapé pode fazer com que o dia fique mais agradável.

Para uso doméstico e tecnologias de “purificação” da água

Como não há água encanada em Igarapé Grande, a população utiliza a água do igarapé para o banho, o qual pode ocorrer no próprio igarapé ou em banheiros abastecidos através de baldes de plástico. Este mesmo sistema é usado para os afazeres domésticos, tais como lavar a roupa e preparar a comida, bem como para saciar a sede. Nesse caso, como a água do Igarapé Grande possui muito sedimento, e por isso assume uma coloração marrom, os moradores utilizam um pano de algodão para coá-la (filtrar) dentro de recipientes de plástico em que a água fica armazenada. Posteriormente, armazenam a água em garrafas do tipo pet e colocam-na em geladeiras ou frízeres ou mesmo diretamente em potes de barro para o próprio consumo.

Em relação às pessoas que possuem caixa d’água, a água obtida é bombeada através de canos posicionados próximos às escadarias que dão acesso às casas e que transportam a água do rio para as caixas situadas às proximidades da habitação. Normalmente, os moradores colocam um pedaço de algodão na *boca* da torneira e nela o amarram com um pedaço de pano, no intuito de coá-la. Essa técnica faz com que as impurezas visíveis fiquem retidas no algodão, o que melhora o aspecto da água e a torna, segundo os moradores, “*propícia ao consumo*”.

Outra técnica utilizada por esta população consiste em deixar a água armazenada em recipientes de plásticos ou em panelas em repouso durante algum tempo. Isso faz com que as impurezas visíveis fiquem armazenadas no fundo do recipiente, o que facilitará a retirada da água “limpa” que é despejada em outro recipiente e propícia ao uso doméstico e descarte das impurezas armazenadas no fundo do vasilhame.

Na reflexão local

Outro aspecto do uso da água observado na citada sociedade, foi sua utilização no processo de introspecção. Essa situação ocorre quando algum morador fica admirando sua própria imagem refletida na água. Os moradores acreditam que esse processo ajuda na reflexão sobre si mesmos, sobre os problemas da ilha, o futuro da família, o resultado de uma pescaria ou de como será o dia de amanhã, pois “*olhar a água é olhar o interior de si mesmo*”. Nesse sentido, a água é percebida como moderadora de comunicação do indivíduo com o seu eu interior.

Água de inverno e água de verão

No inverno e no verão a água assume diferentes faces. “Ambos têm uma dinâmica relativamente diferenciada entre si, isto é, a morfologia social local apresenta sinais característicos dessa sazonalidade, ou da diferença de estações na Amazônia, recorrentes em áreas que partilham de situação análoga” (CHAVES e FURTADO, 2014, p. 1). Durante o inverno, por exemplo, período correspondente aos meses de janeiro a junho, ocorre um fenômeno natural denominado de *lançante*. A *lançante* ocorre quando a incidência de chuva eleva o nível da maré e faz com que a água invada a terra, muitas vezes chegando a invadir casas de baixa estatura. Portanto, nessa época do ano as águas são consideradas pelos moradores de Igarapé Grande como perigosas, pois tornam a vida um pouco mais difícil, na medida em que a maré alta e as chuvas fortes, muitas vezes, impedem o deslocamento de pessoas para pontos de extração de açaí e de pescaria. Tudo fica mais perigoso, já que a “*água grande*” atrai bichos, tais como cobras, “baratas do fundo”, aranhas dentre outros, para perto das casas e das árvores circunvizinhas a esta.

O período é ilustrado no relato de uma moradora que informa que “*as pessoas ficam sem poder trabalhar, adquirir certas coisas (fazer compras, por exemplo), ir pro mato (local de extração de açaí e de cacau), é feio*”. Ressalta que “*por causa da chuva e da água, é perigoso, uma vez que o inverno e as chuvas concentram muita cobra*”, pois a *lançante* contribui para que as cobras passem a viver nos galhos de árvores, galinheiros, dentre

outros, situados próximos às residências e aos locais de extração de açaí. Outro problema que contribui para esta visão refere-se ao fato de que os objetos que caem no chão, são levados quando a maré sobe e “*leva tudo*”, afirma a referida moradora. Esta moradora informa também que “*no inverno não há fartura*”, a vida fica mais difícil, já que a pesca é proibida devido o período do defeso – época de reprodução dos peixes. No verão, a moradora esclarece, “*tudo é bonito, é limpo, é farto*” a vida melhora consideravelmente, pois não há lançante e é também a época da safra do açaí.

O campo simbólico: a água no imaginário social local

Para muitas sociedades amazônicas os rios, igarapés e furos “são locais, habitados por seres naturais e sobrenaturais benéficos que, quando desrespeitados, podem trazer destruição e desgraça” (DIEGUES, 2005, p. 1). Essa visão diferenciada faz com que essas sociedades, de modo geral, atribuam “valores às águas que são distintos daqueles utilizados pelas sociedades urbano-industriais” (DIEGUES, 2005, p. 1). Nesse sentido, o cotidiano ligado ao mundo das águas é recheado de experiências com “seres fantásticos” (MORAES, 2007).

A mitologia é uma questão muito importante do ponto de vista antropológico, pois é fruto do espírito humano e ajuda a reconstituir a memória de um povo em particular, já que diz respeito a um conhecimento transmitido de geração em geração e que tem uma aplicabilidade prática para cada grupo social, dentro do seu próprio contexto. Dessa forma, longe de associarem-se a acontecimentos banais, adquirem existência própria na medida em que dão significados à vida, aos acontecimentos e aos castigos, pois fazem parte de uma rica teia de conhecimentos que são construídos, condensados e metamorfoseados na práxis do cotidiano dessas sociedades (MORAES, 2007). *O Fogo do Mar*, *O Boto* e *a Pata do Igarapé da Pata* são alguns dos principais exemplos da cosmologia que norteia o imaginário social em Igarapé Grande. Abaixo são sintetizados esses exemplos:

a) **O Fogo do Mar:** O Fogo do Mar é retratado pelos moradores de Igarapé Grande como uma bola de fogo que anda por sobre as águas do Rio Tocantins, aparecendo sempre à

noite. Os moradores acreditam se tratar de uma alma penada de alguém que *“fez o que não devia”* – possivelmente uma pessoa que teria desrespeitado os mais velhos, por meio de palavras ofensivas ou mesmo pelo uso de violência física – e por isso, foi condenada a vagar pelas águas do rio sob a forma de uma bola de fogo.

Outra possibilidade refere-se a uma morte por afogamento depois que determinado indivíduo contrariou as ordens dos pais que o aconselharam a não se aproximar do rio. O desrespeito deste indivíduo perante as ordens de seus pais ou de algum outro responsável, fez com que o mesmo, depois de morto, se tornasse uma bola de fogo que vive a vagar pelo mundo das águas até o momento em que será salvo, o que, na visão de um morador, depende da vontade Divina. Os moradores também acreditam que caso alguém toque com as mãos o Fogo do Mar, poderá libertar essa alma de sua sina e em troca, será recompensado com muitas moedas de ouro. Contudo, não há relato que afirme que tal façanha tenha ocorrido, pelo menos com a sociedade em questão.

b) O Boto: O Boto é uma crença presente em muitas sociedades da Amazônia. A maioria dessas narrativas descreve-o como um animal que se metamorfoseia em ser humano, geralmente um homem de aparência bonita e que frequenta as festas, encantando e seduzindo as caboclas das mais ermas sociedades amazônicas. Nesse sentido, o boto – um ser ambíguo – forjado a partir do “encontro” da cultura com a natureza, está ora como animal, no campo da natureza, ora como homem, no campo da cultura (nota-se que não há conflito entre esses dois conceitos que são muito caros para o pensamento antropológico). Para a sociedade amazônica de Igarapé Grande o boto é considerado um ser ruim, pois como afirma um morador: *“um bicho que se transforma em gente não deve ser coisa boa”*, por isso, é preciso manter certo cuidado com este animal.

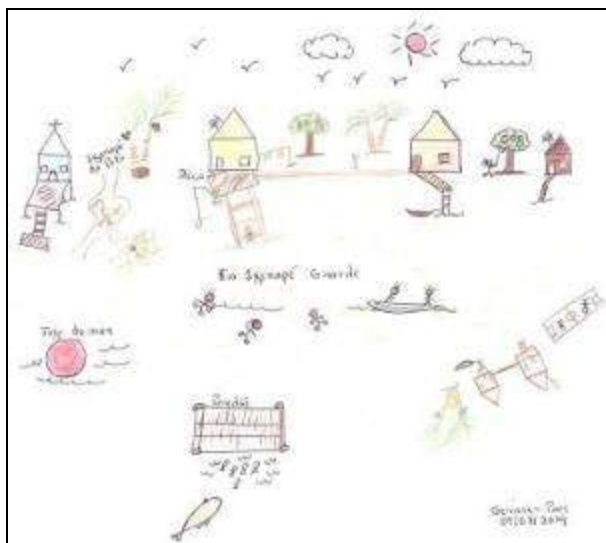
Outro aspecto percebido em relação ao boto, diz respeito a um tipo de *“contratoassinado”* entre este animal (aqui apenas no campo da natureza, já que neste caso o boto não se transfigura em ser humano) e o ser humano. Essa relação ganha sentido a partir do momento em que determinado pescador constrói um tipo de armadilha de pesca

denominada de “*paredão*”. Os paredões ou “currais são armadilhas de pesca colocadas em locais estratégicos que devam favorecer a entrada dos peixes. Podem ser grandes ou pequenos e sempre são posicionados em direção à correnteza da maré. Sua colocação pode ser na orla praiana, litorânea ou ‘mar-de-fora’” (NERY, 1995).

Para que por meio dessa armadilha haja uma boa pescaria, o dono do “paredão” pede para que os botos empurrem peixes para o interior da armadilha. Em contrapartida, o pescador se compromete a sempre entregar aos botos alguns dos peixes capturados. Os peixes destinados ao boto não podem ser de má qualidade, mas sim, os mais bonitos. A entrega ao boto de peixes estragados ou que contenha muita espinha, implicará na quebra desse “acordo” e poderá fazer com que o boto não mais empurre peixes para a armadilha ou mesmo os espante. Em último caso, o animal, “*se o animal se sentir ofendido*”, pode até quebrar a armadilha, o que já ocorreu segundo alguns moradores.

c) **A Pata do Igarapé:** A Pata do Igarapé é um ser que, segundo os moradores, aparece na forma de uma pata em um igarapé que ficou conhecido por sua lenda. Para muitos é um ser que não faz mal a ninguém, mas que precisa ser respeitado (não perturbado). Acredita-se que a pata, assim como o Fogo do Mar, seja uma alma penada que veio a este mundo pagar sua penitência. Atualmente, tanto esta como aquele, não são mais vistos pelos moradores do local. A esse respeito é válido questionar se já chegou a hora de estes seres se libertarem deste mundo depois de terem pagado suas respectivas penitências. Será?

Desenho1: Alguns dos aspectos sociais do ambiente aquático no Rio Igarapé Grande:



Desenho: Genisson Chaves, 2014.

Conclusões

Por viver em meio a um mundo cercado pelas águas, a sociedade de Igarapé Grande cria e recria significados sobre esse universo sociocultural. Nesse sentido, as histórias e os mitos criados, não são narrações bobas ou destituídas de significado, mas dão sentido e justificam a própria vida. Elas retratam a visão de mundo que estes “filósofos” têm sobre si mesmos. A esse respeito Lévi-Strauss (1978) diz que as pessoas são movidas “por uma necessidade ou um desejo de compreender o mundo que os envolve, a sua natureza e a sociedade em que vivem. Por outro lado, para atingirem este objetivo, agem por meios intelectuais, exatamente como faz um filósofo ou até, em certa medida, como pode fazer e fará um cientista” (Lévi-Strauss, 1978, p. 26). É dentro dessa linha que a sociedade aqui estudada se encaixa.

Nesse sentido, as representações criadas a partir das (es)histórias aqui apresentadas, ensinam e permitem lembrar que valores como o respeito e o amor ao próximo, hoje em dia tão frágeis, precisam ser retomados. O Fogo do Mar é um desses exemplos que possibilita refletir sobre esses valores hoje perdidos. Portanto, os mitos e as histórias locais estão dentro do campo simbólico, inseridos no contexto social. Representam o patrimônio cultural, material e imaterial muito valorizado pela Unesco e pelo Iphan e que em muitos contextos sociais de hoje vão aos poucos se perdendo. São maneiras de ver e perceber o

mundo através das *gentes* da Amazônia que traçam suas formas de entender e de viver o mundo do qual fazem parte.

Dessa forma e compartilhando o pensamento de FURTADO (2009), deseja-se que este estudo de caso sirva de base para subsidiar políticas públicas que levem em consideração a diversidade sociocultural e adaptativa, o patrimônio cultural imaterial de populações tradicionais e que os valores da sociedade em questão e das sociedades amazônicas das águas, de modo geral, sejam levados em consideração como indicadores de conhecimento, para que os benefícios da modernidade sejam socializados por todos os grupos e não para alguns setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

- CHAVES, G. P.; FURTADO, L. G. 2014. "Tempo, trabalho e natureza em uma comunidade haliêutica da região do Baixo Tocantins (PA)". In 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal. Disponível em http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401994365_ARQUIVO_Poster_A_BA.pdf Acesso em: 26/03/2017.
- CHAVES, G. P. 2013. *Açaí na mesa: o circuito produtivo do açaí em uma comunidade da Ilha Saracá(PA)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará.
- CHAVES, G. P. et. al. 2015. "A importância sociocultural do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) na Amazônia brasileira". *Andalucía. Contribuciones a las Ciencias Sociales*, vol. 29, p.1-11, disponível em <http://www.eumed.net/rev/cccss/2015/03/azai.html>. Acesso em: 28/03/2017.
- DIEGUES, A. C. Aspectos Sócio-Culturais e Políticos do uso da água. In Plano Nacional de Recursos Hídricos – MMA:São Paulo, NUPAUB, USP, 2005.
- FURTADO, L. G. 2009. "Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental". In D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Org.). *Amazônia e a crise da modernização*. Belém, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPa)/Museu Paraense Emílio Goeldi: pp. 65-72.
- FURTADO, L. G. 1990. "Apresentação". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Antropologia, vol. 6, nº 1, pp. 3.

LÉVI-STRAUSS, C. 1978. *Mito e Significado*. Lisboa, Edições 70.

LUCENA, I., 2007. “Apresentação”. In MORAES, Sérgio Cardoso de. *Uma Arqueologia dos Saberes da Pesca: Amazônia e Nordeste*. Belém, EDUFPA. pp. 9-10.

MAPA DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU. Disponível em: http://mapstore.eco.br/image/data/mapas/geologia/geodominios/municipios/br_mapa_dos_geodominios_do_municipio_de_limoeiro_do_ajuru_para_a2.jpg. Acesso em 30/01/2015.

MORAES, S. C. 2007. *Uma Arqueologia dos Saberes da Pesca: Amazônia e Nordeste*. Belém, EDUFPA.

NERY, A. C. 1995. “Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia – Zona do Salgado – Pará”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia*, Belém, vol. 11, n. 2, pp. 199-293.

O PAPEL DA MULHER NA COLETA E COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ

Luenice Martins Reis
l.uhreis@hotmail.com

Introdução

Ao analisar a literatura que se refere ao estudo de mulheres trabalhadoras rurais, observa-se que, geralmente, esse trabalho é invisibilizado. Mesmo quando elas estão presente em uma esfera que não lhe é atribuída, ou seja, considerada predominantemente masculina, elas ainda sofrem restrições, pois o modelo de produção ainda é dominado pelo masculino.

O presente estudo descreve e analisa qual o papel da mulher na coleta e comercialização do açaí (*Euterpe oleracea Mart.*). A pesquisa foi realizada na comunidade Nova Jerusalém, Alto Rio Atua, localizado ao leste do município de Muaná, zona fisiográfica do Marajó, estado do Pará. A produção do fruto do açaizeiro é uma das atividades mais importantes na comunidade, é nesse contexto que é analisado o papel da mulher, atentando para o seu trabalho direto na coleta do fruto e sua comercialização.

Fazer um estudo sobre mulheres implica analisar sua relação com os outros atores sociais da comunidade em que estão inseridas. Portanto, para isso, a pesquisa enfatiza o trabalho da mulher no extrativismo do açaí, considerando, também, a participação dos outros membros da família nesse contexto.

A metodologia adotada consistiu no levantamento de referencial teórico acerca dos estudos sobre mulheres rurais em diferentes atividades econômicas. Foram eles Wagley (1977) Alencar (1993) e Motta-Maués (1993), considerando a importância de focar na análise dos papéis sociais das mulheres. Foram feitas, ainda, consultas de trabalhos

realizados sobre a região da pesquisa, Brabo (1979) e Ferrão (2006) e de outros trabalhos que observaram a realidade de comunidades na Amazônia como Chaves (2013) e Sales (2012). contei ainda com os relatos de meu pai sobre a dinâmica da produção de açaí na região e sobre a relação do município de Abaetetuba com o Atuaí, em termos de comercialização do produto.

Outra etapa da pesquisa se deu por meio da observação direta e do uso de entrevista feita com as mulheres da comunidade Nova Jerusalém, Marajó. A realização das entrevistas ocorreu informalmente, com perguntas relacionadas ao cotidiano das mulheres, por exemplo, quais as atividades que elas fazem dentro de casa, quem as ajuda, quais atividades elas fazem fora de casa, se apanham açaí, se ajudam o marido na roça, se participam do processo econômico da produção do açaí e como participam, onde coletam o açaí, se vão sozinhas ou acompanhadas, e de quem?

Por fim, no momento da preparação do texto, contei com as anotações feitas no diário de campo (MALINOWSKI, 1976), interligando tais dados com a teoria antropológica sobre o tema.

O açaí e a comunidade

O extrativismo do açaí é o principal recurso utilizado para o consumo e comercialização na comunidade Nova Jerusalém. A importância se dá pela relação direta de comercialização que estabelece com os municípios de Muaná e Abaetetuba.

Apesar de o fruto já estar presente na economia local há tempos, ainda mais por ser parte principal da alimentação dos ribeirinhos, a demanda do açaí aumentou, nessa região, a partir do surgimento de fábricas de beneficiamento do fruto e o processo de industrialização, nos municípios de Muaná e Abaetetuba. A intensificação do comércio de açaí alterou, também, o uso que se fazia das palmeiras com o objetivo de produzir palmito (*Euterpe edulis*), que caiu bastante, pois o fruto da palmeira, e não o "miolo", passou a ser mais valorizado economicamente.

Com o aumento da produção do açaí na comunidade, verificou-se a mudança na dieta alimentar da família, o que antes era apenas o peixe com açaí, consumido como bebida, juntamente com a farinha de mandioca (*Manihotesculenta Crantz*), agora, com a renda gerada pela venda do açaí, eles já têm acesso a outro tipo de alimentação, como carne, frango, legumes e verduras, vendidos por moradores da própria comunidade.

Outro benefício trazido pela comercialização do açaí foi a possibilidade de compra de motores de energia elétrica, motores para a rabeta – canoa feita de madeira, sem cobertura, a motor – antenas parabólicas, antenas para telefones celular e a melhoria das casas. Hoje se pode ver a qualidade das casas feitas de madeira e, algumas, já são feitas de alvenaria.

No período da safra do açaí, quando a produção do fruto é maior, que vai do mês de Janeiro ao mês de Junho, a dinâmica comercial se dá por arrendamento da terra, onde o rendeiro, tirador de açaí, faz a coleta do fruto nas terras do arrendatário, que é o proprietário local. O tirador recebe a terça parte de tudo que coletou e leva o restante para o “patrão” que lhe arrendou a terra.

Os tiradores de açaí saem de suas casas e vão para dentro das matas da região do rio Atua em busca dos frutos. O terreno da coleta pode ser nos açais dos proprietários de terra ou nos de sua propriedade, quando possuem. Nessas ocasiões, quando têm que permanecer nos locais de coleta durante a safra, constroem o que eles chamam de “tapirí” – pequenos abrigos feitos com vara de açazeiro e cobertos de palha (folhas de árvores da região). Atualmente, já se podem encontrar construções de alvenaria feitas por um dos proprietários de terra da região, evidenciando a mudança do tradicional para o moderno. Esses tiradores passam a semana dentro das matas, tirando açaí e voltam para suas casas nos finais de semana, quando normalmente participam dos cultos religiosos e outros vão para as festas que acontecem em suas comunidades.

Nessa dinâmica da produção do açaí, encontramos a participação dos diversos atores. Homens, mulheres e crianças participam dos processos de produção do açaí, cada um atuando de acordo com as atribuições estabelecidas pelo grupo.

As crianças, meninas, se dedicam à debulha, ato de retirar o fruto dos cachos, e aquelas que coletam os cachos, o fazem em poucas quantidades, no terreno próximo a casa e para o consumo da família; essa é, também, a prática de algumas das mulheres. Os meninos participam da coleta, da debulha e acompanham os homens e as mulheres no mato, inclusive na comercialização do fruto. Os homens são os que coletam em grandes quantidades e percorrem lugares mais longes, seja caminhando ou de canoa, debulham e fazem a comercialização.

As mulheres, desde crianças, são socializadas no espaço privado, na casa, e os homens, no espaço público/político. Se tratando do trabalho no extrativismo do açaí, observou-se que das doze mulheres entrevistadas, duas não realizam o trabalho de subir no açaizeiro, elas exercem, na maioria das vezes, o trabalho de suporte, acompanhando e ajudando o esposo ou filhos homens, na debulha. Segundo Alencar (1993) as atividades de suporte que as mulheres fazem são consideradas menos importantes comparadas as que os homens fazem, pois estão voltadas para a produção e geram renda.

Existem as mulheres que saem para coletar o açaí, sobem nos açaizeiros. Essas vão apenas quando o homem não está para fazer. Em Chaves (2013), podemos observar que na comunidade estudada pelo autor *“as mulheres que coletam açaí vão porque não há outra pessoa que possa realizar esse trabalho, há casos em que o marido está passando por problemas de saúde”* (CHAVES, 2013, p.32).

Há casos, também, de mulheres que apanham o açaí tanto para o consumo como para a comercialização. Quando essas mulheres saem para apanhar açaí elas, geralmente, não vão sozinhas, estão sempre na companhia do esposo ou filhos. Toda a comercialização quem faz é o homem, as mulheres não participam diretamente dessa parte da produção,

nem quando o açaí é coletado por elas. Muito raramente, apenas quando o esposo não está, elas entregam o açaí no porto da sua casa para o marreteiro e recebem o dinheiro. Elas só levam o açaí no barco que faz o frete para Abaetetuba ou Muaná, quando acompanhadas de um filho homem ou do marido. Percebemos que elas só se inserem nessa esfera da cadeia produtiva quando o homem não pode fazer. Segundo Wagley (1977) as mulheres só se prestam aos serviços dos homens quando estes estão doentes.

Considerações Finais

A pesquisa desenvolvida na comunidade proporcionou a aproximação a uma realidade que muitas vezes é desconhecida, mesmo para quem se considera familiarizado com o lugar, com o cotidiano e com as práticas. Analisamos o contexto de produção do açaí no local da pesquisa, levando em consideração a atuação dos vários atores sociais que fazem parte da coleta do fruto, mostrando as etapas e a maneira como o trabalho é executado por eles.

O objetivo foi analisar a participação da mulher, inserida no extrativismo do açaí que é uma das atividades econômica mais relevante do lugar e ainda, considerada como predominantemente masculina. A pesquisa procurou analisar o trabalho da mulher que apanha açaí considerando as suas especificidades. Por isso foi importante destacar em que situações a mulher está inserida na coleta do açaí e qual o espaço que lhe é atribuído nessa esfera.

Percebemos que existem mulheres que apanham açaí somente para o consumo doméstico, no terreno da casa. Outras que apanham o fruto para a comercialização, mas que não participam do momento da comercialização e, ainda, as que participam desta etapa somente quando o homem não pode fazer.

Com isso podemos concluir que apesar de a mulher estar inserida na atividade produtiva do açaí, ela ainda sofre restrições nesse espaço onde é mais valorizado o trabalho do homem, por ser considerado um trabalho que cabe a ele fazer e quando uma mulher é

vista fazendo é vista pelos outros membros da comunidade como “coitada”, “necessitada” ou que “quer dar uma de homem”. Em um momento da observação uma mulher relatou em uma conversa informal que uma das mulheres que trabalha na apanhação de açaí e na extração do palmito está com o corpo todo musculoso por fazer essas atividades, e isso foi visto como algo negativo.

Através dessa realidade podemos pensar a respeito do papel e do espaço que é atribuído às mulheres no âmbito das atividades comerciais exercidas por elas, na falta de importância dada ao seu trabalho em casa e fora de casa, nos preconceitos causados e na invisibilidade com que ainda é tratada nas atividades por elas exercidas.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Edna Ferreira. 1993. “Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras”. In FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma Marques & MELLO, Alex fiúza de (Orgs.). *Povo das águas – realidade e perspectiva na Amazônia*, Belém, MPEG, pp. 63-81.
- BRABO, Maria José Carvalho. 1979. *Os roceiros de Muaná*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi (Publicações Avulsas, 32).
- CHAVES, Genisson Paes. 2013. *Açaí Na Mesa: O Circuito Produtivo do Açaí em uma Comunidade da Ilha Saracá (PA)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Belém, Universidade Federal do Pará.
- FERRÃO, Euzalina da Silva. 2006. *Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais do alto rio Atua na ilha de Marajó: exame de uma experiência*. Belém, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará.
- MALINOWSKI, Bronislaw. [1922] 1976. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Editora Abril Cultural.
- MOTTA-MAUÊS, Maria Angélica. 1993. “*Trabalhadeiras*” & “*Camarados*”: *Relações de Gênero, Simbolismo e Ritualização numa comunidade Amazônica*. Belém, UFPA.
- SALES, Sammy Silva. 2012. *Os Monteiro do Rio Preto: estudo de uma unidade familiar camponesa entre os chamados “Tiradores de Açaí”*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Belém, Universidade Federal do Pará.

WAGLEY, Charles. [1953] 1977. *Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*, Tradução Clotilde de Souza Costa. 2ª edição. São Paulo, Editora Nacional (Coleção Brasileira, 290).

IMAGENS QUE RETRATAM HISTÓRIAS: UMA ETNOGRAFIA SOBRE FOTOGRAFIAS E RECORDAÇÕES DE UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA

Euniani Aparecida dos Santos Ramos
eunianeramos@hotmail.com

Introdução

Há sete décadas a cidade amazônica de Gurupá (PA) recebeu a visita de Charles Wagley, grande antropólogo estadunidense, que veio pela primeira vez a cidade de Gurupá no ano de 1942, durante uma viagem de estudos que antecedeu o planejamento do serviço de saúde pública no Brasil.

Visitei, pela primeira vez, a pequena cidade de Itá, em 1942, durante uma viagem de estudos que antecedeu o planejamento do Serviço de Saúde Pública do SESP no Vale Amazônico. Foi nessa lenta viagem de lancha, descendo o rio Amazonas, na companhia de meu jovem assistente e companheiro, Cleo Braga, que, pela primeira vez, tive consciência da riqueza da cultura e da necessidade de um estudo da vida do homem da Amazônia. [...] E a aldeia de Itá pareceu-me ser o local ideal para um estudo dessa natureza (WAGLEY, 1988, p.20).

Entre os anos de 1943 e 1945, com um posto de saúde montado pelo SESP no município de Gurupá, Wagley acompanhou os acontecimentos da localidade através de relatórios médicos e reuniu inúmeras informações sobre a cidade. Em 1945, estive em Gurupá na companhia de Edward Cattete Pinheiro, médico sanitарista, nativo de Monte Alegre e Dalcídio Jurandir, grande romancista brasileiro, escritor dos textos do programa SESP, e que vivera, na sua mocidade, em Gurupá, o que proporcionou a Wagley maior conhecimento da região.

Acompanhando de perto a vida dos moradores de Gurupá, diretamente ou através dos relatórios do SESP, Wagley retornaria à cidade que apelidou de *Itá* para elaborar um estudo de grande importância para a Antropologia Social, materializado no livro *Amazon Town: A study of man in the tropics*, que nas palavras do próprio autor,

[...] baseia-se, sobretudo, em dados colhidos de junho a setembro de 1948, durante um estudo da Amazônia realizado pela Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas, para o Instituto da Hiléia Amazônica. Durante esses meses de pesquisa e residência em Itá, contei com a colaboração de Eduardo e Clara Galvão e de minha esposa, Cecília Roxo Wagley, que também me acompanhou a Itá em 1942 (WAGLEY, 1988, p.21).

Além da obra acima referida, Wagley, juntamente com o antropólogo brasileiro Eduardo Galvão, elaborou outros estudos que tinham como pauta a vida amazônica. Uma dessas parcerias resultou na obra de autoria de Eduardo Galvão, *Santos e Visagens: um estudo de vida religiosa de Itá*, que foi sua tese de doutorado defendida em 1951 na Universidade de Columbia, em Nova Iorque.

O presente artigo teve como base a pesquisa realizada no âmbito do projeto coordenado pelo professor Richard Pace, do qual fiz parte e que resultou em meu Trabalho de Conclusão de Curso (RAMOS, 2014). Pace foi aluno de Wagley e se tornou grande pesquisador das obras antropológicas de seu mestre, escrevendo e pesquisando diretamente em Gurupá. As pesquisas de Richard Pace no município de Gurupá, entre outros objetivos, procuraram analisar as fotografias feitas por Wagley durante suas pesquisas, nos anos 1940, tentando identificar pessoas e lugares que compõem o acervo fotográfico deixado por Wagley.

Área e objeto da pesquisa de Charles Wagley

O município de Gurupá localiza-se na meso-região do Marajó, estado do Pará, limitando-se com os municípios de Porto de Moz, Almeirim, Afuá, Breves, Portel, Melgaço e com o estado do Amapá. Ainda hoje, sua principal via de acesso se dá por via fluvial.

Navios, barcos e balsas são importantes meios de locomoção entre Gurupá e as demais regiões, e também entre a sede e localidades da área rural do município.

O homem amazônico sempre foi um assunto de grande interesse para vários estudiosos das ciências humanas, e para Charles Wagley não foi diferente. Desde quando começou a ter os primeiros contatos com as pessoas desta região e conheceu alguns hábitos da comunidade em destaque, iniciou uma grande saga visando a revelar para o mundo o modo de vida e tudo aquilo que rodeia o homem amazônico. Neste sentido, cabe ressaltar a importância de Charles Wagley e sua obra “*Uma comunidade amazônica*” como suporte para o aprendizado de uma antropologia aplicada tendo como base o entendimento da cultura local.

Charles Wagley chegou ao Brasil no final dos anos 1930, para estudar grupos indígenas, com uma bolsa de pós-doutorado e ajuda financeira da fundação Rockefeller. Mais especificamente, fora indicado para atender ao pedido da vinda de especialistas para o Brasil para o Museu Nacional na gestão de Heloísa Alberto Torres. Esta, mais tarde, se tornaria sua grande amiga.

Inspirado pelo interesse de Ralf Linton em estudos sobre aculturação, procurou estudar grupos que estavam passando por transformações. Nesse sentido Wagley iniciou seu primeiro estudo etnográfico no Brasil entre os índios Tapirapé. A partir daí o pesquisador desencadeou uma série de outros estudos, como o que realizou entre os índios Tenetehara. Ele também se dedicou aos estudos dos “*problemas do Brasil moderno*” (WAGLEY, 1988), deixando importantes contribuições acerca de diferentes temas como questões raciais, classes sociais, entre outros.

Em 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o Brasil ganharia um importante papel com o fornecimento de matérias primas para suprir as necessidades dos EUA, então na guerra. Nesse momento, Charles Wagley foi recrutado para contribuir com a melhoria da saúde dos trabalhadores rurais visando assim garantir o aumento da extração

de recursos gomíferos. Em seguida, Wagley tornou-se membro do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP e, em função desse trabalho, retornaria ao município de Gurupá. Em 1948 Charles Wagley voltou a Gurupá, desta vez acompanhado de Eduardo Galvão e de suas respectivas esposas, Cecília Wagley e Clara Galvão. Nesta ocasião, realizaram seus estudos antropológicos no âmbito do projeto da Unesco Instituto Internacional da Hileia Amazônica, e destas pesquisas resultaram as obras “*Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*” de autoria de Charles Wagley e “*Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*”, de Eduardo Galvão.

A década de 1940, época da pesquisa desenvolvida por Wagley, revela Gurupá em um momento de decadência após o declínio da economia da borracha. É nesse contexto que Wagley realiza seus estudos, apresentando as características físicas, sociais e culturais dessa comunidade amazônica. Mesmo com o fim da produção intensiva, o extrativismo da borracha continuava sendo a atividade principal dos moradores de Gurupá. E também eram colhidas sementes, como ucuuba, entre outros produtos florestais para a exportação que fizeram grande participação para a economia local. Ainda hoje os produtos de importância comercial no município são relacionados à exportação do pescado e da extração do açaí *in natura*.

A obra de Charles Wagley ressalta, em detalhes vívidos, os costumes e os modos de vida da comunidade em estudo, com preocupações nos estudos de parentesco, organização social e cultural, demonstrando de forma minuciosa a organização da comunidade. Essas características de seu trabalho foram fundamentais para uma mudança no cenário da antropologia brasileira, sendo um dos autores que incluíram no feixe de preocupações da disciplina, naquele momento com características descritivas das especificidades culturais ou biológicas de populações indígenas e negras, a análise da cultura como o resultado das relações sociais em ação, num determinado tempo e espaço (DOMINGUES, 2008). Essa postura encontra-se no método intensivo do trabalho de campo, e também no objeto construído da disciplina, a cultura em termos da relação do homem com seu meio natural e social.

Das atividades realizadas no Brasil, além de importantes obras em forma de livros e artigos, Charles Wagley também deixou registradas suas passagens pelas aldeias e cidades compondo um acervo fotográfico muito rico que nos ajuda a compreender ainda mais os seus escritos. São imagens de festas, preparo de alimentos, registro das tecnologias empregadas para produção dos objetos cotidianos e pessoas, muitas pessoas.

O Recurso à Fotografia na Antropologia de Charles Wagley

Os pioneiros na aplicação de fotografias em pesquisas e análises nas Ciências Sociais foram Margareth Mead e Gregory Bateson, que entre 1936 e 1938 procuraram através dos recursos fotográficos compreender a cultura dos balinenses (ANDRADE, 2002). No caso de Charles Wagley, seu importante acervo fotográfico compreende os registros feitos na década de 1940 no município de Gurupá. Essas fotografias revelam momentos característicos do município, como festas e hábitos culturais da comunidade, isto é, através dessas fotografias percebe-se de fato os costumes mais detalhados que são descritos nas manifestações culturais. Nos registros identificam-se as pessoas, os grupos sociais, as festas religiosas que ressaltam a grande influência de tais tradições, representadas nas mais diversas manifestações culturais que ele presenciou.

Wagley fotografava desde um simples pescador aos grandes personagens ilustres da cidade. Para entender tudo aquilo que estava a se manifestar a sua frente, o antropólogo começava a interagir como elemento catalisador a fim de se aprofundar aos manifestos que aconteciam aos seus olhares. Os registros fotográficos realizados mostram não só a sede do município, mas as comunidades da zona rural.

Até há bem pouco tempo essas fotografias não ilustraram quaisquer de seus trabalhos. Ficaram guardadas durante décadas até quando Richard Pace, antropólogo americano e um dos últimos orientandos de Wagley, e que prossegue com suas pesquisas em Gurupá desde os anos 1970 (PACE, 2014), em parceria com a Universidade de Flórida, começou a estudá-las. Como ex-aluno e amigo da família, Richard viajou até a casa da filha

de Wagley, Isabel, onde vasculharam caixas de plástico e velhas caixas de sapatos, cheias de fotos envelhecidas. Desse modo, eles encontraram dezenas de fotos que não estavam na coleção da Flórida, incluindo fotografias adicionais dos grupos em que Charles Wagley pesquisava. Richard Pace ainda considera que, sem dúvida, existem outras fotografias não encontradas ou escaneadas, incluindo as parcerias com seus amigos, como Eduardo Galvão.

As imagens do município de Gurupá são uma combinação de fotografias em preto e branco e coloridas. E muitas delas não apresentam identificação dos nomes daqueles que estão estampados nas fotos. Esse fato levou Richard Pace a tentar identificar os fotografados e com esse intuito, viajou até Gurupá para com a ajuda da memória dos moradores da cidade, tentar identificar pessoas, lugares e costumes representados nas imagens, tendo como base o livro *“Uma Comunidade Amazônica”*, que deixara alguns traços de como se dava a vida na comunidade nos anos 1940.

Este projeto teve início em 2011, e umas das primeiras iniciativas de Richard Pace foi procurar professores da Universidade Federal do Pará para que eles indicassem algum estudante que pudesse lhe auxiliar. Como gurupaense e, na ocasião, estudante de Ciências Sociais em Belém, tive a oportunidade de participar do processo de identificação das fotografias. E nesta condição, fui instigada a refletir sobre minha experiência enquanto estudante, com um tema de pesquisa voltada para a sua produção científica e aprenderia sobre a minha sociedade (Gurupá) através de lentes que eu nunca havia visto. Apesar de ser “nativa”, eu, assim como muitos outros moradores do município não somos conhecedores da nossa própria história mesmo vivenciando-a.

No processo de investigação mergulhei nas publicações de Charles Wagley, e outras publicações com assuntos ligados ao tema - memória, fotografias e imagens nos estudos antropológicos - e ao município de Gurupá. Os trabalhos seguiram pelo final de 2011 e no ano de 2012. Inicialmente, as fotografias foram expostas durante dois dias na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) em Gurupá, no intuito de promover o

reconhecimento das pessoas e dos lugares registrados nas imagens. Muitos recordavam algum rosto ou lugar. E quando não reconheciam as pessoas ou eventos fotografados, indicavam algum morador de mais idade para ser entrevistado e indagado a respeito das fotografias.

A exposição recebeu cerca de quarenta visitantes durante todo o evento, número que pode ser considerado baixo, em razão do envolvimento dos moradores com os festejos de São Benedito e de final de ano. As pessoas que por ali passaram muitas eram associadas do STR, que foram resolver situações documentais e ao chegarem ao local da exposição se deparavam com fotografias de remotos tempos da década de 1940, ainda assim algumas dessas pessoas contribuíram para o reconhecimento das imagens. Com base nesse acervo de lembranças esporádicas, muitos reconheceram a antiga paisagem de suas localidades: Jocojó, Bacá e Maria Ribeira (comunidades da zona rural de Gurupá).

Em um segundo momento, com as indicações recebidas no evento anterior foram realizadas visitas às casas dos moradores mais antigos, que muito contribuíram para o reconhecimento e identificação de pessoas, lugares e manifestações culturais representadas nas fotografias. As memórias e recordações desses moradores mais antigos da cidade foram ferramentas de grande valia para a montagem do quebra-cabeça composto pelos registros fotográficos. As entrevistas realizadas nessa ocasião foram de suma importância no reconhecimento das fotos. Devido seu grande contato com as famílias gurupaenses, as entrevistas se davam no círculo de amizade entre o pesquisador e a comunidade. Desse modo, pudemos registrar e acompanhar cada gesto e palavras dos sujeitos na visualização das imagens, mesmo não as reconhecendo. Encontrávamos também, nas mesmas famílias outras sugestões para dar continuidade à pesquisa.

Importante destacar que foram as representações dos moradores do município de Gurupá, que me possibilitaram perceber o quanto a cultura dessa comunidade é rica. Os relatos representam e alimentam a história de um povo que se reconhece através das

fotografias. Embora a maioria dos entrevistados não estivesse nas imagens, muitos se reconheciam com a presença de seus ascendentes.

A cada visita formavam-se conversas ao redor do álbum fotográfico desde os mais antigos aos mais jovens de cada família, num momento particular, do qual compartilhavam as recordações que construía/consolidavam sua identidade. Foram entrevistadas sete famílias somente na sede do município, estas, porém, foram procuradas diversas vezes para, por meio das entrevistas, reforçar o que tinham relatado nos diferentes momentos (consideramos verídicas as informações prestadas a partir de três afirmações das pessoas). As informações da zona rural foram obtidas apenas no dia da exposição das imagens no STR.

Interessante ressaltar um capítulo de minha vida, como integrante do projeto, sendo apresentada aos meus conterrâneos pelo coordenador, prof. Pace, como antropóloga gurupaense. Confesso que senti certo incômodo por parte de alguns munícipes com a minha presença na qualidade de pesquisadora, por não conhecerem a minha formação acadêmica ou mesmo pelo título recebido por Richard Pace, sendo ele o grande encarregado de desbravar as imagens deixadas por Wagley.

Trabalhar com as imagens de Charles Wagley nos anos 1940 foi como voltar ao tempo e percorrer por uma sociedade que deixou sua marca na história do povo de Gurupá, incluindo a de meus ascendentes, como minha avó Iraci Paiva Ramos, hoje com 79 anos, imagem viva que consta numa das fotografias.



A autora deste artigo ao lado da fotografia de Wagley, onde aparece sua avó ainda criança
(Fotografia de Olga PACE, no Seminário realizado em Gurupá, 2014)

Memórias de Uma Comunidade Amazônica nas fotografias

A época da borracha foi o contexto em que os moradores de Gurupá e/ou seus ascendentes vivenciaram, e com isso carregam em suas memórias e sentimentos ocorridos em tempos áureos. Este fator causou uma série de outros acontecimentos ainda mais vivos na vida desses sujeitos e momento muito importante da história do município: a luta por terras 25 anos após a visita de Charles Wagley.



Produção de borracha, “bola” de borracha
Fonte: Charles Wagley

Apesar das fotografias serem da década de 1940, alguns entrevistados ao verem as imagens lembraram os anos que viviam a busca de seus direitos sobre as terras que pertenciam aos “patrões” da borracha. Estas imagens provocaram também uma saudosa lembrança das manifestações culturais que não se prolongaram após a década de 1940. Ao longo da pesquisa pudemos perceber que muitas tradições culturais se perderam ao longo dos anos, como a festa de Boi-bumbá realizada no mês de junho, onde se encontravam pessoas fantasiadas de diversas formas. Hoje é uma manifestação pouco comentada, e quando expostas são as fotografias que despertam a vontade de vivenciar este tempo, pois há anos esta manifestação não é realizada. Nos mais jovens provocou uma curiosidade a se pensar de quanto se perdeu da cultura.

Vale destacar que algumas das imagens que expressam a cultura local foram obtidas pelo pesquisador por meio de “encenação” realizada pelos moradores para que o pesquisador pudesse fotografar, por exemplo, as imagens da festa de São Benedito que se realiza no mês de dezembro, enquanto sua pesquisa foi realizada entre junho e setembro de 1948. E leva-nos a pensar: qual a técnica utilizada por ele para conseguir que os sujeitos representassem sua cultura para uma singela fotografia?

Supostamente o pesquisador organizou pessoas para expressar as manifestações culturais e religiosas fora de sua data comemorativa, no entanto o mesmo pode perceber a riqueza da comunidade diante da proporção expressiva a partir da ótica visual da cultura de Gurupá.

As identificações fotográficas deixadas por Wagley deram-se a partir da memória dos moradores mais antigos da cidade, onde os mesmos reviveram e recordaram um pouco sobre o que aconteceu no momento das intervenções do pesquisador estadunidense. Segundo Pollak (1992), se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também é. Quais são, portanto, os elementos construtivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa sente pertencer. (POLLAK, 1992)



Adereços e acessórios de manifestação religiosa Fotografia Charles Wagley (1948)³⁶

³⁶ Nossos agradecimentos pela autorização de uso das imagens ao Charles Wagley Papers, University Archives, George A. Smathers Libraries, University of Florida, Gainesville, Florida.

Em relação às festas de santos, com as de São Benedito e de Santo Antônio, só reafirmaram o quanto o catolicismo era forte e ainda é atuante e o quanto representa a longevidade, uma de muitas manifestações religiosas que se perpetuam no município.



Imagem de São Benedito Fotografia: Charles Wagley (1948)

Também nas comunidades da zona rural se firmaram as manifestações religiosas e reconhecidas pelos moradores durante a exposição das fotos na STR. Muitos se lembraram das folias e dos cantos que acompanhava os ritos em tempos de festa, eram tempos de alegria e de saudação aos santos.





Festividades religiosas do interior de Gurupá
Fotografias de Charles Wagley (1948)

Olhar aquelas imagens deram um sentido de pertencimento histórico do lugar, pois muitos dos que participaram da identificação das fotografias ainda têm descendentes no município: família Palheta, família Dias, família Pará, família Borralho, entre outras, todas com um amontoado de gerações que perpetuam seus nomes. Isso fez as pessoas lembrarem o quanto suas famílias foram importantes na constituição da cidade de Gurupá.

“Como é bom rever nossa gente estampado em cada fotografia, representando nosso passado. São pessoas simples, e que hoje nós os representamos, pois somos filhos e netos revendo pessoas importantes para nossa família.” (Morador de Gurupá)



Pessoas da comunidade junto a autoridade da Igreja. Fotografias de Charles Wagley (1948)



Gurupaenses
Fotografias de Charles Wagley (1948)

Em muitas das fotografias analisadas as pessoas não foram identificadas, como na imagem acima. Assim como, de acordo com as entrevistas realizadas, nenhum gurupaense lembra da visita de Wagley em Gurupá. Mas Iraci Paiva Ramos, hoje com 80 anos e que aparece em uma das fotografias quando tinha 8 anos de idade, recordou do dia em que posou juntamente com sua família para serem fotografados e, modestamente, descreveu

que a família estava bem bonita na foto. No entanto, não recordou das pessoas que fizeram as fotografias.

Considerações Finais

As fotografias do acervo do antropólogo Charles Wagley e a pesquisa de Richard Pace sobre tais imagens foram a base desse estudo. A participação direta na discussão sobre as tentativas de identificação de pessoas, lugares e situações sociais retratadas tornaram fácil e prazerosa a pesquisa de campo em minha própria cidade. Além de permitir entender as diversas transformações que ocorreram em sete décadas. Neste período, apesar da introdução de novas tecnologias, por exemplo, do transporte, que de um modo geral evoluíram; em muitos outros aspectos, o desenvolvimento continua lento, fazendo perceber a nítida simplicidade da população, em geral, composta por moradores urbanos, roceiros, pequenos agricultores dos sítios vizinhos e outros.

É fato que poucos reconheceram os que estavam nas imagens, mas lembraram de como era Gurupá, trazendo à tona lembranças boas daqueles tempos. Muitos assinalaram que em termos da economia local, baseada na produção de borracha, a sua coleta continua sendo para muitos o principal meio de vida, embora hoje, pela característica natural do município, destaca-se também como forte ramo da economia a indústria madeireira, a agricultura, a pecuária e o turismo. Tendo este último aspecto crescido em razão das festividades em homenagem aos festejados santo Santo Antônio e São Benedito. Talvez reveladas com a contribuição do trabalho de Wagley.

Com este estudo aprendi que cada cultura possui uma integração e uma harmonia interna e que os costumes e crenças, aparentemente estranhos e ilógicos quando isolados de seu contexto, são mais facilmente compreendidos em relação a todo o sistema cultural de que fazem parte.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rosane de. 2002. *Fotografia e Antropologia: Olhares Fora-Dentro*, São Paulo, Estação Liberdade.
- DOMINGUES, H. M. B. 2008. “Tradução Cultural na Antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e de Charles Wagley à Amazônia”. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, vol. 3, n. 1, pp 31-49.
- GALVÃO, E. 1976. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. 2ª edição, São Paulo, Editora Nacional; Brasília, INL.
- PACE, Richard. 2014. “Os Tapirapé, Tenetehara e gurupaenses através das lentes da máquina de Charles Wagley: uma análise de conteúdo”. In *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 9, n. 3, pp. 675-694.
- RAMOS, Euniani Aparecida dos Santos. 2014. *Imagens que retratam histórias: uma etnografia sobre fotografias de Charles Wagley em uma comunidade amazônica*. Belém, Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará.
- WAGLEY, Charles. [1953] 1988. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução Clotilde da Silva Costa. 3ª edição. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP (Reconquista do Brasil, 2ª série, v.136).

SAMUEL SÁ: UM *INTERCULTURAL BROKER* NA AMAZÔNIA

Breno Augusto Garcia Sales
slbreno@hotmail.com

Poderá um pesquisador “encarnar” a própria noção que está estudando? Este artigo trata de um dos papéis sociais desempenhado pelo antropólogo paraense Samuel Sá como um mediador cultural ao longo de sua trajetória acadêmica desde os anos sessenta até o presente. O objetivo aqui é levantar evidências que sua trajetória como antropólogo e educador se aproxima do que Wagley chamou de *cultural broker*, ou seja, um agente cultural capaz não somente de transitar por universos com signos e símbolos distintos, mas também de comunicá-los de forma inteligível para os interlocutores que com ele criam relações. A pesquisa parte de um artigo de Samuel Sá denominado "Agentes interculturais em Arca dos Engenhos" (1973) e de uma comunicação pessoal do autor, que dizia ter uma hipótese de que professores podiam ser agentes interculturais. A partir daí, procura-se levantar em outros artigos de Samuel Sá elementos e características que anunciam o caráter mediador e “tradutor” do seu trabalho antropológico. Como resultado preliminar, verifica-se que Samuel, ele próprio um legado de Charles Wagley, se apresenta como um *intercultural broker* sob diversas perspectivas, mas principalmente a seguinte: vem procurando ser, em suas próprias palavras, um “gandula” para estudantes da graduação em Ciências Sociais da UFPA, isto é, busca criar condições para que a transição entre o ensino médio e o ensino superior – e deste para pós-graduação - seja realizada com orientação, solidariedade e alegria. Desta forma, ele corporifica a noção que procura estudar e se constitui no próprio agente intercultural que procura analisar no artigo sobre Arca dos Engenhos.

Neste seminário que comemora o centenário de nascimento do notável brasilianista Charles Wagley e o seu legado em nossa região, cabe a nós refletir se, não somente o evento

propriamente dito, mas principalmente a sua preparação ao longo desses – pelo menos – três anos, seria possível sem a presença do que para mim é um dos maiores legados de Charles Wagley no Brasil e na Amazônia: a presença do Prof. Dr. Samuel Sá entre nós, particularmente na Universidade Federal do Pará.

Samuel foi um dos orientandos de Charles Wagley na Universidade do Sul da Flórida (Gainesville) entre os anos de 1976-1980 e, segundo o relato de Pace (2014), foi quem lembrou e encorajou todos os presentes na 108ª Reunião da Associação Americana de Antropologia, em 2009, a comemorar o centenário de Wagley no Brasil e nos Estados Unidos. Com efeito, realizaram-se as comemorações em Belém e, por conseguinte, este artigo nasceu.

A “preparação” como lógica de formação

Esta “preparação” para o Seminário, inclusive, é uma temática e, sobretudo, uma prática, que acompanha o trabalho de Samuel Sá há algumas décadas. Como prática pedagógica, a ideia da “preparação” conduz seus alunos e orientandos a aprender a *simular*, seja uma comunicação oral, a mediação de um evento ou um artigo a ser submetido para publicação. Com a *simulação*, a intenção é antecipar, prever, antever. Este exercício faz de um conjunto de saberes que extrapolam as demandas dos rituais e atividades acadêmicas e educam especialmente para o extramuros universitário.

Como tema antropológico, a “preparação” aparece em diversas produções do autor. De forma particular, o tema está contido em um de seus primeiros trabalhos, no início da década de 1970, quando era bolsista do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), no Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), sob a orientação do Dr. Eduardo Galvão, e escreveu o já citado artigo “Agentes Interculturais em Arca dos Engenheiros” (1973).

Neste texto, Samuel se vale da categoria *cultural broker* empregada por Charles Wagley (1968) para analisar a presença de personagens que desempenhariam o papel de mediadores entre subculturas, tais como a do citadino e a do camponês – as duas propostas

por Wagley, em uma área que no final dos anos 1960 e início dos 1970 já vinha sentindo os efeitos da urbanização que nas décadas seguintes iria se intensificar.

Para os interesses da sua etnografia em particular, Samuel utiliza o termo “agentes interculturais” para designar aqueles indivíduos que se estabeleceram no meio rural depois de terem vivenciado e assimilado o que o autor chama de “comportamento urbano” seja na capital paraense ou em outras cidades já com grau de urbanização avançado. Eles seriam responsáveis pela mediação entre as demandas da vida urbana e as vicissitudes do ambiente rural de formas bastante diversas, mas preservando algumas características fundamentais. Um desses traços típicos, além da já mencionada vivência transversal entre as subculturas, seria apresentar-se como um elo entre a comunidade local e a sociedade mais ampla, quase sempre na forma de oferta de serviços.

Entretanto, onde está, neste trabalho, a ideia de “preparação” aludida anteriormente? Justamente em uma das conclusões do autor acerca do trabalho desenvolvido pelos agentes interculturais, qual seja, eles atuam como precursores, antecipando comportamentos, ou seja, antes do estabelecimento (institucionalização) de códigos, gostos e estilos de vida, os *intercultural brokers* promovem uma transição e um “amortecimento” desses hábitos, tornando-os menos agressivos e mais humanizados para serem recebidos pela comunidade (SÁ, 1973).

Observando os aspectos característicos do agente intercultural, é interessante constatar a aproximação de tais qualidades com o trabalho pedagógico desenvolvido por Samuel Sá ao longo de sua trajetória como educador, antropólogo e metodólogo. Em comunicação pessoal e, mais tarde, em artigo intitulado “Vozes de um gandula” (2008), ele registrou a hipótese de docentes e discentes se constituírem como versões educativas de *cultural brokers*, nos termos de Wagley (1968) e agentes interculturais nos seus próprios termos (SÁ, 1973).

Neste sentido, é indispensável citar o trabalho desenvolvido por ele e por outros professores da Faculdade de Ciências Sociais, assim como estudantes egressos do curso de Ciências Sociais - no Programa de Educação Tutorial (PET), na Iniciação Científica com estudantes do curso de Ciências Sociais. Trata-se de um verdadeiro espaço pedagógico de transição de subculturas, se quisermos preservar (e ampliar o alcance) dos termos de Wagley. Neste caso, de uma subcultura da educação básica para a educação superior. Ademais, não basta saber transitar pela vida universitária individualmente. Este saber, ao contrário, deve ser compartilhado com o objetivo de construirmos a excelência solidária e não a excelência solitária. Aliás, outra característica dos agentes interculturais citada por Sá (1973) é a maior preocupação com as questões sociais do que individuais, daí resulta também o seu prestígio.

No âmbito do Pet/GT/CS, entre os anos 2006 e 2010, foi desenvolvido o projeto “Nativos Temporários”. Basicamente, a ideia do estudo foi retomar biografias, retratos e identidades de estudantes aparentemente fracassados na UFPA e, a partir daí, verificar como seus saberes e habilidades pregressos e em construção poderiam auxiliar na “não expulsão” desses conhecedores da universidade. Segundo o resumo das atividades do projeto de 2008 a 2010 (SÁ et alli 2009; PET/GT/CS, 2010), “transição foi uma palavra chave”, procurando enxergá-la como cultural e não como natural.

Em trabalho anterior (SÁ, 2000), já havia desenvolvido com mais liberdade o problema da “transição”, inclusive tematizando como “Antropologia das Transições³⁷”. Neste campo de discussão, ressalta a importância da revisão, da troca e das orientações entre neófitos e veteranos, de modo que estudantes de hoje possam revisitar trabalhos de outrora no sentido não somente de atualizá-los, mas como uma forma de se valerem de experiências prévias e aprendizados de procedimentos e práticas de pesquisa que sirvam para a trajetória que então se inicia. Repensar o significado das transições equivale a perceber relações entre Antropologia e Educação, na universidade, como um processo no

³⁷ Noção cognata à “Antropologia dos Conhecedores”, que ele desenvolveu alhures (Sá, 2000) e que me foi útil pelo menos em duas monografias acadêmicas (Sales, 2010; 2012)

qual sujeitos não chegam de “mãos vazias”. Assim, a educação universitária leva em conta a história dos discentes e o acervo multicultural de conhecedores (SÁ, 2000).

Observando o currículo Lattes de Samuel Sá, contabilizamos 18 orientações de mestrado e 17 orientações de trabalhos de conclusão de curso. Contudo, sabemos que as suas atividades extracurriculares e seus próprios princípios de excelência solidária orientaram muito mais do que isso.

Samuel Sá, sem dúvida, é um precursor. Está entre um dos primeiros antropólogos amazônidas a realizar uma formação completa de pós-graduação fora do Brasil e retornar ao seu estado de origem para continuar (ou seria iniciar) sua trajetória. Como um bom agente intercultural, trouxe o pano de fundo de sua tese de doutorado – sobre as adaptações e barreiras culturais enfrentadas pelos estudantes brasileiros de pós-graduação nos Estados Unidos (SÁ, 1980) – para a sua prática docente, ensinando seus alunos e orientandos a superar limitações próprias dos seres humanos quando se deparam com um cenário atípico, com códigos próprios e acessos obscuros. Neste pequeno texto, fica a nossa gratidão e os votos de vida longa ao querido professor Samuel, nosso *intercultural broker* amazônida.

REFERÊNCIAS

- PACE, Richard. 2014. “O legado de Charles Wagley: uma introdução”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciênc. hum.*, Belém, vol. 9, n. 3, pp. 597-602.
- PET/GT/CS UFPA. 2010. *Projeto “Nativos Temporários” 2008/2010. Antropologia da educação universitária. Sismografia do chão dos graduandos?* Belém, PET/GT/CS (mimeo.). Universidade Federal do Pará.
- SÁ, Samuel Maria de Amorim. 1973. “Agentes interculturais em Arca dos Engenhos”, In SIMÕES, Mário *O Museu Goeldi no Ano do Sesquicentenário*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas, n. 20.
- SÁ, Samuel Maria de Amorim. 1980. *Cultural Adaptation and Barriers Among Brazilian Graduate Studenty*. Tese (Doutorado em Antropologia). Gainesville, University of Florida

- SÁ, Samuel Maria de Amorim. 2000. "O imaginário social sobre a Amazônia: antropologia dos conhecedores". *História, Ciências, Saúde*, vol. VI (suplemento), pp. 889-900.
- SÁ, Samuel Maria de Amorim. 2008. Vozes de um Gandula? Repensando - Antropologia da Educação. Ensino Pesquisa e Extensão na identidade de conhecedores universitários. In LEITÃO, Wilma Marques; R. H. MAUÉS. (Org.). *Nortes Antropológicos: Trajetos, Trajetórias*. Belém, EDUFPA, pp. 125-134.
- SÁ, S. M. A., CARDOSO, Denise Machado, ANDERSON, Kirla Korina dos Santos, CRUZ NETO, A. P., BARROSO, J. S., NASCIMENTO, L. E. S., RODRIGUES, R. S., COSTA, T. A., SOUZA, T. B. F., SILVA, A. B. C., ANTERO, D. G.. 2009. "Nativos temporários: mapeando águas da graduação em Ciências Sociais". *Humanitas*, Belém, vol. 25, pp. 117-123.
- SALES, Breno Augusto Garcia. 2010. *Natureza, Paisagens e Educação. Reflexões conceituais na trilha de um estudo sobre a agência de conhecedores*. Monografia (Especialização em Educação), Universidade Federal do Pará.
- SALES, Breno Augusto Garcia. 2012. *Saberes, percepções e imagens: uma etnografia com jovens escolares de uma região do entorno do Parque Estadual do Utinga (Belém/Ananindeua-Pará)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará.
- WAGLEY, Charles. 1968. *The Latin American tradition: essays on the unity and diversity of Latin American culture*. New York, Columbia University Press.

OS LEGADOS DE CHARLES WAGLEY NA GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPA

Pedro Pereira Cruz Neto
pedrocruz.nt@gmail.com

Introdução

Ao tratar dos legados do antropólogo Charles Wagley na Amazônia, especialmente no que se refere à transmissão de ideias e valores, é preciso levar em conta dois grandes marcos de sua presença no país. Em primeiro lugar destaca-se o trabalho na área da saúde pública, fomentado pelas parcerias bilaterais entre EUA e Brasil durante o período da Segunda Guerra Mundial. Em segundo, seu papel ativo como facilitador na execução de programas de intercâmbio voltados a brasileiros em universidades estadunidenses. Esses são dois momentos na trajetória de Wagley em que transparece uma mensagem cuja proposta é integrar e difundir saberes de forma mediada como viés para o desenvolvimento pessoal, institucional e social.

Os princípios orientadores das ações de Wagley persistem, sobretudo, inspirando práticas como as adotadas no Projeto Extracurricular Temático/Grupo de Trabalho em Ciências Sociais (Pet/GT/CS). Constituído sob orientação primordial do Prof. Dr. Samuel Sá – um dos alunos brasileiros de Wagley nos EUA e professor da Universidade Federal do Pará – o Pet/GT/CS existe há mais de vinte anos e reúne estudantes de diferentes níveis em torno da tríade ensino, pesquisa e extensão. Suas atividades incluem reuniões, palestras, cursos, eventos, publicações, etc., permitindo que seus integrantes tenham contato com nuances extracurriculares requeridas ao bom desempenho acadêmico.

Desde o ano 2010 o Pet/GT/CS vem se dedicando a reconhecer e divulgar a influência do trabalho de Charles Wagley para a Amazônia, compreendendo a trajetória profissional desse antropólogo enquanto legado de múltipla importância para a região. Cabe neste artigo interpretar os próprios fundamentos que erigiram e sustentam o Pet/GT/CS como um desses legados. Assim, investigando o papel de mediador de conhecimentos desempenhado por Wagley em sua trajetória profissional, e analisando o processo de formação e consolidação do Pet/GT/CS, pretende-se elucidar a maneira como os legados de Wagley permeiam e influenciam este Grupo.

Para atingir tal objetivo foram consultados documentos e textos que reconstituem parcelas da biografia profissional de Wagley, destacando práticas características de um mediador de saberes – tanto como antropólogo na área da saúde quanto como professor universitário que viabiliza o intercâmbio de alunos brasileiros. A isso se adiciona uma entrevista com questionário aberto realizada com o Prof. Dr. Samuel Sá, onde se pode conhecer parte da memória do Grupo e detalhar a maneira como este se apropria do legado de Wagley para solidificação de suas bases.

Saúde na Amazônia e a difusão de conhecimento.

No início do século XX, mediante iniciativa dos EUA, teve início uma série de conferências internacionais entre os países do continente americano, onde a saúde pública foi abordada enquanto tema central e condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico das nações mais pobres. Como resultado, o governo dos EUA formulou diversos acordos para políticas bilaterais que se estreitaram no período da Segunda Guerra Mundial, visando aprimorar as condições de saúde de trabalhadores em setores econômicos estratégicos. Esse trabalho de cooperação objetivou, em suma, garantir a continuidade no fornecimento de matérias-primas essenciais ao esforço de guerra, tanto quanto estabilizar as relações dos EUA junto aos países latino-americanos – buscando afastar aproximações com o Eixo (BASTOS, 1996).

Sob essa perspectiva, no ano de 1942, o congresso estadunidense aprovou a criação do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), para administrar projetos bilaterais no âmbito da saúde pública. No mesmo ano em que o IAIA teve início, os EUA entraram na Segunda Guerra Mundial, tendo o Brasil como um dos seus principais fornecedores de minérios e látex. Em decorrência da primazia no suprimento de tais recursos, o IAIA desenvolveu programas específicos com objetivo de atender os trabalhadores envolvidos na extração dessas matérias-primas (CAMPOS, 2006).

Partindo do Acordo de Saúde e Saneamento, o governo Brasileiro estabeleceu sua parceria com o IAIA para a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), fundado em 17 de julho de 1942. O papel específico do SESP consistia em assegurar que os trabalhadores superassem a escassez de recursos e os desafios impostos pelo ambiente de trabalho – muitas vezes afastado de centros urbanos e com infraestrutura precária – que ameaçavam a permanência e até mesmo a vida desses indivíduos (BASTOS, 1996).

Foi como sociólogo/antropólogo do IAIA, assistente executivo da Superintendência do SESP e diretor da Divisão de Lepra desse mesmo Serviço que Charles Wagley iniciou suas atividades em torno da saúde pública no Brasil – tendo sido selecionado especialmente por razão de suas pesquisas anteriores com os índios Tapirapé no interior da Amazônia (Pace, 2014). Em seguida, Wagley assumiu o cargo de diretor da Divisão de Educação Sanitária do SESP (BASTOS, 1996), encontrando assim condições para estabelecer um diálogo efetivo entre o conhecimento tradicional, a medicina moderna e as práticas de educação e capacitação visando o desenvolvimento humano.

Entre os objetivos da Divisão de Educação Sanitária verificavam-se tanto a educação para saúde das populações atendidas, quanto o aperfeiçoamento da equipe técnica (o que incluía médicos, enfermeiros, engenheiros sanitaristas, etc.) (CAMPOS, 2006). Isso demandava maior diálogo entre a administração do Serviço e o público local, constituindo práticas culturalmente significativas de educação sanitária. Tal esforço instrutivo e relativista compunha uma práxis que podia ser sintetizada através do mote: “partir de onde

estão as pessoas, e fazê-las avançar para onde poderão estar” (SÁ, 2012, p. 5), utilizado por Wagley para descrever seu propósito profissional – conforme relatado por Samuel Sá, um dos seus alunos brasileiros na universidade de Gainesville e difusores do legado de Wagley entre nós.

A perspectiva antropológica de Wagley no SESP foi levada adiante especialmente na região norte do Brasil, onde ele se dedicou a atender os trabalhadores engajados na extração do látex – conhecidos como “soldados da borracha”. Wagley abriu espaço para valorizar o saber já acumulado pelo nativo – indígena e ribeirinho – somando o conhecimento tradicional às técnicas da medicina moderna (SÁ, 2012). A partir desse diálogo o SESP tornou-se um espaço de atendimento e também de instrução, e o trabalho de integrar e difundir saberes podia ser observado como uma característica marcante de Wagley, que considerou onde os indivíduos se encontravam (o conhecimento tradicional sobre as riquezas do ambiente amazônico) e onde eles poderiam estar (o que podia ser aprimorado com o recurso a outros saberes).

Charles Wagley: um brasilianista singular

O esforço de cooperação bilateral que mantinha o SESP foi reduzido gradativamente após o final da Segunda Guerra, com a proporcional redução nas demandas por matérias-primas. Contudo, o contexto da Guerra Fria que se seguiu manteve vivo o interesse dos EUA sobre as condições políticas do Brasil. Em particular após a Revolução Cubana, os EUA intensificaram sua influência sobre a América Latina visando afastar a possibilidade de outros levantes comunistas, e assim abriu-se espaço para novos estudos focados na cultura e política brasileiras como um todo – não mais se restringindo à área da saúde pública. Essa cautela frente ao cenário de tensões políticas promoveu um fluxo de diversos pesquisadores estadunidenses para o Brasil.

Grande parte dos trabalhos que decorreram disso – especialmente aqueles na área das ciências sociais – dedicaram-se a análises generalistas sobre o país, por meio de *surveys* e pesquisas de exploração, focados em temas políticos, econômicos, históricos, sociais, etc.

Estes trabalhos resultaram em textos que serviam como uma introdução ao Brasil, e o conjunto de pesquisadores estadunidenses envolvidos nessa empreitada – sob as condições específicas do pós-guerra e das parcerias bilaterais – passou a ser intitulado de *brasilianistas* (ALMEIDA, 2001).

A essa delimitação primeira cabe reconhecer os acréscimos que Sá (2014) retira de José Carlos Sebe Bom Meihy, adicionando ao grupo de *brasilianistas*, também, uma gama de autores brasileiros que trabalharam em instituições nos EUA e conservaram interesse por temas de seu país de origem. Com isso, Samuel Sá amplia e diversifica o grupo de autores *brasilianistas*, incluindo nele os brasileiros que atuaram sob fomento sistemático de instituições estadunidenses.

Charles Wagley, por sua vez, foi reconhecidamente um *brasilianista*. Paulo Almeida o cita como um dos *brasilianistas* de “primeira fase”, na qual os estudos se dedicavam à “apresentação e sistematização, para um público estrangeiro, daqueles aspectos peculiares do país enfocado, difundindo sua história, sua natureza e as características do povo” (ALMEIDA, 2001, p.44). E foi especialmente nos anos do pós-guerra que o trabalho de Wagley se expandiu, com muitas publicações surgindo e capturando a atenção do público ao longo desse período.

A categoria “*brasilianistas*”, contudo, ganha seu contorno mais definitivo alguns anos após o golpe militar de 1964. Especialmente a partir do final da década de 1970 – quando a perseguição política a opositores do regime se intensificou –, o *brasilianismo* avançou e se consagrou em torno de temas a respeito do momento político do país, das origens históricas dos fenômenos contemporâneos, e dos estudos focados em populações. Esse período também foi marcado pelo aumento da concessão de bolsas para estudantes brasileiros no exterior, como desdobramento da aproximação política com os EUA; o que muitas vezes independia das orientações governamentais (ALMEIDA, 2001).

Nesse fluxo de conhecimentos e conhecedores, Wagley adotou posturas que certamente o diferem de qualquer outro brasilianista, guiando-se tanto por sua disposição em compreender o Brasil para os brasileiros, quanto pelo seu mote desenvolvimentista de “avançar para onde poderão estar” – desvinculando-se assim da mera exportação de conhecimento. Certamente não se pode creditar os avanços no trabalhado de Wagley apenas às condições políticas da época, apesar destas terem potencializado seus esforços individuais, graças aos incentivos que partiam de governos e de instituições privadas, financiadoras dos programas de educação³⁸.

Após o amadurecimento do brasilianismo ao longo de anos, críticas incisivas foram lançadas à maioria dos autores que conduziam seus trabalhos com uma apropriação unilateral em seus estudos, que muitas vezes destinavam-se a publicações nos EUA, mantendo um compromisso apenas residual em relação ao Brasil. Sá (2014) realça as acusações de um etnocentrismo implícito ao movimento brasilianista, mas desacredita a possibilidade de Wagley reproduzir esse modelo etnocêntrico, remetendo-se ao histórico profissional e à relação que este mantinha com as pessoas. Wagley não apenas veio ao Brasil ainda antes dos incentivos que marcaram a presença dos brasilianistas, mas erigiu uma postura intercultural de longo prazo, como nenhum outro brasilianista foi capaz de manter. Ele publicou seus trabalhos no Brasil, e conferiu incentivo direto à ida de brasileiros para o exterior com finalidade de cursar pós-graduação. Mais do que isso, Sá relata que Wagley auxiliou brasileiros a lidarem com as possibilidades de choque cultural encontradas no intercâmbio, incentivando-os a se manterem e persistirem nos programas:

Então, [Wagley] preocupou-se em formar antropólogos brasileiros para que pudessem desenvolver com ele um trabalho na Amazônia. Eduardo Galvão, membro de uma família ilustre do Rio de Janeiro, geógrafo de formação, recebeu orientação de Wagley e do Museu Nacional para estudar na Universidade de Colúmbia, Estados Unidos,

³⁸A despeito dos incentivos e interesses multifacetados em torno da produção brasilianista, não é correto afirmar que Wagley tenha apoiado ou mesmo concordado com a conjuntura que se segue ao golpe militar de 1964. Wagley chegou a se manifestar abertamente sobre essa questão, tendo sofrido graves consequências por conta disso: “Após o golpe militar de 1964, Wagley escreveu cartas de protesto contra os ditadores, publicadas no New York Times. Em razão disso, foi banido do Brasil por vários anos. Ele também pode ter perdido a chance de servir como embaixador dos EUA no Brasil devido aos seus pontos de vista” (PACE, 2014, p.600)

onde se tornou o primeiro brasileiro doutor em antropologia. E Galvão é apenas uma pontinha do iceberg em que Wagley estava interessado. Então, ajudou outros brasileiros a pós-graduarem-se nos Estados Unidos. Eu, a médica sanitária Elisa Viana Sá, minha esposa, o potiguar Mércio Gomes, que foi presidente da FUNAI, seu conterrâneo Nassaro Nasser, o economista George Zarur, fomos alunos e orientados por Wagley na Universidade da Flórida, Gainesville, nas décadas de 1970 e 1980. A ideia dele era coerente: se índios e caboclos sabem de lições para terem sobrevivido tanto tempo, os brasileiros nativos, ao saberem antropologia, vão poder usar a ciência num padrão não colonialista, porque é preciso reconhecer, num dado momento, a antropologia esteve a serviço do colonialismo inglês, como aconteceu na Ásia. Wagley não queria isso. Ele estava realmente interessado em agregar valores à “prata da casa”. Então, ele levou vários brasileiros para estudar nos Estados Unidos e estava sempre por perto, acompanhando e ajudando no que fosse possível. Na edição original de *Uma Comunidade Amazônica*, ele refere outros paraenses que o acompanharam em viagens a Gurupá (tais como Cléo Braga, Edward Catete Pinheiro, que, depois, foi ministro da Saúde, na presidência de Jânio Quadros, e mais o romancista Dalcídio Jurandir) (SÁ, 2014).

Wagley se integrou à cultura brasileira não apenas como um recurso metodológico de antropologia, mas o fez de modo pessoal. Disso resultou o casamento com uma brasileira, a fluência no português, a amizade com muitos brasileiros – alguns dos quais se tornaram seus colegas de trabalho – e uma relação de equidade nas publicações de seus estudos (que não se voltavam exclusivamente ao público estadunidense). Essas atitudes, orientadas – dentre outras coisas – pela recusa de Wagley às teorias de base evolucionistas (e racistas), trouxeram para a sua antropologia o reconhecimento da diversidade cultural como fonte de riqueza, e a difusão do conhecimento que se compromete e se interessa pelo seu local de origem, fazendo de Wagley um brasilianista singular em relação ao contexto desse movimento.

Charles Wagley como cultural broker

É justo começar esse tópico reconhecendo que Samuel Sá, em seu artigo “Charles WAGLEY (1913-1991), antropologia, saúde pública e educação” apresenta um subtítulo semelhante, porém escrito na forma de uma pergunta: “Charles Wagley como cultural broker?”. Dessa maneira, considerando as conclusões de Sá (2014a), seria redundante preservar a interrogação. Mas cabe retomar, ainda que brevemente, o escopo da ideia de *cultural broker* e assim sublinhar o modo como essa categoria de ação presente em Wagley

torna seu legado relevante à comunidade científica brasileira – especialmente na Região Norte.

O termo *cultural broker* designa um personagem circunstancial, um indivíduo que emerge na fronteira de culturas diferentes em condições de contato, facilitando o entendimento entre elas:

Na medida em que falantes de línguas diferentes têm dificuldade em se comunicar, portadores de diferentes culturas têm dificuldade de interagir. Similarmente, na medida em que um intérprete bilíngue torna a comunicação possível entre falantes de línguas diferentes, o *cultural broker* torna a interação entre portadores de diferentes culturas mais efetiva³⁹ (GENTMANN, WHITEHEAD, 1983, p.119)

Logo, o *cultural broker* se encontra na intercessão entre uma cultura e outra. Doravante, mais do que apenas fluir entre elas, ele também atua como um mediador que viabiliza o contato de forma cognitiva. Sem um *cultural broker*, grupos distintos em interação teriam menores recursos para comunicar inteligivelmente seus sentidos, práticas, perspectivas, valores, etc.

A mediação executada pelo *cultural broker* desempenha, assim, um papel sistemático frente a duas necessidades primordiais:

A definição teórica de *culturebrokering* resultante dessa análise inicial do conceito consiste no ato de criar pontes, ligar ou fazer a mediação entre grupos ou pessoas, de reduzir o conflito ou produzir mudança⁴⁰(JEZEWSKI, 1995, p. 20, grifo nosso).

Ou seja, o *cultural broker* erige pontes entre culturas visando facilitar a comunicação, tornar significados inteligíveis para sujeitos dotados de diferentes perspectivas. O trabalho de difusão e integração de saberes que Wagley promoveu no SESP e sua atividade acadêmica como um brasilianista singular – que difundiu conhecimento e promoveu um fluxo de conhecedores – certamente o caracterizam como um mediador. Tendo sido chamado a integrar o SESP em razão de seus estudos prévios com populações

³⁹ Tradução livre do original em inglês.

⁴⁰ Tradução livre do original em inglês.

no interior do Brasil, Wagley fora reconhecido enquanto um intermediário entre diferentes padrões culturais, um intérprete na fronteira entre práticas tradicionais e modernas:

Uma vez que Wagley falava português e tinha vários anos de experiência de trabalho no interior da Amazônia, ele foi enviado para trabalhar com seringueiros no Pará – montando postos de saúde e produzindo materiais educativos culturalmente apropriados sobre saúde e prevenção da malária. Sua obra, um dos primeiros exemplos de antropologia médica aplicada, provou ser de tal valor que o governo brasileiro o distinguiu com a prestigiosa Medalha de Guerra e com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (uma honra dada a estrangeiros em reconhecimento de serviço significativo para a nação) (PACE, 2014, p.599).

Wagley atuou definitivamente como um *cultural broker* no SESP, promovendo um diálogo culturalmente significativo entre o conteúdo dos materiais de educação para a saúde e as técnicas de profilaxia e tratamento de doenças. Posteriormente, o papel de *broker* também foi desempenhado por ele no contexto do brasilianismo, em um meio mais familiar. Ao longo desse período, Wagley tornou viável o intercâmbio de pesquisadores brasileiros a universidades estadunidenses, almejando cursos de pós-graduação, como dito acima. Nesse segundo caso Wagley não apenas indicava programas e operava como tutor, mas também facilitava a inserção e adaptação desses brasileiros em universidades estrangeiras.

Com isso, poderíamos nos referir ao esforço de Wagley em viabilizar a permanência de brasileiros no exterior como o trabalho de construir pontes culturais? Certamente. Muitos brasileiros que se dirigiram aos EUA para estudar temáticas de ciências humanas, e em especial de ciências sociais, podem ser considerados pioneiros em programas de intercâmbio. Nesse período de ditadura militar, as ciências sociais no Brasil galgavam sua autonomia e os programas de intercâmbio não possuíam uma série histórica.

Aqueles alunos de Wagley deviam lidar com um universo de possibilidades, interações e socializações novas. Por isso, o apoio de Wagley para mantê-los também deve ser visto como o trabalho de um *cultural broker* – em especial nas universidades de Columbia e Gainesville – que cria pontes para permitir o acesso não apenas ao

conhecimento especializado, mas também às diferentes práticas que não constam nos currículos acadêmicos, mas compõem a vivência de qualquer estudante – como cadastro em bibliotecas, financiamento de trabalhos de campo, prestação de contas, solicitação de documentos, etc.

Na qualidade de um *brasilianista cultural broker*, Wagley influenciou a formação de cientistas sociais brasileiros interessados nos temas do Brasil – um legado de mérito incomparável em relação aos demais *brasilianistas*. Mas especialmente na região norte do país, outros legados de Wagley se mantêm e adquirem contornos específicos nas ações de Samuel Sá – o primeiro a interpretar Wagley como um *cultural broker*.

Sá, que é professor na Universidade Federal do Pará e a primeira pessoa da Amazônia a obter título de doutorado em antropologia no exterior, também expressa em seu proceder atividades de intermediação e “construção de pontes”. Mas no seu caso, ele o faz integrando estudantes às dinâmicas não curriculares da própria universidade brasileira, permitindo aos neófitos conhecer de modo sistemático a “cultura acadêmica” e as práticas apreendidas especialmente através da socialização. Isso estimula a participação em eventos como meio de desbravar novas temáticas, a elaboração de trabalhos para congressos, o trato com a burocracia para pedir ajudas de custo, o interesse precoce por programas de pós-graduação, o domínio de técnicas de estudo, e demais requisitos necessários ao desenvolvimento de graduandos, cuja relevância não é imediatamente dada aos recém-chegados no ambiente acadêmico.

O Pet/GT/CS como produto e fábrica de *cultural brokers*

O Pet/GT/CS é um grupo de trabalho do curso de ciências sociais da Universidade Federal do Pará destinado a promover o amplo desenvolvimento acadêmico dos graduandos, especialmente em torno de aprendizados não curriculares essenciais à prática da pesquisa e da docência. Há mais de vinte anos o Grupo é orientado pelo Professor Samuel Sá, que consolidou em sua base ideias de aprendizado visando à troca de

experiências e saberes. Em seu quadro atual de tutores, o Pet/GT/CS conta também com as professoras Wilma Marques Leitão e Denise Machado Cardoso, ambas vinculadas à UFPA.

Determinados momentos da trajetória do Pet/GT/CS auxiliam na compreensão de sua proposta como espaço de mediação de saberes e facilitação no contato com as práticas acadêmicas, baseando-se em fundamentos de *cultural broker*. Essa trajetória se apresenta aqui através da memória do próprio Samuel Sá, registrada em entrevista com questionário semi-estruturado. O registro da memória individual visando à historicidade, de acordo com Pollak (1992), se constrói em torno de “acontecimentos”, “personagens” ou “lugares”. Dessa maneira, recorre-se à entrevista semi-estruturada em torno desses três eixos, para se contar a trajetória do Pet/GT/CS.

Nas palavras do professor Samuel Sá, o processo de dissociação com a CAPES e a estruturação de um novo modelo de tutoria constituem um marco inicial dessa trajetória que começa antes dele.

E daí, quem com certeza trabalhou no Pet/GT/CS antes de mim foi o professor Celso (Vaz), [...] e eu acabei assumindo o grupo PET que ele tinha começado com a Professora Kátia (Mendonça). Tinha também outra professora de metodologia, eu não me lembro o nome dela. [...] Sempre que me perguntam o ano disso eu não sei dizer exatamente [...].

[...] quando começamos o PET, no modelo burocrático, tínhamos de fazer edital e seleção – como sempre fizemos –, tínhamos de fazer relatórios e seguir uma norma da CAPES... Nesse tempo o PET significava não “Programa”, mas “Projeto”, e PET era “Projeto Especial Temático” ao qual a gente acrescentava “Ciências Sociais – UFPA”. Então a gente tentou seguir o modelo. [...]

Depois de ter feito um ou dois editais e ter selecionado alguns, a gente resolveu que infelizmente não dava para gente. Mas aí os alunos disseram “mas a gente quer ficar trabalhando com o senhor”, e eu disse “está bem, vocês podem continuar trabalhando comigo, a gente faz um grupo, a gente deixa de ser Programa Especial Temático (PET) e passa a ser Projeto Especial Temático/Grupo de Trabalho Ciências Sociais (Pet/GT/CS)”.

[...] E nessa burocracia da CAPES tinha uma coisa excelente, que dizia “o PET não é voltado para o próprio PET, o PET serve para melhorar o curso”. Então isso a gente não deixou de lado, “a gente quer melhorar o curso”. Então como íamos fazer? Tinha a carta de intenção, e a gente fazia um edital de seleção como antes; não tinha bolsa, mas a gente estabelecia alguns critérios, como por exemplo: no modelo da CAPES não podia entrar aluno do primeiro semestre, só a partir do segundo ou terceiro semestre. Tinha um limite de idade. Tinha um limite de aprovações; aluno com reprovações não entraria. E quando

a gente formulou a carta de intenções, a gente estabeleceu que alunos poderiam entrar com reprovações, desde que não repetissem a reprovação. Podem entrar alunos de qualquer idade e de qualquer semestre. Então a gente eliminou essas barreiras. (Samuel Sá, Comunicação Pessoal, 2014).

Assim o compromisso restrito com alunos de desempenho elevado se torna um compromisso com qualquer aluno que se interessasse pelas atividades acadêmicas. Há nisso uma paráfrase indireta com Wagley e seu mote, pois o Pet/GT/CS passa a considerar onde os alunos estão, ajudando-os a chegar onde eles podem estar, independentemente do nível de desempenho do qual eles partem. Isso representou uma grande mudança na instituição, definindo suas práticas até os dias atuais.

[...] E eu sempre tive cuidado de rodar o poder no Pet/GT/CS, entre os alunos que ajudavam a orientar. Eu nunca dizia que eu era o coordenador do Pet/GT/CS. Eu era orientador dos alunos, mas eram os alunos que coordenavam.

Houve um menino que fez o mestrado, eu não me lembro do nome dele, mas que foi coordenador do Pet/GT/CS. E ele gostou tanto quando descobriu que poderia moderar uma reunião e queria moderar todas as reuniões, mas a gente rodava o poder, e na outra reunião outra pessoa moderava. Eu descobri que os alunos sentiam um prazer muito grande em moderar uma reunião. E outra vez teve a oportunidade de escrever um texto, e eu disse “se é para escrever todo mundo vai escrever. E quem não escreve sozinho escreve em coautoria”. E todo mundo entrou em um projetinho de pesquisa e todo mundo escreveu, ou como chefe [autor principal] ou como coautor. E foi uma coisa muito boa. (Samuel Sá)

Conferindo aos estudantes experiências de coordenar o grupo, moderar reuniões, escrever em coautoria, organizar eventos, desenvolver projetos e trabalhos de pesquisa visando à publicação, abre-se espaço para práticas não curriculares dispersas no ambiente acadêmico. Desse modo, pontes são erigidas entre os estudantes e as diferentes atividades que se articulam com o currículo de disciplinas e vão além dele, de forma sistemática e não apenas residual. E por mais que tais experiências constem em outros espaços que não somente o Pet/GT/CS, nesse Grupo elas são mediadas, no sentido de traduzidas, com a intenção de conectar inteligivelmente suas nuances às demandas da vida acadêmica que recaem – algumas vezes inadvertidamente – sobre os docentes.

[...] Daí chega a Wilma, chegam a Denise, chega o João (Simões) com o teatro. E foi uma experiência fantástica a aula teatralizada do professor João. E com essas aulas teatralizadas o Pet/GT/CS fez algo inesperado. Uma das apresentações foi na Escola de

Artes, e tinha mais ou menos cem alunos. E lá estavam a Ana Paula, o irmão da Ana Paula... E eram apresentações muito bonitas. E a coisa foi evoluindo até que em uma SBPC (59ª reunião da SBPC, realizada em Belém) houve uma apresentação no teatro Waldemar Henrique, e isso foi interessante, foi uma coisa importante.

Com a Wilma apareceu um evento sobre Levi Strauss. E esse evento que ela fez aqui em Belém do Wagley, que depois ela levou para Gurupá, também foi muito importante, pois o pessoal do Pet/GT/CS estava sempre trabalhando em coisas assim e sobre interioridade. E em um dado momento em que a gente estava com a cabeça firmada, os outros PETs que seguiam estritamente o modelo da CAPES... A gente nunca deixou de frequentar. A gente era sempre convidado ou para fazer conferência, ou para ir em reuniões dos PETs. E em um dado momento, a Natasha, a Kirla (Korina), a Martha (Freitas) (ex-petianas) aceitaram o desafio de dirigir uma dessas grandes reuniões do PET da Capes e me avisaram depois. Eu disse “está bem, eu ajudo vocês”, e assim foi [...] (Samuel Sá)

Observa-se com isso, que o aprendizado no Pet/GT/CS pressupõe a autonomia dos estudantes para tomarem a iniciativa nas atividades. Os tutores, por sua vez, estabelecem um diálogo horizontal, dando suporte à liberdade de pensamento e orientando as ações. Nesse esteio, não apenas o professor Samuel Sá, mas as professoras Wilma Leitão e Denise Cardoso atuam como mediadoras, auxiliando os estudantes e facilitando as experiências extracurriculares. Os tutores e também os estudantes veteranos do Pet/GT/CS desenvolvem entre si um fluxo de saberes que orienta o entrosamento do discente com a instituição de forma sistemática, e nisso reside uma evidente postura de *cultural broker*, pois aqueles que já são mais inseridos agem como intérpretes para neófitos, em diferentes níveis, interligados em uma rede autônoma de experiências, aprendizados e realizações individuais.

Pessoalmente, se é verdade que eu ajudei o Pet/GT/CS, é verdade que o Pet/GT/CS me ajudou, porque a alegria que o Pet/GT/CS me dá – só de lembrar desses momentos – é muito grande. Até então eu era um professor “aulista”. No PET fiz alunos como você (Pedro Cruz), como a Kirla, como a Bárbara (Silva), como o Luiz Eduardo, descobrirem oportunidades de viajar, de apresentar trabalhos, de dar importância ao seu histórico escolar. Me lembro de uma frase do André (Torquato) que dizia “o que seria do meu Currículo Lattes se não fosse o Pet/GT/CS?”. Ele não estava contando toda a verdade. Quando você, Pedro, ministrou cursos sobre o Currículo Lattes, exatamente para abrir os olhos dos alunos mostrando que a vida acadêmica não começa depois da graduação, mas começa na circulação dos conhecedores. Também me lembro da quantidade de viagens que você fez, que o Breno (Alencar) fez... Essas viagens não foram apenas para vocês serem auditório. E só de fazer isso, acho que o Pet/GT/CS consegue fazer algo extremamente importante, porque habilita vocês a depois serem professores. E me lembro de uma expressão que várias vezes me disseram “agora eu entrei na universidade”. Quer

dizer, o Pet/GT/CS abre uma porta para dentro da universidade que não é o vestibular que abre (Samuel Sá).

Assim, o professor Samuel Sá ressalta que algumas das práticas aprendidas no Pet/GT/CS se difundem por meio de canais informais ou interpessoais, os quais devem ser deliberadamente estimulados. Isso evidencia a riqueza dos princípios cultivados no Grupo, que é a propagação desses ensinamentos de modo sistemático e consecutivo, onde seus membros aprendem não apenas para si, mas aprendem a repassar o que obtiveram como forma de engrandecimento. Muito mais que uma didática de ensino, esse repasse de informações assume a característica de difusão horizontal e socializada. Isso diversifica ligeiramente a efetivação do conceito de *cultural broker*, pois o Pet/GT/CS acrescenta não apenas a mediação de um conhecimento culturalmente significativo, mas pressupõe uma troca interpessoal, onde conhecedores de diferentes saberes compartilham informações entre si e alternam-se no papel de interpretes – ou de “pontes” –, ajudando e sendo ajudados, sob orientação dos tutores.

Eu me lembro uma hora em que eu ouvi a professora Denise se referir ao Pet/GT/CS como um grupo que trabalha a excelência solidária. Então eu acho que se a gente consegue manter isso... Porque não é só manter a excelência, é a excelência solidária: eu sou bom porque eu sei e ajudo meus colegas; eu sou bom porque eu sei e sei falar daquilo que eu sei; eu sou bom porque eu sei, mas não sei sozinho.

Nesse ponto, o relato de Samuel Sá sintetiza a aproximação do brasilianismo singular de Wagley com as práticas exercidas no Pet/GT/CS através das ideias de excelência solidária. Observa-se que em ambos os casos se está diante de posturas de *cultural brokering*, conforme o Pet/GT/CS assume que é a troca de conhecimentos ocorrida nesse espaço – enquanto mediação efetivada entre conhecimento e conhecedores – que permite uma circulação de múltiplos saberes essenciais e implícitos à vida acadêmica. Dessa maneira, práticas como o aprendizado de línguas estrangeiras, o uso de softwares, métodos de pesquisa, a didática da sociologia no ensino médio, etc., são compartilhadas “solidariamente”. E na posição de mediador encontram-se tanto tutores, quanto os próprios alunos, em papéis ativos. A troca interpessoal e a alternância nas “posições de poder” fazem com que mesmo os alunos com melhor desempenho possam aprimorar-se onde ainda não se destacam, enquanto os neófitos se inteiram de modo sistemático –

efetivando assim a metáfora *cultural broker* do Pet/GT/CS como uma ponte que liga conhecimento e conhecedores através da excelência solidária.

Conclusão

Este artigo destacou dois grandes momentos na trajetória de Wagley que contribuíram para definir seu legado persistente no grupo Pet/GT/CS. O primeiro desses momentos marca seu trabalho de integração e propagação de conhecimento sobre saúde pública na Amazônia; o segundo compõe sua postura como um brasilianista singular que fomentou programas de intercâmbio e facilitou a adaptação de brasileiros à universidade estadunidense. Em ambos os casos Wagley atuou como um mediador, seja entre saberes culturais distintos, seja entre pessoas e ambientes culturalmente novos – tornando-se assim um *cultural broker*.

Essa postura de Wagley impressa na memória do Prof. Dr. Samuel Sá é adotada como inspiração no momento em que o grupo PET de Ciências Sociais da UFPA se transforma no grupo Pet/GT/CS-UFPA. Reestruturando suas práticas institucionais para abrir mão de critérios segregários, o Pet/GT/CS dedica-se a integrar saberes baseados no ensino, pesquisa e extensão, e repassar abertamente conhecimentos extracurriculares implícitos à vida acadêmica, potencializando a inserção de neófitos ao ambiente universitário na forma de princípios partilhados e compromissos assumidos.

As práticas de *cultural broker* incitadas por Wagley são reinterpretadas pelo Prof. Dr. Samuel Sá e tornam o Pet/GT/CS um espaço de mediação e de formação de novos *brokers*, pois o fluxo de saberes não segue apenas o sentido vertical que vai do docente para o discente, mas corre também de maneira horizontal, de discente para discente. No centro dessa sistematicidade encontra-se a ideia de excelência solidária, agindo como uma engrenagem para reestimular o ciclo de mediações, enquanto os integrantes do grupo alternam-se no papel de *broker*. Assim institui-se o aprendizado de valiosas experiências extracurriculares requeridas durante e após a vida universitária, materializando o potencial presente nos legados de Charles Wagley.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo R. 2001. “Os estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos: a produção brasilianista no pós-Segunda Guerra”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n. 27, pp. 31-61.
- BASTOS, Nilo C. de B. 1996. *SESP/FSESP: 1942 – evolução histórica – 1991*. 2ª Edição. Brasília, Fundação Nacional de Saúde.
- CAMPOS, André L. V. 2006. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas, 1942-1960*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- GENTEMANN, Karen M., WHITEHEAD, Tony L. 1983. “The cultural broker concept in bicultural education”. *Journal of negro education*, vol. 52, nº 2, pp. 118-129. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2295029>, Acesso em 26/03/2017.
- JEZEWSKI, Mary A. 1995 “Evolution of a grounded theory: conflict resolution through culture brokering”. *Advances in nursingscience*, New York, vol. 17, nº 3, pp. 14-30.
- PACE, Richard. 2014. “Os legados de Charles Wagley: uma introdução”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – ciências humanas*, Belém, vol. 9, nº 3, pp. 597-615.
- SÁ, Samuel M. A. 2014a. *O legado de Charles Wagley*. Beira do Rio - Jornal da UFPA. (Entrevista concedida ao jornalista Walter Pinto). Disponível em <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2014/149-edicao-117-fevereiro-e-marco/1552-o-legado-de-charles-wagley> Acesso 27/03/2017.
- SÁ, Samuel M. A. 2014b. “Charles WAGLEY (1913-1991), Antropologia, saúde pública e educação”. In BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Renan Freitas (Org.). *Vozes da Amazônia II*. Manaus: EDUA, Editora Valer. pp. 215-226.

IMAGENS DE ITÁ – UMA APROXIMAÇÃO À TRAJETÓRIA DE CHARLES WAGLEY⁴¹

Milton Ribeiro
millor_ufpa@hotmail.com

Aldair da Silva Freire
aldairclkttec@gmail.com

Gabriela Galvão Braga Furtado
g.galvao22.gg@gmail.com

Lenita Pantoja Silva
lenita.pantoja@hotmail.com

Yuri José Castro da Cruz
castro.yuri.gh@gmail.com

Wilma Marques Leitão
wilmaleitao@gmail.com



⁴¹Versão revista e ampliada do artigo publicado na Revista Visagem, vol. 2, n. 1, pp. 285-300, 2016.

Embarcando...

A título de Ensaio Fotográfico, apresentamos imagens e algumas impressões da trajetória de Charles Wagley em terras brasileiras, especialmente na Amazônia. Por isso a metáfora do embarque surge nesse texto para dialogar com o meio de transporte mais utilizado por Charles Wagley em sua estadia na região, em navegações pelos rios principalmente a partir dos anos 1940. Os títulos das seções sugerem o movimento de atracar dos barcos, ou mais precisamente suas *paradas*, pois foi nos cursos das águas, braços e furos que ele navegou por longos meses, incansavelmente, com o objetivo de compreender o modo de vida do homem amazônico.

Indo e vindo de Itá, nome fictício atribuído a cidade paraense Gurupá – vista na imagem acima, da terra-firme para o rio, enquadrando veleiros atracados ao porto –, ele pôde nessas paradas compreender o modo de vida ribeirinho. No entanto, antes de embarcamos n'alguns registros fotográficos deste antropólogo sobre a *comunidade amazônica*, ou de registros dele em encontros acadêmico-científicos, é preciso entendermos como seu nome foi escrito na história da antropologia.

Charles Walter Wagley (1913-1991)⁴² foi, de acordo com Richard Pace: “*Um antropólogo americano com treinamento boasiano, indigenista e brasilianista, é considerado um pioneiro em etnologia amazônica e nos estudos étnicorraciais nas Américas* (PACE, 2013, p.604)⁴³”. Porém, apesar da orientação direta do pai da antropologia americana, Franz Boas (1858-1942), foi sob influência de Ruth Benedict (1887-1948), de Ralph Linton (1893-1953) e, principalmente, de Ruth Bunzel (1898-1990), que Wagley desenvolveu sua pesquisa de doutorado na Guatemala a partir de 1937.

⁴²Ele era chamado de “Wagley” pelas/os colegas brasileiras/os (DAMATTA, 2014, p. 620) e de “Chuck” por outras/os em correspondências ou em relações pessoais (PACE, 2014a). Vicente Salles (2015) trata o antropólogo por Carlos Wagley.

⁴³Tradução livre do original em inglês.

Graduou-se em 1936 e obteve o título de doutor em 1941, ambos em *Columbia University*, com dissertação intitulada *Economics of a Guatemalan Village*. Seus escritos foram marcados, sobretudo, pela perspectiva do particularismo histórico, de Boas, e da ecologia cultural, de Julian Steward (1902-1972) (AGRA, 2015). E apresenta em seus trabalhos, a forte tendência dos estudos sobre aculturação e os chamados estudos de comunidades, bastante em voga à época.

Antes mesmo do término da pesquisa doutoral, ainda em 1939, com o apoio de Heloísa Alberto Torres (1895-1977)⁴⁴, então Diretora do Museu Nacional-RJ, e com o auxílio de Alfred Métraux (1902-1963), Wagley chegou ao Brasil, indo à região do rio Araguaia estudar os Tapirapé, no Mato Grosso, onde permaneceu por 15 meses. Durante este período de pesquisa de campo, ele contraiu malária e, sem notícias do brasilianista, a direção do Museu Nacional resolveu enviar uma equipe para encontrá-lo (PACE, 2014a). Integrava esta equipe o jovem Eduardo Galvão (1921-1976), de quem Wagley se tornou amigo pessoal e parceiro profissional até a morte do primeiro, em 1976. Nesta parceria vivenciaram momentos importantes para os dois, além de inúmeras publicações: Galvão é considerado o primeiro brasileiro a obter o título de doutor em Antropologia, com tese defendida na Universidade Columbia; e foi o primeiro orientando de Charles Wagley.

As relações de troca, de contato e a formação de redes pessoais e profissionais foram vivenciadas por Wagley desde sua chegada ao Brasil podem ser avaliadas a partir da imagem abaixo, registrada no Museu Nacional, em 1939⁴⁵, onde estão, da esquerda para a direita: Édison Carneiro (1912-1972), Raimundo Lopes (1899-1941), Charles Wagley (1913-1991), Heloísa Alberto Torres (1895-1977), Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Ruth Landes (1908-1991) e Luiz de Castro Faria (1913-2004) (CORRÊA, 2003, p. 55; CORRÊA, 2013, p. 38).

⁴⁴Cf. Corrêa (2003) – especialmente o Capítulo IV “Dona Heloísa & A pesquisa de campo”.

⁴⁵ Roberto DaMatta apresenta interessante análise desta fotografia (DaMatta, 1985).



Fonte: CORRÊA, 2003

De acordo com Pace,

apesar de Lévi-Strauss ter dado crédito a Lowie para o conhecimento crítico que dirigiu suas futuras pesquisas sobre parentesco, foi Wagley, possivelmente à época desta fotografia, quem explicou a Lévi-Strauss, no Brasil, os detalhes sobre os diferentes sistemas terminológicos e de descendência (PACE, 2014a, p.599).

Em 1940, Wagley se casou com Cecília Roxo. E a partir de 1941, já na companhia de E. Galvão, iniciou sua segunda pesquisa com os Tenetehara, no Maranhão.

Com a entrada dos EUA na II Guerra Mundial, Wagley foi recrutado para se juntar ao SESP (organização de saúde pública brasileira recém-criada) para auxiliar nos esforços em melhoria da saúde dos trabalhadores rurais com a finalidade de aumentar a extração de recursos-chave em tempos de guerra. Wagley trabalhou na Amazônia com os seringueiros – na criação de postos de saúde e produção de materiais educativos culturalmente apropriados sobre saúde e prevenção de malária. Sua obra – um dos primeiros exemplos aplicados de antropologia médica – provou ser de tal valor que o governo brasileiro condecorou-o com a prestigiosa Medalha de Guerra e nomeou-o à

Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (uma honraria concedida aos estrangeiros em reconhecimento ao significativo serviço à nação)⁴⁶ (PACE, 2013, p. 902).

As honrarias mencionadas no texto de Richard Pace foram concedidas em 1946⁴⁷ e, de acordo com sua filha, Isabel Wagley Kottak, ele “tinha muito orgulho disso, e sempre dizia que foi nesse tempo que ele conheceu muitos brasileiros de todas as profissões: acadêmicos, jornalistas, médicos...” (KOTTAK, 2007, p.76).

Primeira parada: pesquisa de campo e incursões fotográficas em Itá

Charles Wagley visitou pela primeira vez Gurupá em 1942, como técnico do SESP, levando orientações sobre educação e saúde para os habitantes do Vale Amazônico, “dentro do chamado ‘esforço de guerra’” (SÁ, 2011, p.111). Em 1948, Wagley, Galvão e suas respectivas esposas, Cecília e Clara, foram para Gurupá realizarem a pesquisa de campo que possibilitou a redação dos livros: *Uma comunidade amazônica: um estudo do homem nos trópicos*, publicado originalmente em inglês, em 1953, de Charles Wagley; e *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá*, tese de doutorado de Eduardo Galvão, publicada pela primeira vez em português em 1955. Em ambas as publicações é possível observamos a descrição da vivência do homem amazônico, os problemas enfrentados em seu cotidiano e as relações sociais estabelecidas na comunidade de Itá.

Em *Uma comunidade amazônica*, Wagley também trata das festas realizadas em Itá e em povoados das zonas rurais próximas, feitas para comemorar o final do inverno – período de intensas chuvas que se estendia entre os meses de janeiro a abril – e a chegada do verão tropical da região amazônica. As festividades iniciavam em junho, no dia de Santo

⁴⁶ Tradução livre do original em inglês.

⁴⁷ A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul no grau de Oficial foi concedida “ao Senhor Charles Walter Wagley, Técnico da Divisão de Educação Sanitária do Serviço Especial de Saúde Pública”, pelo Decreto s/n, de 23/01/1946, Diário Oficial da União, de 24/01/1946, Seção I (Ministério das Relações Exteriores), p. 1214. A Medalha de Guerra foi recebida por oficiais da Marinha de Guerra americana e civis, dentre eles Charles Wagley (Decreto s/n, de 20/06/1946, Diário Oficial da União, de 29/06/1946, Seção I (Ministério da Guerra), p. 9667). Ambos decretos foram assinados por presidentes do Brasil (José Linhares e Gaspar Dutra, respectivamente) que estiveram no poder entre os governos de Getúlio Vargas.

Antônio, e encerravam em dezembro, com a festa de São Benedito – comemorada um pouco antes do início da temporada de chuvas, fechando o ciclo de festividades do verão amazônico.

Na descrição de Wagley sobre o calendário de festas em Gurupá, o Natal não aparece. Mas aparece a festa do padroeiro dos pobres “invadindo” de certo modo o que seria a época natalina. (1-27 de Dezembro). [...] no caso de São Benedito, uma outra interpretação poderá ter lugar se além daquela “invasão” acima referida o fato é recorrente, por exemplo, em Bragança, na região Nordeste do Pará, onde o santo é festejado com danças como a da marujada (SÁ, 2011, p.112).

As referências climáticas e temporais assinaladas pelo professor Samuel Sá (2011) permitem-nos entender que o registro de Wagley é de uma representação da festa (RAMOS, 2014), já que sua permanência no campo foi entre junho e setembro e não o período da festa. As lentes de Wagley registram a gentileza da população de Gurupá na contribuição do conhecimento de Charles Wagley sobre o cotidiano e as festas populares nesta região da Amazônia.

A festa dedicada a este santo era comemorada, principalmente, por devotos das camadas sociais mais privilegiadas, enquanto que a de São Benedito era predominantemente constituída por *gente do povo*. Assim, este acabou sendo considerado como o santo protetor dos seringueiros e ao santo eram oferecidos donativos referentes ao produto do primeiro dia de colheita de cada devoto em retribuição às graças recebidas durante o ano.



Ex-votos - Objetos de promesseiros
Fotografias de Charles Wagley (1948)

À época, a Igreja Católica reconhecia apenas as festividades de São João e São Benedito. E consideravam as demais existentes nos povoados rurais de Itá como profanas, nas quais os padres católicos não eram bem-vindos, pois, se estivessem presentes, não haveria bebidas nem dança. As festas profanas eram organizadas por irmandades religiosas que não estavam subordinadas à Igreja.

[...] Aqui [Gurupá] sempre do mesmo jeito; não há nada de novo, a não ser a festa de São Benedito que está se aproximando, eu lamento a falta do professor Charles, e sua para cairmos em uma boa roda de Samba, com um pouco da (boa Milagrosa) [aguardente] na cabeça para animar (CORRESPONDENCE 1948-1949⁴⁸).

⁴⁸Carta de Benedito de Sousa (de Gurupá) para Eduardo Galvão, em 3 de Novembro de 1948.



Festividades religiosas do interior de Gurupá
Fotografias de Charles Wagley (1948)

Wagley quer mostrar que cada irmandade possuía a imagem e o estandarte do santo homenageado e durante as festas iam de casa em casa com seus instrumentos musicais – tambores, matracas e raspadores – cantando em homenagem aos santos e pedindo donativos⁴⁹. As festas representavam o divertimento e contribuíam para unificar a comunidade e estabelecer um elo entre os residentes da cidade e os das zonas rurais.



Deslocamentos para a festa Fotografia Charles Wagley 1948

⁴⁹As fotografias estão disponíveis no site da *University of Florida Digital Collections*.

Segunda parada: a importância do SESP

Longo estirões vencidos no grande rio. A “Paraguassú” havia transposto as ilhas. O rio longo se desdobra. Depois é a velha fortaleza de Gurupá. A cidade aparece, o clássico trapiche. O barranco cor de brasa ou vestido de verde, o verde da Amazônia. Vamos passar quinze dias em Gurupá, a experiência será mais demorada (SESP, 1945).

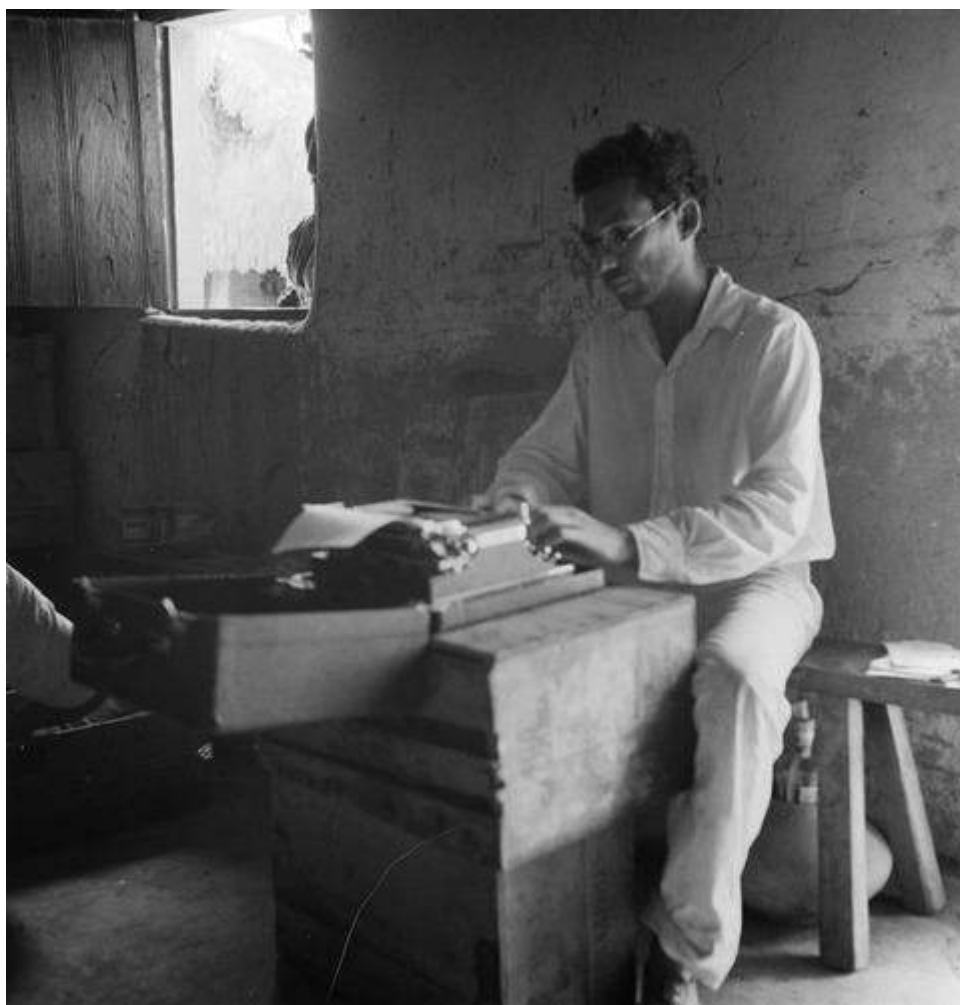


Acima, podemos ver Charles Wagley e o escritor paraense Dalcídio Jurandir a bordo da embarcação chamada *Paraguassú*, rumo às expedições ao vale amazônico, nas atividades da Divisão de Educação Sanitária do SESP (PACE, 2014, p.690).

Eles estavam levando o projeto de *slide sounds* para orientar a população sobre as doenças locais, principalmente a malária. Desenvolvendo assim um amplo trabalho e sensibilizando as autoridades locais sobre as doenças. E, para resolvê-las, seu ponto de partida era o diálogo intenso com a população local, em uma tentativa de traduzir o saber local a partir das categorias nativas e do entendimento que detinham sobre saúde e doença e do uso de conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais da região.

No respeito às premissas antropológicas indicadas acima, e contando com a parceria dos estúdios Walt Disney, contratado via Instituto de Assuntos Interamericanos – do qual Wagley foi representante a partir de 1941 – foram realizados filmes educativos sobre prevenção e combate às doenças tropicais, como *Guerra de mosquitos* e *Sementes de ouro*, animações descontraídas, com a missão de entreter a população ao mesmo tempo em que informava (SESP, 1941).

As primeiras cidades a receberem o projeto foram Breves, Cametá, Abaetetuba e Gurupá e em seus relatórios, Wagley sempre demonstrou entusiasmo ao conhecer as populações que viviam ao redor do vale amazônico (SESP, 1945). A cada experiência, ele relatava um grande interesse de conviver com a população, principalmente na cidade de Gurupá.



Dalcídio Jurandir, em escritório improvisado. University of Florida Digital Collections - Biblioteca Digital Curt Nimuendaju (<http://www.etnolinguistica.org/library/ufdc>)

Por meio de seu trabalho, Wagley foi o elo de ligação entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos em programas para combater as doenças tropicais; demonstrando sempre dedicação e conhecimento. Assim, realizou trabalhos inéditos no Brasil, e foi elogiado por autoridades estrangeiras e brasileiras por ter atraído a confiança de pessoas simples que moravam ao redor do vale amazônico, utilizando-se dos meios de comunicação para informar sobre as doenças.

Terceira parada: relações interinstitucionais – EUA e Brasil

A partir de suas contribuições à antropologia brasileira, especialmente para o desenvolvimento desta ciência na região amazônica, ao longo dos anos, ele recebeu várias láureas. Uma dessas homenagens foi registrada pela câmera de Antônio Pinheiro, fotógrafo aposentado do Museu Paraense Emílio Goeldi. Na próxima imagem vemos Charles Wagley recebendo uma medalha de ouro que simbolizava sua contribuição à ciência da Amazônia. Esta homenagem foi concedida pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia em cerimônia no Museu Paraense Emílio Goeldi, em outubro de 1981.



Da esquerda para a direita: Cléo Bernardo, Charles Wagley e Samuel Sá. Fotografia Antônio Pinheiro. Coleção fotográfica do MPEG⁵⁰

Uma das últimas atividades que Charles Wagley desenvolveu em solo brasileiro foi a participação como interlocutor do Acordo de cooperação técnico-científico entre a *University of Florida* e a Universidade Federal do Pará, no ano de 1974. Este acordo contribuiu para o fortalecimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da UFPA, inaugurado em 1973, e que nasceu como uma unidade acadêmica instituída para o ensino de pós-graduação, a partir do Curso de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM), com o objetivo de analisar as perspectivas econômicas e sociais do território amazônico.

Na mesma ocasião, Wagley fez uma crítica à construção da Rodovia Transamazônica⁵¹, publicada em 1977 no prefácio à segunda edição brasileira de *Uma comunidade amazônica*, provavelmente referendando a questão colocada por seu

⁵⁰ Assinalamos que Pace (2014b, p.692) indica *autoria desconhecida* de uma fotografia do acervo pessoal da filha do casal Wagley, Isabel Kottak, que muito provavelmente registra o mesmo evento acima. Nossas pesquisas no Fundo Eduardo Galvão do Museu Paraense Emílio Goeldi permitiram identificar ser de Antônio Pinheiro, fotógrafo da instituição.

⁵¹ Trata-se da BR 230, iniciada em 1972, ligando a cidade de Cabedelo, na Paraíba, à Lábrea, no Amazonas – cortando sete estados brasileiros.

orientando Emílio Moran, e afirmando os riscos e danos socioambientais causados pelo empreendimento do governo federal brasileiro.

Não podemos deixar de salientar, também, que um dos mais delicados sistemas ecológicos do mundo, a floresta pluvial amazônica, se acha agora em perigo. Ver-se-á toda a intensidade de vida da região amazônica transladar-se do grande sistema fluvial para as proximidades das rodovias; ao invés das várzeas dos rios, ocupar-se-á a terra firme” (WAGLEY, 1988, p. 13).

Sempre preocupado com as questões amazônicas, mesmo após deixar a Universidade de Colúmbia, em 1971, e tornar-se *Graduate Research Professor* na University of Florida Gainesville, Wagley passou a orientar diversos estudantes, também interessados nos problemas amazônicos (SCHMINK, 2014). Alguns desses estudos, frutos de teses de doutorado e de pesquisas desenvolvidas no Pará e no Amazonas, por exemplo, encontram-se disponíveis na biblioteca do NAEA. É importante frisar que neste acervo constam os trabalhos dos professores Samuel Sá e Emílio Moran, orientandos de Wagley em *Gainesville*, e que já pertenceram ao quadro docente do NAEA.

Então, mantendo seu compromisso com a Amazônia, Charles Wagley foi protagonista, em 1973, da conferência da *University of Florida* e do Centro de Estudos Sul-Americanos sobre a situação da Transamazônica. Na segunda edição deste evento, no ano de 1982, Wagley palestrou sobre a expansão da fronteira amazônica para mais de duzentos estudiosos em antropologia, com participantes de oito países de fronteiras amazônicas.

Charles Wagley continuou contribuindo para os estudos antropológicos na Amazônia ensinando às/aos suas/seus estudantes sobre o modo de vida das/nas comunidades amazônicas. E mesmo após sua aposentadoria, em 1983, ele continuou a servir a disciplina – escrevendo e orientando principalmente – até seu falecimento, em 1991.

Este texto é um produto da equipe do projeto “Charles Wagley como articulador institucional”, coordenado pela Profa. Dra. Wilma M. Leitão, da Universidade Federal do Pará, iniciado em 2015 e encerrando aqui suas atividades. A pesquisa principal teve por objetivo entender este antropólogo como “articulador entre diferentes instituições, brasileiras e estrangeiras e como agente fundamental na formação de pesquisadores voltados aos temas importantes para compreensão da região amazônica” (Leitão, 2015). O projeto contou com o apoio do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da UFPA que pesquisaram na Biblioteca do Museu da UFPA, no Arquivo Central da UFPA, na Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, na Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi e no Arquivo Geral do Instituto Evandro Chagas. A pesquisa é basicamente documental, bibliográfica e arquivística com vistas a uma reflexão etnográfica dos documentos e imagens, das passagens de Charles Wagley pela Amazônia, numa tentativa de identificar/compreender as relações construídas entre o antropólogo e as instituições nacionais e estrangeiras e os modos de viver na região.

As imagens exibidas no presente texto encontram-se disponíveis em *University of Florida Digital Collections*, nos livros de Mariza Corrêa e no Dossiê “Um tributo a Charles Wagley” do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, devidamente citados, e constantes nas referências.



REFERÊNCIAS

- AGRA, Klondy. 2015. *Águas da Amazônia: sentidos, percepções e representações*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná.
- Convênio Universidade Federal do Pará/Universidade da Flórida. 1974. *Cooperação técnico-científica*. Código 004 – Convênios, Fundos UFPA/SEGE, Cx. 4, P. 36, Belém, Arquivo Central da UFPA.
- CORRÊA, Mariza. 2003. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- CORRÊA, Mariza. 2013. *Traficantes do simbólico e outros ensaios sobre a história da Antropologia*. Campinas, Editora da Unicamp.
- CORRESPONDENCE, 1948-1949, to Charles Wagley – UF. Disponível em <http://ufdc.ufl.edu/UF00103046/00001?search=charles+=wagley> Acesso em 24 de março de 2017.
- DAMATTA, Roberto. 1985. “De volta aos Tristes Trópicos”. *Ciência Hoje*, vol.4, n.21, pp.78-80.
- KOTTAK, Isabel Wagley. 2007. “Lembrança do meu pai, Charles Wagley”. In PEREIRA, Cláudio Luiz & SANSONE, Lívio (org.) *Projeto Unesco no Brasil: textos críticos*. Salvador, EDUFBA, pp. 74-80.

- LEITÃO, Wilma. 2015. *Charles Wagley como articulador institucional*. Projeto de pesquisa. Belém, FCS/IFCH/UFPA.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. 2011 “Memória da Antropologia na Amazônia ou como fazer ciência no ‘Paraíso dos etnólogos’”. In MAGALHÃES, Sônia; SILVEIRA, Isolda e SANTOS, Antônio Maria (orgs.). *Encontro de Antropologia: homenagem a Eduardo Galvão*. Manaus, EDUAM; Belém, MPEG. pp. 72-103.
- PACE, Richard. 2013. “Charles Wagley”. In: McGEE, R. Jon & WARMS, Richard L (ed.) *Theory in Social and Cultural Anthropology: An Encyclopedia*. Los Angeles, SAGE Knowledge. Disponível em <http://sk.sagepub.com/reference/theory-in-social-and-cultural-anthropology/n305.xml> Acesso em 28 de março de 2017.
- PACE, Richard. 2014a. “O legado de Charles Wagley: uma introdução”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 9, n. 3, pp. 597-602.
- PACE, Richard. 2014b. “Os Tapirapé, Tenetehara e gurupaenses através das lentes da máquina de Charles Wagley: uma análise de conteúdo”. In *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 9, n. 3, pp. 675-694.
- PINHEIRO, Antônio. *Coleção fotográfica MPEG*. Arquivo Guilherme de La Penha CID/MPEG.
- RAMOS, Euniani Aparecida dos Santos. 2014 *Imagens que retratam histórias: uma etnografia sobre fotografias de Charles Wagley em uma comunidade amazônica*. Belém, Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará.
- SÁ, Samuel. 2011. “Etnografia de múltipla entrada?” In MAGALHÃES, Sônia; SILVEIRA, Isolda; SANTOS, Antônio Maria (orgs.). *Encontro de Antropologia: homenagem a Eduardo Galvão*. Manaus, EDUAM; Belém, MPEG. pp. 110-114.
- SALLES, Marena. 2015 “Apresentação”. In SALLES, Vicente, *O negro na formação da sociedade paraense*. 2ª edição. Belém, Editora Pakatatu.
- SCHMINK, Marianne. Charles Wagley’s legacy of interdisciplinary graduate research and training programs at the University of Florida. In *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 9, n. 3, pp. 661-674.
- SESP. 1941 “Filme de Walt Disney”, *Boletim do SESP*, n. 9, pp. 6.
- SESP. 1945 “Viagem no Pará”, *Boletim do SESP*, n. 24, pp. 2-4.

UNIVERSITY OF FLORIDA DIGITAL COLLECTIONS. Disponível em <<http://ufdc.ufl.edu/dlosawagley/results/brief/2/?t=charles+wagley>> Acesso em 24 de junho de 2016.

WAGLEY, Charles. [1953] 1988. *Uma comunidade amazônica: um estudo do homem nos trópicos*. Tradução Clotilde da Silva Costa. 3ª edição, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP (Reconquista do Brasil, 2ª série, vol.136).

APÊNDICE

Nosso objetivo nesta seção é reapresentar ao público artigos de autoria do Prof. Samauel Sá, publicados em fontes de difícil acesso. São testemunhos importantes, mas que ficaram registrados em seus suportes originais e agora podem ser lidos por todos aqueles que se interessam pela antropologia de Charles Wagley e Eduardo Galvão.

EDUARDO GALVÃO HIS CAREER AND HIS PRESENCE AS AN ANTHROPOLOGIST IN THE BRAZILIAN AMAZON AREA⁵²

Samuel A. Sá

Elisa V. Sá

Department of Anthropology
University of Florida

Eduardo Galvão was a pioneer Brazilian anthropologist who began his career in the 1930's. Though born in Rio de Janeiro, he spent four decades doing research on the Indian and rural populations of the Brazilian Amazon area. His name is primarily linked with two Brazilian public institutions of research: the Museu Emilio Goeldi of Belém, Pará, Brazil, and the Museu Nacional in Rio de Janeiro. In Belém, Pará, he helped to prepare a team of local Amazonians as anthropologists. Galvão studied abroad after World War II. He received his Ph.D from Columbia University in 1952. His career suggests the addition of a further category to the list of career patterns of Brazilians proposed by Anthony Leeds (1978). However, Galvão's rigorous preparation and his unfailing commitment to the people of the Brazilian Amazon area place his career in sharp contrast to the opportunistic patterns described by Leeds.

He was born on January 25, 1921 and died on August 30, 1976. This paper is both a subjective and an objective appreciation of his career: personal memories of the anthropologist are combined with an attempt to place his work from the point of view of Brazilian graduate students not experiencing American education. The main sources for

⁵² Publicado originalmente em *Florida Journal of Anthropology*. 1979. Gainesville, vol. 4, n. 2, pp. 5-15. Agradecemos aos editores autorizarem a republicação.

this article are: personal contacts with Eduardo Galvão, written material obtained from his widow, Clara Galvão, and several biographical notes (Faria n.d., AGOSTINHO, 1976).

In the 1950's, one of the authors of this article read Charles Wagley's *Amazon Town*, which was translated into Portuguese in 1956. In the preface, Eduardo Galvão's name appeared along with that of his wife. They had "given assistance and collaboration" in Wagley's field work which was carried out in 1948. Wagley's book appeared in the *Brasiliana* collection which included other excellent works in translation such as those by H. W. Bates and Alfred R. Wallace on the natural history of Amazônia. Also in this series we discovered a book by Eduardo Galvão entitled Santos e Visagens which was a study of the folk religions of the same Amazon community about which Wagley had written. Then, later in the 1960's, one of us studied social sciences in the Faculty of Philosophy at the University of Pará. In the course in sociology and anthropology, both Wagley's and Galvão's books were recommended by Professors Orlando Costa and Napoleão Figueiredo. We discussed in class many points raised in these two studies, such as whether or not Itá was a representative community and the concept raised in Galvão's article on indigenous culture areas (Galvão 1960).

In 1966, an international meeting was held in Belém sponsored by the Brazilian National Research Council and the Smithsonian Institution in honor of the one hundredth anniversary of the Museu Emilio Goeldi. This symposium, called the Biota Amazônica, was attended by scientists from all over Brazil, from Europe and the United States and papers were presented in the natural sciences, linguistics and anthropology. At one session on anthropology, both Wagley and Galvão presented papers and discussed themes related to the Amazon area. Such discussions allowed students from the University to witness and to hear scientists engaged in a dialogue. Galvão's respectful manner of dissent, the orderly manner of his debate and his lack of use of rhetoric impressed all of us. At that meeting we learned that Galvão had returned to Belém from the University of Brasília where he had taught for several years, to resume the position of director of the Division of Anthropology at the Museu Emilio Goeldi. Thus, our acquaintance with Galvão and his work progressed

from a reference in Wagley's book, to his own written work, and then to a personal encounter at the Biota meetings.

Throughout the following years, we met Galvão from time to time but our closest association with him was through his wife Dona Clara Galvão. Mrs Galvão was director of the library at the Museu Emilio Goeldi and students at the University had the right to use that library. She was, of course, especially interested in the work of students of anthropology and the social sciences and we consulted with her often. In 1968, one of us came to work directly with Eduardo Galvão. Upon his return from study in Europe, Samuel Sá was asked to coordinate a course on acculturation of Amazon populations which was sponsored by the Brazilian Conference of Bishops. Eduardo Galvão organized the lectures in the field of anthropology calling upon his colleagues Protasio Friel and Expedito Arnaud of the Museu Goeldi staff to participate. As a consequence of this course, Galvão invited Samuel Sá to participate in his weekly seminar held at the Museu Goeldi.

These seminars which continued for many years were aimed at the training of young anthropologists in the Brazilian Amazon region and to allow younger staff members of the Museu Goeldi to keep in touch with more mature scholars. The Museu Goeldi for many decades has attracted scientists who were either beginning or returning from field expeditions in the Brazilian Amazon. Galvão's seminar became a forum for Brazilian and foreign scholars in anthropology and related disciplines. Each Friday afternoon either a visitor, an advanced student, or Galvão himself led a discussion which lasted about two hours or more. Galvão was generally present except when he was away on a field trip, and his participation brought new insights, authors, articles and books and theories to bear on Amazonian problems. His sense of humor was a constant feature in his teaching method. He promoted interdisciplinary collaboration such as the collaboration of archeologists and botanists on the staff of the Museu Goeldi. In his own work, he provided a model for younger scholars, insisting as he did on constant reading in several languages, on field research, and most importantly on a commitment to the local Amazon people.

One of the subjects emphasized in these seminars was field research. Galvão pointed out to young researchers the heuristic value of conflict situations or crises which might reveal to them aspects of a local culture otherwise hard to grasp. He explained that in rural Amazônia, among tribal groups, and even in complex societies, it was not law that solved conflicts but that there were other alternatives⁵³. He insisted upon objective observation and felt that the best strategy was “to get close to people”. One could observe human relationships even from the vantage point of a hammock “if one were close to people”. A good way to begin field research was simply by “bestando” – which is a Brazilian expression for listening, watching and idle wandering. He illustrated his points about field research by examples taken from his own vast experience among Brazilian Indians, rural populations, and even urban migrants. In these seminars Galvão provided an opportunity for local Amazonian students to discover the role of anthropology in understanding regional cultures and social problems. He also provided the basis for further training for many local students, many of whom received grants for research and fellowships for graduate study in Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia and the United States.⁵⁴

In 1974, Galvão participated in a seminar at the newly established Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (Center for Amazonian Advanced Studies) at the Federal University of Pará. At these seminars, there was considerable discussion of Amazonian colonization projects then underway. In these discussions, Galvão showed his concern for the native Amazonian populations and he stressed the necessity of including the caboclo⁵⁵ as colonizers along with people from the south and northeastern regions of Brazil who were

⁵³ One may remember the diagram presented by Hansen and Wolf (1972:95) of conflict settlement in two different Latin American towns. A conflict situation is a heuristic tool in that it reveals aspects of roles, rules, behavior, innovation and tradition intensified in time and space.

⁵⁴ Seven participants in the Friday seminars went so to received advanced degrees in anthropology and social sciences. Six received degrees at the master's level and one is presently a doctoral candidate. Two of these students studied at the Museu Nacional, in Rio de Janeiro, two at the University of Bahia, Salvador, one at the University of São Paulo, São Paulo, and two studied in North American universities.

⁵⁵ Caboclo (feminine cabocla) is a term first applied to acculturated Indians and later used to designate people of mixed Indian and European ancestry. The term is now generally used to refer to any member of the rural lower class (Smith 1972:733). Caboclo is defined by Wagley (1971:91) as a rural peasant.

being given priority by the planners. His thesis was that the caboclo had traditional knowledge of how best to exploit the ecological zones of the Amazonian forest and could teach much to outsiders. Later, Emilio Moran, who was then a graduate student at the University of Florida doing field research along the Transamazon Highway, confirmed Galvão's point of view by empirical research near Altamira in the state of Pará (Moran 1975). At every turn in these seminars, which sometimes helped direct Amazonian development policy, Galvão defended the local caboclo and their role in the Amazonian future just as he promoted the future development of local personnel in scientific endeavors. Although born and educated in Rio de Janeiro, Galvão adopted the Amazon as his home. He did not come to Belém with the "semi-colonial" attitude of serving for a time but returning to the south of Brazil. Attracted originally to north Brazil by his scientific interest in Indians and rural caboclos, he became an "insider" thoroughly identified with the region.

As a nationally and even internationally known anthropologist, Galvão had a wide network of friends, colleagues and former students, who often visited with him in Belém. We remember one evening when Eduardo Galvão, dona Clara and Noel Nutels were our guests for a regional dinner. Nutels was a physician famous in Brazil for his work on tuberculosis among Native Americans. Although strongly committed to the cause of Indians, Nutels was critical of anthropologists whom he called "gigolos of the Indians" (implying a parasitic role). Both Nutels and Galvão were critical of one another but they communicated in a friendly and humorous way exchanging stories about their experiences with various Indian groups, and they supported each other's work. The Galvãos were certainly middle class but there was no ostentation or display of material possessions. They owned an automobile but Clara Galvão was the motorist for Eduardo could not drive. He made this his excuse for begging rides and he boasted that this gave him a chance to "be close to people" and to make new friends. Galvão translated his professional career and his personal life into a humanistic concern.

Until this point, we have focused upon Eduardo Galvão as we knew him as a professional and a friend living in Belém and participating in Amazonian society. Something must be said about his background before we knew him. As stated above, he was born in Rio de Janeiro where he studied in primary and secondary schools and where he attended a university. He came from an upper middle class family. His father was an attorney and worked with the High Military tribunal. His paternal grandfather was a career officer in the Brazilian Army who rose to the rank of Field Marshal and acted as Minister of the High Military Tribunal. He was made Baron of Apa by the Emperor Pedro II – such titles were awarded during the Empire and limited to one generation. Clara Galvão also came from a military family; her father was an officer in the Brazilian Navy.

Eduardo Galvão did his undergraduate studies at the Faculty of Philosophy at the Colegio Lafayette in Rio de Janeiro where he received his B.S. degree in geography and history. Even as an undergraduate, he had decided upon anthropology as a career and he worked as a volunteer at the National Museum in Rio. As an undergraduate, he took part in anthropological field research with Charles Wagley among the Tapirapé and Tenetehara Indians and among the Cayua Indians of southern Brazil with James and Virginia Watson. During his undergraduate days his hobby was mountain climbing, scaling the peaks of the Serra dos Orgãos and others near Rio de Janeiro. In 1942, he was appointed “Auxiliary Naturalist” on the staff of the National Museum.

In 1947, he received a fellowship to undertake graduate work at Columbia University in New York. This long-standing ambition was almost frustrated by bureaucracy. Despite strong recommendations from both Brazilian and American institutions, he was denied a leave of absence from his position at the National Museum in order to further his studies abroad. In fact, Galvão’s fellowship was part of a long-term informal agreement between the National Museum and Columbia University. Years before Dr. Edgar Roquette-Pinto, a pioneer anthropologist in Brazil, had entered into contact with Franz Boas, seeking to attract American anthropologists to Brazil and to arrange for

advanced training for Brazilians. In the late 1930's⁵⁶, Heloisa Alberto Torres, an anthropologist and then director of the National Museum, renewed this with Ruth Benedict. Five young anthropologists came to do research in Brazil under the sponsorship of the National Museum: Jules Henry, Buell Quain, Ruth Landes, William Lipkind and Charles Wagley. Later in 1941-42, Charles Wagley returned to Brazil to begin a formal field training program financed by the office of the Coordinator of Inter-American Affairs. World War II interrupted this program but after the war a second phase was planned during which Brazilians would study at Columbia University. Galvão resigned from the National Museum staff rather than forego the opportunity. Thus, his study abroad was part of a pioneer program designed to develop anthropology in Brazil.

Galvão studied at Columbia University from 1947 through 1949 when he returned to Brazil to do field research for his doctoral dissertation. At Columbia University, he studied with Julian Steward, Gene Weltfish, William Duncan Strong, Joseph Greenberg and Charles Wagley. His graduate peers were such people as Eric Wolf, Sidney Mintz, Vera Rubin, Marvin Harris, Anthony Leeds, Harry Hutchinson, Robert Murphy, Morton Fried, and others of a post-World War II generation. His doctoral dissertation, mentioned above, was entitled The Religious Life of an Amazon Community, and it was defended in 1952 when Galvão returned to Columbia University for that purpose. Also, as mentioned above, it was published in Brazil under the title of Santos e Visagens in 1955 (second edition, 1976) and it remains a classic study of Amazon community life. Galvão was one of the first Brazilians to receive a Ph.D degree from a North American university.

⁵⁶ In the 1930's, field work on Brazilian culture by Brazilians was part of a search for cultural identity. Thus, anthropological research sought a nationalistic perspective in the place of "outside" views which centered on modernization. In doing so, it was necessary to choose a path somewhere between the extremes of unwarranted pride (ufanismo) and inferiority (mazombismo). In the 1970's, this search for a nationalistic perspective is still alive. The Brazilian anthropologist Roberto da Matta (1976:10) asserts that research on Brazilian Indians is important not because it represents some sort of "philanthropy, but rather because as full humans they have elaborated original solutions for problems of both theirs and our society". Galvão benefited from and helped to answer the challenge of this perspective.

Galvão's first publications appeared even before he received his North American "union card" (Ph.D. degree). Three articles were written between 1946 and 1949 by Charles Wagley and Eduardo Galvão (Wagley and Galvão 1946, 1948a, 1948b) and the two published a book length monograph on the Tenetehara Indians of the State of Maranhão in 1949. In later years Galvão replicated this patterns of collaboration with students and younger colleagues, publishing articles with Adelia Oliveira, Mário F. Simões, and Expedito Arnaud. After 1952 he extended his research interests to the tribes of the Xingu River headwaters, particularly the Kamayura and the Juruna and later in his life to the tribal groups of the upper Rio Negro. Throughout his life he maintained an interest in rural populations. In 1959 he did work in central Bahia with Marvin Harris and he returned frequently to the rural regions of Amazonia.

After receiving his doctorate at Columbia University, Galvão returned to the staff of the National Museu in Rio but by 1955 he moved to the Museu Emilio Goeldi in Belém where he remained except for a period between 1955 and 1976. He occupied the position of "Chief Research" and finally director of the Anthropology Division. Between 1963 and 1965 he moved to Brasilia where he was invited by his colleague Darcy Ribeiro to establish undergraduate and master's degree level studies in anthropology at the new University of Brasilia. There he initiated students such as Pedro Agostinho, George Zarur, Adelia Oliveira, Lucia Mattoso Camara, Gilda Azevedo and others into their anthropological careers. His stay at the University of Brasilia (UnB) was cut short by a national crisis. The Brazilian military government which came into power in 1964 intervened into university affairs and Galvão, in solidarity with two hundred other professors on the University of Brasilia faculty resigned in protest. He was welcomed back at the Museu Goeldi and to Belém, which he had come to consider his home. There he continued his own research and he cooperated with the Department of Anthropology at the University of Florida where his friend and colleague of many years, Charles Wagley, now taught. In 1974 he participated in a summer field training program in which Emilio Moran, Susan Poats, Darrel L. Miller, Linda Miller, Maria del Carmen Arrué, Steven Brian Burkhalter, Lynn Buschman, Curtis Glick and Arlene Kelly, all of the University of Florida, participated. In 1975 he also gave

support and advice to Mércio Gomes, a Brazilian graduate student at the University of Florida, who worked under his direction while doing research for his doctoral dissertation among the Tenetehara Indians, the tribe studied by Galvão and Wagley many years before.

Finally, it seems to us that Galvão's career as a research scientist and as a teacher illustrates several general points about the educational process and Brazilian careers. His concept of learning and teaching was not a hierarchical system where the older generation teaches and the younger generation learns as Émile Durkheim would have it. Rather, it was mutual learning by doing, as illustrated by the collaborative efforts of Wagley and Galvão and by Galvão and his students and colleagues. This seems to us to be similar to the strategy set forth by Solon Kimball (1974:280), by Matthew Miles (1964:438), by Margaret Mead (1970:25) and by John R. Friedman (1973:196), who see a "task-force approach" as a reliable educational strategy. One of Galvão's Brazilian students emphasized as his strongest educational assets the "sensitivity and willingness to listen and his concern for students" (Agostinho n.d.). Galvão's career in Brazil also seems to offer an alternative pattern to that present by Anthony Leeds (1978) in which he describes the filling of new positions by self-educated people as a society opens up new roles and occupations. In Galvão's case, he came thoroughly prepared by study in Brazil and abroad to fill a need in Brazilian society. As graduate students from Brazil and from Amazonia, the authors see a model in Galvão's career. They also see a pattern to his scholarship in which his peers, his mentors, his friends, his wife, the people he studied and the region he came to love formed integral parts. Luiz Castro Faria, a colleague of Galvão since 1939, summarized Galvão's approach as "sensitive to the existential meaning of people perceived with empathy" (n.d.). For us, Galvão made anthropology both a science and an art; he translated his anthropology into uniquely Brazilian codes and values. His anthropology and his humanism together.

Acknowledgements

The authors would like to express their appreciation to Dona Clara Galvão for providing much of the information presented in this article.

Eduardo Galvão Bibliography

From Galvão's research activity and bibliography some facts are noteworthy for each of the decades between the thirties and the seventies. His production to field work occurred in 1939 when he was a trainee in the Division of Anthropology at the Museu Nacional, in Rio de Janeiro.

At this time he visited the Tapirapé Indians of Mato Grosso, Brazil. His first article is dated 1946, and it deals with kinship among Tupi-Guarani groups. In 1949 he published on the Kamayura Indians of the Xingu area of Brazil. His research and articles on the Xingu continued in the forthcoming decades. In 1955, 1959 and 1976 he studied and published on Indian groups of the Rio Negro (Brazilian Amazon area). In 1960 a major study appeared as a synthesis of his research and studies on indigenous cultural areas of Brazil. In the seventies he published articles on Indian groups of Xingu, the Rio Negro and on the Tenetehara. Also, in 1976 his original dissertation on the religious life of an Amazon town obtained a second edition (the first edition appeared in 1955). Finally, in 1979 a selection of his papers appeared under the title "Encontro de Sociedades: Índios e Brancos no Brasil". This collection deals with the main themes of conflicts between urban and native Indian populations. In the last four decades Galvão's activities were a consequence of a longlasting legacy of his concern for aboriginal and rural populations of the Brazilian Amazon area.

1946 – "O Parentesco Tupi-Guarani". *Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Antropologia*, 6.

1948a - The Tapirapé. In Handbook of South American Indians. Julian Steward, ed., Washington, D.C.: Bureau of American Ethnology. pp.167-178.

1948b - The Tenetehara Indians. In Handbook of South American Indians. Julian Steward, ed., Washington, D.C.: Bureau of American Ethnology. pp.137-148.

- 1949 - Apontamentos sobre os Índios Kamayura. In Observações Zoológicas e Antropológicas na Região dos Formadores do Xingu. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Publicações Avulsas, nº5. pp.31-48.
- 1949 - The Tenehara Indians of Brazil. A Culture in Transition. Co-authored with Charles Wagley. New York: Columbia University Press.
- 1950 - O Uso do Propulsor entre as Tribus do Alto Xingu. Revista do Museu Paulista, Nova Série 4:253-268.
- 1951a - Panema, Uma Crença do caboclo Amazônico. Revista do Museu Paulista, Nova Série 5:221-225.
- 1951b - Boi-Bumbá: Versão do Baixo Amazonas. Anhembi 3(8): 275-291.
- 1952a - O Estudo do Sistema de Parentesco. Cultura 5:27-39
- 1952b The Religion of an Amazon Community: A study in Culture Change. Ph.D. dissertation, Department of Anthropology, New York: Columbia University.
- 1953a - Breve Notícia Sobre os Indios Juruna. Revista do Museu Paulista, Nova Série 6:469-477.
- 1953b - Cultura e Sistema de Parentesco das Tribos do Alto Xingu. Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Antropologia 14.
- 1953c - Vida religiosa do caboclo da Amazônica. Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Antropologia 15.
- 1955a - Mudança Cultural na Região do Rio Negro. Simposio Socio-etnológico Sobre Comunidades Humanas no Brasil. Anais do 31 Congresso Internacional de Americanistas, São Paulo, Brazil.
- 1955b - *Santos e Visagens: um Estudo da Vida Religiosa em Itá*. Rio de Janeiro: Editora Nacional.
- 1957 - Estudos de Aculturação dos Grupos Indígenas do Brasil. Revista de Antropologia (São Paulo) 5(1):67-74.
- 1959 - Aculturação Indígena no Rio Negro. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Nova Série, Antropologia 7.
- 1960 - Areas Culturais Indígenas do Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Nova Série, Antropologia 8.

- 1961 - Os Índios Tenetehara: Uma Cultura em Transição. Co-authored with Charles Wagley. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação e Mec.
- 1962 - Guia das Exposições de Antropologia. Belém, Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi, Guia 1.
- 1963a - O Cavalo na América Indígena: Nota Prévia a um Estudo de Mudança Cultural. Revista do Museu Paulista, Nova Série, Antropologia 14.
- 1963b - Etnologia Brasileira nos Últimos Anos: Comentário Introdutório a Sessão de Culturas Indígenas. Revista do Museu Paulista, Nova Série, Antropologia 14.
- 1963c - Elementos Básicos da Horticultura de Subsistência Indígena. Revista do Museu Paulista, Nova Série, Antropologia 14.
- 1964 - Encontro de Sociedades, a Nacional e a Tribal, no Rio Negro. Anais do 35 Congresso Internacional de Americanistas, Mexico.
- 1964 Kulturwandel und Stummersüberleben am Oberen Xingu. Co-authored with Mário Simões. Zentral Brasilien. Sond aus Volkerkundliche Abh. Niedersächsische Lands. Mas. Hannover. Abstil fur Volkerkunde.
- 1965 - Notícia sobre os Índios Txikão. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará, Nova Série, Antropologia 24.
- 1967a - Estudos de Antropologia na Amazonia. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*. Rio de Janeiro, CNPq, vol. 2.
- 1967b - Estudos de Antropologia na Amazônia. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas.
- 1967c - Indigenous Culture Areas of Brazil, 1900-1959. In Indians of Brazil in the Twentieth Century. V.Hopper, ed. Washington, D.C., Institute for Cross Cultural Research.
- 1967d - Guia das Exposições de Antropologia. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará.
- 1967 - Mudança e Sobrevivência no Alto Xingu. Co-authored with Mário Simões. Revista Antropologia 14.
- 1968 - Pesquisa e Ensino da Antropologia no Norte do Brasil. In Informe para la 1ª e 2ª Reunion do Integracion de Ensenanza con las Investigaciones Antropologicas. América Indígena 28:778-781.

- 1969 - Noticia sobre os Indios Anambé (Rio Cariri). Co-authored with Expedito Arnaud. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará, Nova Série, Antropologia 42.
- 1969 - A Ceramica dos Indios Juruna (Rio Xingu) Co-authored with Adelia M.E. Oliveira. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Nova Série, Antropologia 41.
- 1970 - Indians and Whites in the Amazon Region. Zertschrift fur Ethnologie (Berlin) 95(2):220-230.
- 1971 - Religião Indígena no Rio Negro. In Antologia da Cultura Amazonica. Carlos Rocque, ed. São Paulo:
- 1972 - Caboclicização de Comunidades Tenetehara. In Comunidade e Sociedade no Brasil. F. Fernandes, ed. Co-authored with Charles Wagley. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- 1972 - Mudança e Sobrevivencia no Alto Xingu, Brasil Central. In Homem e Cultura no Brasil. E. Schaden, ed. Co-authored with Mário F. Simões. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- 1973 - Guia para Exposições de Antropologia. Museu Paraense Emílio Goeldi Belém, Pará.
- 1973 - A Situação Atual dos Baniva (Alto Rio Negro). In O Museu Goeldi no Ano do Sesquicentenário, Belém, Pará. Co-authored with Adelia E. Oliveira. Publicações Avulsas do Museu Goeldi 20.
- 1975 - Estudos de Antropologia na Amazônia (unpublished).
- 1976 - Santos e Visagens: Um Estudo da Vida Religiosa em Itá. 2nd. edition. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional.
- 1979 - Encontro de Sociedades: Índios e Brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Sources for this bibliography include: (1) notes from Hopper (1967); (2) Pedro Agostinho's appendix to a 1976 edition of two articles by Eduardo Galvão published by the University of Bahia; (3) notes by Clara Galvão; and (4) notes by Faria (n.d.).

REFERENCES

- AGOSTINHO, Pedro. 1976. Additional note. *In* *Índios do Brasil: Áreas Culturais e Áreas de Subsistência*. Eduardo Galvão, author. Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- CASTRO FARIA, Luiz de. n.d. Note on Eduardo Galvão
- FRIEDMAN, John. 1973. *Retracking America*. New York, Doubleday.
- HOPPER, Janice. 1967. *Indians of Brazil in the Twentieth Century*. Washington D.C., Institute for Cross Cultural Relations.
- KIMBALL, Solon T. 1974. *Culture and the Educative Process*. New York, Columbia Teachers College Press.
- LEEDS, Anthony. 1978. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- DA MATTA, Roberto. 1976. *Um mundo dividido: a Estrutura Social dos Índios Apinayé*. Petrópolis, Editora Vozes.
- MEAD, Margaret. 1970. *Culture and Commitment: A Study of the Generation Gap*. Massachusetts, Harvard University Press.
- MORAN, Emilio. 1975. *Pioneer farmers of the Transamazon Highway: adaptation and agricultural production in the lowland tropics*. Gainesville, Ph.D. (thesis of Anthropology), University of Florida.
- SMITH, T. Lynn. 1972. *Brazil: people and Institutions*. Baton Rouge, Louisiana State University Press.
- WAGLEY, Charles. 1971. *An Introduction to Brazil*. New York, Columbia University Press.
- WOLF, Eric R. and Edward C. Hansen. 1972. *The human condition in Latin America*. New York, Oxford.

WAGLEY NO ESPELHO TRIANGULAR⁵⁷

Samuel Sá
Elisa Vianna Sá
Universidade Federal do Pará

Introdução

Um clássico de antropologia tentou expressar o significado do processo cultural como um espelho de seres humanos. Tal metáfora aponta a experiência humana delineada sinopticamente como em um cenário situado entre a ilusão e a fragmentação. Mas é muito mais que a ilusão (ou ocultação) derivada da ideologia e muito mais do que a brutalidade factual dos fragmentos sem a conexão da história e dos processos.

Assim a ideia de espelho triangular tenta focalizar uma parcela do trabalho antropológico de Charles Wagley no meio de outras tentativas brasileiras e amazônicas em busca de suportes culturais para práticas de saúde pública. Três faces são: a utopia de Oswaldo Cruz (1872-1917), a utopia de Monteiro Lobato (1882-1948) – com o seu Jeca Tatu – a ousadia da proposta brasileira de Reforma Sanitária em 1986. Como em tripla dimensão, contrastando com essas faces é que desejamos rever a presença de Charles Wagley e especialmente sua contribuição para o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), após 1942.

O sentido dessa triangulação é acentuar o contexto e o fio condutor da história⁵⁸. É também não isolar CHARLES WAGLEY como se não houvesse antes nem depois em relação a ele. É, geralmente, valorizar um processo de construção da saúde coletiva que ora

⁵⁷ Publicado originalmente em *Florida Journal of Anthropology*, Special Publication, 1990. Gainesville, n.6, p.105-108. Agradecemos aos editores a autorização da republicação.

⁵⁸ No *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira* – por Massaud Moisés e José Paulo Paes – 2ª edição, 1980, p. 235, há uma nota que associa o contexto de Monteiro Lobato e uma reação contra as idealizações românticas sobre o índio e por derivação sobre o caboclo.

se vale o olhar exógeno e ora se apoia na luta ou na audácia de uma autodeterminação sempre em marcha e que não reduzida ao pronto e acabado, ahistórico, acrítico, apolítico.

Saúde e saneamento da Amazônia – Derivação I

Se tomamos Oswaldo Cruz e seu grupo de Manguinhos, temos uma vertente francesa da medicina experimental no Brasil? Este é um bom tema que não pode se limitar a um sim ou a um não. A vertente tem louros e folclore. Tem contradições. Tem altos no sentido de que trouxe à cena o poder de um *pioneirismo competente* e provado. Enfrentar o problema da saúde pública com uma visão que ia além da quimioterapia; ia até os vetores e seus focos. Folclore terá até que se expliquem todos os bastidores da limpeza do cenário de uma cidade de porto ou de uma ferrovia nas quais a pressão estrangeira tinha um peso tal que o lado público ou coletivo não escapava de estrangeiro ou do colonizador pós-independência. Já houve analistas do sul da Flórida que identificaram Oswaldo Cruz no meio da selva de beneficiários de um “tycoon” americano chamado Percival Farquhar. Percival ainda hoje é nome de rua de Porto Velho (Rondônia). A bem da verdade convém reconhecer que a hipótese nem sempre foi veiculada abertamente. Na maioria das referências o lado mais positivo é que é destacado até mesmo pelo aspecto monumental que permitia ao pesquisador afinal se deslocar até Manaus, Porto Velho, Rio Branco e Belém e ao mesmo tempo imaginar um castelo para abrigar pesquisadores.

Não podemos pensar em Charles Wagley sem rever um texto como “Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Afrânio Peixoto: sobre o saneamento na Amazônia”, republicado em Manaus, em 1972, como filantropia de Philippe Daou. O plano de Oswaldo Cruz chegou a ser tema de monografia de pelo menos um dos médicos brasileiros que completou mestrado nos Estados Unidos a serviço do staff do Serviço Especial de Saúde Pública (Dr. Wilson Motta da Silveira). Como sanitarista, Oswaldo Cruz foi predecessor de Wagley em termos de entender saúde inseparável de saneamento, e propor meios ou aplicar medidas de saúde pública na Amazônia.

Na coletânea, o texto de 1910: “*Madeira Mamoré Railway Company*”: *considerações gerais sobre as condições sanitárias do rio Madeira* (Papellaria Americana: Rio de Janeiro), tentava combinar “profilaxia individual” e “profilaxia regional” entendia esta como: “conjunto de medidas de agressão que impedem a reprodução de mosquitos (dissecação dos pântanos, destruição de plantas culicígenas. É o saneamento definitivo da zona” (1910:37). Aqui a malária era o alvo explícito e a exportação de borracha um alvo implícito. Havia a ênfase no “poder absoluto” das autoridades como instrumento. Havia a percepção das relações entre malária e ancilostomíase (p. 41). Segundo texto, de 1913, é: “Relatório sobre as Condições Médico Sanitárias do Valle do Amazonas, apresentado a S. Excia. Sr. Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio – pelo Dr. Oswaldo Gonçalves da Cruz (Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio)”. A quarta parte deste texto se intitula: “*Plano Geral* para campanha sanitária a ser empreendida no vale do Amazonas” (pp. 151-155). Pode-se dizer que ele tinha um olho nos donos de seringais e outro nos operários? Depois de falar na viagem que precedeu o plano ele arrola a importância de “ação constante, contínua, intensa, progressiva, calma e sobretudo lógica” (p.153). Ele se preocupava com doenças de seres humanos e de animais (muares) daí as sugestões: “barracões” (comerciais), residências, embarcações à prova de mosquito, redes-cortinados, lanchas ambulâncias, enfermeiras, um instituto de pesquisas científicas, postos sanitários. Mas o Vale do Amazonas de Oswaldo Cruz era apenas o que é hoje Rondônia (mais a área da ferrovia), Amazonas, Acre. O Pará ficou ocasionalmente fora dessa geografia, ainda que tivesse entrado no seu roteiro. Na equipe de Oswaldo Cruz foi tratado o tema da importação e da manipulação da quinina. Esse foi um tipo de proposta de técnicos. Aí o lado político se limitava a pôr o assunto “*nas mãos do governo*” (1913:155) como chave do sucesso.

Saúde e saneamento da Amazônia – Derivação II

Também podemos entender CHARLES WAGLEY e rememorar Monteiro Lobato (1882-1942). Com a versão em que um personagem rural se beneficia de vermífugos e de remédio contra impaludismo, vem Monteiro Lobato se tornar conhecido como o escritor que imaginou um caipira mudando de pobretão a industrial porque deixou de ser doente.

Em 1990 completou-se 64 anos que foi publicado o “Jeca Tatu”. Inicialmente fora apenas um libelo contra a indolência de um caipira. Talvez, literariamente, esse caipira tenha traços de Macunaíma, o herói cultural-literário de Mario de Andrade⁵⁹? É que o Macunaíma tinha um sinal cultural que o fazia diferente: não tinha o sentido puritano do “hard worker”, tinha seu ritmo de atividade que não era bem a não-competitividade, mas que era um senso paradisíaco, lúdico e sagaz da era do lazer pós-revolução industrial. Isso fazia o Macunaíma parecer tão indolente como a tartaruga competindo com o coelho. Mas o Jeca Tatu tinha vermes e malária. Sua metamorfose se deveu a remédios e à luneta do médico itinerante e de passagem.

Wagley trabalhou na direção do que chamamos bases culturais da saúde pública como uma consequência do holismo da antropologia aplicada nos primórdios do Serviço Especial de Saúde Pública. E antes dele, Monteiro Lobato *descobre* o papel da saúde pública a partir de suas *indignações como cidadão*. Seus alvos preferidos como a preguiça e o parasitismo, encontrados no meio rural e no meio urbano, o levaram a uma convicta descoberta do lugar da “saúde coletiva” explicitamente referida: “Só a alta crescente do índice da saúde coletiva trará solução do problema financeiro, do problema militar e do problema político” (texto de 1918 republicado em 1972:145). Mas no meio de sua abordagem ele solta um grito de espanto: “o elemento rural é pior que o urbano” (idem como acima, p.137). Ora, como pensar em saúde coletiva sem excluir a população do campo? Por isso ele passa da visão caricata do camponês em Urupês (1907), para outra postura mais respeitosa: “O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol” (idem, p.151).

⁵⁹ Publicado em 1928, o Macunaíma, de Mário de Andrade (1893-1945) usa como refrão uma sentença relativa à saúde e à saúde enquanto “males” do Brasil. Aí ocorre uma combinação de valores do folclore, de traços culturais (por via de usos e expressão linguística) de grupos indígenas e rurais, senso lúdico que provavelmente encontra um eco no personagem urbano de Walt Disney – o “Zé Carioca” – onde se mistura o descompromisso com o trabalho continuado e pitadas de um como “trickster”. Há inclusive o uso da expressão “caboclo de Taubaté”. Taubaté é o nome da cidade onde nasceu Monteiro Lobato. O exame da associação das imagens do Jeca e do Macunaíma pode ser trabalhado como um item do imaginário veiculando mensagens de saúde pública?

Pode-se perguntar sobre a importância dessa mudança que parece muito com aquela que faz a saúde pública passar de um “serviço para carentes” a um serviço que seja “direito de todos e dever do Estado” como é o refrão da VIII Conferência Nacional de Saúde, de março de 1986. São indicadores desse itinerário de descoberta em direção a autocrítica às várias versões que identificam o Jeca Tatu: aquela inicial do texto de Urupês, aquela segunda do texto de 1918 re-editada em favor da campanha sanitária de São Paulo sob o título de Problema vital e posteriormente re-editada pela editora Brasiliense em 1972. A terceira que foi publicada sob o título de Jeca Tatuzinho em 1924 onde o caipira era curado por ervas medicinais preparadas e recomendadas pelo doutor, e aquela sem data (com tiragens que somam 15.000.000 de cópias) como propaganda de um antimalárico e de um remédio para vermes, também sob o título de Jeca Tatuzinho (reenfatizando o diminutivo afetivo) em favor do Instituto Medicamento Fontoura. Rememorando que nos escritos de Monteiro Lobato ele expressa seu fascínio por Oswaldo Cruz e por Arthur Neiva como sanitaristas, lado a lado com a experiência do contato direto com os resultados de relacionamento entre caipiras e os Trapistas Franceses de Tremembé (cujo sítio fora propriedade do pai de Monteiro Lobato) – aí temos passos na direção de uma micro-história de formação da consciência sanitária. Como objetivo de campanha.

Um passo de aproximação entre Monteiro Lobato e Charles Wagley tem algumas coordenadas: a afirmação de importância do homem rural, a importância da relação entre saúde e trabalho, bem como o reconhecimento feito em favor de bens culturais (como plantas medicinais e padrões de asseio, disseminação pessoal de soluções etc). Na versão de 1924, o Jeca passa de caipira a coronel, e depois de curado sai pelas redondezas falando sobre as vantagens da Erva de Santa Maria como anti-helmíntico, à maneira de um precursor dos médicos de pés descalços.

Na versão de Jeca Tatu fazendo marketing de remédios industrializados, junto com o uso de calçados e de esporas, ele faz o papel de consumidor de rádio, televisão, trator e eletricidade. Outro “jeca”, sadio, dos anos 1990 talvez tivesse de incluir a passagem de “bóia fria” (dramaticamente pintado pela socióloga Maria da Conceição D’Incao) ao “Jeca” do

sindicato rural, das associações de moradores ou das comunidades de base. Esse lado político e auto-determinado ainda não estava na lógica de Oswaldo Cruz, de Monteiro Lobato ou mesmo de Charles Wagley?⁶⁰

Saúde e saneamento como esforço de guerra – Derivação III

Na trilha na Segunda Guerra Mundial a presença de Charles Wagley na Amazônia esteve ligada a uma preocupação com antropologia aplicada à saúde. Um pouco de seu currículo inclui: “Membro do escritório regional do SESP no Vale Amazônico; Diretor do seu Programa de Migração; assistente de Superintendente do SESP; diretor da Divisão de Educação Sanitária” (WAGLEY, 1957, p.10). Porém, muito mais que seus papéis tecnocráticos e burocráticos, ele foi o antropólogo que no Brasil primeiro percebeu aquilo que Oswaldo Cruz e Monteiro Lobato haviam começado a valorizar: o reconhecimento dos recursos locais (recursos humanos, recursos culturais). Ele pensou e fez saúde pública

⁶⁰Um desdobramento sociopolítico do tema do Jeca Tatu pode ser construído ao se tomar como um dos focos possíveis algumas idéias de Octavio Ianni, comentando, em apêndice, o texto coletivo “Cultura do Povo” – PUC (Pontifícia Universidade Católica) – São Paulo – 1985 – páginas 134 até 140. a) Ele percebe o caboclo como uma espécie “em extinção” (p.137); b) Ele avança a distinção entre elite e “povo”, sendo este último um termo marcado por seu significado de massa, apassivada, apenas dominada, e oriunda de uma tradição elitista e conservadora de Pareto e Mosca, portanto sem autoidentidade. Mas o sentido mais preciso da referida “extinção” é dado pelo fato de que os seres humanos e suas soluções vistas do âmbito do que seria uma cultura rural ou no ambiente dessa “não elite”, resultam em fragmento da classe subalterna, proletária, bóia-fria, etc) Ele reconhece onde se articula a descolonização de “hearts and minds”: “Essas pessoas, os representantes, os membros dessas classes subalternas, em processo de desenvolvimento, de transformação, têm de fato, uma sabedoria das suas condições econômicas, do seu poder de relacionamento com uma sociedade no sentido lato, e com o poder. A partir daqui, poderemos pensar no velho problema de em que medida estão contidos na consciências das classes subalternas todos os elementos fundamentais para uma mudança de situação. Em que medida encontramos nas classes subalternas elementos que refletem uma capacidade de politizar a sua consciência das coisas” (p.139). Essas três observações podem ajudar a discutir na perspectiva daquilo que o médico e senador italiano Giovanni Berlinguer referiu em sua preocupação com o processo da *formação de consciência sanitária*. Para esse autor a consciência sanitária é entendida como “ação individual e coletiva” para se contrapor a obstáculos no esforço para chegar a práticas de saúde enquanto “direito da pessoa e interesse da comunidade” (Medicina e Política, 1979:5). É que os passos dados por Charles Wagley foram básicos para começar a ultrapassar a ideia de que a saúde pública fosse apenas “dever” (assistencialista ou paternalista) do Estado? O reconhecimento daquela “sabedoria” de que fala Ianni, e o reconhecimento pragmático feito por Wagley em relação aos sabedores – são dois ângulos que provocam a atenção.

trabalhando com uma equipe de brasileiros da região como Edward Catete Pinheiro (médico) e Dalcídio Jurandir (escritor). Ele pensou saúde pública levando em conta o compadrio, e o boto, o panema e a festa, a religião, os pajés, o parentesco no complexo de “slash and burn”, o puxirão ou o convite, e sobretudo o que fazer diante do etnocentrismo dos planejadores (1957:350). Fez isso sem esquecer o lugar da dita ciência moderna.

Ele andou procurando um lugar para a ciência e para a técnica moderna junto com o reconhecimento do lugar incomum do processo cultural amazônico: “A tradicional cultura popular amazônica, construída, como é, com a experiência de várias gerações, contém muita beleza e valor de que necessitaremos no futuro e que devem ser conservados” (1957:398). Mas ele esteve alerta para os **conflitos**: entre as tradições populares e a ciência. Ele anteviu que não adiantava solução isolada e por isso referiu na solução concomitante de problemas interrelacionados – ele deu passos à frente de Osvaldo Cruz e Monteiro Lobato. Sim, ele antecipou pragmaticamente a importância de multi-causalidade em Saúde Pública e especialmente viu que o problema público não é o problema do Estado, mas do estado e da Sociedade inseparavelmente. “Qualquer programa que vise ao desenvolvimento do Vale Amazônico, ou de outras áreas subdesenvolvidas semelhantes, terá que considerar e incluir uma ampla variedade de problemas interrelacionados. Esses programas terão que reconhecer que na sociedade, a saúde, a economia, a religião, os processos educacionais, a recreação, os valores, a moral, etc, são apenas categorias, **separadas na teoria e não separadas na prática** (tradução minha para o final da sentença). A sociedade e a cultura segundo a qual ela vive, forma um único e integrado sistema: a transformação de uma determinada transformação ou outra! (1957:396). Nisto ele foi descolonizador.

Vale a pena considerar seu trabalho ao articular saúde, antropologia, educação sanitária e trabalho de campo. Recentemente um grupo de cinco experimentados sanitaristas da atual fundação SESP, lembrava muito que muito mais que como antropólogo eles lembravam de Charles Wagley o seu grande papel de educador. Ele percebeu que no tratamento da Amazônia, muitas vezes o problema das populações era relegado a segundo plano. Ele entendeu que a economia ainda era colonial.

Sua antropologia o levou a reconhecer que havia muito o que aprender com a população da Amazônia e ao mesmo tempo pensar que educadores com uma visão antropológica, podiam ajudar à população partindo de uma redescoberta recíproca.

No Brasil de hoje essa visão de educação sanitária não pode omitir os ganhos teóricos e práticos de Paulo Freire pra quem o papel domesticador da educação é substituído pelo trabalho mais profundo de afirmar nos educandos o currículo invisível ou o potencial de emancipação vindo de suas raízes, vendo também que emancipação educativa inclui a consciência política descolonizadora.

Os passos dados por Charles Wagley mereceram uma re-leitura para que não fiquem absolutizados. Ele foi crucial para acentuar o potencial prático de bases culturais da saúde pública. Ele não conclui que saúde pública é apenas dever do estado. Ele colocou preliminares para que fosse possível dar outros passos no sentido da consciência da cidadania, ou para a formação de uma consciência sanitária, (1964-1984). Re-estudada por Darrel Miller, nos anos 1970, Itá, mesmo depois do SESP, ainda tinha o que melhorar. Mas na década dos 1980, Itá teve comunidades de base, Partido dos Trabalhadores, prospecção de petróleo. Do que Charles Wagley localizou em Itá (Grupá) resultou uma espécie de macro retrato que transborda a pequena comunidade e alerta para o problema regional. Re-estudada ainda por Richard Pace – outro discípulo dele – na década de 1980, parece que Itá não para de provocar a todos nós.

Fora da Amazônia, o modelo SESP não mudou muito? Mas é possível ver que em Pirapora (Minas Gerais), uma senhora que fora usuária do SESP é líder comunitária em 1987. Ela foi nutrida com leite de soja “inventado” no SESP local; ela diz isso com orgulho. Este é um lado não antecipado. Se para Monteiro Lobato ter saúde era ser proprietário de um sistema de agrobusiness, essa senhora de Pirapora sugere que ter saúde é também ser politizado para o bem da coletividade.

Mas na Amazônia do fim da década de 1980, passada a onda maior de centralismo, é possível reconhecer uma fronteira do Sul do Pará (Palestina, município de Marabá) onde a relação da população com o SESP e com o Movimento Popular de Saúde, descentraliza e multiplica o trabalho. Aí podemos ver como a instalação de um microssistema de água vem a ser fruto de uma população unida inteligentemente, em torno da saúde, do sindicato, da agricultura. Como há aquela senhora de Pirapora, há uma outra senhora em Palestina, no município de Marabá; elas decolonizam Minas Gerais porque de algum modo lutam pela devolução da saúde e do poder de viver e conviver da população? Elas são embriões de um sistema mais moderno e de novas práticas de saúde pública. E, entre o SESP de Wagley, o SESP da líder de Pirapora (MG) e da líder de Palestina (PA) há um fio condutor: o lado emancipador ainda latente na instituição que Wagley ajudou a fundar.

Concluindo

A tentativa de recolocar Charles Wagley em um contexto de antes e depois nos beneficia porque mostra um conjunto de relações comprovadas e analisadas. A formação de uma consciência sanitária se opõe ao clientelismo ou ao paternalismo que são outros nomes para o colonialismo. Passando de Osvaldo Cruz até Wagley a formação da consciência sanitária brasileira não acabou. Em 1986 essa consciência se propôs dar um avanço com outra indignação que vem da discrepância entre o Brasil oitava potência econômica e o Brasil em 60º lugar na escala de mortalidade infantil. Neste novo passo, a caminhada de Charles Wagley, a seu modo, ajuda na emancipação de práticas e de mentalidades coloniais no campo de saúde pública. Nisto ele não foi apenas “como se fosse brasileiro”, nisto ele permanece. Entrando na história o espelho triangular não se quebra pela ausência física.

REFERÊNCIAS

CRUZ, O. [1910 a 1913] 1972. Notas de Viagem. In DAOU, Philippe (org.) *Sobre o saneamento da Amazônia: Osvaldo Cruz, Carlos Chagas, Afranio Peixoto*. Manaus, Editora Philippe Daou S.A.

- LOBATO, M. 1918. A Trapa de Tremembé. *Revista do Brasil*. São Paulo, nº28.
- LOBATO, M. s.d. *Jeca Tatuzinho*. Publicação do Instituto Medicamento Fontoura.
- LOBATO, M. 1924. *Jeca Tatuzinho*. São Paulo, Graphica Editora Monteiro Lobato.
- LOBATO, M. 1972. *Mr. Slang [1927] e o Brasil e Problema Vital [1918]*. São Paulo, Editora Brasiliense (Obras Completas de Monteiro Lobato em 30 Volumes, 1ª Série, vol.6).
- WAGLEY, Charles. [1953] 1957. *Uma comunidade Amazônica, estudo do homem nos trópicos*, Tradução Clotilde da Silva Costa. 1ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- MILLER, Darrel. 1986. “Posfácio” in WAGLEY, Charles. *Amazon Town a study of man in the tropics*. 3ª edition, New York, Oxford University Press.

Bibliografia de suporte para discussão

- ANDRADE, M. [1926] 1987. *Macunaíma*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia.
- BERLINGUER, G. 1978. *Medicina e Política*. São Paulo, HUCITEC.
- IANNI, O. 1985. “Cultura do Povo e autoritarismo das elites”. In VALLE, Edênio e QUEIROZ, J.J. (org.) *A Cultura do Povo*. 3ª edição, São Paulo, Cortez Editora.
- MOISÉS, M. e PAES, J.P. (org). 1980. *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*. 2ª edição. São Paulo, Cultura.
- VALLE, Edênio e QUEIROZ, J.J. (org.). *A Cultura do Povo*. 3ª edição. São Paulo, Cortez Editora (Coleção do Instituto de Estudos Especiais).

CHARLES WAGLEY E EDUARDO GALVÃO – EDUCADORES DE ANTROPÓLOGOS⁶¹

Samuel Sá

O presente escrito dá continuidade a dois outros publicados no *Florida Journal of Anthropology* (SÁ e SÁ, 1979 e 1990). A continuidade está em manter o foco nos dois antropólogos, mas ocorre uma inflexão nova: o papel de ambos como educadores de antropólogos. Outros dois textos, não publicados e datados de 1981 e 1986, versaram a respeito de Antropologia e Comunidade Científica na Amazônia, e darão suporte a esta apresentação. Uma parte do estímulo para o presente estudo nasceu em duas sessões da XX Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em Salvador, em 1996, a respeito de antropologia visual e etnografando etnógrafos.

Resumidamente, o olhar, desta vez, abrange o papel de ambos os antropólogos como formadores de um conjunto de jovens profissionais. Um texto de Marvin Harris (1990) dá uma lista de 46 doutores orientados por Wagley. Uma lista semelhante não está disponível para Galvão, mas ao menos no setor de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi está bem marcada sua presença que então teve oportunidade de fazer o tirocínio que fôra abruptamente cortado durante uma crise política que se abateu sobre a recém-formada Universidade Nacional de Brasília, nos anos 1960. Vindo ambos de fora da Amazônia, os dois trabalharam para se livrar de uma ótica de ciência colonial ou colonizadora ou criadora de dependências: eles prepararam seus substitutos para a autonomia.

⁶¹ Publicado originalmente em *Anthropologicas*, Série Anais do IV ABANNE, 1998, Recife, ano III, vol. 7, pp. 74-79. Agradecemos aos editores a autorização de republicação e às estudantes Lenita Pantoja Silva e Gabriela Galvão Braga Furtado pela transcrição.

Alguns dados

Mariza Corrêa (1987) coloca a questão de uma antropologia no Brasil ou do Brasil. Ao menos, por hipótese, podemos avançar que Wagley e Galvão trabalham nas duas perspectivas. Quer dizer: ambos mantêm o vigor de pensamento palmilhando o Brasil e partilhando suas descobertas com a nascente comunidade de antropólogos nacionais. Wagley não se agastou quando em resenha na Revista de Sociologia, Octávio Ianni (1958) criticou o uso do conceito de comunidade que aparecia em “Uma comunidade Amazônica”, pois faz parte do *metier* a abertura para discussão. Galvão? - Substituído na UnB, nem por isso perdeu o gosto por seu trabalho.

Uma oportunidade que guarda a marca de um primeiro encontro ocorreu durante a reunião da chamada Biota Amazônica; quando me foi possível observar uma bela discussão entre Wagley e Galvão, sem que isto tivesse resultado a anulação de ambos, pois a dissensão era verdadeira, mas os amigos também eram verdadeiros.

A experiência paraense de ambos se tornou inicialmente visível por meio dos livros que foram resultado das primeiras grandes pesquisas em Gurupá (Pará): *Uma comunidade Amazônica* e *Santos e Visagens*. Para quem, como eu, estudava, em 1964, na então Faculdade de Filosofia, os professores de Antropologia Cultural, Antropologia Física e Sociologia, não mediam palavras para destacar esses textos.

Nos anos 1970, Galvão mantinha um seminário na Divisão de Antropologia do Museu Goeldi. Cada sexta-feira, ele mesmo, um pesquisador sênior ou jovens aprendizes discutiam trabalhos ou textos. Com bom humor e competência, Galvão praticava aquilo que Paulo Freire fez notar em um dos seus textos mais recentes (FREIRE, 1997): “o valor de gestos aparentemente insignificantes” na educação: ora um livro emprestado, ora a escuta de uma discussão, ora uma conversa de tipo “ficar bestando”, ora apoio para caminhar um texto para publicação. Por perto desse período, Galvão aceitou participar, junto com Protásio Friel e Expedito Arnaud, em um Seminário sobre aculturação preparado e

participado por bispos, padre e agentes de pastoral da Arquidiocese de Belém. Convidado, ele aceitou com presteza.

Por esse período também, entre 1976 e 1979, foi possível ter Wagley como orientador e professor na Universidade da Flórida, em Gainesville. Então se descobre que alguns dos então colegas de Wagley foram seus alunos e trabalhavam na direção de Centro de Estudos Latinos Americanos ou trabalhavam como docentes no Departamento de Antropologia. Tranquilo e firme, sem fazer dramas, ele comunicava suas ideias e suas leituras sobre índios, caboclos, e situações vividas nas viagens ou nos trabalhos de campo; nem lhe faltava *fair play* para explicar o que ele chamava de a “álgebra dos sistemas de parentesco”, ou recomendar um texto que serviria a médio ou longo prazo. Eventualmente ele lembrava a importância de não se perder a oportunidade de frequentar uma conferência de Margareth Mead ou de outro antropólogo que estivesse circulando por Gainesville.

Inicialmente, quando alguém se pergunta pelos “ancestrais” antropológicos de Wagley, o tempo fará descobrir que Ruth Benedict o orientara para o período de estudos na Guatemala e Ralph Linton (antropólogo e, originalmente um Quaker) o encaminhara, em Colúmbia, para suas andanças pelo Brasil (como ele próprio refere em um dos seus livros).

A casa de Wagley (aliás, do casal Cecília Helena Roxo Wagley e Charles Wagley), em Gainesville, era de um só pavimento; havia no entorno um jardim, uma piscina, um arvorêdo (South West, Eighteenth Street) e no interior, um pátio de garagem, uma cozinha adjacente, uma sala de jantar e estar decorada com quadros de pintores brasileiros. Havia também um escritório, o quarto do casal e um quarto de hóspedes. O arvorêdo em volta criava um ambiente de tranquilidade e beleza. Uma viatura Volkswagen e um automóvel japonês os ajudavam a circular. D Cecília, nas horas de folga, cuidava de fazer lobby em favor de um grupo (precursor das nossas ONGS) que se chamava Common Cause.

Encontrar Wagley no Rio de Janeiro ou em Belém era ver um cidadão de porte alto, envergando paletó, ou adaptado aos trópicos com uma camisa clara, cortada em talhe que

tem o nome de "guayabera"; já havia uma pressão contra o fumo, mas por uma razão ou por uma desrazão, Wagley se permitia cigarros. Um certo ar tranquilo não era motivo para passar a "mão na cabeça" de discentes. Orientados eram avisados que ele trabalhava as dissertações uma por uma, e que era bom não se apresentar com menos de um conjunto de páginas escritas (um mínimo de 100 páginas), mesmo que ele fosse adepto da concisão.

Vivendo no interior de uma cultura universitária que usava o princípio do "*publish or perish*", fazia parte da orientação de doutorado encaminhar estudantes para publicar. Um de seus alunos, Darel Miller, chegou mesmo a publicar um capítulo adicional no texto da terceira edição de uma *Comunidade Amazônica*; outros foram encaminhados para publicar na Revista de Antropologia da Universidade da Flórida, durante ou depois do doutorado. Igualmente importante era seu apoio para que alunos buscassem pacientemente e obtivessem bolsas. Houve um de seus alunos que, pacientemente, enviou 200 pedidos de emprego até obter uma boa resposta.

Nos anos 1980 Wagley ganhou uma medalha de ouro do Inpa, a qual foi recebida em singela ocasião, no Museu Goeldi. E, antes, ele recebera outra distinção da Bahia, por conta de seus trabalhos de apoio aos empreendimentos de Anísio Teixeira. No Rio de Janeiro, ainda na esteira do educador Anísio Teixeira, Wagley ajudou a fundar o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos).

Mas foi com a pesquisa que ele, Eduardo Galvão, Edward Catête Pinheiro (Sanitarista) e Dalcídio Jurandir (romancista) fizeram em Gurupá que ocorreu um trabalho onde Wagley, sobretudo, colocou em prática o seu papel de humanista, como ele próprio gostava de se ver. Sua pesquisa estava relacionada com os primórdios do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Sem referir especialmente essa pesquisa, Marvin Harris (1990) discute a hipótese de que Wagley não estava tão interessado em "antropologia aplicada", mas deu uma contribuição para que a antropologia não fosse um exercício elitista e meramente estético, não ético. Neste caso o lado ético significa o compromisso e respeito a seres humanos onde quer que vivam.

Durante um tempo de convívio mais intenso de minha formação na Universidade da Florida, a referência a fotografias aparecia apenas nas aulas do professor Paul Daughty (Metodologia de Pesquisa). Assim foi uma agradável surpresa, na trilha de uma iniciação à antropologia visual, reler Wagley por meio de suas fotografias e das ilustrações de um brasileiro (Tim Rescala) em seu livro. Wagley faz escassas referências a fotografias que fez; mas ele anota que muitas foram feitas e duraram muito tempo. Quando, nos anos 1990, ele ainda vivo, a Universidade da Flórida fez uma exposição de fotografias feitas por Wagley, então minha surpresa agradável aumentou. Depois, uma outra releitura de *"Farwell of Tear"* permitiu descobrir mais fotografias ilustrando o texto; certamente algumas ele mesmo fez, mas outras podem ter sido feitas por D. Cecília, a fim de que ele fosse também etnografado.

Conclusão

Neste trabalho, a memória etnográfica de Wagley e Galvão é apresentada em conjunto. Para se ter uma ideia do que significaram os 46 doutores orientados por Wagley, basta referir que um estudo do CNPq, em 1980, indica o Pará como tendo 45 doutores pesquisadores - senão a comparação, mas aproximação das duas cifras permite ver o alcance do trabalho de Wagley. Escrevendo, falando ou operando ao nível do que se convencionava chamar de "trocas simbólicas", os dois não apenas reciprocaram, mas infundiram valor no significado do seu diálogo com a Amazônia.

Uma rede, presente no pátio da residência de Wagley não dizia tudo; o que mais dizia era a "network", rede, mas no sentido de relações intersubjetivas que eles criaram. Se Wagley tinha com ele D. Cecília, Galvão repartia seus cuidados com D. Clara Galvão, bibliotecária como D. Cecília e que funcionava como outro "clarão" disponível para os educandos de ambos.

Quanto a fotografias e ilustrações gráficas, esse parece ser um dos "pulos do gato"; um segredo bem guardado, ou um dos gestos que ficavam para os estudantes fazerem suas descobertas.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1988. "A Organização dos antropólogos brasileiros". In *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro. pp. 129-142.
- CORRÊA, Mariza. 1987. "Traficantes do Simbólico". In CORRÊA, Mariza, *História da Antropologia no Brasil. Vol 1, 1930-1960*. Campinas, Editora Vértice. pp. 13-26.
- FREIRE, Paulo. 1997. *Pedagogia de autonomia*. São Paulo e Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- GALVÃO, Eduardo. 1979. *Encontro de Sociedades*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- HARRIS, Marvin. 1990. "Charles Wagley's contribution to anthropology". *The Florida Journal of Anthropology – Special Issue*. Gainesville, n. 6, pp. 1-6.
- IANNI, Octávio. 1958. "O Método em 'Uma Comunidade Amazônica'". *Sociologia*, São Paulo, vol. 20, n. 4. (Seção Notas e Comentários).
- MAUÉS, Raymundo H. 1998. "Memória da Antropologia na Amazônia, ou como fazer Ciência no "paraíso dos etnólogos". *Anais da 2ª. Reunião Norte/Nordeste de Antropologia*. Recife: UFPE. pp. 29-95.
- OLIVEIRA, Adélia. As pesquisas antropológicas na Amazônia Brasileira e o papel do Museu Paraense Emílio Goeldi. In: *Ciência e Cultura – SBPC – 35(6) Junho 1983*. pp. 748-761.
- SÁ, Samuel e Sá, Elisa V. 1979. "Eduardo Galvão: his career his presence as an anthropologist in the Brazilian Amazon Area", *The Florida Journal of Anthropology*, Gainesville, vol. 4, n. 2, pp. 5-15.
- SÁ, Samuel e Sá, Elisa V. 1990. "Wagley no espelho triangular". *The Florida Journal of Anthropology, Special Issue*, Gainesville, n. 6, pp. 105-110.
- SÁ, Samuel. *Antropologia na Amazônia, ou a construção de um vínculo tenso*. 1982. Inédito.
- SILVA, Orlando S. 1997. *Índios e Caboclos – estudos da obra de Eduardo Galvão*. São Paulo, Tese (doutorado em Ciências Sociais), PUC-São Paulo.

SILVA, Wagner G. 1994. *A etnografia e seus espelhos*. São Paulo, FFCHL – Universidade de S. Paulo.

WAGLEY, Charles. 1988. *Uma comunidade amazônica, estudo do homem nos trópicos*, Tradução Clotilde da Silva Costa. 3ª edição, Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da USP (Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série, v.136).

WAGLEY, Charles. 1997. *An introduction to Brazil*. New York, Columbia University Press.

SOBRE OS AUTORES

ALDAIR DA SILVA FREIRE

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; integrante do Programa Extracurricular Temático/Grupo de Trabalho/Ciências Sociais (PET/GT/CS); Bolsista-PIBIC/UFPA vinculado ao Projeto “Charles Wagley como articulador institucional”; Voluntário no projeto Diálogos em Cabana de Caboco - intercâmbio acadêmico e cultural com o Plano de Trabalho Azuelar do Instituto Namgetu em Belém-PA, coordenado pelo professor Drº. João Simões, da FCS/UFPA.

aldairclktec@gmail.com

ALESSANDRA CRISTINA GAIA BASTOS

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará. Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política pela mesma instituição. Linhas de interesse mídia e política na temática de sociabilidade política online.

acgb.ale@gmail.com

ANTONIO MARIA DE SOUZA SANTOS

Pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi desde 1976 e professor da Universidade do Estado do Pará. Licenciado em História pela Universidade Federal do Pará (1969), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1984). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena e manifestações da música brasileira. Já coordenou e desenvolveu vários projetos de pesquisa na Amazônia, na área rural e, sobretudo em sociedades indígenas (concepções de saúde-doença, cura, corpo, morte, sobrenatural). Atua principalmente nos seguintes temas: antropologia, etnologia, urbanização.

sanctus@museu-goeldi.bbr

BRENO AUGUSTO GARCIA SALES

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), área de concentração em Antropologia, da Universidade Federal do Pará. Especialista em Filosofia da Educação pelo Instituto de Ciências da Educação da UFPA e Graduação em Ciências Sociais, com ênfase nas disciplinas antropológicas, na mesma instituição. Professor Efetivo Classe III na Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará. Tem interesse em temas relacionados a Antropologia do Meio Ambiente, Antropologia da Educação e Antropologia Visual. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia Visual - VISAGEM, sediado na Universidade Federal do Pará. É sócio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade.

slbreno@hotmail.com

CLEIDE LIMA DE SOUZA

Socióloga, Doutora em Ecologia Aquática e Pesca (PPGEAP/UFPA). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano. Tem interesse em estudos sobre Sociologia Urbana e Rural com ênfase em temas como: Amazônia, Modos de Vida, Pesca Artesanal, Sociedade e Natureza.

cleidedesouza@yahoo.com.br

DANNA RÍSSIA SILVA DA SILVA

Estudante de mestrado no programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, com a linha de pesquisa "Gênero, Geração e relações étnicorraciais" e orientada pela professora Edila Arnaud Ferreira Moura. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2014). Tem experiência na área de sociologia rural, assentamentos rurais do Estado do Pará e nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, pesquisas feitas para o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá em Tefé, Amazonas.

danna.rissia@gmail.com

DENISE MACHADO CARDOSO

Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental (PDTU/NAEA) pela Universidade Federal do Pará (2006), Estágio doutoral na Universidade do Algarve/Portugal (2005). É mestre em Antropologia Social (2000) e graduada em História (1987) pela Universidade Federal do Pará. Pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Universidade Federal do Pará. Atua como membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA, e é Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem (Visagem). É vice-coordenadora do Grupo NOSMULHERES. Consultora Ad Hoc no Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. É membro do GEPEM, GEPI e Pet/GT/CS. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Rural, atuando nos seguintes temas: gênero, educação, antropologia política, ciências sociais e ambientais.

denise@ufpa.br

DENIZE GENUÍNA DA SILVA ADRIÃO

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1991). Especialização em Teorias Antropológicas pela Universidade Federal do Pará (1987). Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1986), graduação em Direito pelo Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará (1984). Atualmente é pesquisadora colaboradora do Projeto Renas/Lamaq - Museu Paraense Emílio Goeldi, Pesquisadora no Projeto CPLP-CNPq/MPEG (Brasil, Moçambique e Portugal), Projeto Água, Saúde e Qualidade de Vida em Territórios de Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral do Estado do Pará Região do Nordeste Paraense-MPEG/CNPq e Projeto Turismo na Amazônia: Mudanças e Permanências das Políticas Públicas de Turismo no Território Paraense-UFPA/CNPq e professora da Faculdade do Pará (FAP). Tem experiência nas áreas de Etnologia, Etnoeducação, Antropologia Social, Antropologia da Saúde, Antropologia Jurídica e Sociologia do Direito, Antropologia e Sociologia do Turismo e Meio Ambiente, com ênfase em Antropologia de Populações Haliêuticas.

deadriao@ig.com.br

EDILA ARNAUD FERREIRA MOURA

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1973) mestrado em Sociologia - University of Toledo/USA (1979) e doutorado em Desenvolvimento Socioambiental - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará (2007). Atualmente é Professora Associada IV da Faculdade de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará e pesquisadora associada do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá IDS/MCT. Desenvolve pesquisas sobre temas relativos às dinâmicas demográficas e às políticas de desenvolvimento que afetam as pequenas populações amazônicas. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA, Universidade Federal do Pará.

eafmoura@gmail.com

ELLANA FIAMA SOUZA DA SILVA

Graduanda em Ciências Sociais, com ênfase em antropologia, na Universidade Federal do Pará. É bolsista PIBIC do Museu Paraense Emílio Goeldi, já participou de projetos de extensão e atualmente vem desenvolvendo sua pesquisa na área de antropologia da saúde/doença indígena, sobre orientação do Prof. Antonio Maria de Souza Santos.

ellana_fiama@hotmail.com

EUNIANI APARECIDA DOS SANTOS RAMOS

Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atuou como Pesquisadora Bolsista de Iniciação Científica no Projeto Aborto Provocado Clandestinamente na Região Metropolitana de Belém: causas e impactos sociais, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFPA.

eunianeramos@hotmail.com

EVANILDO MORAES ESTUMANO

É Professor do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Atualmente cursa o Doutorado em Antropologia no PPGSA/UFPA. Mestre em Antropologia (UFPA); Graduado em Pedagogia (UFPA). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Metodologia Científica, atuando nos seguintes temas: currículo, cultura e cotidiano escolar; educação do meio rural; antropologia e educação.

evanildo@ufpa.br

FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS RENTE NETO

É Acadêmico Imortal da Academia Curuçaense de Letras, Artes e Ciências (ACLAC - PA) e Mestrando do curso de Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e, atualmente, é graduando do curso de História (Bacharelado) por essa mesma universidade. É também membro do Grupo de Estudos Amazônicos da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pesquisador Colaborador do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), estando incluído no Projeto Recursos Naturais e Antropologia Social (RENAS) - Grupo Populações Haliêuticas: dinâmicas sociais, gestão de territórios e relações interculturais (EPHal-RENAS III).

netorente@hotmail.com

GABRIELA GALVÃO BRAGA FURTADO

Graduanda em Ciências Sociais e bolsista de iniciação científica do projeto de pesquisa “Charles Wagley como articulador institucional”, realiza pesquisa documental do Instituto Evandro Chagas. Atua principalmente nos seguintes temas: Charles Wagley, amazônia, antropologia, saúde pública e desenvolvimento.

g.galvao22.gg@gmail.com

GENISSON PAES CHAVES

Mestre em Agricultras Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com Período Sanduíche pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É Especialista em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento e possui graduação em Ciências Sociais, ênfase em Antropologia pela UFPA. Atua como Pesquisador Colaborador no Laboratório de Antropologia dos Meios Aquáticos (LAMAq) do Museu Paraense Emílio Goeldi/MPEG-MCTI. Desenvolve estudos relacionados a Antropologia Rural, principalmente nos seguintes temas: Amazônia, Açaí, Imaginário Social, Pesca Tradicional, Simbolismos do Universo Aquático, Agricultura Familiar, Campesinato e usos do Agrotóxico no contexto de grupos camponeses da região do Baixo Tocantins.

paes.paesg@gmail.com

JOSÉ JERÔNIMO DE ALENCAR ALVES

Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1989) e mestrado em Geofísica pela Universidade Federal do Pará. Foi pesquisador bolsista do Centro de História da Ciência Tecnologia da USP e do Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS/Paris. Atualmente é professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal do Pará. Atua, sobretudo, nas áreas de História da Ciência e Epistemologia das Ciências e Educação.

jeronimoalves@hotmail.com

LENITA PANTOJA SILVA

Graduanda no Curso de Ciências Sociais e Bolsista de Iniciação Científica no Projeto Charles Wagley como Articulador Institucional na Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de pesquisa em Acervo, atuando principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento na Amazônia, Charles Wagley; e Antropologia na Amazônia.

lenita.pantoja@hotmail.com

LOURDES GONÇALVES FURTADO

É pesquisadora titular do Museu Paraense Emílio Goeldi. Membro Titular do Conselho Técnico-Científico do Museu Paraense Emílio Goeldi. Membro Titular do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande (Curuçá - PA), representando o MPEG. Membro Externo da Câmara de Assessoramento Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. Membro Titular do Comitê Diretivo do Programa - Universidad para La Paz. Membro Titular do Conselho Editorial da Revista de Antropologia, da Universidade de São Paulo (USP); Membro Titular do Conselho Editorial da Revista *Ver-a-Ciência*, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Pará (SECTI) e Membro Titular do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará. Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará (1966), Mestrado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1980) e doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1989) e Pós-doutorado no Centre National de la Recherche Scientifique (1995), Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (1995) e Orstom (1990), todos em Paris - France. Por conta do Projeto de Cooperação Internacional realizou em equipe pesquisas de campo em Portugal, Moçambique e Brasil sobre Povos Pescadores (Haliêuticos), resultando na elaboração de Acordo de Cooperação Científica Internacional com a Universidade Lúrio (Moçambique), Universidade Aberta/CEMRI (Portugal) e Museu Paraense Emílio Goeldi (Brasil).

lourdes-furtado@hotmail.com

LÚCIO FLÁVIO PINTO

Jornalista profissional desde 1966. Percorreu as redações de algumas das principais publicações da imprensa brasileira. Durante 18 anos foi repórter em *O Estado de S. Paulo*. Desde 1987 dedica-se ao *Jornal Pessoal*, newsletter quinzenal que escreve sozinho, baseada em Belém. No jornalismo, recebeu quatro prêmios Esso e dois, da Federação Nacional dos Jornalistas. Por seu trabalho em defesa da verdade e contra as injustiças sociais, recebeu em Roma, em 1997, o prêmio *Colombe d'oro per La Pace* e, em 2005, o prêmio anual do

Committee for Journalists Protection, de Nova York. Recebeu também o Prêmio Vladimir Herzog de 2012. Em 2014 foi considerado um dos 100 heróis da informação pela organização Repórteres Sem Fronteiras, de Paris, e um dos 100 jornalistas mais admirados do Brasil, pela revista Jornalistas & Cia. E Max Press.

É sociólogo, formado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1973). Foi professor visitante (1983/84) do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida em Gainesville, EUA, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e no Departamento de Comunicação Social, ambos da Universidade Federal do Pará. Tem 21 livros individuais publicados, todos sobre a Amazônia, os últimos dos quais *Amazônia Decifradada* e *A Questão Amazônica*. É co-autor de numerosas outras publicações coletivas, dedicadas à Amazônia e ao jornalismo.

jornal@amazonet.com.br

LUENICE MARTINS REIS

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas NCADR/UFPA. Graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará. Foi Bolsista de Extensão do Programa Fortalecer da Universidade Federal do Pará e Secretaria Estadual de Educação do Pará e Bolsista de Iniciação Científica/CNPQ no Núcleo de Meio Ambiente/NUMA na Universidade Federal do Pará.

l.uhreis@hotmail.com

LUÍS RAVAGNANI

Docente/Faculdade da Amazônia – FAAM. Graduado em Ciências Sociais, com formação em Bacharelado e Licenciatura. Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará.

luisravagnani@gmail.com

MARIA BÁRBARA DE ANDRADE FIGUEIRA

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em LITERATURA (POS-LIT/na Universidade Federal de Minas Gerais, com a seguinte dissertação em andamento: "Retratos da cidade: um estudo da cidade moderna a partir da obra de João do Rio." Possui pós-graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (2012), graduação em CIÊNCIAS SOCIAIS pela Universidade Federal do Pará (2008) e graduação tecnológica em moda pela Faculdade Estácio (2012). Tem interesse nas áreas de literatura, filosofia e cultura.

mbafigueira@gmail.com

MARIANA NEVES CRUZ

Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Pará, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGeo UFPA na linha de pesquisa "Gestão dos Recursos Naturais e Meio Ambiente", sendo colaboradora do grupo de Extensão sobre Estudos de Paisagem e Planejamento Ambiental na RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá. Atualmente, cursa o Doutorado em Ecologia Aquática e Pesca - PPGEAP no Instituto de Biologia da Universidade Federal do Pará. Atua principalmente nas seguintes áreas: Metodologia do trabalho científico, Economia Familiar, Ecologia Humana, Ecologia política, manejo de recursos naturais, Gestão de recursos naturais, Unidades de Conservação

mnc_1988@hotmail.com

MARILU MARCIA CAMPELO

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde coordena o NEAB Grupo de Estudos Afro-Amazônico e Grupo de Estudos e Pesquisas Roda de Axé - CNPq. Tem experiência na área de antropologia, com ênfase no estudo de Populações Afro Brasileiras, atuando principalmente nos temas: religiões afro-brasileiras, memória e cultura material religiosa.

dodoyaster@gmail.com

MÍLTON RIBEIRO

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia; Mestre em Ciências Sociais (2012) e Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais/Ciência Política (2010) pela Universidade Federal do Pará. Militante, acadêmico e pesquisador do Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual - Grupo Orquídeas; membro da equipe coordenadora do Pet/GT/CS - Projeto Extracurricular Temático/Grupo de Trabalho em Ciências Sociais; pesquisador do NOSMULHERES - Grupo de Pesquisas Pela Equidade de Gênero Étnicorracial; pesquisador do JUERÊ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia das Crianças, Infâncias e Juventudes; pesquisador do Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem e membro do GEMP - Grupo de Estudos sobre Mercados Populares, do projeto de pesquisa “Charles Wagley como articulador institucional”, todos da UFPA. Pesquisador do COGITANS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia Moderna e Contemporânea da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Professor celetista na Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ). Membro da Equipe Editorial da Revista Eletrônica Visagem - De Antropologia Visual e da Imagem. Experiência nas áreas de Teoria Sociológica, Teoria Antropológica, Antropologia Urbana, Estudos de Gênero e Sexualidade e Questões Raciais no Brasil. Desenvolve pesquisas sobre lazer e sociabilidade LGBT e o circuito GLS da capital paraense, atuando principalmente nos temas: gênero; raça/cor; sexualidade e homossexualidades; estilos e modos de vida; cidade e paisagem urbana; festa, lazer e sociabilidade; gíria gay e bajubá; consumo e mercado.

millor_ufpa@hotmail.com

ORLANDO SAMPAIO SILVA

Antropólogo indigenista. Membro titular da Associação Brasileira de Antropologia-ABA desde 1966. Professor titular (Antropologia), aposentado, da UFPA. Doutor em Ciências Sociais (Antropologia) pela PUC/SP (1997); Mestre em Ciência (Antropologia) pela Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. É Membro Emérito da Academia Paraense de Ciências. É autor dos seguintes livros:

TUXÁ - Índios do Nordeste, Selo Universidade - Antropologia, Annablume Ed., São Paulo, 1997; Eduardo Galvão - Índios e Caboclos, Annablume Ed., São Paulo, 2007; Índios do Tocantins - Notas do Caderno de Campo, Valer Ed., Manaus, 2009; A Vontade de Potência, Coleção Ecos da História, Chiado Editora, Lisboa, 2013; Militares na Política do Pará e outros registros do testemunho e da memória, Ed. PakaTatu, Belém, 2014.

osavlis@gmail.com

PÂMELA MELO COSTA

Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Belém, lotada na Coordenação de Recursos Pesqueiros e Agronegócios para os cursos técnico em Pesca e técnico em Aquicultura. Doutoranda no programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Mestre em Ecologia Aquática e Pesca pela mesma universidade (2010). Graduada em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2007) e técnica em Pesca e Aquicultura pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (2004). Atua em áreas multidisciplinares com ênfase em Extensão Rural (pesqueira e aquícola), Antropologia Rural, Sócio Economia Pesqueira, Gestão dos Recursos Pesqueiros, Aquicultura familiar, Ecologia Aquática e Educação Ambiental.

pamelamelopesca@gmail.com

PEDRO PEREIRA CRUZ NETO

Mestre em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia pela Universidade Federal do Pará (2013). Bacharel/licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2011). Atuação na linha e pesquisa Trabalho e Globalização, e em projetos de antropologia da educação e metodologia científica. Membro egresso do grupo Pet/GT/CS-UFPA, integrante da equipe de organização dos eventos "Antropologia em Gurupá: o centenário de Charles Wagley" e "Os Legados de Charles Wagley na Amazônia".

pedrocruz.nt@gmail.com

PRISCILA FAULHABER

Possui graduação em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1978), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1983) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, na área "Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber" (1992). Atuou como pesquisador visitante no IRD (1984), na Universidade Livre de Berlim, no Museu de Etnologia de Berlim (2003) e na Universidade da Califórnia em Los Angeles (2007-2008), quando realizou pós-doutorado com bolsa do CNPq. É pesquisador titular III do Museu de Astronomia e Ciências Afins e Pesquisador Associado do Museu Paraense Emílio Goeldi, onde atua como Editor Associado de Antropologia do Boletim de Ciências Humanas. É professora na pós-graduação em antropologia social da UFAM e da pós-graduação em museologia da UNIRIO desde 2009. Titular da Cátedra América Latina do IPEAT (Universidade de Toulouse Jean Jaurès) em 2016. Atualmente desenvolve projeto de pesquisa sobre história da antropologia no Brasil. Tem experiência na área de História da Antropologia, com ênfase em Antropologia Histórica, atuando principalmente nos seguintes temas: fronteiras e colonialismo, movimentos indígenas, objetos fronteiriços e museus.

pfaulhaber@globo.com

RAFAEL PAIVA DE OLIVEIRA DIAZ

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA, Mestre em Ecologia Aquática e Pesca - ICB - UFPA, Graduado em Oceanografia (2010).

diazrafaelkl@gmail.com

RAYMUNDO HERALDO MAUÉS

Bacharel e licenciado em História (1962) pela Universidade Federal do Pará, mestre em Antropologia (1977) pela Universidade de Brasília e doutor em Antropologia Social (1987) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. É Professor Emérito da Universidade Federal do Pará, Bolsista 1B do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq.), sócio efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), da Sociedade Brasileira Para o Progresso

da Ciência (SBPC), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação dos Cientistas Sociais da Religião no Mercosul. Foi agraciado pela ABA com a Medalha Roquette-Pinto de Contribuição à Antropologia Brasileira durante a 27a. Reunião Brasileira de Antropologia, em agosto de 2010. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e do Programa de Pós-Graduação de Ciências da Religião (PPGCR) da Universidade do Estado do Pará; e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pará. Foi membro do Conselho Diretivo da Asociación de Cientistas Sociales de la Religión del Mercosur/ACSRM, durante o biênio 2011-2013. Publicou muitos artigos e capítulos de livros, além de quatro coletâneas e cinco livros, entre eles, A ilha encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores; Padres, pajés, santos e festas e Uma outra invenção da Amazônia. Orientou sete teses de doutorado, 26 dissertações de mestrado e coorientou cinco, além de 10 trabalhos de iniciação científica, 15 de conclusão de curso de graduação e nove de aperfeiçoamento/especialização nas áreas de antropologia, história e sociologia. Recebeu sete prêmios e/ou homenagens. Atua na área de antropologia, com ênfase em antropologia da religião e antropologia da saúde.

hmaués@uol.com.br

RICHARD B.PACE

Antropólogo, Professor na Middle Tennessee State University. Obteve Ph.D. de Antropologia em 1987 na University of Florida, sob orientação de Charles Wagley. Desde os anos oitenta realiza pesquisas no estado do Pará, em Gurupá e nas aldeias dos índios Kaiapó, sul do Pará. Áreas de interesse: Ecologia Política, Anthropologia da Mídia na Amazonia Brasileira.

richard.pace@mtsu.edu

ROSA IBIAPINA

Socióloga/Técnica da Universidade do Estado do Pará – UEPA e Docente da Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ e do PARFOR/Universidade Federal do Pará – UFPA. Atuação profissional em trabalhos de políticas públicas, gestão acadêmica e

docência superior. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/UFPA. Mestre em Administração - Desenvolvimento Sustentável pela Universidade da Amazônia - UNAMA. Pós-graduada em Docência do Ensino Superior pela Faculdade do Pará – FAP e em Educação a Distância e Novas Tecnologias pela Faculdade Ipiranga. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2003).

rosaibiapina@yahoo.com.br.

SAMMY SILVA SALES

Mestre em Ciências Sociais, área de concentração Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/UFPA (2015). Graduação em Ciências Sociais, ênfase Sociologia (2012).

sammy.silva.sales@gmail.com

SAMUEL MARIA DE AMORIM E SÁ

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1967), mestrado em Antropologia - University Of Florida Gainesville (1976) e doutorado em Antropologia - University of Florida Gainesville (1980). Professor aposentado da Universidade Federal do Pará (Faculdade de Ciências Sociais), e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. É membro da equipe coordenadora do Grupo Pet/GT/Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais. Tem experiência na área de antropologia relacionada à Saúde Coletiva e Antropologia da Educação.

bcsamuelsa@gmail.com

SORAIA MELISSA FAILACHE SOARES

Possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1999) e mestrado em Agriculturas Amazônicas pelo Centro Agropecuário/Universidade Federal do Pará (2006). Atualmente desenvolve atividades relacionadas a Estudos e Projetos que promovam a educação para o consumo consciente no âmbito da Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor- Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos.

Possui experiência em pesquisa social e extensão na área de Antropologia Rural em unidades de conservação de uso direto.

soraiafailache@hotmail.com

WILMA MARQUES LEITÃO

Professora da Universidade Federal do Pará desde 1993, possui graduação em Ciências Sociais-Antropologia na Universidade de Brasília (1986); Mestrado em Antropologia na Universidade Federal do Pará (1997) e Doutorado em Antropologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Realizou pesquisa sobre uso dos recursos pesqueiros em diferentes áreas da calha do rio Amazonas. Coordenou pesquisas no mercado Ver-o-Peso, em Belém. É membro da equipe coordenadora do Grupo PET/GT/Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais, com atividades de apoio e fortalecimento da identidade universitária para estudantes da graduação em Ciências Sociais.

wilmaleitao@gmail.com

YURI JOSÉ CASTRO DA CRUZ

Atualmente cursa a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará. Foi Bolsista de Iniciação Científica no Projeto “Charles Wagley como articulador institucional”. Tem interesse nos seguintes temas: Antropologia e desenvolvimento na Amazônia.

castro.yuri.gh@gmail.com